O ESTADO DE S. PAULO

FUNDADO EM 1875
JULIO MESQUITA (1862—1927)

Quinta-feira 11 de ABRIL de 2024 • R$ 7,00 • Ano 145 • Nº 47658
estadão.com.br

DANIEL TEIXEIRA / ESTADÃO

Governo de SP tenta destravar projeto para a Raposo Tavares

Plano é conceder à iniciativa privada 125 km de rodovias do Estado, entre eles o trecho da Raposo Tavares entre a capital e Cotia. O projeto Nova Raposo prevê investimentos de R$ 9,07 bilhões em vias marginais, túneis e viadutos, com cobrança de pedágio. __A13

Congresso __ A6

Deputados confirmam prisão de colega acusado no caso Marielle

__ Chiquinho Brazão foi detido em 24 de março por ordem do STF

Decretada pelo ministro Alexandre de Moraes, do STF, a prisão do deputado Chiquinho Brazão (sem partido-RJ) foi confirmada pelo plenário da Câmara por 277 votos a favor, 129 contra e 28 abstenções. Brazão foi detido preventivamente em 24 de março sob a acusação de ser mandante do assassinato da vereadora Marielle Franco. A manutenção da prisão contrariou deputados da oposição – capitaneada pelo PL – e do Centrão. Eles queriam enviar uma mensagem de reação ao STF e a Moraes. Uma parte dos parlamentares considera que o ministro não poderia ter decretado a prisão. No final de março, porém, o indicativo era de confirmação tranquila, na Câmara, da decisão do Supremo. Na sessão de ontem, o advogado de defesa, Cléber Lopes, disse que Brazão está exposto a "tortura psicológica" e a detenção "extrapola os limites da dignidade da pessoa humana".

Coluna do Estadão __ A2

Sucessão de Arthur Lira contaminou o debate

ONGs suspeitas levam R$ 11,6 milhões para 'capacitar mulheres'

Entidades favorecidas com emendas por Chiquinho Brazão têm ligação entre si. Parte dos recursos iria para "combate à violência doméstica". __A7

E&N Indicadores __B1 e B2

Inflação alta nos EUA derruba Bolsa no Brasil e faz o dólar subir

A inflação oficial no Brasil perdeu força e fechou março em 0,16%. Nos EUA, porém, o índice foi de 0,4%, número acima da expectativa do mercado, o que deve atrasar a queda nos juros.

Celso Ming __B2

A inflação no Brasil baixou. E os juros?

Alvaro Gribel __B3

Mundo piora, o PT não aprende

William Waack __A8

O STF na briga de rua

ERA DO CLIMA: Custos __B22

Preço da energia é trava à produção de hidrogênio verde no Brasil

Empresas com licença ambiental dizem que só vão tirar projetos do papel se houver baixa no custo da energia.

Turismo __A15

Isenção de vistos a cidadãos de EUA, Austrália e Canadá é prorrogada

Prazo passou para 10 de abril de 2025. Governo brasileiro pede tratamento recíproco a esses países.

Entrevista: Wilma Petrillo __C1 e C8

'Gal não era manipulável'

Empresária e companheira da cantora morta em novembro nega relatos de relação abusiva. 'Ia bater na Gal por quê?'

DANIEL TEIXEIRA/ESTADÃO

Mediador colombiano __A10

Após encontro com Maduro, Petro vê oposição venezuelana

Sob oposição de colegas __A16

TJ-SP elege magistrada com base no critério de gênero

C2 A fundo __C6 e C7

A experiência de Portugal com drogas legalizadas

Notas e Informações __A3

Vitória da inteligência

Operação contra esquema do PCC mostra que o bom combate ao crime organizado não depende só da violência.

Nos EUA, justiça; no Brasil, impunidade

Tempo em SP
20° Mín. 25° Máx.

ISSN - 1516-293-1
9 771516 293019

ROSEANN KENNEDY
COM EDUARDO GAYER E AUGUSTO TENÓRIO
TWITTER: @COLUNADOESTADAO
COLUNADOESTADAO@ESTADAO.COM
ESTADAO.COM.BR/POLITICA/COLUNA-DO-ESTADAO

Coluna do Estadão

Sucessão de Lira na Câmara contaminou debate sobre a prisão de Chiquinho Brazão

A disputa antecipada para suceder ao presidente da Câmara, Arthur Lira (PP), contaminou a votação interna que decidiu manter preso o deputado federal Chiquinho Brazão, suspeito de mandar matar Marielle. Em busca de votos do Centrão e da direita, o líder do União Brasil, Elmar Nascimento, assumiu a bandeira do corporativismo e defendeu a derrubada da prisão em plenário — mesmo após ter apoiado a expulsão sumária de Brazão de seu partido. Elmar sabe que o estilo “líder sindical dos deputados”, de proteção aos pares, levou Lira e Eduardo Cunha ao comando da Câmara duas vezes. Em outra raia, o deputado Antônio Brito (PSD), interessado no apoio do governo Lula e da esquerda para virar presidente da Câmara, defendeu a manutenção da prisão.

● **TERCEIRA VIA.** Em um sintoma da contaminação da eleição interna no debate sobre Brazão, o deputado Marcos Pereira (Republicanos), que faz acenos ao governo e à oposição para ganhar a disputa, não votou.

● **SAI DO MURO.** A repercussão negativa de que o Planalto poderia lavar as mãos na votação sobre o deputado preso, como revelou a *Coluna*, obrigou o PT a tomar lado. O líder José Guimarães (PT) sinalizara que o governo não tinha relação com o assunto. Irritada, a líder do PSOL, Erika Hilton, procurou o ministro Alexandre Padilha (Relações Institucionais) e garantiu o apoio.

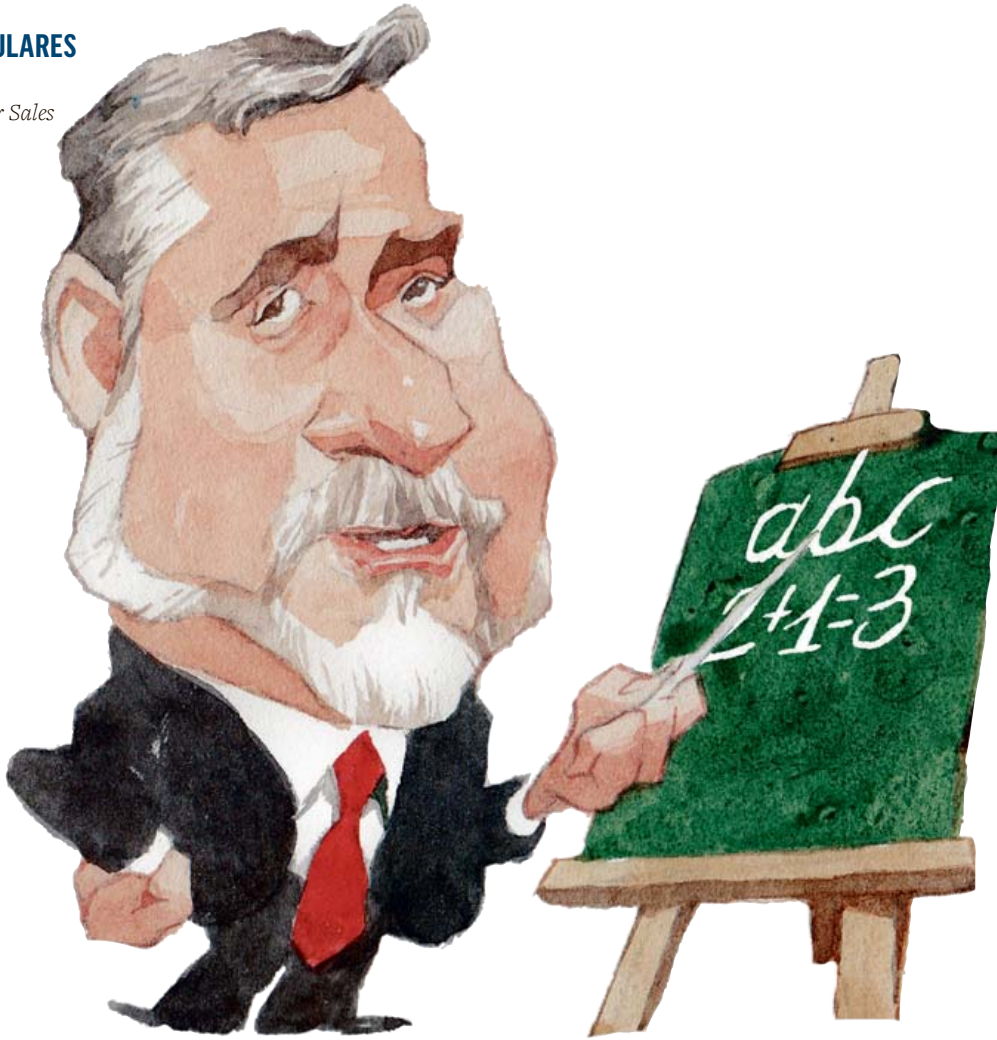
● **VOLTA.** O ataque de Elon Musk a Alexandre de Moraes aponta para um novo round da CPMI do 8 de Janeiro. A Comissão de Defesa da Democracia do Senado aprovou audiência sobre o impacto das techs na democracia. Um pedido de Eliziane Gama (PSD), que foi relatora da CPMI.

● **TENSO.** Um racha no MDB trava, há três meses, a definição do novo secretário executivo do Ministério das Cidades. O cargo está vago desde janeiro, quando Hildo Rocha foi demitido. O líder do MDB na Câmara, Isnaldo Bulhões, indicou o secretário nacional de Desenvolvimento Urbano, Carlos Tomé. O ministro Jader Filho, seu correligionário, porém, resiste. Procurados, Jader e Isnaldo não comentaram.

● **APOSTAS.** Um nome cogitado pelo ministro para o posto é o do assessor especial Helder Cunha Silva. Nesse caso, o problema está no PT, que torce o nariz. Silva é servidor de carreira, mas foi secretário executivo do Ministério do Desenvolvimento Regional no governo Jair Bolsonaro (PL).

● **OLHA AÍ.** A volta do DPVAT, da forma que passou na Câmara, obriga o repasse de 40% do arrecadado com o seguro obrigatório aos municípios, como antecipou a *Coluna*. O Senado vai avaliar.

SINAIS PARTICULARES

por Kleber Sales

Paulo Pimenta,
ministro da Secretaria de Comunicação da Presidência

● **LIÇÃO...** Em reunião nesta semana com a bancada do PT, o ministro da Secretaria de Comunicação, Paulo Pimenta, cobrou dos correligionários empenho para criar agenda positiva para o governo. Orientou os parlamentares a compartilhar as peças publicitárias da campanha Fé no Brasil, numa tentativa reverter a queda de popularidade de Lula.

● **...DE CASA.** O ministro também pediu para os aliados usarem dados do ComunicaBR nas bases eleitorais. A ferramenta da Secom tem informações segmentadas por área de atuação do governo federal em cada município.

PRONTO, FALEI!

Beto Simonetti
Presidente nacional da OAB

“Na democracia não há liberdade de expressão para cometer crimes. Mas é preciso alertar que a diferença entre o remédio e o veneno está apenas na dose.”

CLICK

FOTO: PEDRO GONTIJO/PRESIDÊNCIA DO SENADO

Rodrigo Pacheco
Presidente do Senado

Recebeu de representantes de organizações da sociedade civil um manifesto pela realização de audiências públicas antes da votação do Novo Código Eleitoral.

O ESTADO DE S. PAULO
Publicado desde 1875

NOTAS E INFORMAÇÕES

Vitória da inteligência

Operação que desbaratou o esquema do PCC para lavar dinheiro por meio de concessões de ônibus em SP mostra que o bom combate ao crime organizado não depende só da violência

O bom combate às facções criminosas, por mais poderosas que sejam, pode ser travado sem que um só tiro seja disparado pelas forças do Estado. Não raro, são as ações de inteligência que têm provocado os abalos mais sensíveis nos negócios dessas facções – que há bom tempo operam como verdadeiras máfias no Brasil e no exterior –, e não a aposta na força bruta policial.

Foi exatamente o caso da Operação Fim da Linha, deflagrada no dia 9 passado para desbaratar um esquema de lavagem de dinheiro do Primeiro Comando da Capital (PCC) por meio do transporte público de São Paulo. Desde fevereiro, os detalhes da exploração de concessões de linhas de ônibus pelo PCC, entre outros contratos com a administração pública, têm sido revelados por uma série de reportagens do **Estadão**.

O sucesso da Fim da Linha – fruto de uma cooperação entre o Grupo de Atuação Especial de Combate ao Crime Organizado (Gaeco) do Ministério Público de São Paulo, a Receita Federal e o Conselho Administrativo de Defesa Econômica (Cade) – foi materializado pelo cumprimento de 52 mandados de busca e apreensão e pela prisão de três acionistas e um contador de duas das maiores empresas de ônibus de São Paulo, a Transwolff e a UPBus. A Justiça também determinou o bloqueio de centenas de milhões de reais em bens dos investigados a fim de resguardar futuras reparações. Um baque e tanto nas finanças do PCC.

"Hoje (*terça-feira passada*) é um dia histórico para o Ministério Público de São Paulo", disse o promotor Lincoln Gakiya, membro do Gaeco paulista e um dos mais devotados servidores públicos ao combate ao crime organizado, em particular ao PCC.

Esse desfecho só foi possível porque houve uma profícua colaboração entre as autoridades estaduais e federais. Nesse sentido, tratando-se de um esquema de lavagem de dinheiro, a participação do Cade e da Receita Federal foi determinante para apoiar as investigações do Gaeco de São Paulo. Restou evidente que, além da primazia da inteligência sobre a violência, a união de esforços entre entes federativos – respeitadas suas atribuições constitucionais, por óbvio – é fundamental para o sucesso de ações de combate a grupos criminosos cada vez mais audazes e que não reconhecem fronteiras.

Há pelo menos 30 anos, desde quando o transporte público na capital paulista começou a ser explorado de forma clandestina pelos chamados "perueiros", já se sabia que a atividade fazia crescer os olhos dos criminosos. Afinal, está-se falando de um ramo que movimenta bilhões de reais numa metrópole como São Paulo – e boa parte em dinheiro vivo. De lá para cá, sob o beneplácito de agentes públicos por vezes incompetentes, por vezes corruptos, o negócio prosperou, digamos assim. Algumas das antigas cooperativas de motoristas que foram legalizadas pela Prefeitura se transformaram em grandes empresas de ônibus a serviço do crime, como é o caso das ora suspeitas Transwolff e a UPBus.

Por essa razão, a Justiça, corretamente, ordenou que a Prefeitura de São Paulo assumisse a gestão das duas empresas enquanto correm as investigações. O objetivo claro é evitar que os 17 milhões de passageiros transportados por ambas todos os meses sejam prejudicados – o que decerto levaria a um colapso da mobilidade na metrópole.

Ao fim e ao cabo, cumpriram-se mandados judiciais contra suspeitos de envolvimento com a facção criminosa mais poderosa do País sem que uma gota de sangue fosse derramada, como já foi dito. Porém, ainda é cedo, evidentemente, para comemorar o triunfo total do Estado Democrático de Direito sobre um de seus maiores algozes.

Da mesma forma que o PCC só deixou de ser um grupelho formado no interior de uma penitenciária paulista para ser o que é porque agentes públicos se deixaram corromper pelo caminho, alguns "perueiros" só viraram grandes empresários a serviço do crime organizado porque o Estado foi negligente, para dizer o mínimo. Portanto, até que as investigações avancem sobre os agentes públicos que traíram seus mandatos, o fim da linha dessa promiscuidade estará longe.●

Nos EUA, justiça; no Brasil, impunidade

Multa milionária do Departamento de Justiça dos EUA a uma empresa envolvida em caso de corrupção na Petrobras torna mais escandalosa a nulidade de provas e delações no Brasil

De 2003, primeiro ano da primeira gestão Lula da Silva, a 2014, ano em que foi deflagrada a Lava Jato, investigação policial que abalou os alicerces políticos do País, a multinacional sueca Trafigura, especializada na comercialização de commodities, pagou propina religiosamente a um executivo da Petrobras para intermediar a venda de petróleo brasileiro. Para cada barril, vinte centavos de dólar iam para o bolso do então gerente de Comércio Externo de Óleos Combustíveis da petroleira, num esquema que movimentou milhões de reais.

Nos sete anos de duração da Lava Jato, o nome da Trafigura – e de dois representantes no Brasil – integrou o rol de dezenas de empresas, nacionais e estrangeiras, suspeitas de favorecimento mediante suborno a políticos e a executivos da Petrobras. Há poucos dias, decisão do Departamento de Justiça dos Estados Unidos (DoJ) trouxe a trading de volta aos holofotes ao estabelecer multa de US$ 127 milhões para encerrar processo sobre os atos de corrupção, dos quais a própria empresa se confessou culpada.

Impossível não traçar paralelo com o que ocorre no Brasil em relação às empresas que, como a Trafigura, também assumiram participação na sangria de recursos envolvendo a Petrobras. Malgrado irregularidades constatadas posteriormente na força-tarefa da Lava Jato, a corrupção existiu, vigorou durante anos, enriqueceu ex-executivos, privilegiou empresas e desviou cifras astronômicas. Mas tudo o que foi provado, documentado e confessado ganhou um novo rumo com a mudança dos ventos políticos e o retorno do lulopetismo ao Palácio do Planalto.

No mesmo mês em que o ministro Dias Toffoli, do Supremo Tribunal Federal (STF), movido sabe-se lá por quais propósitos, decidiu anular todas as provas de corrupção e as multas imputadas à Odebrecht (atual Novonor), em setembro de 2023, o ex-executivo da Trafigura Marcio Pinto de Magalhães pediu à Justiça Federal uma declaração de "imprestabilidade de todo o acervo probatório".

Como era previsível, a decisão individual de Toffoli puxou imediatamente o fio para outros delatores e empresas se pendurarem na inacreditável tese de confissão sob "coação institucional" defendida pelo magistrado. Algo que se torna ainda mais inconcebível diante das inúmeras gravações em vídeo de executivos durante os depoimentos que efetivaram as delações. Somente um cinismo sem precedentes poderia inferir ali algum tipo de coação. Por óbvio, confissão não tem um valor absoluto como prova, mas é, sim, um meio de prova, pois é a admissão do delito cometido pelo acusado.

Nos EUA, o Departamento de Justiça concluiu que a Trafigura "subornou integrantes do governo brasileiro entre 2003 e 2014 para fechar negócios com a Petrobras". Já no Brasil, o processo contra a Trafigura está suspenso há dois anos, como outros também esmagados pelo rolo compressor da "Vaza Jato", nome dado às denúncias de arbitrariedades detectadas em mensagens trocadas entre Sérgio Moro e Deltan Dallagnol, respectivamente juiz e procurador responsáveis pela Lava Jato.

No caso da Trafigura, constavam do processo dois ex-executivos da multinacional, um operador financeiro e um gerente da Petrobras. Aí está um detalhe importante para compreender o nível da roubalheira institucionalizada nos anos de maior instrumentalização da Petrobras – coincidente com as gestões petistas. A intermediação das facilidades com fornecedores, prestadores de serviços, tradings e outras empresas contratadas não se limitava ao primeiro escalão administrativo: desciam até o nível de gerência, comprovação de absoluta ausência de governança e fiscalização.

Daí a importância dos mecanismos de proteção para impedir a repetição de tamanho estrago. Tão importante quanto punir culpados – o que vem sendo desconsiderado, com a providencial contribuição do STF – é manter as regras de governança na Petrobras. Infelizmente, o governo Lula da Silva vem desmontando uma a uma as salvaguardas montadas em torno da empresa.●

Autonomia do BC ou quimera do quarto Poder?

José Serra

A Proposta de Emenda Constitucional (PEC) n.º 65/2023 estabelece diversas mudanças na forma de operação administrativa da autoridade monetária nacional. Mais expressiva é a proposta de reorganização dos poderes decisórios em torno da matéria econômica. Não há dúvida de que a PEC não toca nas principais questões da gestão monetária e, o que é pior, cria novos problemas.

A primeira grande questão é o financiamento do Banco Central (BC) pela senhoriagem. O tema é árido, mas, de forma muito simplificada, senhoriagem é a receita propiciada pelo poder que o Estado detém como emissor da moeda nacional, seja porque a moeda que circula na economia tem custo de produção menor que seu valor de face, seja porque o BC não paga juros às pessoas que detêm moeda corrente em suas mãos.

No percurso da reorganização das contas fiscais e financeiras do País, o resultado do Banco Central, do qual faz parte a senhoriagem, foi direcionado para quitar dívidas do Tesouro Nacional, operando como um freio à expansão da dívida pública.

Em suas justificativas, a PEC explicita o intento, pouco visível no texto legal, de utilizar a senhoriagem para bancar despesas correntes e de capital da autoridade monetária. Trata-se de um considerável retrocesso em nosso ordenamento fiscal. Nada pode legitimar que um conjunto de servidores públicos, incluindo diretoria, tenha o direito de financiar seus proventos com uma receita diretamente emanada do poder emissor do Estado.

Não vai aí nenhum óbice ao servidor federal que conduz uma instituição tão fundamental ao País. Estou certo de que nem o quadro técnico do Banco Central está de acordo com isso. Mas há formas muito superiores de garantir o bom funcionamento da instituição do que utilizar a senhoriagem.

Afastado o absurdo, vale analisar o que há de mais substantivo na PEC. A alteração de Autarquia Especial para Empresa Pública parece-me um equívoco até para os objetivos do autor da proposta. Se a empresa pública for considerada dependente do Orçamento-Geral da União, as restrições financeiras e administrativa serão maiores do que as atuais.

> ***A independência do Banco Central foi comprovada no último ano. Então, qual a razão de levar a autonomia ao limite?***

Há, no entanto, uma questão muito mais profunda no texto da Proposta de Emenda Constitucional: a modificação de todo o ordenamento institucional vigente. A PEC 65/2023 desvincula, administrativa e hierarquicamente, o Banco Central de qualquer ministério ou órgão do Executivo Federal, extinguindo todas as relações entre o Poder Executivo e o Banco Central.

Se o texto proposto na PEC elimina o papel coordenador do Ministério da Fazenda, o atual Conselho Monetário Nacional (CMN) parece fadado à extinção. Perde-se qualquer possibilidade de interação entre a área econômica do Poder Executivo e as políticas monetária, cambial e financeira. A implementação desta diretiva, a ser conduzida em lei complementar, sepultará de vez o conceito de política econômica.

Em verdade, há que notar que, durante o governo Lula, o Banco Central e o Ministério da Fazenda não fizeram políticas harmônicas, para dizer o mínimo. A insistência do Banco Central em manter a taxa real de juros em patamar tão elevado por meses, contra a posição da Fazenda, mostra o quanto a política econômica foi fragmentada.

O atual presidente da República também terá de se conformar com ser um "comum do povo" em relação ao BC, dado que o Congresso Nacional passa a supervisionar a autonomia da autoridade monetária nacional em todas as suas dimensões. Ao mesmo tempo, o Tribunal de Contas da União (TCU) passa a ter o papel de controle externo e o próprio Banco Central, de controle interno.

Na prática, a PEC 65/2023 cria um quarto Poder e esse é o objetivo real da proposta. A mudança administrativa, para empresa pública, é mero jogo de cena, porque a questão central é levar ao limite a tão *sonhada* independência da política monetária.

O que causa perplexidade é que a independência do Banco Central foi comprovada no último ano. Mesmo utilizando sua autonomia de forma questionável, porque manteve uma taxa de juros estratosférica sem explicar as razões, o BC ganhou a queda de braço com o presidente da República e com o ministro Fernando Haddad. Vale frisar que ficou evidenciada a capacidade do BC para fazer valer seu poder no ponto central da política monetária: a gestão da taxa Selic.

Então, qual a razão de levar a autonomia ao limite? Devemos lembrar que o BC brasileiro tem funções mais abrangentes que a maioria dos bancos centrais. Estão sob seu comando tanto a gestão cambial quanto o regramento e a fiscalização de todo o sistema financeiro. É poder demais. E concentrado numa só instituição. Não pode dar em boa coisa.

Por fim, devemos lembrar que o Brasil precisa, sim, de política econômica. Moeda, câmbio e fiscal são componentes indissociáveis de uma política concertada para o desenvolvimento, especialmente numa economia mundial tão complexa e competitiva. O Brasil não merece perder sua capacidade de fazer políticas em nome de uma quimera.

ECONOMISTA

FÓRUM DOS LEITORES

O **Estado** reserva-se o direito de selecionar e resumir as cartas.
Correspondência sem identificação (nome, RG, endereço e telefone) será desconsiderada ● **E-mail:** forum@estadao.com

Contas de luz

Déjà vu

A medida provisória para dar alívio na conta de luz dos consumidores, proposta pelo governo Lula, é um verdadeiro *déjà vu* da trapalhada feita no governo da presidente Dilma, com uma agravante: desta vez, como dizem os especialistas, basta saber fazer a conta que a rasteira é certa e vem lá na frente. O PT é mesmo um partido ímpar e está sempre provando aquele velho ditado: "Não aprende e não esquece nada".

Abel Pires Rodrigues
Rio de Janeiro

Estatais

O mundo mudou

Um dia destes, num meu passeio, vi uma cena que me entristeceu: um garoto com sua banquinha de lustrador de sapatos andava pela rua sem perceber que ninguém mais usa sapatos, só tênis ou equivalente. Logo me ocorreu a ideia de que há pessoas que não perceberam que o mundo mudou. O presidente Lula nitidamente faz parte desse grupo. Trata a Vale como se fosse estatal, tentando impor uma pessoa ultrapassada para sua presidência. E a Petrobras, empresa cotada nas Bolsas de Nova York e de São Paulo, que tem acionistas que dependem da administração da empresa para viver, mas que Lula insiste em tratar como o quintal de casa? Lula também, diante da gravíssima falta de saneamento básico para 50 milhões de brasileiros que não têm esgoto, pensa que o poder público pode resolver isso, sem lembrar que o nível de investimento do governo nunca foi tão baixo por falta de dinheiro. Pior: ele ainda pretende se reeleger para mais um mandato, sem dar-se conta de que a *fadiga dos materiais* já se instalou e não recomenda a reeleição. Tomara que ele tenha amigos que o ajudem a abandonar a banquinha de lustrador de sapatos...

Aldo Bertolucci
São Paulo

Redes sociais

A reputação do Brasil

Após ser incluído em inquérito do Supremo Tribunal Federal (STF), Elon Musk convidou o ministro Alexandre de Moraes para um debate. Trata-se de uma oportunidade de ouro que não deveria ser desperdiçada pelo nosso ministro. Moraes poderá demonstrar por A mais B que tudo o que está fazendo tem pleno amparo legal, que é exatamente o que a lei brasileira espera que ele faça, que obedece aos princípios de processo legal, que não está cometendo abuso algum, que a liberdade de expressão continua existindo por aqui e que o Brasil continua sendo uma democracia plena digna de respeito. A não ser, claro, na hipótese de Musk ter razão no que está afirmando. Nada como resolver as coisas no campo das ideias. Melhor para todos. Especialmente para a reputação do Brasil.

Jorge A. Nurkin
São Paulo

Resposta dos Poderes

A respeito da polêmica criada pelas descabidas declarações do excêntrico bilionário direitista Elon Musk sobre a retirada de conteúdo do X e o bloqueio de perfis de bolsonaristas investigados por ataques às urnas eletrônicas determinado pelo STF, chamados por ele de "censura draconiana" do ministro Alexandre de Moraes, cabe reproduzir o que bem disseram a respeito o presidente do Congresso, Rodrigo Pacheco (PSD-MG), e o presidente do STF, Luís Roberto Barroso. O primeiro declarou: "Precisamos ter disciplina legal sobre isso, sob pena de ter discricionariedade por parte das plataformas que não se sentem obrigadas a ter o mínimo ético no manejo das informações e desinformações na rede social". E o segundo: "Decisões judiciais podem ser objeto de recursos, mas jamais de descumprimento deliberado. Essa é uma regra mundial do Estado de Direito e que faremos prevalecer no Brasil". O visionário empresário Musk pode enviar seus foguetes à Lua e a Marte, fabricar veículos elétricos e instalar chips de monitoramento cerebral sob a pele da população. O que não cabe a ele é pedir o impeachment de ministro do STF do Brasil, que não é, como se sabe, uma Republiqueta de bananas. Francamente!

J. S. Decol
São Paulo

Nova carga

A tibieza das instituições brasileiras em levar aos tribunais os autores intelectuais e materiais da tentativa de golpe que levou ao 8 de Janeiro já mostra os seus frutos. Eles voltaram a se agrupar e preparam nova carga contra a democracia, agora com reforço do apoio internacional. A pantomima do STF só entregou os bagrinhos da invasão das sedes dos Três Poderes. Veio a manifestação de São Paulo, agora vem a do Rio, depois vem Brasília, com uma passagem pela Praça dos Três Poderes, para ficar.

José Tadeu Gobbi
São Paulo

ESPAÇO ABERTO

O curto e o longo prazos na gestão fiscal

Felipe Salto

A meta zero é o atual objetivo de curto prazo das contas públicas. As receitas e as despesas públicas federais, sem contar os juros da dívida, têm de ser iguais. Na verdade, há uma banda, de -0,25% do PIB. Mas esse resultado sanearia as contas públicas já em 2024? Por que zero? O que nos diz a Lei Complementar (LC) n.º 200/2023, isto é, o Novo Arcabouço Fiscal?

A LC 200 contém um objetivo de longo prazo vinculado à sustentabilidade da dívida pública. O problema é que a gestão das contas públicas, no curto prazo, tem encontrado dificuldades para avançar na direção de uma estratégia de política econômica de maior fôlego.

Há dois dias, por exemplo, a Câmara dos Deputados aprovou uma flexibilização no Novo Arcabouço Fiscal (ainda tem de passar pelo Senado). A ideia é permitir o aumento do limite de gastos em R$ 15,7 bilhões, por ato do Poder Executivo, desde já, e não mais após a segunda avaliação bimestral orçamentária (maio).

A LC 200 diz que, se a projeção de receitas do governo para 2024 superar a variação considerada no cálculo do limite de gastos do Orçamento, então ele será refeito. Essa checagem ocorreria após a apresentação do relatório orçamentário do segundo bimestre, documento para acompanhar a execução orçamentária.

O indexador usado no Orçamento de 2024 para calcular o limite de gastos foi 1,7%, em termos reais, resultando em R$ 2.089,5 bilhões. Vamos assumir que a projeção do governo para as receitas de 2024, em maio, venha parecida com a do relatório orçamentário do primeiro bimestre. A variação real, de 7% (já aplicada a regra do arcabouço, de 70% vezes a variação da receita), superaria o teto permitido (2,5% real). Logo, aplicar-se-ia justamente esta variação, de 2,5%, acima do 1,7% em 0,8 ponto de porcentagem.

Essa diferença equivaleria a um aumento de R$ 15,7 bilhões no limite. A mudança aprovada pela Câmara anteontem traz para já essa possibilidade de suplementação. Isso reduziria as possibilidades de bloqueio e contingenciamento de despesas. Também abriria caminho para outras mexidas na LC 200. Riscos.

Como se vê, discute-se o detalhe da rebimboca da parafuseta do resultado fiscal de curto prazo, porque aí está o condão para gastar mais. Mas e o longo prazo? E a dívida pública?

A verdade é que, se o governo for capaz de mostrar uma trajetória sustentável para a dívida pública, o custo da dívida diminuirá, já no curto prazo, as despesas financeiras cairão e haverá espaço para ampliar o financiamento das políticas públicas.

> ***A meta zero em 2024 é muito importante (é a âncora de curtíssimo prazo). Mas o essencial vai além disso. É preciso debater o alcance das condições de sustentabilidade fiscal***

Não é por outra razão que a LC 200 obriga à apresentação de metas de resultado primário para o ano corrente e os três seguintes compatíveis com uma "trajetória sustentável da dívida pública". O parágrafo 1.º do artigo 2.º estabelece que essa compatibilidade será materializada no Anexo de Metas Fiscais da Lei de Diretrizes Orçamentárias (LDO).

Conforme regra do parágrafo 5.º do artigo 4.º introduzido na Lei de Responsabilidade Fiscal pela LC 200: (o Anexo de Metas Fiscais conterá) "o efeito esperado e a compatibilidade, no período de 10 anos, do cumprimento das metas de resultado primário sobre a trajetória de convergência da dívida pública, evidenciando o nível de resultados fiscais consistentes com a estabilização da Dívida Bruta do Governo Geral (DBGG) em relação ao Produto Interno Bruto".

Assim, a meta zero, em 2024, é muito importante, por ser a âncora de curtíssimo prazo, a partir da qual o ministro Fernando Haddad está conseguindo aprovar medidas de revisão de benefícios tributários iníquos e recuperar a arrecadação. Minha coleta para março, no SIGA-Brasil, sistema do Senado que traz os dados da execução orçamentária, aponta alta real de quase 10% para as receitas.

Contudo, o essencial vai muito além disso. É preciso debater o alcance das condições de sustentabilidade fiscal. Na segunda, dia 15/4, teremos essa oportunidade, por ocasião da apresentação do Projeto de Lei de Diretrizes Orçamentárias (PLDO) 2025.

As metas a partir do ano que vem terão de ser ajustadas. A Secretaria do Tesouro Nacional apresentou cenários bem embasados, recentemente, no *Relatório de Projeções Fiscais*. Elas podem ajudar o governo nessa hercúlea tarefa. Claro que os compromissos fixados para 2025 a 2028 têm de embutir algum esforço, senão não seriam metas.

A dívida bruta está atualmente em 75,5% do PIB. A equação de sustentabilidade da dívida indica que, com juros reais de 4,5% ao ano e crescimento econômico de 2,2%, seria preciso um superávit primário de 1,7% do PIB para estabilizar a dívida em relação ao produto. Partimos de um déficit (sem precatórios extraordinários), em 2023, de 1,4% do PIB. Assim, teríamos de fazer um esforço de 3,1 pontos de porcentagem ou algo como R$ 350 bilhões. Impossível em um ou dois anos.

Sem mudanças estruturais no gasto, entendo que só seria possível estabilizar a dívida/PIB em 2033, em 87%, com superávit primário de 0,9% do PIB, juros reais de 3,5% e crescimento econômico de 2,5%. São números relativamente otimistas e, mesmo assim, demoraríamos a alcançar a estabilização. A construção do longo prazo começa agora, na próxima segunda-feira, no PLDO de 2025. ●

ECONOMISTA-CHEFE DA WARREN INVESTIMENTOS, FOI SECRETÁRIO DA FAZENDA E PLANEJAMENTO DO ESTADO DE SÃO PAULO E O PRIMEIRO DIRETOR-EXECUTIVO DA IFI

TEMA DO DIA

TECH DO BEM / DIVULGAÇÃO

Na estrada

Engenheira deixa emprego na França e viaja Brasil em Kombi para ajudar ONGs

Mariana Kobayashi, paulistana de 29 anos, tinha um bom emprego, mas faltava algo: "Sentia que não estava contribuindo com a sociedade". Voltou ao Brasil, comprou uma Kombi, que virou sua casa, e fundou a Tech do Bem. ●

Comentários de leitores no portal e nas redes sociais

● "Pegou o conhecimento lá fora e trouxe para o seu país. A maioria faz o contrário."
LANA GODINHO

● "Pós com bolsa integral pra isso? Olha o dinheiro do contribuinte francês no que deu."
FERNANDO DE OLIVEIRA

● "Excelente para quem não tem que sustentar a família. Aposto que é divertido!!!"
LEO GODOY OTERO

● "Vai pro céu. Sair da França pra rodar o Brasil de Kombi. Vai virar santa."
ANTÔNIO CARLOS MONTANINI JR.

NAS REDES SOCIAIS
Veja outros destaques e participe das discussões no Link da Bio do Instagram do Estadão.
https://bit.ly/LDBEstadao

Siga o @Estadao nas redes sociais

PRODUTOS DIGITAIS

ADOBE STOCK

Vida saudável

Sete passos para criar o hábito de fazer exercício. ●
https://encr.pw/U0CJQ

Meu primeiro apê

Espaço dedicado ao design ganha força na SP-Arte. ●
https://l1nq.com/FmP69

Aolicativo do Estadão

Receba alertas em tempo real das últimas notícias. ●
https://bit.ly/3D0iGb6

Av. Eng. Caetano Álvares, 55 – CEP: 02598-900 – São Paulo - SP ● (11) 3856-2122 ● **Fax:** (11) 3856-2940 ● **E-Mail:** forum@estadao.com ● **Central do assinante:** Capital e regiões metropolitanas: 4003-5323 ● Demais Localidades: 0800-014-77-20 ● https://meu.estadao.com.br/fale-conosco ● **Central ao leitor:** (11) 3856-2122 ● falecom.estado@estadao.com classificados por telefone: (11) 3855-2001 **Preços venda avulsa: SP:** R$ 7,00 (segunda a sábado) e R$ 9,00 (domingo). **RJ, MG, PR, SC E DF:** R$ 7,50 (segunda a sábado) e R$ 10,00 (domingo). **ES, RS, GO, MT E MS:** R$ 9,50 (segunda a sábado) e R$ 11,50 (domingo).**BA, SE, PE, TO E AL:** R$ 10,50 (segunda a sábado) e R$ 12,50 (domingo). **AM, RR, CE, MA, PI, RN, PA, PB, AC E RO:** R$ 11,00 (segunda a sábado) e R$13,00 (domingo).● **Vendas de assinaturas:** 0800-014-9000 ● **Whatsapp:** (11) 99248-2333 ● **Vendas corporativas:** (11) 3856-2524 ● **Agências de publicidade:** (11) 3856-2531 ● cia@estadao.com

Congresso

Câmara mantém prisão de Brazão, acusado de mandar matar Marielle

Deputado está preso preventivamente desde 24 de março por determinação do STF; PL e União Brasil orientaram voto contrário e líder do governo agiu pelo aval à decisão

LEVY TELES
BRASÍLIA

WILTON JUNIOR/ESTADÃO

Deputados, em plenário, votam em sessão que manteve a prisão de Chiquinho Brazão (sem partido-RJ), acusado de mandar matar Marielle

Por 277 votos a favor, 129 contra e 28 abstenções, a Câmara dos Deputados aprovou na noite de ontem a manutenção da prisão do deputado federal Chiquinho Brazão (sem partido-RJ), decretada no final de março pelo ministro do Supremo Tribunal Federal (STF) Alexandre de Moraes. Brazão foi detido preventivamente sob a acusação de ser o mandante do assassinato da vereadora do Rio Marielle Franco (PSOL).

O aval do Legislativo à ordem de prisão do parlamentar federal enfrentou a resistência de deputados da oposição – capitaneada pelo PL, partido do ex-presidente Jair Bolsonaro – e do Centrão – em especial o União Brasil, que orientou voto contrário à detenção.

Bastaram duas semanas – a votação havia sido adiada por um pedido de vista coletivo – para reverter o clima na Câmara. No final de março, o indicativo era de uma fácil aprovação da prisão. Na Comissão de Constituição e Justiça (CCJ) da Casa, os deputados também votaram, por 39 a 25, para manter Chiquinho Brazão preso.

A oposição dialogou com o Centrão para tentar derrubar a prisão do deputado. A intenção era enviar uma mensagem de reação ao Supremo e a Moraes. Uma parte dos parlamentares considera que o ministro não poderia ter decretado a prisão de Brazão. O crime foi cometido há mais de seis anos.

Governo, oposição e alguns integrantes do Centrão atuaram intensamente ao longo do dia de ontem na tentativa de virar votos para o seu lado.

Figura presente na articulação contra a decisão de Moraes, a deputada Danielle Cunha (União-RJ), filha do ex-presidente da Câmara, Eduardo Cunha, manteve constantes conversas com deputados da bancada do Rio de Janeiro, do União Brasil e com demais parlamentares.

Maioria
Votação passou antes pela Comissão de Constituição e Justiça da Câmara, o que levou caso ao plenário

O líder do governo na Câmara, José Guimarães (PT-CE), precisou atuar nos bastidores para assegurar a vitória na CCJ e, posteriormente, no plenário.

'TORTURA'. Na sessão, o advogado Cléber Lopes, responsável pela defesa de Brazão, disse que seu cliente está exposto a uma "tortura psicológica" e afirmou que a prisão "extrapola os limites da dignidade da pessoa humana".

A votação no plenário foi acompanhada pelo presidente da Embratur, Marcelo Freixo, que era amigo de Marielle. Ao final da sessão que manteve Brazão preso, Freixo abraçou Fernanda Chaves, ex-assessora da vereadora e única sobrevivente do atentado no Rio.

HISTÓRICO. A investigação que levou aos nomes dos acusados de mandar matar Marielle e o motorista Anderson Gomes ganhou celeridade após a federalização do caso, em fevereiro do ano passado. A Polícia Federal passou a atuar na investigação. O passo mais decisivo para que as apurações chegassem aos nomes dos mandantes foi a delação premiada firmada pelo expolicial militar Ronnie Lessa.

Como Lessa relatou nome com foro privilegiado, o depoimento levou o caso para o Supremo. A homologação foi anunciada no dia 19 de março pelo ministro da Justiça e Segurança Pública, Ricardo Lewandowski. Lessa envolveu Chiquinho Brazão e seu irmão Domingos Brazão, conselheiro do Tribunal de Contas do Estado (TCE). Ele também citou como envolvido no crime o ex-chefe de Polícia Civil do Rio Rivaldo Barbosa.

O inquérito apontou obstrução de agentes públicos do Estado do Rio às investigações, especialmente pelo comportamento de Rivaldo Barbosa, nomeado para o comando da Polícia Civil na véspera do assassinato de Marielle e Anderson.

Ontem, antes das votações na Câmara, o deputado federal Eduardo Bolsonaro (PL-SP) publicou no X (antigo Twitter) um vídeo defendendo a soltura de Chiquinho Brazão. Para o parlamentar, a decisão de manter o acusado em prisão preventiva significaria "atropelar a Constituição" e uma "isca" para que deputados sejam "encarcerados". ● COLABOROU JULIA CAMIM

Placar

277 **votos foram dados pelos deputados a favor da manutenção da prisão e**

129 **votos foram dados contra a decisão. Houve**

28 **abstenções**

Conselho de Ética instaura processo contra parlamentar

O Conselho de Ética da Câmara dos Deputados instaurou ontem o processo que pode levar à cassação do deputado Chiquinho Brazão (sem partido-RJ). A cassação do parlamentar via representação no Conselho tramita em paralelo ao aval da Casa quanto à prisão preventiva do deputado. Uma possibilidade não exclui outra.

A representação é de autoria do PSOL, partido de Marielle, e havia sido apresentada à Mesa Diretora da Câmara em 27 de março.

RELATORIA. O processo foi instaurado, mas ainda não conta com relator designado. Três deputados podem assumir a relatoria do caso: Bruno Ganem (Podemos-SP), Ricardo Ayres (Republicanos-TO) e Gabriel Mota (Republicanos-RR).

Eles foram sorteados para uma lista tríplice a partir da qual o presidente do Conselho de Ética, Leur Lomanto Júnior (União Brasil-BA), nomeará o relator. O Regimento da Casa não permite que o processo de cassação seja relatado por um deputado do mesmo Estado, bloco parlamentar ou partido do representado.

O PSOL também estava excluído do sorteio, por ser o autor da representação contra Chiquinho Brazão. ● JULIANO GALISI

Caso Marielle

Deputado enviou R$ 11,6 mi a ONGs suspeitas e para 'capacitar mulheres'

Entidades favorecidas por Brazão têm ligação entre si; do total de recursos, R$ 6,3 milhões visavam ao combate à violência doméstica

TÁCIO LORRAN
BRASÍLIA

Apontado pela Polícia Federal como mandante do assassinato da vereadora Marielle Franco, o deputado federal Chiquinho Brazão (sem partido-RJ) destinou R$ 11,6 milhões em emendas parlamentares a organizações não governamentais (ONGs) sob suspeita de fraudes em licitações. Maior parte desse dinheiro, cerca de R$ 6,3 milhões, foi destinada para ações de capacitação de mulheres que visam combater a violência doméstica.

Esses recursos foram repassados pelo governo federal entre 2019 e 2023 para quatro ONGs com sede no Rio de Janeiro. Oficialmente, os projetos buscam capacitar moradoras de cidades fluminenses como cabeleireiras, designers de sobrancelha, cozinheiras, pedreiras, eletricistas e cuidadoras de idosos. Em relatório, a Controladoria-Geral da União (CGU) aponta que duas das quatro ONGs se envolveram em processo fraudulento para executar serviços custeados com dinheiro público federal.

Procurado por meio de sua assessoria, Chiquinho Brazão não se manifestou. O deputado está preso após ser acusado de mandar matar Marielle. O assassinato tem sido visto como "feminicídio político". O dirigente da principal ONG nega qualquer irregularidade. Ao longo das últimas duas semanas, o **Estadão** analisou contratos, licitações e documentos vinculados às emendas de Brazão. Os registros revelam ligação entre as ONGs favorecidas pelo deputado e ainda indicam uso de documentos forjados para simular uma concorrência entre as empresas.

O modelo de transferência de recursos patrocinado por Brazão começa com a apresentação de emendas ao Orçamento. No texto da emenda, o deputado já escreve o nome da ONG que deve receber o dinheiro público. Os recursos foram repassados por intermédio dos Ministérios dos Esportes e da Mulher.

Para executar os serviços de assistência para mulheres, expressão usada na emenda do deputado, a ONG é obrigada a fazer uma licitação já que o dinheiro é público e deve haver garantia de que a empresa contratada executará a ação pelo menor preço.

SIMULADA. No caso das ONGs escolhidas por Brazão, os documentos das licitações têm indícios de irregularidade. Ao analisá-los, o **Estadão** encontrou registros de que um mesmo concorrente fabricou propostas em nome de terceiros para simular disputa pela execução do serviço. As empresas escolhidas são geridas por amigos ou registradas em nomes de laranjas ligados aos dirigentes das ONGs. As quatro ONGs indicadas por Brazão são: Instituto Nacional de Desenvolvimento Humano (Inadh), Instituto de Desenvolvimento Social e Humano (IDSH do Brasil), Instituto Cultural, Educacional e de Capacitação Profissional (Icecap) e Instituto Mais Humanos (IMH).

EMENDAS DE CHIQUINHO BRAZÃO

ONGs já receberam empenho de R$ 55 milhões em emendas parlamentares desde julho de 2016; desse total R$ 11,6 milhões foram enviados por Chiquinho Brazão

SUPOSTAS FRAUDES TÊM AS DIGITAIS DE **DIEGO DOS ANJOS** E DE FUNCIONÁRIOS DO **INADH**

CHIQUINHO BRAZÃO

ICECAP · INADH · IMH · IDSH DO BRASIL

JOACI SIMÕES DA SILVA — PRESIDENTE DO ICECAP
SILVIO GOMES DOS ANJOS — PRESIDENTE DO INADH
DIEGO GOMES DOS ANJOS — CEO DO INADH
LEO BRAZÃO — SUPERINTENDENTE DO INADH
ADENILSON MACHADO TELES — PRESIDENTE DO CONSELHO DE ADMINISTRAÇÃO DO IDSH DO BRASIL

INFOGRÁFICO: ESTADÃO

CGU

Relatório do ano passado da Controladoria-Geral da União já identificava superfaturamento

Um relatório da CGU, revelado em julho do ano passado pelo **Estadão**, já havia identificado indícios de direcionamento e de superfaturamento em quatro convênios realizados pelo Inadh e pelo IDSH do Brasil. O órgão levantou um prejuízo de, pelo menos, R$ 2,5 milhões aos cofres públicos. A auditoria foi enviada para investigação da Polícia Federal em razão da gravidade dos crimes. O **Estadão** apurou que as outras duas entidades – IMH e Icecap – também usam o mesmo modus operandi e estão ligadas às mesmas pessoas.

HOMENAGEADO. As suspeitas de fraudes envolvem Diego dos Anjos, que se apresenta como CEO do Inadh. Trata-se de um empresário nascido no Rio de Janeiro e que atua há quase duas décadas no terceiro setor. Ele tem fotos com Chiquinho Brazão e já foi homenageado pela família na Câmara Municipal do Rio.

"No primeiro mês de mandato do Chiquinho Brazão, quando eu nem imaginava que seria vereador, procurei o Diego e falei que trabalharíamos com a ONG dele. Eu procurei e a oportunidade veio com mandato do deputado Chiquinho Brazão", disse o vereador Waldir Brazão, em dia 8 de outubro de 2021. ●

Entidades negam irregularidades; assessoria de Brazão não responde

A assessoria do deputado federal Chiquinho Brazão (sem partido-RJ) não respondeu aos questionamentos do **Estadão**.

Procurado, Diego dos Anjos, CEO do Inadh, negou a prática de quaisquer irregularidades, dizendo seguir à risca o disposto na lei que regula as associações entre governos e ONGs. Ele afirmou que já apresentou sua defesa à Controladoria-Geral da União. O empresário admitiu que presta "consultorias informais" para o IDSH do Brasil, o Icecap e o Instituto Mais Humanos. Negou, porém, que existam documentos falsificados, apesar de as próprias empresas dizerem o contrário.

"Não sou eu que faço o processo licitatório, mas não se trata de documentos falsos. O que acontece é que a empresa às vezes cria expectativa de fornecer e, quando perde a licitação, o dono fica chateado e fala essas coisas", disse. "Desconheço essa informação de ter criado os documentos."

As empresas vencedoras das licitações têm fortes ligações com o CEO do Inadh. Estão registradas em nomes de supostos laranjas ou de amigos do empresário. A Agência Brado e a FEG Consultoria pertencem, por exemplo, ao contabilista Márcio César. Nas redes sociais, Diego tem fotos com César, a quem compara a um irmão.

Já a TG Serviços e Consultoria é de Tiago Galante, que também é amigo de Diego, é o criador do site do Icecap. Uma das empresas que estão em nomes de laranja é a Globo Soluções Tecnológicas, que, no papel, pertence a Sara Vicente Bibiano. Ela foi beneficiária do auxílio emergencial, recebendo 16 parcelas durante a pandemia, e integrou o Conselho Fiscal do Inadh até setembro de 2021. "A empresa não aparenta ter infraestrutura operacional para prestar os serviços contratados. Não possui funcionários e os endereços oficiais são residenciais, em locais de difícil acesso", relatou a CGU. A empresa já recebeu ao menos R$ 11 milhões das ONGs. Sara não foi localizada pelo jornal. Outra empresa que ganhou subcontratos no âmbito desses convênios é a Atitude Consultoria. Ela pertence a Stephany dos Santos Lopes,filha de Estefânia Silva – funcionária do IDSH do Brasil.

Suspeita de 'laranjas'

A rede de ONGs inclui beneficiários do auxílio emergencial e amigos de um dos empresários

Ao **Estadão**, Diego dos Anjos reconheceu Márcio César e Tiago Galante como amigos, mas disse que não há crime nisso. "Tenho uma capacidade técnica muito grande." Todas as entidades foram procuradas pela reportagem, mas não se manifestaram. ● T.L.

William Waack

O STF na briga de rua

Não há um vitorioso à vista e nem um final previsível no embate que mais recentemente assumiu a forma Musk versus governo brasileiro/STF. Pois o que falta são respostas a duas perguntas de enorme abrangência. A primeira delas: o que é fake news? A tramitação de matéria sobre o assunto no Legislativo já havia empacado em torno dessa questão bem antes de o presidente da Câmara ter usado o embate Musk/STF para começar tudo de novo.

A rigor não há uma definição jurídica absolutamente hermética – a não ser em casos pontuais. Depois de o Legislativo ter enterrado o voto impresso, o TSE declarou "fake news" acusar de fraudulento o sistema de urnas brasileiro. Pode-se discutir se essa decisão foi "política", mas ela parava em pé.

Não só os incansáveis advogados de direito eleitoral debatem onde está a separação perfeita, clara e incontestável entre o que é opinião, o que é interpretação, o que é manipulação e o que é pura invenção e mentira. O debate obviamente tem como fundo o conceito de liberdade de expressão.

A segunda questão que hoje não tem resposta é também conceitual e dela depende a primeira. Quem é o guardião da veracidade objetiva dos fatos? Grande parte da relevância de "fake news" está associada à perda dessa função por parte de instituições tradicionais, como Judiciário e imprensa.

> ***O grande problema é a perda de credibilidade de instituições tradicionais***

É nesse eixo que está atualmente a briga entre Musk e o governo brasileiro/STF. Musk milita numa corrente no espectro político que vê a atuação política do STF como favorecimento de força antagônica. Sim, o STF teve papel relevante em defender instituições democráticas sob ataque de quem Musk está associado, mas hoje a "excepcionalidade" de suas posturas é que se transformou em "novo normal".

O problema, portanto, é institucional na sua maior expressão. Um bilionário engajado na luta política e que oscila entre a maluquice e a genialidade pode-se dar ao luxo de contestar o topo do Judiciário brasileiro pelo fato de instituições tradicionais terem perdido sua condição de "guardiãs".

Passaram a serem vistas (junto da imprensa) como parte atuante das disputas políticas, com um "lado". Especialmente no Brasil é tênue a noção de um centro democrático equilibrado e no qual as instituições tenham um papel... institucional.

A plataforma "X", que Musk adquiriu, é apenas uma entre outras nas quais o que é "certo" ou "errado", "verdadeiro" ou "falso", depende exclusivamente da capacidade de mobilização e aglutinação de grupos organizados. E de circunstâncias políticas voláteis e de difícil controle.

O que o STF jamais poderia ter virado é parte de briga em rede social. ●

JORNALISTA E APRESENTADOR DO PROGRAMA WW, DA CNN

SEG. Carlos Pereira e Diogo Schelp (quinzenalmente) ● **TER.** Eliane Cantanhêde ● **QUA.** Vera Rosa e Marcelo Godoy (quinzenalmente) ● **QUI.** William Waack ● **SEX.** Eliane Cantanhêde ● **DOM.** Eliane Cantanhêde e J.R. Guzzo

Legislativo

Embate de Musk com Moraes revela disputa entre Lira e Pacheco

Presidente da Câmara, se incomoda com defesa de regulação das redes sociais feita pelo presidente do Senado; projeto foi descartado

VERA ROSA
BRASÍLIA

O embate protagonizado pelo empresário Elon Musk com o ministro do Supremo Tribunal Federal (STF) Alexandre de Moraes serviu para escancarar mais um capítulo da disputa entre os presidentes do Senado, Rodrigo Pacheco (PSD-MG), e da Câmara, Arthur Lira (PP-AL). Ao defender a regulação das redes sociais para acabar com o "vale-tudo" no ambiente digital, Pacheco jogou os holofotes sobre a paralisia do tema na Câmara.

A estratégia irritou Lira, para quem o colega parece sempre mais interessado em fazer um contraponto e aparecer mais do que ele. Foi assim, por exemplo, no caso em que Pacheco derrubou um trecho da Medida Provisória que aumentava a alíquota de contribuição previdenciária das prefeituras de 8% para 20%.

O presidente do Senado capitalizou sozinho, no último dia 1.º, os dividendos políticos da iniciativa, num ano de eleições municipais. Na noite de anteontem, os deputados reagiram e aprovaram requerimento de urgência do projeto enviado pelo Executivo, que propõe um novo modelo para atender as cidades menores e mais pobres.

'PONTE'. Nem tudo, porém, é tão fácil. A seis meses das eleições, há muitos fatores que contribuem para Lira não querer pautar de novo a proposta destinada a coibir a disseminação de discursos de ódio e notícias falsas nas redes sociais, batizada de PL das Fake News. Um dos principais motivos, no entanto, é manter a "ponte" com aliados do ex-presidente Jair Bolsonaro.

Conhecido pelo pragmatismo político, Lira não vai mexer em um vespeiro que atiça a base bolsonarista num momento em que também precisa dos votos desse grupo para eleger seu sucessor ao comando da Casa, em fevereiro de 2025. No Salão Azul do Senado, a situação parece mais definida e a maioria das apostas gira em torno da eleição do ex-presidente da Casa Davi Alcolumbre (União Brasil-AP), padrinho político de Pacheco.

Lira adotou o silêncio sobre os ataques de Musk na direção de Moraes. O dono do X (antigo Twitter) defendeu o impeachment do magistrado, a quem chamou de "ditador brutal", e disse que ele mantinha o presidente Lula "na coleira" após ter "interferido" nas eleições. Não foi só: ameaçou não cumprir determinações da Corte que pedem a suspensão de contas no X e compartilhou mensagens de discípulos de Bolsonaro.

"Não tenho nada a comentar sobre isso", desconversou o presidente da Câmara, que lidera o Centrão. Embora o PP integre a base do governo e ocupe o Ministério do Esporte, além da presidência e das diretorias da Caixa, Lira não rompeu com Bolsonaro e quer distância dessa briga.

Diante do agravamento da crise, o ministro do STF Dias Toffoli decidiu encaminhar para julgamento, até o fim de junho, a ação que trata da responsabilidade de plataformas quando houver conteúdos nocivos nas redes sociais.

Enquanto isso, Pacheco aproveita o confronto para cobrar a regulação das redes e dar outra estocada em Lira. O projeto de lei que não andou na Câmara recebeu sinal verde do Senado ainda em 2020. No ano passado, porém, foi retirado de pauta por pressão das big techs e também de apoiadores de Bolsonaro. "No final das contas, é uma busca indiscriminada, antiética e criminosa pelo lucro. Isso, obviamente, tem que ser contido por lei e esse é nosso papel enquanto Congresso", disse Pacheco.

GRUPO DE TRABALHO. A decisão anunciada por Lira de criar um grupo de trabalho para produzir nova proposta foi vista no Congresso como uma forma de sepultar a votação. Não sem motivo: no mundo político, toda vez que uma autoridade quer tirar um assunto de cena, monta um grupo de trabalho para estudar o assunto.

"Perdermos tempo com uma discussão que não vai à frente será muito pior do que fazermos, como sempre fizemos, grupos de trabalho para assuntos delicados na Casa", argumentou o presidente da Câmara, ao destacar que a decisão foi tomada pelo colégio de líderes. Lira lembrou os problemas na tramitação do projeto, como os que vinculavam o texto à censura.

Com o grupo de trabalho, o deputado Orlando Silva (PCdoB-SP), relator do PL das Fake News, será substituído. "Sinceramente, ainda não entendi o que vai ser encaminhado, além da não votação do projeto de lei", afirmou ao **Estadão**. "Esse grupo de trabalho terá qual prazo? Qual objeto? Qual composição? Quando o Legislativo decide não decidir, não pode mais reclamar de 'ativismo judicial' por parte do Supremo." ●

WILTON JUNIOR/ESTADÃO–28/3/2023

Rodrigo Pacheco e Arthur Lira durante reunião em Brasília

Moraes: 'Alienígenas' conheceram 'a coragem do Judiciário brasileiro'

O ministro Alexandre de Moraes, do Supremo Tribunal Federal, se manifestou publicamente ontem sobre a polêmica iniciada pelo empresário Elon Musk, dono da rede social X. "Talvez alguns alienígenas não saibam, mas passaram a aprender e tiveram conhecimento, da coragem e seriedade do Poder Judiciário brasileiro", disse.

O presidente Luiz Inácio Lula da Silva relacionou as críticas do bilionário com o avanço da extrema direita. Ontem, Lula chamou o dono do X de "empresário americano que nunca produziu um pé de capim" no Brasil.

Musk, por sua vez, afirmou na plataforma que o deputado Nikolas Ferreira (PL-MG) é um "homem corajoso" – após o parlamentar publicar o vídeo de discurso no qual critica o STF e diz que Lula é um "ladrão que deveria estar preso". ●

NOTAS E INFORMAÇÕES

A regra não é clara

O julgamento de Sérgio Moro mostra que é preciso definir melhor os limites das pré-campanhas

O Tribunal Superior Eleitoral (TSE) terá a palavra final se preserva ou não o mandato do senador Sérgio Moro (União-PR), absolvido pelo Tribunal Regional Eleitoral do Paraná (TRE-PR) das acusações de abuso de poder econômico, caixa 2 e uso indevido dos meios de comunicação na campanha de 2022. Goste-se ou não do ex-juiz da Lava Jato – e hoje é evidente a sua decomposição política e moral em razão dos erros da força-tarefa e do ativismo político que o tirou da toga –, somente o espírito de vingança justificaria a cassação do mandato pelos desembargadores paranaenses. Como apontou o relator do caso, Luciano Carrasco Falavinha, depois seguido por quatro dos seus pares, as acusações do PL e do PT do Paraná são desprovidas de provas, sob qualquer prisma identificado na legislação eleitoral. Resta ver se o TSE, órgão com poder para reverter a decisão, adotará a mesma premissa e também não se dobrará aos imperativos políticos.

Até lá, convém reafirmar uma certeza explicitada no julgamento: Moro foi acusado de subverter uma regra de gastos que hoje simplesmente não existe na legislação eleitoral. Descontada a eventual torcida contra a sua candidatura a presidente e depois a de senador, será possível admitir que a Lei 13.165/2015, conhecida como minirreforma eleitoral, alterou diversas regras, entre as quais a permissão das chamadas pré-campanhas, mas deixou imprecisa a disciplina de gastos de pré-candidaturas. Definiu um teto de despesas para a campanha, ao mesmo tempo que autorizou pré-candidatos a divulgar seu nome, dizer que concorrerão a determinado cargo, expor suas pretensões e promover reuniões abertas para discutir planos de governo. Só não podem pedir votos. Assim fez Sérgio Moro enquanto tentou ser candidato à Presidência, assim como André Janones (Avante-MG) e Eduardo Leite (PSDB-RS).

O teto de gastos de campanha é uma realidade bem definida e regulamentada a cada eleição. O mesmo, contudo, não se aplica à pré-campanha. Não há na lei mencionada nem em qualquer outra a definição explícita de limite de despesas, nem mesmo ideia consolidada no campo jurídico, muito menos jurisprudência a respeito. Com um detalhe adicional: a legislação prevê que os gastos precisam ser compatíveis com as possibilidades de um pré-candidato médio. A intenção é justa, isto é, frear gastos extraordinários ou muito significativos que gerem desequilíbrios na disputa.

Justa, porém insuficiente. Sua subjetividade a converte em terreno fértil para questionamento. Essa indefinição alimenta o apetite de oportunismos e escancara a necessidade de revisão. Com regras genéricas, tem-se o pior dos mundos para um debate jurídico-eleitoral: a análise de um caso feita com base no que a lei deveria ser, e não no que efetivamente é. Uma regulamentação mais clara precisa dizer, por exemplo, quais os tipos de gasto que são possíveis na pré-campanha e definir o que é e o que não é um gasto moderado para o período. Não atenuará os muitos problemas de quem já foi o maior algoz dos políticos, mas pelo menos reduzirá as chances de mais insegurança jurídica no futuro.●

Operação Fim da Linha

MP arrola Jilmar Tatto e Milton Leite como testemunhas na apuração sobre ônibus do PCC

Promotores estaduais denunciaram 29 funcionários de duas empresas que prestam serviço à Prefeitura de São Paulo

MARCELO GODOY
PEPITA ORTEGA
FAUSTO MACEDO

O Ministério Público de São Paulo (MP-SP) denunciou 29 funcionários, entre advogados, diretores, contadores e acionistas, de duas concessionárias de transporte público na cidade de São Paulo por ligação com o Primeiro Comando da Capital (PCC). Eles foram acusados formalmente por organização criminosa, lavagem de dinheiro, apropriação indébita e extorsão, crimes investigados na Operação Fim da Linha. As empresas são a Transwolff e a UPBus – para cada uma foi apresentada uma denúncia distinta. A reportagem não localizou os acusados.

O Grupo de Atuação Especial de Combate ao Crime Organizado (Gaeco), do Ministério Público, arrolou na denúncia como testemunhas o vereador Milton Leite (União Brasil), presidente da Câmara Municipal de São Paulo, e o deputado federal Jilmar Tatto (PT-SP), ex-secretário de Transportes da cidade. Os promotores querem saber o que os dois políticos podem contar sobre a constituição da Transwolff, que sofreu intervenção da Prefeitura após a decisão judicial que determinou o afastamento da diretoria e a prisão de dois diretores e de um contador do grupo.

'À DISPOSIÇÃO'. O Estadão procurou Leite e Tatto. O petista afirmou que não foi notificado ainda, mas que está à disposição do MP-SP para prestar os esclarecimentos necessários. Milton Leite disse que não recebeu "nada oficialmente". "Mas estou sempre à disposição da Justiça e do Ministério Público."

As denúncias estão sendo analisadas pela 1.ª e pela 2.ª Varas de Crimes Tributários, Organização Criminosa e Lavagem de Bens e Valores da Capital. Juntas, as duas empresas transportam em média 16,68 milhões de passageiros por mês em São Paulo.

Esclarecimentos
O MP-SP quer saber o que Tatto e Leite podem dizer sobre a constituição da empresa Transwolff

No ano passado, a Prefeitura repassou R$ 748 milhões recursos do sistema de transporte para a Transwolff, e R$ 81,8 milhões para a UPBus. Os presidentes das duas empresas, Luiz Carlos Efigênio Pacheco (Transwolff) e Ubiratan Antonio da Cunha (UPBus), estão entre os denunciados pelo MP-SP. ●

Mediação política

Após encontro com Maduro, Petro se reúne com oposição na Venezuela

Presidente colombiano tenta se colocar como mediador da crise venezuelana, mas não revela com quem conversou e nem seu plano para garantir eleições limpas no país vizinho

CARACAS

O presidente da Colômbia, Gustavo Petro, se reuniu ontem com representantes da oposição venezuelana e apresentou uma proposta para alcançar a "paz política", sem explicar quem eram seus interlocutores ou as características do plano proposto.

A reunião com os opositores foi parte de uma viagem de Petro a Caracas para se reaproximar do ditador chavista, Nicolás Maduro. Os dois se reuniram na terça-feira pela primeira vez após o colombiano criticar a impugnação de candidaturas de opositores nas eleições presidenciais venezuelanas, marcadas para 28 de julho.

"Conversei com Maduro. Fiz uma proposta a ele e a setores da oposição, talvez os mais importantes no momento, para garantir que este país (*Venezuela*) possa ter paz política", disse Petro, ao final de sua visita de dois dias a Caracas.

ARIANA CUBILLOS/AP - 9/4/2024

Presidentes colombiano, Gustavo Petro (E), e venezuelano, Nicolás Maduro, se encontram em Caracas

CORINA. O presidente colombiano enfatizou que um aspecto fundamental de sua política externa é alcançar o que ele vem chamando de "paz política" na Venezuela, fazendo uma conexão entre a pacificação venezuelana com a estabilidade da vizinha Colômbia. Embora Petro não tenha indicado os nomes das pessoas com quem se reuniu, já se sabe com quem ele não esteve.

Membros da Plataforma Unitária Democrática (PUD), principal grupo de oposição, negaram ter encontrado o colombiano. A equipe de comunicação da principal líder do antichavismo, a ex-deputada María Corina Machado, também garantiu que ela não participou dessas conversas.

MADURO. Na semana passada, Petro descreveu o veto à candidatura de María Corina como um "golpe antidemocrático" e defendeu que o objetivo da democracia é "manter os direitos políticos de todos os cidadãos".

Esse tipo de declaração colocou Petro em rota de colisão com Maduro. No encontro de terça-feira, porém, o colombiano não se referiu às eleições ou aos episódios envolvendo as candidaturas diretamente. Mas a reunião entre os dois no Palácio Miraflores, sede do governo, em Caracas, serviu para reaproximar os dois presidentes.

"Agradeço ao presidente Gustavo Petro por esta boa reunião que tivemos", disse Maduro, que disputará um terceiro mandato de seis anos em uma eleição com cada vez menos adversários. O chavista ratificou seu apoio às negociações de Petro com os guerrilheiros do Exército de Libertação Nacional (ELN), um processo semelhante ao que levou, em 2016, ao desmantelamento das Forças Armadas Revolucionárias da Colômbia (Farc).

AFASTAMENTO. Colômbia e Venezuela romperam relações por três anos, após o então presidente colombiano, Iván Duque (2018-2022), não reconhecer a reeleição de Maduro, em 2018, após denúncias de fraude. Quando Petro foi eleito, e pela primeira vez um esquerdista ocupou a presidência colombiana, Caracas e Bogotá se reaproximaram, até as últimas críticas de Petro abalarem de novo a relação.

EQUADOR. Petro e Maduro discutiram também questões internacionais, como a invasão à Embaixada do México no Equador para capturar o ex-vice-presidente equatoriano Jorge Glas, asilado e acusado de corrupção. No encontro de terça-feira, Colômbia e Venezuela pediram que o Equador restitua imediatamente a condição de asilado de Glas e manifestaram solidariedade ao governo mexicano. ● AFP

OEA aprova resolução que apoia México e condena Equador

A Organização dos Estados Americanos (OEA) apoiou ontem o governo mexicano e aprovou uma resolução que "condena veementemente" a invasão da polícia equatoriana à Embaixada do México em Quito.

A medida foi apresentada ao Conselho Permanente da OEA pela Colômbia e aprovada com o voto favorável de quase todos os países – o único voto contrário foi do Equador. A delegação mexicana não compareceu à sessão, enquanto El Salvador se absteve. ● EFE

Ex-presidente argentino tem bens bloqueados

BUENOS AIRES

A Justiça da Argentina ordenou o bloqueio de bens e a quebra dos sigilos bancário e fiscal do ex-presidente Alberto Fernández. O peronista foi acusado de desvio de verba pública. A decisão do juiz Julián Ercolini também inclui outras 32 pessoas que estão envolvidas no chamado escândalo dos seguros. Fernández foi acusado de desviar verba por meio da contratação irregular de seguros de funcionários públicos.

As suspeitas de atuações irregulares com participação do ex-presidente ganharam tração com um decreto de 2021 que obrigava o Estado a assinar contratos com uma empresa, a Nación Seguros, ligada ao corretor Héctor Martínez, marido da secretária particular de Fernández, María Cantero. Ambos – Martínez e María Cantero – também tiveram os bens bloqueados.

Em fevereiro, o peronista foi denunciado pelo Ministério Público em um processo relacionado com a contratação de seguros por organismos públicos que teriam beneficiado amigos do ex-presidente durante seu governo.

INOCÊNCIA. O procurador federal Ramiro González acusou, na época, o ex-presidente e o ex-chefe da Nación Seguros Alberto Pagliano por violação dos deveres de funcionário público, abuso de autoridade e peculato. Na ocasião, Fernández concordou com a investigação e prometeu provar sua inocência. "Não roubei nada nem participei de nenhum esquema", disse ele.

Fernández ocupou a Casa Rosada de 2019 a 2023, quando foi sucedido por Javier Milei. Ele não disputou a reeleição. Em seu lugar, concorreu o então superministro da Economia Sergio Massa, que perdeu no segundo turno para Milei.

Irregularidades

Decreto de Fernández teria impedido licitação e transparência na contratação de seguros

De acordo com reportagem do jornal *Clarín*, o caso investiga a existência de uma organização criminosa e irregularidades no Decreto 823/2021, em que Fernández obriga ao setor público a contratar serviço de seguro, sendo exclusivamente com a empresa Nación Seguros SA. A decisão teria impedido a licitação e a transparência no processo de contratação.

COMISSÕES. A reportagem revela contratos de coparticipação com outras seguradoras que contaram com intermediários – como Héctor Martínez, Pablo Torres García e Oscar Castello –, que teriam recebido comissões acima do mercado. Cinco segurados incluídos na investigação acumularam 80% das comissões ligadas a seguros. ● AFP e EFE

Após 10 anos de debate

UE aprova reforma que endurece leis de imigração

BRUXELAS

O Parlamento da União Europeia aprovou ontem uma reforma da política de refúgio e asilo que endurece o controle nas fronteiras e força todos os 27 países do bloco a compartilharem responsabilidades. Os principais grupos políticos do Parlamento superaram a oposição de partidos de extrema direita e de esquerda e deram aval à nova lei após dez anos de negociação.

O chanceler alemão, Olaf Scholz, chamou a reforma de um "passo histórico". A comissária de assuntos internos do bloco, Ylva Johansson, disse que a UE será "capaz de proteger melhor suas fronteiras, os vulneráveis e os refugiados, devolver rapidamente os que não têm direito de ficar" e distribuir a responsabilidade entre os países-membros.

No entanto, nem todos gostaram. Fora do Parlamento, em Bruxelas, ativistas, ONGs de defesa dos imigrantes e organizações de caridade protestaram contra a reforma, considerada uma traição aos valores da UE.

A oposição à reforma também uniu as extremas direita e esquerda, mas por motivos diferentes. Para os esquerdistas radicais, a lei – que inclui a construção de centros de refugiados nas fronteiras e envio de imigrantes para países de fora da UE – são incompatíveis com os direitos humanos.

AMEAÇA. Os deputados ultraconservadores, por sua vez, reclamaram que a reforma não foi longe o suficiente para bloquear o acesso de imigrantes ilegais, acusados de espalhar insegurança e de ameaçar a identidade europeia.

As novas medidas entrarão em vigor em 2026, após a Comissão Europeia definir como elas serão implementadas. Os novos centros de fronteira abrigarão migrantes em situação ilegal enquanto os pedidos de refúgio e asilo são analisados e acelerariam as deportações de quem tiver o pedido recusado.

As novas regras também exigem que os países da UE recebam milhares de solicitantes de asilo de Estados fronteiriços, como Itália e Grécia, ou enviam dinheiro e recursos para os países sob pressão. Cada imigrante custaria € 20 mil (R$ 110 mil), segundo a proposta.

A parte mais questionada, porém, é o envio de solicitantes de asilo para países fora da UE. O bloco pode expulsar os imigrantes, desde que para países considerados "seguros" – o que evitaria ter de deportá-los ao país de origem, onde provavelmente seriam perseguido.

A nova lei deve agora ser aprovada pelos 27 membros. O maior obstáculo deve ser o novo primeiro-ministro da Polônia, Donald Tusk, que afirmou que não concorda com as novas regras que permitem a realocação de imigrantes. "Encontraremos maneiras para que, mesmo que o pacto entre em vigor, protegeremos a Polônia contra o mecanismo de realocação", disse ele, alegando que de seu país já está acomodando cerca de 1 milhão de refugiados ucranianos. ● AP e EFE

> **Contenção**
> **A parte mais questionada da reforma é o envio de solicitantes de asilo para países de fora da UE**

Eleição americana

Trump promete rejeitar lei nacional antiaborto

Um dia depois de a Suprema Corte do Estado do Arizona revalidar uma lei do século 19 que bane o aborto em praticamente todos os casos, o ex-presidente Donald Trump prometeu ontem vetar leis nacionais que proíbam o procedimento. O tema vem desgastando a imagem do candidato republicano em Estados cruciais, como o Arizona. ●

JASON ALLEN/AP

Haiti

Operação resgata 7 brasileiros de helicóptero

O governo do Brasil resgatou ontem sete brasileiros que pediram para deixar o Haiti, em razão do agravamento da crise interna na segurança pública. Foi a primeira operação de repatriação realizada pelo Brasil no país e envolveu a colaboração de autoridades haitianas e dominicanas. Segundo o Itamaraty, há outros 59 brasileiros vivendo no Haiti. ●

Guerra em Gaza

Israel mata 3 filhos e 3 netos de líder do Hamas

Exército israelense acusa herdeiros de Ismail Haniyeh, que vive no exílio no Catar, de serem combatentes radicais

TEL-AVIV

O líder político do Hamas, Ismail Haniyeh, disse ontem que um ataque israelense matou três de seus quatro filhos e três de seus netos no norte da Faixa de Gaza. Haniyeh garantiu que as mortes não mudarão as exigências do grupo. Segundo ele, em seis meses de guerra, 60 parentes já morreram em Gaza.

O Exército israelense confirmou que suas forças mataram os filhos, dizendo que os três eram ativos nas operações militares do Hamas. Em breve comunicado, o Exército não informou onde o ataque ocorreu nem abordou a informação de que os netos também foram mortos.

Haniyeh não especificou o papel dos seus filhos no Hamas, mas os chamou de mártires, dizendo que eles permaneceram na Faixa de Gaza, enquanto ele chefiava o gabinete político do Hamas do exílio.

Os críticos do Hamas costumam acusar a liderança de viver um estilo de vida luxuoso no exterior, enquanto a população de Gaza sofre sob os bombardeios israelenses e em condições humanitárias cada vez piores.

MARTÍRIO. Mas Haniyeh, que há muito viaja entre o Catar e a Turquia, comparou a sua dor à de todos os habitantes de Gaza. “Todo nosso povo e as famílias dos residentes de Gaza pagaram um preço alto com o sangue de seus filhos, e eu sou um deles”, disse.

Em entrevista à rede Al-Jazeera, Haniyeh disse que as mortes não pressionariam o Hamas a suavizar suas posições. “Qualquer um que acredite que atacar os meus filhos mudará a posição do Hamas está delirando.”

Haniyeh vive exilado no Catar, onde fica a sede da Al-Jazeera. Ontem, a estação de TV Al-Aqsa, do Hamas, transmitiu imagens de Haniyeh recebendo a notícia das mortes enquanto visitava palestinos feridos transportados para um hospital em Doha.

Quando um assessor recebeu a notícia em seu telefone, Haniyeh assentiu, olhou para o chão e saiu lentamente da sala. “Não há força nem poder senão vindo de Deus”, murmurou Haniyeh. “Que Deus facilite as coisas para eles.”

FERIADO. A TV Al-Aqsa informou que Hazem, Ameer e Mohamed Haniyeh foram mortos com parentes no ataque perto do campo de refugiados de Shati, na Cidade de Gaza – lugar de origem de Ismail Haniyeh. Os irmãos viajavam em um único carro com seus filhos e foram alvos de um drone israelense.

O ataque ocorreu no momento em que os palestinos em Gaza celebravam o feriado de Eid al-Fitr, encerrando o mês sagrado de jejum do Ramadã, visitando os túmulos de entes queridos mortos na guerra.

O conflito eclodiu no dia 7 de outubro, quando terroristas do Hamas lançaram um ataque contra Israel, deixando 1,2 mil mortos e sequestrando 250 reféns. A resposta militar de Israel já deixou 33.360 mortos até agora, segundo o Hamas. ● NYT, AP e AFP

AFP

Carro em que viajavam os filhos de Haniyeh, atingido em Gaza

Biden diz que entrada de ajuda humanitária em Gaza é insuficiente

O presidente americano, Joe Biden, afirmou, ontem, que Israel não está deixando entrar na Faixa de Gaza a ajuda humanitária necessária para atender à população.

Segundo o presidente, a quantidade está aquém do que foi acertado em um telefonema tenso com o primeiro-ministro israelense, Binyamin Netanyahu, na semana passada. ● AFP

INÊS 249

Estradas

Plano para a Raposo prevê túneis e pedágios no trecho entre SP e Cotia

Estado realiza consulta pública para conceder trecho na região metropolitana da capital, com investimento de R$ 9,07 bilhões; moradores temem mais trânsito

JOSÉ MARIA TOMAZELA

O governo de São Paulo realiza consulta pública para conceder à iniciativa privada 125 quilômetros de rodovias, incluindo o trecho da Raposo Tavares entre a capital e Cotia, na região metropolitana. Com um movimento de 188 mil veículos por dia, o trecho é um dos principais gargalos de trânsito no Estado e, após a concessão, terá seis pórticos para a cobrança automática de pedágio, que hoje não é cobrado.

Interligando bairros, condomínios e complexos comerciais e industriais, a rodovia tem características de grande avenida e trava nos horários de pico. Diferentes projetos para melhorar a via têm sido discutidos há mais de 20 anos. O projeto Nova Raposo prevê investimentos de R$ 9,07 bilhões e faz parte do Programa de Parcerias de Investimentos do governo paulista.

Na semana passada, houve em Vargem Grande Paulista a segunda audiência pública sobre o projeto – a primeira foi em 28 de março, na capital. No entanto, interessados ainda podem enviar sugestões até as 18 horas de terça-feira para o endereço eletrônico novasconcessoes@artesp.sp.gov.br.

LICITAÇÕES. O projeto da Nova Raposo faz parte dos 1,8 mil quilômetros de rodovias qualificados no programa de parcerias que passarão por novas licitações. A proposta é conceder trechos de vias operadas hoje pela concessionária ViaOeste e incluir rodovias sob a gestão do Departamento de Estradas de Rodagem (DER), como o trecho inicial da Raposo até Cotia e a SP-029, que interliga a Raposo e a Castelo Branco, passando por Cotia e Itapevi.

Essa ligação Castelo-São Roque (SP-053) e o trecho municipal da ligação Cotia-Embu das Artes também serão concedidos. O projeto prevê duplicar 36,16 km de rodovias, implementar 36,65 km de faixas adicionais, 48,26 km de vias marginais, 24 dispositivos viários, 59 intervenções (chamadas de obras de artes especiais, o que inclui pontes e viadutos), 38 passarelas e 73 pontos de ônibus.

INTERVENÇÕES

Governo realiza consulta pública para conceder à iniciativa privada 125 km de rodovias, incluindo o trecho da Rodovia Raposo Tavares entre a capital e a cidade de Cotia, na região metropolitana de São Paulo

Situação atual

MALHA URBANA (BUTANTÃ)
SEMÁFORO
SENTIDO RAPOSO TAVARES
SENTIDO SÃO PAULO
MOVIMENTOS INTERNOS (BAIRRO)

MARGINAL PINHEIROS
CITY BUTANTÃ
BUTANTÃ
PINHEIROS
RIO PINHEIROS
AV. FRANCISCO MORATO
PTE. EUSÉBIO MATOSO
JD. EVEREST

Situação futura

VALA FECHADA
TÚNEL
VIADUTO
AMPLIAÇÃO DE ALÇA
INVERSÃO DE SENTIDO
TRECHO EM NÍVEL

AV. VALENTIM GENTIL
CITY BUTANTÃ
BUTANTÃ
PINHEIROS
PONTE EUSÉBIO MATOSO
CHEGADA AO BUTANTÃ
PTE. EUSÉBIO MATOSO
AV. FRANCISCO MORATO

FONTE: GOVERNO DE SP / INFOGRÁFICO: ESTADÃO

Concessionária diz estar focada em obras e ter interesse no trecho

A concessionária CCR Viaoeste, que administra o Sistema Castelo-Raposo desde 1998, informa que seu contrato de concessão termina em 29 de março de 2025. E diz estar focada em concluir as obras de ampliação da capacidade e modernização da Castelo Branco, com a construção do novo acesso a Osasco, das obras das pistas marginais em Barueri, bem como da duplicação da Raposo nas regiões de São Roque, Mairinque e Sorocaba.

Em relação à licitação da Nova Raposo, o Grupo CCR informou que tem interesse na manutenção da concessão da rodovia e espera a publicação do edital para sua análise. ●

Os recursos serão aplicados também em melhorias de dispositivos de acesso e retorno e outras obras de infraestrutura, além de serviços de atendimento ao usuário e de câmeras. Os estudos para o projeto foram contratados com a International Finance Corporation do Banco Mundial.

PEDÁGIO E POPULAÇÃO. Os novos trechos concedidos terão pedágios sem cabines, com sistema automático livre e pagamento da tarifa por meio de um sistema 100% automático (free flow). A tarifa será calculada por trecho percorrido. As vias atualmente sob concessão da ViaOeste, cujo contrato está prestes a vencer, terão as praças de pedágio convertidas em pórticos, o que, segundo o governo, permitirá uma redução de cerca de 20% na tarifa atual.

Assim, a Raposo terá seis pórticos de cobrança entre o km 11,8 e o km 39,1. Atualmente, o primeiro pedágio fica no km 46, no limite de Vargem Grande Paulista com São Roque, e tem uma tarifa básica (carro) de R$ 12,20.

Alguns ajustes no projeto ainda podem ser feitos com base nas sugestões que serão enviadas até o dia 16. A prefeitura de Vargem Grande Paulista, por exemplo, reivindica a construção de uma passagem elevada sobre as pistas expressas da Raposo na região central da cidade, interligando o centro aos bairros. Segundo o município, a rodovia dividiu o município em duas partes, e as ligações atuais estão saturadas, causando prejuízo à mobilidade urbana.

Cobrança automática
Proposta é de que a Raposo tenha seis pórticos de cobrança entre o km 11,8 e o km 39,1

Nas redes sociais, internautas reagiram ao projeto. "Estou no km 26 da estrada do Embu, e tem dia que levo mais de uma hora para chegar até a Raposo. Em 13 anos, já ouvi falar sobre metrô, viaduto no km 25, mas a verdade é que continuam aumentando os condomínios, e a Raposo está cada vez pior", publicou um internauta. "Moro na estrada do Embu e vou pagar para sair de casa", disse outra internauta. E há quem duvide do impacto positivo das obras. "Mais uma requentada em um projeto maroto para cobrar pedágio e mudar o congestionamento de lugar. A Raposo Tavares não é mais uma estrada, é uma avenida e deve ter uma lógica urbana", escreveu um terceiro morador.

Moradores do Condomínio Granja Viana, em Cotia, decidiram criar uma associação para discutir detalhes do projeto com o governo estadual. Eles questionam as novas alças de acesso e retorno à Avenida São Camilo que, segundo dizem, foram posicionadas sem considerar o fluxo de tráfego da Rua José Félix de Oliveira, no km 24 da Raposo, e da Estrada da Aldeia, de acesso a Carapicuíba, no km 22. As duas alças, se mantido o posicionamento do projeto, podem trazer impacto negativo para o sistema viário local e prejudicar o acesso dos moradores ao condomínio, de acordo com eles. Conforme a Secretaria de Parcerias e Investimentos do governo estadual, o projeto pode sofrer ajustes com base nas sugestões e contribuições que ainda estão sendo recebidas.

ESPECIALISTA. O engenheiro civil Ivan Carlos Maglio, pesquisador do Instituto de Estudos Avançados da USP, recomenda que o governo priorize a construção da Linha 22 para atender a região oeste da região metropolitana. "A exemplo da Régis Bittencourt, que liga o Estado ao Paraná, o trecho da Raposo Tavares em São Paulo deveria ser controlado cada vez mais como via urbana. Cargas oriundas do interior deveriam vir somente até o Rodoanel e adentrar o trecho urbano por meio de veículos menores, caso se destinem à cidade de São Paulo", sugere.

Ele defende que as demais cargas destinadas a outras cidades da Grande São Paulo usem o Rodoanel para sua distribuição. "Aliás, essa foi uma das razões do Rodoanel, até agora inacabado, mas pronto para ser retomado no Trecho Norte. Quebrar gradualmente com a lógica rodoviarista trará mais benefícios urbanos e ambientais para a região oeste de São Paulo."

Segundo ele, o aumento da capacidade viária pode atrair mais veículos para a rodovia e resultar em mais congestionamento em certos pontos, além de piorar a qualidade de vida dos moradores da região, especialmente no entorno do Butantã, na capital. ●

Ambiente

Governo usa R$ 600 mi do Fundo Amazônia para zerar desmate até 2030

Programa foca em desenvolvimento sustentável e no combate a desmate e a incêndios florestais em 70 municípios

O governo federal pretende utilizar grande parte dos recursos do Fundo Amazônia para tentar cumprir a meta de zerar o desmatamento até 2030. O programa União com Municípios pela Redução do Desmatamento e Incêndios Florestais na Amazônia, lançado pelo presidente Luiz Inácio Lula da Silva anteontem, prevê a aplicação de R$ 730 milhões em desenvolvimento sustentável e no combate a desmatamento e incêndios florestais em 70 municípios considerados prioritários.

Os recursos terão como origem o Fundo Amazônia (R$ 600 milhões) e o programa Floresta+ (R$ 130 milhões), ação do Ministério do Meio Ambiente para criar, fomentar e consolidar o mercado de serviços ambientais. "Precisamos cuidar da maior reserva florestal do mundo, que está sob a nossa guarda, e tentar fazer do cuidado dessa reserva florestal uma forma de melhorar não apenas a qualidade da prefeitura e do povo, mas melhorar as condições financeiras da cidade", disse o presidente.

Segundo o Planalto, os municípios já em condições de participar da iniciativa foram responsáveis por cerca de 78% do desmatamento no bioma no ano de 2022. Dos 70 prioritários, 53 já aderiram ao programa. Eles são responsáveis por 59% do desmatamento na Amazônia. Os 17 restantes ainda podem firmar o termo de adesão até 30 de abril. Para aderir ao programa, é necessário que o termo seja assinado pelo prefeito do município e ratificado por pelo menos um vereador – de preferência, o presidente da Câmara. "Em até 90 dias, ao menos um deputado estadual e um deputado federal ou senador do Estado devem declarar por escrito apoio à adesão do município", informou o Planalto.

COMO SERÃO DISTRIBUÍDOS OS RECURSOS. A lógica adotada para a destinação dos recursos às prefeituras é a de pagamento por performance. Assim, quanto maior a redução anual do desmatamento e da degradação, maior será o valor investido. O parâmetro será o sistema de monitoramento Prodes, do Inpe. O Prodes calcula a taxa anual de desmatamento, medida de agosto de um ano a julho do ano seguinte. Para 2024, será considerado o índice calculado entre agosto de 2022 e julho de 2023.

Entre os compromissos para as prefeituras está a existência de uma secretaria municipal responsável por políticas de meio ambiente ou sustentabilidade e a realização de reunião do Conselho Municipal de Meio Ambiente em até 90 dias, com participação de representantes da sociedade. Está prevista também a criação de uma Comissão de Coordenação e Monitoramento do Programa União com Municípios, que determinará novos períodos de adesão ao programa. "A comissão será responsável por monitorar a implementação do programa, decidir medidas de aprimoramento, propor novos critérios de elegibilidade e decidir sobre a repartição de recursos e novos aportes", afirmou o Planalto.

Como admitiu o presidente na cerimônia, também será necessário viabilizar e potencializar os ganhos daqueles que lucram por meio da preservação da floresta. "Muita gente vê floresta e rios de forma separada. Temos de ver que ali moram pessoas que precisam de saúde, educação e condições de trabalhar", disse o presidente. "Precisamos fazer as pessoas compreenderem que manter a floresta de pé é um ganho econômico às vezes muito maior do que um rebanho de gado. Não que não seja necessário criar gado. Mas o gado pode ser criado em um lugar onde não seja preciso derrubar floresta."

Marina Silva
Ministra destacou que é precisou tornar a floresta mais rentável em pé do que se for derrubada

O Planalto informa que as metas incluem a implementação de escritórios de governança, no primeiro ano do programa, nos 53 municípios prioritários que já declararam adesão. Estão previstas também ações de regularização ambiental e fundiária em glebas públicas federais não destinadas. Além disso, devem ser criadas ao menos 30 brigadas municipais de prevenção e combate a incêndios florestais.

MANEJO SUSTENTÁVEL. De acordo com a ministra do Meio Ambiente, Marina Silva, os mais de R$ 700 milhões previstos em recursos são apenas o começo. "Só vamos conter (*desmate*) quando manter a floresta em pé for mais rentável e mais vantajoso do que derrubá-la", disse. "Só assim garantiremos que aquele que é um produtor ou um industrial da madeira garanta ter trabalho para filhos, netos e bisnetos." ● COM INFORMAÇÕES DA AGÊNCIA BRASIL

'Temos 2 anos para salvar o mundo', diz secretário da ONU

O secretário executivo da ONU para mudanças climáticas, Simon Stiell, alertou ontem, em Londres, que os próximos dois anos serão "essenciais" para salvar o planeta e disse que o G-20 (as maiores economias do mundo) deve estar no "centro da solução".

Em um discurso no Royal Institute of International Affairs, mais conhecido como Chatham House, Stiell observou, entre outros fatores, que embora entenda que as contribuições nacionais para o clima – os chamados NDCs – "dificilmente reduzirão as emissões até 2030, ainda há uma chance de fazer com que os gases de efeito estufa diminuam, com uma nova geração de planos". "Mas precisamos desses planos mais fortes agora", acrescentou.

O Brasil, como sede da COP-30, tem papel vital a desempenhar para dar início às medidas ambiciosas que são necessárias, disse ele. "O próprio Brasil também está testando novas maneiras de reduzir os custos excessivos de empréstimos para energia limpa, o que poderia funcionar para outros países em desenvolvimento." ● COM INFORMAÇÕES DA EFE

'A Braskem tem culpa', diz diretor em CPI

Primeiro representante da Braskem ouvido pela Comissão Parlamentar de Inquérito (CPI) do Senado que investiga a empresa, o diretor Marcelo Arantes reconheceu ontem a culpa da empresa pelo afundamento de bairros da capital de Alagoas que causou o deslocamento de, ao menos, 40 mil pessoas.

"A Braskem tem a sua culpa nesse processo e nós assumimos a responsabilidade por isso", afirmou ele. "Não é à toa que todos os esforços da companhia têm sido colocados para reparar, mitigar e compensar todo o dano causado."

O relator da CPI, senador Rogério Carvalho (PT-SE), ressaltou que essa foi a primeira vez que um representante da Braskem assumiu a responsabilidade pelo que ocorreu em Maceió. "Isso é algo importante e foi dito pelo próprio representante da Braskem", destacou.

Impacto na cidade
O afundamento de bairros da capital de Alagoas causou o deslocamento de, ao menos, 40 mil pessoas

Na maior parte do depoimento, entretanto, Arantes, diretor global de pessoas, comunicação, marketing e relações com a imprensa da petroquímica, não respondeu às perguntas feitas na sessão, se limitando a falar que desconhecia a informação. A falta de respostas irritou o presidente da CPI, o senador Omar Aziz (PSD-AM). "O senhor não é Diretor Global de Pessoas e tal? Deve saber. ●

Viagem

Brasil prorroga isenção de vistos a EUA e Austrália

Medida também inclui o Canadá; o prazo agora é 10 de abril de 2025, mas governo pede reciprocidade dos demais países

RENATA OKUMURA

O governo federal decidiu prorrogar a isenção de vistos a turistas de Estados Unidos, Canadá e Austrália. O decreto assinado pelo presidente Luiz Inácio Lula da Silva, que adia a cobrança de visto para 10 de abril de 2025, foi publicado em edição extra no *Diário Oficial* da União (DOU) de anteontem. É a terceira vez que a obrigatoriedade foi adiada.

Segundo o Ministério do Turismo, inicialmente a medida começaria a valer em 1.º de outubro de 2023, mas o prazo foi adiado para 10 de janeiro de 2024. "É importante ressaltar que o governo brasileiro renova o interesse de negociar, com as três nações, acordos de isenção de vistos baseados nos princípios da reciprocidade e da igualdade entre os Estados", disse a pasta, na ocasião. Depois, a data de exigência foi novamente adiada para 10 de abril. Ou seja, sem a medida, o documento passaria a ser necessário ontem.

A medida vinha sendo alvo de críticas por criar mais barreiras para a entrada de visitantes estrangeiros dessas nacionalidades e dificultar o turismo. No fim de março, o governo já havia prometido adiar para 2025 a exigência de visto para turistas. Um projeto para derrubar o decreto do Executivo que tornaria essa medida obrigatória chegou a ser pautado pelo presidente da Câmara, Arthur Lira (PP-AL), em 27 de março, no plenário, mas os deputados suspenderam a votação após promessas do Palácio do Planalto.

A exigência de visto para turistas desses países foi interrompida em 2019, durante o governo de Jair Bolsonaro. Mas a gestão petista quer retomar essa medida com base na tradição diplomática do Brasil de reciprocidade, uma vez que EUA, Canadá e Austrália exigem visto dos turistas brasileiros.

Importância no turismo
Em 2023, 668.478 turistas americanos (11,31% do total) vieram ao País, segundo a Embratur

Por sua vez, a Embratur destacou a importância da decisão do governo para a manutenção do crescimento na chegada de turistas estrangeiros desses mercados internacionais. "Notadamente os Estados Unidos, segundo maior emissor para o Brasil em 2023, com 668.478 turistas (11,31% do total). Desta forma, a Embratur já iniciou uma estratégia de divulgação internacional dos efeitos do decreto. A agência mantém contato com imprensa, companhias aéreas, associações de operadores e agências de turismo dos três países", disse.

JAPÃO. Desde 30 de setembro, os brasileiros podem entrar no Japão sem visto (apenas com passaporte), para visitas de até 90 dias. A isenção vale também para os japoneses entrarem no Brasil por igual período. Essa regra, decorrente de acordo firmado pelos governos, vale a princípio por três anos – até 30 de setembro de 2026. ●

Trânsito

Aprovado na Câmara, novo DPVAT vai ao Senado

A Câmara dos Deputados aprovou na terça o Projeto de Lei Complementar nº 233/2023 que recria o seguro para vítimas de acidentes de trânsito, o DPVAT, que passará a se chamar Seguro Obrigatório para Proteção de Vítimas de Acidentes de Trânsito (SPVAT). O texto vai para o Senado.

A gestão do fundo das indenizações e dos prêmios continuará sendo da Caixa Econômica Federal, que assumiu a tarefa em 2021 depois da dissolução do consórcio de seguradoras privadas, que administrava o seguro naquela época. O DPVAT havia sido extinto em 2019 pelo então presidente Jair Bolsonaro (PL).

A proposta foi aprovada na forma de substitutivo do relator, o deputado Carlos Zarattini (PT). Além de retomar o pagamento de despesas médicas da vítima dos acidentes com veículos, a medida prevê o direcionamento de até 40% do valor arrecadado para cidades e Estados com serviço municipal ou metropolitano de transporte público coletivo. ●

Precipitação Média: 100mm, 50mm, 25mm, 10mm, 5mm, 2mm, 1mm

Capitais	CHOVE?	VOL.MÉDIO	MÍN./MÁX.
ARACAJÚ	65%	9mm	27°C/30°C
BELÉM	85%	22mm	25°C/32°C
BELO HORIZONTE	65%	2mm	20°C/28°C
BOA VISTA	25%	1mm	27°C/33°C
BRASÍLIA	70%	9mm	21°C/26°C
CAMPO GRANDE	70%	6mm	23°C/28°C
CUIABÁ	80%	12mm	26°C/30°C
CURITIBA	30%	1mm	18°C/23°C
FLORIANÓPOLIS	90%	13mm	22°C/24°C
FORTALEZA	80%	19mm	26°C/30°C
GOIÂNIA	70%	7mm	22°C/30°C
JOÃO PESSOA	85%	19mm	26°C/30°C
MACAPÁ	70%	0mm	26°C/31°C

Capitais	CHOVE?	VOL.MÉDIO	MÍN./MÁX.
MACEIÓ	40%	2mm	25°C/30°C
MANAUS	80%	23mm	26°C/29°C
NATAL	75%	36mm	27°C/30°C
PALMAS	30%	0mm	25°C/32°C
PORTO ALEGRE	80%	15mm	19°C/21°C
PORTO VELHO	80%	12mm	26°C/29°C
RECIFE	45%	6mm	26°C/30°C
RIO BRANCO	90%	7mm	24°C/32°C
RIO DE JANEIRO	10%	0mm	24°C/26°C
SALVADOR	70%	13mm	24°C/28°C
SÃO LUÍS	70%	17mm	25°C/30°C
TERESINA	85%	13mm	24°C/31°C
VITÓRIA	35%	1mm	23°C/30°C

Mundo	FUSO	MÍN./MÁX.
ASSUNÇÃO	0h	23°C/27°C
ATENAS	+6h	14°C/23°C
BARCELONA	+5h	11°C/19°C
BERLIM	+5h	9°C/17°C
BRUXELAS	+5h	10°C/16°C
BUENOS AIRES	0h	14°C/17°C
CARACAS	-1h	21°C/28°C
CIDADE DO MÉXICO	-3h	13°C/26°C
ESTOCOLMO	+5h	6°C/11°C
GENEBRA	+5h	5°C/16°C
JOANESBURGO	+5h	8°C/21°C
LIMA	-2h	21°C/25°C
LISBOA	+4h	14°C/27°C
LONDRES	+4h	13°C/19°C

	FUSO	MÍN./MÁX.
LOS ANGELES	-4h	14°C/23°C
MADRID	+5h	10°C/23°C
MIAMI	-1h	25°C/29°C
MONTEVIDÉU	0h	16°C/17°C
MOSCOU	+6h	10°C/19°C
NOVA YORK	-1h	13°C/17°C
PARIS	+5h	12°C/20°C
ROMA	+5h	10°C/21°C
SANTIAGO	0h	10°C/21°C
SYDNEY	+14h	15°C/21°C
TEL-AVIV	+6h	16°C/20°C
TÓQUIO	+12h	12°C/18°C
TORONTO	-1h	8°C/14°C
WASHINGTON	-1h	19°C/20°C

Justiça

TJ-SP impõe derrota a grupo de juízes e elege magistrada por gênero

Por 16 votos a 8, Órgão Especial do Tribunal de Justiça de São Paulo escolheu ontem Maria de Fátima dos Santos Gomes

RAYSSA MOTTA

O Tribunal de Justiça de São Paulo (TJ-SP) promoveu ontem a primeira juíza com base nas novas diretrizes do Conselho Nacional de Justiça (CNJ) para viabilizar a igualdade de gênero na segunda instância. Por 16 votos a 8, Maria de Fátima dos Santos Gomes foi escolhida para assumir como desembargadora, pelo critério do merecimento, no lugar do desembargador José Tarciso Beraldo, que se aposentou em dezembro.

O concurso exclusivo para mulheres virou tema de insatisfação entre os magistrados. Os juízes dizem que foram prejudicados porque não puderam participar da lista de candidatos e chegaram a entrar com um pedido judicial para anular o edital, sem sucesso.

Como mostrou o **Estadão**, os magistrados encomendaram um parecer do professor Ives Gandra na tentativa de dar suporte jurídico à iniciativa. O documento afirma, por exemplo, que a "competência" deve prevalecer sobre o gênero no momento da promoção.

ARQUIVO PESSOAL

Concurso que aprovou Maria segue as novas regras do CNJ

O Órgão Especial do Tribunal de Justiça, responsável por analisar as listas de promoção, chancelou na tarde de ontem o edital e definiu a indicação. "Não cabe ao Órgão Especial deliberar sobre a constitucionalidade do ato normativo primário que é a resolução do colendo Conselho Nacional de Justiça. Não cabe a nós. Por isso, não vejo empecilho legal nem jurídico ao procedimento do certame", defendeu o desembargador Artur Cesar Beretta da Silveira.

O concurso do Tribunal de Justiça de São Paulo implementa as novas regras definidas pelo CNJ, órgão que administra o Poder Judiciário, no fim do ano passado. Em resolução aprovada por unanimidade, o CNJ definiu que listas formadas exclusivamente por mulheres devem ser alternadas com listas mistas para promoção por merecimento na carreira, até que os tribunais alcancem a paridade de gênero na segunda instância.

EM NÚMEROS. O último Censo do Judiciário, elaborado a partir de consultas a todos os tribunais do País, apontou que 59,6% dos magistrados são homens. Na segunda instância, o desequilíbrio é ainda maior: 78,8% dos desembargadores são homens.

Iniciativa contrária

Magistrados pediram um parecer do professor Ives Gandra na tentativa de obter suporte jurídico

A corrente minoritária do Órgão Especial do Tribunal de Justiça de São Paulo defendeu ontem que o concurso fosse suspenso e o caso encaminhado ao Supremo Tribunal Federal (STF) para que os ministros analisassem se a resolução do CNJ está de acordo com a Constituição e com o Estatuto da Magistratura. ●

SÃO PAULO RECLAMA

Leitor cobra ações de zeladoria da Enel

Reclamação de Idérito Miguel Caldeira: "Venho solicitar providências urgentes da Enel Distribuição São Paulo a fim de que sejam executados serviços de capinação e limpeza dos canteiros centrais das Avenidas João Simão de Castro e Marechal Argolo Ferrão, no bairro de Vila Sabrina, zona norte da capital paulista, onde se localizam torres de alta tensão. Esses locais se encontram tomados por mato alto, com focos de mosquitos, provocando vários casos de dengue nos vizinhos, inclusive com casos de internação. Várias reclamações já foram feitas sem nenhuma providência."

Resposta: "Sobre a sua solicitação, a Enel Distribuição São Paulo informa que programou a limpeza do terreno para esta semana, salvo questões climáticas. O consumidor pode entrar em contato com a Central de Relacionamento da Enel São Paulo pelo 0800-7272120. Também pode falar com a central de emergência pelo 0800-7272196. Para pessoas com deficiência auditiva, o telefone é o 0800-7728626. Salve também a 'Elena' nos contatos (21 99601-9608). Ela serve para ajudar a registrar falta de luz, pedir 2ª via, consultar débitos, solicitar ressarcimento e tirar dúvidas." ●

Teve algum direito como cidadão ou consumidor desrespeitado? O blog Seus Direitos pode ajudar. Envie suas reclamações, com os devidos documentos, dados pessoais e contatos, além do nome dos envolvidos na questão, para o **spreclama@estadao.com**

HÁ UM SÉCULO

Artes e Artistas

Alludimos, há dias, aqui, à esplendida floração de pianistas em São Paulo, nestes ultimos annos. Hoje o publico paulista terá opportunidade de verificar, no salão Germania, mais uma bella prova dessa magnifica manifestação de cultura musical, no concerto da senhorita Maria da Gloria Toledo, uma jovem pianista brasileira que reune a um formoso talento um forte preparo technico. Esperado, com justificado interesse, o recital de hoje, no Germania, vae ter com certeza uma brilhante concorrencia. O programma deleitará o auditorio e permittirá, ao mesmo tempo, evidenciar suas qualidades de interpretação e technica. ●

CORREÇÕES

Este espaço se destina à correção de erros publicados na edição impressa do **ESTADÃO**. Você pode colaborar enviando e-mail para **correcoes@estadao.com**. As correções abrangem erros como: de informação, nome, cargo, dados numéricos, entre outros.

LOTERIA

Para ver os resultados, aponte a câmera do seu celular para o QR Code ou acesse: **https://loterias.estadao.com.br/mega-sena.**

FALECIMENTOS

Para publicar anúncio fúnebre: Balcão Limão ● (11) 3856-2139 / (11) 3815-3523 / WHATSAPP (11)99123-8351. ● Atendimento de 2ª a 6ª das 8h30 às 21h horas, Sábado das 10h às 20h, Domingo das 14h às 20h ● Só serão publicadas notícias de falecimento/missa encaminhadas pelo e-mail **falecimentos@estadao.com**, com nome do remetente, endereço, rg e telefone.

Renata de Cassia Cruz – Dia 9, aos 51 anos. Era solteira. Deixa parentes e amigos. O enterro foi realizado no Cemitério Municipal de Bebedouro.

MISSAS

Jairo de Moraes Barros Filho – Hoje, às 11 horas, na Paróquia São José, na R. Dinamarca, 32, Jardim Europa (7º dia).

Carlos Nehring Netto – Amanhã, às 11 horas, na Paróquia São José, na R. Dinamarca, 32, Jardim Europa (7º dia).

Como acionar o serviço funerário na cidade de São Paulo:
Na capital paulista, toda a prestação dos serviços cemiteriais e funerários é feita por meio de quatro concessionárias autorizadas: **Consolare**, **Cortel**, **Maya** e **Velar SP**, de acordo com a Agência Reguladora de Serviços Públicos do Município de São Paulo (SP-Regula). Não há funerárias particulares.

Site das concessionárias

Consolare:
https://consolare.com.br
Cortel SP:
https://www.cortelsp.com.br
Grupo Maya:
https://grupomaya.com.br/
Velar:
https://velarspfuneraria.com.br/

NA WEB
O munícipe pode ainda encontrar informações detalhadas de como contratar o serviço funerário neste link **https://www.prefeitura.sp.gov.br**

‘Boom Ozempic’?

Usuárias de remédio de emagrecer relatam ganhos em fertilidade

Segundo especialistas, perda de peso até pode interferir no equilíbrio hormonal e aumentar as chances de gravidez, mas faltam estudos

Amy Klein
THE WASHINGTON POST

Nas redes sociais, mulheres que usaram Ozempic ou medicamentos semelhantes para diabete ou perda de peso estão relatando um efeito colateral inesperado: uma gravidez-surpresa. O grupo do Facebook “Eu engravidei usando Ozempic” tem mais de 500 membros. Numerosas postagens no Reddit e TikTok discutem gestações não planejadas enquanto tomavam Ozempic e drogas semelhantes que podem acarretar uma perda de peso significativa ao reduzir o apetite e desacelerar o processo digestivo. As drogas são conhecidas como “peptídeo-1 semelhante ao glucagon”, ou drogas GLP-1.

Os relatos de um boom de bebês Ozempic são anedóticos, e não se sabe quão difundido é o fenômeno. Especialistas dizem que a perda de peso significativa pode afetar a fertilidade. Outros especulam que as drogas GLP-1 podem interferir na absorção de contraceptivos orais, causando falhas no controle de natalidade.

“Engravidei com um GLP-1”, postou Deb Oliviara, de 32 anos, em sua conta no TikTok, que tem 36 mil seguidores. Ela tinha contado em outro vídeo que sofrera dois abortos espontâneos e um natimorto. Moradora de Michigan (EUA), disse, em uma mensagem direta, que estava usando Ozempic há três meses antes de engravidar. “Eu estava grávida de três semanas quando descobri”, disse. “Agora estou grávida de 3 meses e o bebê está incrível.”

“Meu pequeno ‘bebê Mounjaro’ (*outro remédio para emagrecer*) está quase com 6 meses depois de tentar por mais de 10 anos com PCOS!”, comentou outra mulher na postagem, referindo-se à síndrome do ovário policístico, condição de saúde que é uma das principais causas de infertilidade.

Paige Burnham, de 29 anos, que mora em Louisville, tinha perdido cerca de 36 kg enquanto usava Ozempic, também conhecido como semaglutida, para diabete tipo 2, quando começou a sentir náuseas em uma viagem para Disney World. Ela assumiu que o sintoma era pela droga. “Meu efeito colateral mais típico do Ozempic era náusea”, disse. Mas ela descobriu que o sintoma era, na verdade, enjoo matinal por gravidez – uma surpresa, uma vez que ela e seu parceiro tinham tentado conceber durante quatro anos. Ela parou de tomar Ozempic e deu à luz um menino saudável, Creed, em março de 2023.

PESQUISAS. Pouco se sabe sobre os efeitos de Ozempic e drogas semelhantes em mulheres que querem engravidar ou que engravidam enquanto tomam as drogas, pois elas foram especificamente excluídas dos ensaios clínicos iniciais do medicamento. Um porta-voz da Novo Nordisk, que fabrica Ozempic e Wegovy, disse que a empresa está coletando dados para avaliar a segurança de engravidar enquanto se usa Wegovy, a versão da semaglutida aprovada para perda de peso. “Gravidez ou intenção de engravidar foram critérios de exclusão em nossos testes com semaglutida, tanto para obesidade quanto para diabete tipo 2,” disse a empresa em um comunicado. A Eli Lilly, fabricante das drogas GLP-1 Mounjaro e Zepbound, não respondeu aos pedidos de comentário.

RISCO. A maior preocupação entre mulheres que engravidam usando um GLP-1 é se a droga representa um risco para o feto. Embora mulheres como Burnham e Oliviara tenham postado histórias tranquilizadoras de bebês saudáveis, os médicos dizem que é importante usar um controle de natalidade de reserva e interromper a droga imediatamente se você engravidar. Um porta-voz da Novo Nordisk disse, em um comunicado, que não há dados suficientes disponíveis para saber se a droga representa um risco para defeitos de nascimento, aborto espontâneo ou outros eventos adversos relacionados à gravidez.

Com base em estudos de reprodução animal para Wegovy, a empresa disse que “pode haver riscos potenciais para o feto por exposição à semaglutida durante a gravidez.” A empresa recomenda interromper Wegovy pelo menos dois meses antes de uma gravidez planejada.

De acordo com a informação de prescrição do Ozempic, ratas grávidas tratadas com Ozempic mostraram anormalidades estruturais fetais, problemas de crescimento fetal e mortalidade embrionária. Em coelhos e macacos, houve perdas gestacionais precoces ou anormalidades estruturais, bem como marcante perda de peso corporal materno. Controlar diabete é importante para uma gravidez saudável, e especialistas dizem que pacientes tomando Ozempic para isso devem discutir os riscos e benefícios com seu médico.

RETORNO. Após Paige Burnham parar de amamentar, ela retomou o uso do Ozempic. Por causa de suas lutas passadas com infertilidade, ela não quer tomar anticoncepcionais, embora tenha dito estar preocupada em engravidar muito cedo. “Eu não estou pronta ainda.” ●

Saiba mais

● Há explicação científica?
Embora não esteja claro se mulheres tomando um GLP-1 têm uma probabilidade maior de gestações não planejadas, médicos dizem que existem algumas explicações. A perda de peso pode ter um efeito sobre a ovulação e fecundidade, disse Lora Shahine, uma endocrinologista reprodutiva com uma clínica de fertilidade em Seattle e Bellevue, Washington. Stephanie Fein, uma médica interna em Los Angeles que é especializada em ajudar mulheres a perder peso para sua fertilidade, também observa que emagrecer apenas de 5 a 10% do peso corporal pode ajudar alguém a conceber. “Ninguém sabe exatamente o motivo”, disse. “A gordura é hormonalmente ativa. Sabemos que tem efeitos no estrogênio, e isso afetará a ovulação e, possivelmente, o desenvolvimento dos óvulos.”

● Anticoncepcional em risco
Pode ser que as drogas GLP-1 também afetem a absorção dos contraceptivos orais, especula William Dietz, médico e presidente da STOP Obesity Alliance na Escola de Saúde Pública Milken Institute da Universidade George Washington. “Isso pode significar que os medicamentos para controle de natalidade são metabolizados ou ineficazes”, afirma. Dietz ressalta que a maioria dos especialistas recomenda interromper os medicamentos GLP-1 quando a gravidez é detectada. “Eu não acho que sabemos o impacto dessas drogas no desenvolvimento fetal.” Lora recomenda que mulheres usando contraceptivos orais e GLP-1 adotem uma segunda forma de controle de natalidade.

> ***“Eu acho que com a perda de peso e o equilíbrio dos hormônios, e a melhora da resistência à insulina, o eixo hormonal volta a funcionar, e de repente elas começam a ovular novamente – elas podem não ter ovulado por anos (considerando pessoas com problemas de obesidade)”***
> **Lora Shahine**
> Endocrinologista reprodutiva

Problemas já vistos
Em laboratório, animais tratados com remédios apresentaram fetos com anormalidades

ESTE CONTEÚDO FOI TRADUZIDO COM O AUXÍLIO DE FERRAMENTAS DE INTELIGÊNCIA ARTIFICIAL E REVISADO POR NOSSA EQUIPE EDITORIAL.

Atenção básica

Morte por câncer colorretal sobe 20% na América Latina

A mortalidade por câncer colorretal cresceu 20,5% na América Latina entre 1990 e 2019, diferentemente da tendência observada em países de alta renda, mostra um estudo da Fiocruz, do Instituto Nacional de Câncer (Inca) e da Universidade da Califórnia, nos Estados Unidos. O objetivo era associar a mortalidade aos dados do Índice de Desenvolvimento Humano (IDH).

“O câncer colorretal é um dos mais sensíveis à desigualdade”, diz Raphael Guimarães, pesquisador da Fiocruz e um dos líderes do trabalho. Esse tipo de tumor está associado aos hábitos alimentares, com dieta muito rica em carne vermelha e alimentos ultraprocessados e pobre em frutas e verduras, além de sedentarismo e obesidade. Mas, com diagnóstico precoce, a sobrevida em cinco anos chega a 90%. ●

Copa Libertadores

São Paulo sofre, mas bate o fraco Cobresal e dá sobrevida a Carpini

Time faz jogo ruim, mas André Silva e Calleri marcam no fim, para o alívio da torcida tricolor

ANDRE PENNER/AP

André Silva celebra o primeiro gol do São Paulo ontem, no MorumBis

RICARDO MAGATTI

O São Paulo jogou mal e encontrou dificuldades diante do frágil Cobresal, mas deixou seu torcedor aliviado e deu sobrevida ao criticado Thiago Carpini ao marcar duas vezes nos minutos finais ontem e ganhar do modesto rival chileno por 2 a 0 ontem, no MorumBis. Conquistada com gols de André Silva e Calleri, a primeira vitória na Libertadores levanta o moral do time tricolor e evita que a equipe se complique no Grupo B. São três pontos somados que tiram o São Paulo da lanterna da chave depois do revés na estreia para o Talleres, na Argentina.

O MorumBis esteve cheio de são-paulinos ávidos por ver um bom futebol diante de um rival frágil e que não venceu um jogo sequer na temporada. Mas o que eles viram foi um jogo pobre do time de Thiago Carpini, que ouviu vaias e lida com pressão cada vez maior.

Embora lento, o time, armado com três zagueiros, encontrou oportunidades na primeira etapa, mas não derrubou o bloqueio dos chilenos. Faltaram velocidade, objetividade, criatividade e eficiência contra um adversário com evidentes limitações e que é o lanterna do Campeonato Chileno.

As limitações técnicas não impediram o Cobresal de causar dificuldades no bagunçado São Paulo. Não fosse Rafael, o time chileno poderia ter obtido uma vitória histórica. O goleiro defendeu cabeceio de Diego Coelho e finalização de Messias e evitou o vexame.

Na base da pressão, o São Paulo conseguiu seu gol. O MorumBis explodiu de alegria e alívio com um gol chorado, feito da pequena área com a sola da chuteira, o primeiro de André Silva pelo time tricolor. Em vantagem, o São Paulo teve mais espaços e quatro minutos depois fez o segundo. Livre na área, Calleri marcou e definiu o suado triunfo. ●

FASE DE GRUPOS DA LIBERTADORES

SÃO PAULO 2 × COBRESAL 0

Gols: André Silva, aos 38, e Calleri, aos 42 do segundo tempo.
SÃO PAULO: Rafael; Diego Costa, Arboleda, Ferraresi; Igor Vinícius (Erick), Pablo Maia (Galoppo), Alisson, James Rodríguez (Rodrigo Nestor), Michel Araújo (William Gomes); Luciano (André Silva) e Calleri.
Técnico: Thiago Carpini.
COBRESAL: Requena; Bechtholdt (Toro), Alarcón e Sandoval; Pacheco, Navarro, Mesias (Filla), Valência (Lezcano) e Munder; García (Lobos) e Julio Castro.
Técnico: Gustavo Huerta.
Cartões amarelos: Pablo Maia, Luciano, Julio Castro, Bechtholdt, Galoppo, Valencia, Navarro e Filla.
Público: 49.502 torcedores
Renda: R$ 3.643.692,50
Local: MorumBis.

Desgaste faz Abel mudar o Palmeiras para pegar Liverpool

Desgastado, o Palmeiras volta a campo às 21 horas de hoje, em busca da primeira vitória na Copa Libertadores. Depois de empatar por 1 a 1 com o San Lorenzo na estreia no Grupo F, o time comandado por Abel Ferreira duela com o Liverpool, do Uruguai.

Abel pretende escalar um time misto para poupar os atletas que estão mais cansados, como Endrick. Sem o jovem astro, Rony deve começar como titular. Mayke e Gustavo Gómez podem ser poupados, pois saíram do jogo com o Santos com dores. Ausência certa é a do meio-campista Zé Rafael, que sentiu dores nas costas durante a decisão do Estadual e não treinou nos últimos dias. Richard Ríos deve ser escalado desde o início esta noite.●

FASE DE GRUPOS DA LIBERTADORES

PALMEIRAS × LIVERPOOL-URU

PALMEIRAS: Weverton; Marcos Rocha, Luan, Murilo e Piquerez (Vanderlan); Aníbal Moreno, Richard Ríos e Raphael Veiga; Lázaro (Luis Guilherme), Rony e Flaco López.
Técnico: Abel Ferreira.
LIVERPOOL-URU: Lentinelly; De Los Santos, Jean Rosso e Cayetano; Amaro, Barrios, Lucas Lemos, Wasilewsky e Samudio; Rodríguez e Ocampo. **Técnico:** Emiliano Alfaro.
Árbitro: Angel Artega (VEN).
Horário: 21 horas.
Local: Allianz Parque.
Onde assistir: ESPN e Star+

Espanha

Tribunal rejeita recurso e mantém liberdade provisória de Daniel Alves

BARCELONA

A Audiência de Barcelona, tribunal localizado na cidade catalã, rejeitou ontem recurso que pedia o retorno de Daniel Alves à prisão na Espanha. O ex-jogador da seleção brasileira está solto desde o dia 25 de março e aguarda julgamento em segunda instância em liberdade provisória.

"Todas as circunstâncias já foram analisadas na resolução impugnada, bem como os seus vínculos familiares, sem que tenha sido introduzido qualquer elemento novo que conduzisse à reconsideração, não sendo este o momento de avaliar, como se refere o Ministério Público", argumentou a Audiência de Barcelona.

O tribunal minimizou a possibilidade de o brasileiro deixar a Espanha, por ter familiares no Brasil, e disse que este tema já havia sido discutido na decisão que libertou Daniel Alves. "Afastado o risco de fuga em razão da gravidade da pena, e ainda que haja finalidade constitucional e juridicamente legítima, a medida prisional só se aplicará quando não houver outro meio menos oneroso para o direito fundamental à liberdade."

Daniel Alves havia sido preso em 20 de janeiro de 2023. Em fevereiro deste ano, ele foi condenado a quatro anos e seis meses de prisão pelo estupro de uma mulher em uma casa noturna de Barcelona.

Após ver rejeitados seguidos recursos na tentativa de obter a liberdade, o brasileiro obteve sucesso no mês passado, quando a Justiça espanhola concedeu liberdade provisória sob fiança de 1 milhão de euros (R$ 5,3 milhões).

Agora ele precisa comparecer uma vez por semana ao Tribunal Provincial de Barcelona. Além da apresentação semanal, o brasileiro teve outras condições para a liberdade provisória: foram recolhidos seus dois passaportes para evitar fuga, além de não poder fazer contato com a vítima e permanecer a mais de um quilômetro de distância de onde ela mora e trabalha.

EMPRÉSTIMO QUITADO. Daniel Alves já devolveu à família de Neymar o dinheiro que recebeu emprestado para atenuar a pena da Justiça da Espanha pelo crime de estupro. Ele restituiu o valor de 150 mil euros (R$ 800 mil aproximadamente) há uma semana. Na época do empréstimo, o pai do craque da seleção brasileira e do Al-Hilal, Neymar da Silva Santos, afirmou que a contribuição foi "ajuda a um amigo". ●

Pagamento

5,3 milhões

de reais (€ 1 milhão) foi o valor pago por Daniel Alves para que a Justiça espanhola lhe concedesse a liberdade provisória. Ele deixou a prisão em 25 de março, após passar mais de um ano na cadeia

Revisão

Daniel aguarda decisão do Superior Tribunal da Justiça da Catalunha sobre seu caso

O MELHOR DA TV

FUTEBOL
● **Liga Europa**
Quartas de final - ida
Milan x Roma
16h / TV Cultura
Liverpool x Atalanta
16h / ESPN e Star+
Bayer Leverkusen x West Ham
16h /ESPN4 e Star+
Benfica x Olympique Marselha
16h / ESPN3 e Star+
● **Copa Sul-Americana**
Metropolitanos (VEN) x Cuiabá
19h / Paramount +
Alianza (COL) x Cruzeiro
21h / Paramount +
● **Copa Libertadores**
LDU (EQU) x Botafogo
19h / ESPN e Star+
Palmeiras x Liverpool (URU)
21h / ESPNe Star+
River Plate x Nacional (URU)
21h / Paramount +

BASQUETE
● **NBB**
Vasco x Corinthians
18h45 / SporTV 3
● **NBA**
N.Y. Knicks x Boston Celtics
20h30 / Prime Vídeo

Futebol Americano

Duelo da NFL no estádio do Corinthians é definido, e cor dos times chama atenção

Liga anuncia o Green Bay Packers como rival do Philadelphia Eagles; jogo será na Neo Química Arena no dia 6 de setembro

BRUNO ACCORSI
INGRID GONZAGA

A National Football League (NFL), liga de futebol americano, definiu o Green Bay Packers como o adversário do Philadelphia Eagles no jogo que será realizado neste ano, na Neo Química Arena, estádio do Corinthians em São Paulo, cidade escolhida para inaugurar o projeto de expansão da competição na América do Sul – as duas equipes possuem a cor verde em seus uniformes e distintivos.

O anúncio ocorreu ontem na Prefeitura de São Paulo. Palmeirense, o prefeito Ricardo Nunes (MDB) puxou a brincadeira: "Eu tenho uma dúvida. Qual é a cor da camisa dos dois times?" Quem respondeu foi Gerrit Meier, vice-presidente sênior da NFL Internacional, que não entendeu muito bem o contexto e afirmou de forma protocolar que "a decisão sobre a cor dos uniformes que serão utilizados cabe às equipes, não à NFL."

De fato, a cor verde dos dois times não deverá agradar torcida e diretoria do Corinthians. Em fevereiro, Rubens Gomes, o Rubão, diretor de futebol da equipe, começou uma coletiva pedindo, em tom sério, para os repórteres não usarem roupas verdes nas dependências do clube. "Bom dia a todos. Não tem hoje ninguém de verde aqui não, né? Vocês podiam não vir de verde aqui nas coletivas do Corinthians. Seria bem legal", disse Rubão na ocasião.

O verde também é cor proibida na sede da Gaviões da Fiel, a maior organizada corintiana.

O CONFRONTO. O jogo vai acontecer na Neo Química Arena no dia 6 de setembro, durante a semana de abertura da liga. Esta será a primeira partida da NFL realizada em uma sexta-feira em 50 anos. Os ingressos ainda não têm valores definidos nem a data exata para comercialização, mas, segundo Gerrit Meier, as vendas devem abrir durante o verão americano, entre junho e agosto.

A partida faz parte do projeto de uma nova etapa de expansão da NFL. Em 2023, a liga mandou jogos em Londres, na Inglaterra, e em Frankfurt, na Alemanha. Há ainda estudos para tornar a Espanha um dos locais a receber o futebol americano. Gustavo Pires citou planos ousados para os próximos anos da relação entre Brasil e NFL. A ideia é que o evento permaneça no País a longo prazo.

"A gente quer que seja anual, que tenha pelo menos um jogo por ano, o que não é novidade. A gente noticiou que, a partir de 2026, espera conseguir, quem sabe, dois jogos todo ano aqui no Brasil, aqui em São Paulo. A gente quer um caminho parecido com Londres, que tem mais de 30 jogos", disse.

A escolha pelo Green Bay Packers para enfrentar o Philadelphia Eagles, que já havia sido anunciado como atração em fevereiro, se deu pelo forte apelo que a franquia tem entre torcedores brasileiros. "A base de fãs sempre influencia nossa análise quando jogamos em novos países, novas cidades. A NFL tinha total conhecimento sobre essa base de fãs no Brasil. Os Packers têm uma torcida muito apaixonada aqui", comentou Gerrit Meier.

É a primeira vez que um país do hemisfério sul receberá uma partida da liga. Integrantes da NFL também fizeram visitas ao Allianz Parque e ao MorumBis ao longo deste ano para entender se os estádios de futebol se encaixavam nas necessidades da liga para sediar o evento. A proximidade da Neo Química Arena com a estação de metrô Corinthians-Itaquera, além da ampla infraestrutura do local, fez com que a liga escolhesse o estádio alvinegro. ●

RON JENKINS/AFP

Green Bay Packers e seu tradicional uniforme com a camisa verde

MITCHELL LEFF/AFP

Além da camisa verde, o Philadelphia Eagles usa o calção branco

Liga dos Campeões

Rafinha marca duas vezes e leva Barcelona à vitória sobre o PSG

PARIS

O Barcelona foi ontem à França e deu importante passo em direção à semifinal da Liga dos Campeões graças a um brasileiro: Rafinha. O atacante fez dois gols na vitória por 3 a 2 sobre o Paris Saint-Germain que levou a equipe catalã a abrir vantagem no confronto. Os dois times voltam a se encontrar na próxima terça-feira na Espanha e ao Barça bastará um empate para se classificar.

O desempenho de Rafinha empolgou. O jornal *Sport*, de Barcelona, considerou que o brasileiro teve ontem sua melhor atuação pelo clube – ele foi contratado em julho de 2022. Ele foi eleito o melhor jogador da partida.

YOAN VALAT/EFE

Raphinha comemora um de seus gols; brasileiro foi bem em Paris

Marcado por reviravoltas, o confronto de ontem brindou o público que esteve no Parque dos Príncipes, em Paris. Apresentou um PSG bastante ousado no primeiro tempo e um Barcelona letal na etapa final.

Com Dembelé e Nuno Mendez aberto pelos lados e Mbappé centralizando as ações, o PSG criou boas chances no início. Com menos de dez minutos, o goleiro Ter Stegen teve de trabalhar em finalizações de Lee Kang-Inn e Asensio.

O Barcelona pouco atacava, e quando o fazia o responsável era Rafinha, que acabou "premiado", com ajuda de Donnarumma. O goleiro saiu mal para cortar um cruzamento e a bola sobrou para o brasileiro abrir o placar: 1 a 0 aos 36 minutos e vantagem de 1 a 0 ao fim do primeiro tempo.

No início do segundo tempo, porém, dois gols em cinco minutos da equipe francesa incendiaram o embate. Focado e preciso, o PSG empatou logo aos dois minutos quando, em jogada pela esquerda, Dembelé acertou um belo chute.

A torcida resolveu apoiar, e isso ajudou a embalar o time na virada. Fabián Ruiz deu belo passe para Vitinha, que chutou cruzado para fazer 2 a 1 aos cinco minutos.

A partida ganhou em intensidade. O Barcelona também se lançou ao ataque e as duas equipes passaram a ter espaços. E numa jornada inspirada, Raphinha voltou a movimentar o marcador ao bater de esquerda e empatar, aos 17.

A nova virada na partida veio em uma cobrança de escanteio de Gündogan. Christensen subiu mais do que a zaga e, em sua primeira participação na partida, cabeceou com estilo para fazer 3 a 2 e garantir a vitória de virada fora de casa.

A caminho de Londres
A decisão da Liga dos Campeões este ano será no estádio de Wembley, no dia 1º de junho

ATLÉTICO NA FRENTE. Com um início avassalador, o Atlético de Madrid derrotou o Borussia Dortmund por 2 a 1, jogando na Espanha. De Paul e o brasileiro Samuel Lino fizeram os gols madrilenhos na etapa inicial e Haller diminuiu no segundo tempo.

A partida de volta acontece na próxima terça-feira, em território alemão. ●

ALINE RESKALLA

Histórico

Fóssil de 540 mi de anos pode indicar petróleo em Minas

Cianobactéria de Januária ainda reforça teoria de Darwin de que a vida começou no período pré-cambriano

MATEUS DENEZINE

Pesquisa dá ao País mais relevância na paleontologia mundial

Uma peça do quebra-cabeça que conta a história da vida na Terra foi encontrada por uma equipe de cientistas brasileiros no município de Januária, no norte de Minas. Trata-se do fóssil de uma cianobactéria descrito agora pela primeira vez no mundo na tese de doutorado do pesquisador Matheus Denezine, da Universidade de Brasília (UnB). E pode indicar que já houve petróleo na região.

A importância da *Ghoshia januarensis*, que tem apenas 10 micrômetros, o equivalente a 10 milionésimos de metro, é inversamente proporcional ao tamanho: além de reforçar a teoria de Darwin de que a vida na Terra começou no período pré-cambriano, há mais de 540 milhões de anos, evidencia a importância do Brasil na paleontologia mundial.

A Ghoshia foi encontrada em uma área conhecida como Formação de Sete Lagoas e vivia em ambiente marinho – sim, Minas Gerais tinha mar, e os cientistas, que já sabiam disso, agora contam com um novo registro.

Não bastasse tanto valor na descoberta da equipe da UNB, o estudo indica a possibilidade de que havia petróleo na Bacia Sedimentar do São Francisco, pelas condições das rochas do local e concentração de matéria orgânica. Segundo o pesquisador, encontrar um sistema petrolífero é algo complexo e ainda não é possível afirmar que houve ou ainda existe óleo na região estudada, o que exigirá estudos adicionais. "O que descobrimos é que a matéria orgânica contida naquelas rochas atingiu uma temperatura suficiente para a geração de óleo ou gás. Aí eu começo a desenhar a arquitetura do meu sistema petrolífero", afirma.

O próximo passo é descobrir se houve óleo gerado ali e para onde se deslocou. "No caso do pré-sal, a camada de sal é a tampa que não deixa o óleo passar. Precisamos investigar se havia essa barreira também na região estudada", acrescenta ele. Para essa próxima etapa será necessária uma grande mobilização de profissionais de várias áreas da geologia.

DIFERENCIAÇÃO. Diferentemente do que se pode pensar, a bacia sedimentar do São Francisco não tem relação com a Bacia Hidrográfica do São Francisco. Denezine esclarece que o termo "São Francisco" usado para denominar a bacia sedimentar que engloba as rochas estudadas foi uma referência ao Vale do São Francisco por causa da proximidade e de algumas regiões que se sobrepõem. "Não se trata de buscar petróleo no Rio São Francisco. Estamos falando de bacia sedimentar, de rochas em terra, que chegam a Goiás, a Distrito Federal, Bahia e Minas."

E ainda há óleo ali?
Pesquisa indicou as condições, mas essa confirmação dependerá de estudos adicionais

A pesquisa da UnB teve recursos de CNPQ, Capes, CPRM, Petrobras e Agência Nacional de Petróleo (ANP), e também contou com parcerias com Unicamp, Virginia Tech (EUA), Academia Russa de Ciências e Universidade de Nanjing (China). A participação específica da Petrobras nos estudos ocorre pelo interesse em descobrir novas fontes de petróleo. ●

B18. Diversificação. Imóveis e carros de luxo: os novos negócios de Michael Klein após a Casas Bahia

Indicadores Pressão dos preços

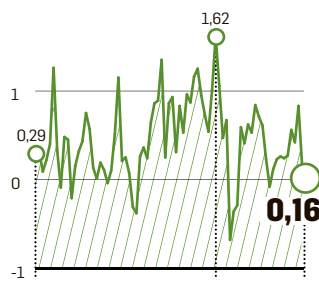
Bolsa e dólar ignoram IPCA e têm dia de estresse com inflação nos EUA

Preços desaceleram e ficam em 0,16% em março no Brasil, mas mercado reage a aumento forte de índice americano e a cenário de corte de juros no país mais distante

Após o repique provocado pelo reajuste de mensalidades escolares em fevereiro, quando chegou a 0,83%, a inflação oficial no País perdeu força e fechou o mês passado com variação de 0,16% – a menor taxa para o mês desde 2020, de acordo com o IBGE.

O resultado ficou praticamente no piso das estimativas dos analistas ouvidos pelo Projeções Broadcast, que previam mediana de 0,24%. Em 12 meses, o IPCA acumula alta de 3,93%, dentro do teto de tolerância (de 4,50%) da meta de inflação perseguida pelo Banco Central em 2024, que é de 3%.

Ainda pela manhã, o resultado teve impacto nas taxas de juros no mercado futuro, que operaram em queda. Mas a virada no humor do mercado não demorou a chegar depois da divulgação da inflação nos EUA. O índice de preços ao consumidor (CPI, na sigla em inglês) subiu 0,4% em março, bem acima da estimativa do mercado. Em 12 meses, o índice passou de 3,2%, em fevereiro, para 3,5% no mês passado.

Para analistas, esses números indicam que o Federal Reserve (Fed, o banco central americano) terá mais dificuldade para começar a cortar a taxa de juros no país – a previsão agora é de que isso aconteça só a partir de setembro. E isso terá impacto em todo o mundo, incluindo o Brasil, onde a taxa de juros, após o ciclo de cortes em andamento pelo BC, poderia acabar ficando mais alta do que projeta o mercado atualmente.

Em reação ao cenário internacional, o dólar teve alta de 1,41%, a R$ 5,07, maior valor de fechamento desde 13 de outubro. Já o Ibovespa, principal indicador da Bolsa, recuou 1,41%, para 128,0 mil pontos. A queda só não foi maior por causa do salto de Petrobras (ON +3,02% e PN +2,22%). Além da subida do petróleo, a estatal se apoia na perspectiva de distribuição de dividendos extras e de manutenção do seu presidente, Jean Paul Prates.

À GloboNews, o presidente do BC, Roberto Campos Neto, classificou o resultado da inflação nos EUA como "muito ruim", mas ressaltou que "o cenário (*projetado pelo Copom*) não mudou substancialmente" e que os juros americanos e brasileiros "não estão mecanicamente relacionados".

Para o economista da CM Capital Matheus Pizzani, embora essa relação não seja automática o mercado aposta que o BC pode se guiar pelo diferencial de juros que deve afetar os fluxos internacionais e, por consequência, o câmbio. "A questão é se o câmbio vai pesar na inflação via bens comercializáveis, o que não temos visto por enquanto", afirmou. "O BC não precisa ser mais conservador tão logo, porque o juro real ainda é muito alto." ● DANIELA AMORIM/RIO e ANTONIO PEREZ e LUIS LEAL/SÃO PAULO

MAIS INFORMAÇÕES SOBRE A INFLAÇÃO NO BRASIL E NOS ESTADOS UNIDOS. PÁG. B2

Celso Ming celso.ming@estadao.com

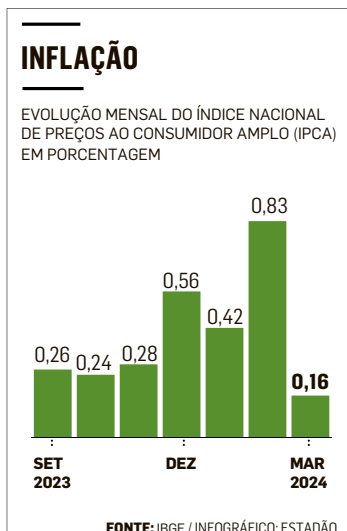
A inflação baixou. E os juros?

Quase ninguém esperava essa inflação tão baixa em março, de apenas 0,16%, a mais baixa desde junho do ano passado. Com isso, a inflação acumulada em 12 meses caiu para 3,95% – embicando para a meta de 3%.

Quase toda a alta sazonal (de virada de ano) parece ter-se concentrado em fevereiro. No entanto, o mais importante agora é ver como fica a política de juros a partir desses novos números.

Enquanto membros do governo externavam preocupação com a inflação dos alimentos, os diretores do Banco Central (BC) chamavam mais a atenção para a inflação dos chamados serviços subjacentes. Alguns deles chegaram a sugerir que esta última podia estar sendo produzida por aumento da demanda cuja origem estaria no súbito aumento da renda, em consequência do pleno-emprego em alguns setores.

A alta dos alimentos continua relativamente forte (de 0,53%), mais concentrada na cebola, tomate e ovos, por conta da redução da produção. Nesse caso, não há muito o que fazer, a não ser importar. Em compensação, a inflação dos serviços está bem mais atenuada. Saiu de alta de 1,06%, em fevereiro, para 0,10%, em março, mas o subgrupo dos serviços subjacentes mantém-se elevado, em 0,45%.

Após a última reunião do Copom, os debates se concentram sobre o que deverá acontecer a partir de junho, manter o nível de corte em 0,5 ponto porcentual (p.p.) dos juros básicos (Selic) ou optar por um corte de 0,25 p.p. Essa decisão é importante para quem tem altas contas a pagar e depende do comportamento dos juros futuros.

Em princípio, essa inflação mais baixa reforça as apostas pela manutenção do atual ritmo de corte. Mostra, entre outras coisas, que o tal aumento da demanda pelo poder aquisitivo mais forte não está empurrando a inflação para cima. Mas continuam atuando duas fontes de preocupação, além do aumento da renda: a gastança do governo Lula, que segue despejando mais recursos no mercado; e a forte alta do petróleo, que exige reajustes dos combustíveis.

Setores do PT e do governo continuam vociferando contra a "alta burra dos juros". Mas, em matéria de política monetária, eles não passam de bois olhando para o palácio. Melhor ficar com a opinião da revista *The Economist* que passou o recado de que os grandes bancos centrais deveriam agir como os bancos centrais do Brasil e do Chile.

A vacilação do Fed (o banco central dos Estados Unidos) e do Banco Central Europeu em derrubar os juros pode provocar um efeito colateral indesejado. Pode reduzir ainda mais a diferença entre os juros reais daqui e dos Estados Unidos e desestimular o desembarque de capitais no mercado interno, algo que já está ocorrendo. ●

COMENTARISTA DE ECONOMIA

Indicadores Pressão dos preços

Inflação de serviços desacelera para 5,09% em 12 meses, diz IBGE

Ainda pressionado pelo mercado de trabalho aquecido, grupo fecha março com alta de 0,10%, ante 1% em fevereiro

DANIELA AMORIM
RIO

Os dados divulgados ontem pelo IBGE mostraram um recuo na inflação de serviços, setor que, na avaliação do mercado, continua sendo puxado pela recuperação do mercado de trabalho. Na composição do IPCA, a variação dos preços de serviços foi de 0,10% em março, ante 1,06% em fevereiro.

A desaceleração em serviços foi puxada pelo fim do impacto dos reajustes de mensalidades escolares – que tradicionalmente acontece em fevereiro –, assim como por uma nova queda nos preços das passagens aéreas e de pacotes turísticos, explicou o gerente do Sistema Nacional de Índices de Preços do IBGE, André Almeida. O fim das férias teria ajudado não apenas no recuo das passagens aéreas, como também na queda de outros serviços turísticos no mês, acrescentou ele.

No acumulado em 12 meses, a inflação de serviços registrou queda: de 5,25%, em fevereiro, para 5,09% em março – menor patamar desde janeiro de 2022, quando também estava em 5,09%. "O que a gente tem observado nos últimos meses é essa desaceleração da inflação de serviços, embora ainda acima, em 12 meses, da inflação geral", apontou Almeida.

Questionado sobre uma possível influência de demanda sobre a inflação de serviços, o pesquisador afirmou que o mercado de trabalho aquecido, com queda na taxa de desemprego e alta na de renda do trabalhador, pode contribuir para uma maior procura por produtos e serviços, mas que, por ora, o IPCA segue mostrando uma taxa de inflação de serviços em desaceleração no acumulado em 12 meses.

> ***"Temos observado essa desaceleração da inflação de serviços, embora ainda acima da inflação geral"***
> **André Almeida**
> **Gerente do Sistema Nacional de Índices de Preços do IBGE**

Para a economista Claudia Moreno, do C6 Bank, a inflação de serviços continua sendo uma preocupação para o mercado. "Apesar de o IPCA ter desacelerado em março, ainda vemos a inflação de serviços muito pressionada pelo mercado de trabalho aquecido, o que representa um risco altista para os juros", escreveu ela, em relatório.

CONTRIBUIÇÃO. O item com maior peso individual na inflação de março foi o plano de saúde, que ficou 0,77% mais caro, uma contribuição de 0,03 ponto porcentual para o IPCA. O brasileiro também pagou mais por produtos farmacêuticos (0,52%), com destaque para antibióticos (1,27%) e analgésicos e antitérmicos (0,55%).

Na passagem de fevereiro para março, o consumidor encarou mais alimentos com aumentos de preços, porém, os reajustes foram mais amenos. O gasto com alimentação e bebidas subiu 0,53% em março, respondendo por cerca de dois terços de toda a inflação do mês. O índice de difusão de itens alimentícios (que mostra o porcentual de produtos com aumentos de preços) passou de 56% para 61% em março.

Segundo Almeida, os preços dos alimentos têm subido nos últimos meses por uma influência climática sazonal, que neste ano foi agravada pela ocorrência do fenômeno El Niño. As intempéries prejudicaram algumas lavouras, reduzindo a oferta de determinados itens. ●

Gás, aluguéis e seguro de automóveis mantêm inflação nos EUA alta

WASHINGTON

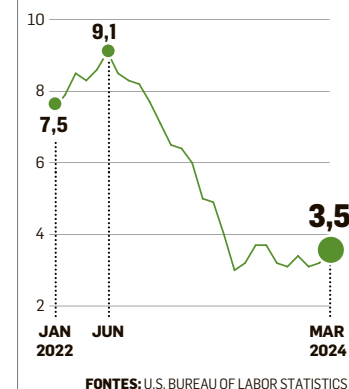
A inflação nos Estados Unidos registrou um aumento de 0,4% em março, impulsionada principalmente pelos custos de aluguéis, seguro de automóveis e gás, conforme divulgado pelo Departamento de Estatísticas. Em termos anualizados, o índice alcançou 3,5%, um aumento em relação aos 3,2% observados em fevereiro, ainda distante da meta de 2% estabelecida pelo Federal Reserve (Fed), o banco central do país.

Economistas apontam que os dados de março sugerem um desafio maior para o Fed no que diz respeito à redução da taxa de juros, que atualmente varia entre 5,25% e 5,5% ao ano, o patamar mais elevado desde 2001. "Os números de março enfraquecem a confiança dos técnicos do Fed. Isso, no mínimo, deve postergar os cortes nas taxas de juros para setembro", disse Kathy Bostjancic, economista-chefe da Nationwide, um fundo de investimento imobiliário.

Segundo a Capital Economics, as informações mais recentes aumentam a probabilidade de o Fed realizar apenas dois cortes de juros neste ano, de 0,25 ponto porcentual cada, contrariando a expectativa anterior de três reduções.

INFLAÇÃO NOS EUA

Preços tiveram um pico no pós-pandemia
EM PORCENTAGEM

FONTES: U.S. BUREAU OF LABOR STATISTICS

A consultoria Oxford destaca que a robustez do mercado de trabalho e os avanços recentes na contenção da inflação oferecem ao Fed a "flexibilidade para agir com paciência". Caso não ocorra um corte de juros em junho, a próxima oportunidade seria em setembro, dado o intervalo reduzido de divulgação de dados econômicos entre junho e julho que poderiam influenciar as decisões do Fed, conforme análise da consultoria.

ATA. A ata da última reunião do Fed, divulgada ontem, revelou que os técnicos da autoridade monetária destacaram os indicadores "robustos de atividade econômica" e os "resultados decepcionantes" da queda de preços. Por isso, enfatizaram que não consideravam apropriado "reduzir as taxas de juros" até que houvesse "maior confiança de que a inflação está se encaminhando de forma sustentável para a meta de 2%". ● ANDRÉ MARINHO, GABRIEL BUENO DA COSTA E MATHEUS ANDRADE COM AP

Alvaro Gribel *E-mail:* alvaro.gribel@estadao.com; *Twitter:* @alvarogribel

Mundo piora, PT não aprende

O presidente Luiz Inácio Lula da Silva ainda não se deu conta dos riscos que corre na economia. A inflação americana, mais alta do que o esperado pelo segundo mês consecutivo, e o mercado de trabalho nos EUA, ainda aquecido, alteram o panorama internacional.

Na prática, como mostrou o **Estadão** esta semana, diminuem as chances de cortes de juros pelo Fed, o que também reduz a margem de manobra para a queda da taxa Selic pelo nosso Banco Central.

Ontem, a notícia ruim nos EUA foi amenizada pela inflação mais baixa do que o esperado no Brasil. Ainda assim, o dólar fechou em alta de mais de 1% e ficou mais provável que permaneça acima dos R$ 5. Economistas e investidores, logo após a divulgação do resultado nos EUA, voltaram às planilhas para refazer as contas, e pelo menos duas grandes casas já admitiam rever para cima as projeções de juros no País.

No Congresso, a base governista permanece em um mundo de faz de conta. Deputados petistas enfraqueceram mais uma vez o novo arcabouço fiscal. Despesas de R$ 15,7 bilhões foram antecipadas, sem a garantia de que haverá o aumento de arrecadação necessário para a autorização dessa despesa. Há ainda o risco de que os recursos abram espaço para aumento de salários de servidores – que de fato precisam de recomposição –, mas isso precisa ser feito com um lastro permanente, e não pela melhora provocada por uma arrecadação extraordinária.

> ***Alguém precisa alertar Lula de que a eleição foi decidida por uma minoria liberal***

Enquanto o ministro da Fazenda, Fernando Haddad, faz o que pode para tentar conter a pressão por gastos de todos os lados, a Casa Civil fabrica crises sem sentido, em uma completa inversão do papel institucional da pasta, que deveria ser a de apagar incêndios.

A última, em parceria com o ministro de Minas e Energia, Alexandre Silveira, que tenta derrubar o presidente da Petrobras, Jean Paul Prates, que balança no cargo muito mais pelos seus méritos. A empresa está saneada, com a dívida sob controle, e já vem aumentando investimentos. A hecatombe que muitos do mercado previram com a alteração da política de preços de combustíveis não aconteceu porque Prates é do ramo e sabe que a companhia precisa dar lucro.

Em defesa de Lula, há um país politicamente polarizado, e ele precisa sempre falar para a própria base. Mas alguém precisa alertar o presidente de que a eleição foi decidida por uma minoria liberal, que pode perfeitamente mudar de lado em um cenário de crise. Não convém abusar da sorte, e, como todos sabem, na economia, o tempo sempre muda. ●

REPÓRTER ESPECIAL DE ECONOMIA EM BRASÍLIA

SEG. Luiz Carlos Trabuco Cappi e Henrique Meirelles **(revezam quinzenalmente)** ● **TER.** Demi Getschko **(quinzenalmente)** ● **QUA.** Fábio Alves ● **QUI.** Alvaro Gribel **(quinzenalmente)** ● **SEX.** Elena Landau e Laura Karpuska **(revezam quinzenalmente)** ● **DOM.** José Roberto Mendonça de Barros **(quinzenalmente)**; Roberto Rodrigues **(2º domingo do mês)**, Albert Fishlow **(3º domingo do mês)** e Gustavo Franco **(último domingo do mês)**

Indicadores De 1,5% para 1,7%

Banco Mundial melhora projeção para PIB do Brasil

NOVA YORK

O Banco Mundial melhorou novamente sua projeção para a economia brasileira neste ano. O organismo espera que o Produto Interno Bruto (PIB) do País cresça 1,7% em 2024, acima da sua última projeção, que apontava alta de 1,5%. No ano passado, a economia brasileira avançou 2,9%.

O resultado, porém, põe o Brasil na lista dos países com as menores taxas de expansão da América Latina e Caribe neste ano. Ficará à frente de Colômbia e Bolívia, além de Argentina e Haiti, que devem ter recessão.

"Vemos crescimento de 1,7% neste ano, 2,2% no próximo e 2% no ano seguinte", disse o economista-chefe do Banco Mundial para a América Latina e o Caribe, William Maloney, ao comentar as novas projeções ontem. ● ALINE BRONZATI

INÊS 249

Orçamento Controle de gastos

‘Jabuti’ de R$ 15 bilhões teve aval de governo e Lira; mercado reage mal

Antecipação de despesa mexe no arcabouço fiscal; presidente da Câmara diz que governo decide sobre verba e Casa Civil não responde

BIANCA LIMA
DANIEL WETERMAN
BRASÍLIA

Em manobra articulada pela Casa Civil e que contou com o aval do Ministério da Fazenda, lideranças do governo na Câmara alteraram o recém-nascido arcabouço fiscal. O objetivo foi antecipar a abertura de um gasto extra de até R$ 15,7 bilhões neste ano e, de quebra, ampliar o poder do presidente Luiz Inácio Lula da Silva na destinação do dinheiro.

O projeto aprovado pela Câmara autoriza o presidente Lula a definir a destinação do dinheiro por decreto e sem aprovação prévia do Congresso, imediatamente após a sanção da lei. Atualmente, o arcabouço fiscal prevê que essa abertura seria feita mais tarde e com o envio de um projeto de lei, submetido à aprovação dos parlamentares.

Ainda há divergências sobre os efeitos da proposta. Alguns técnicos e congressistas querem que o Legislativo dê a última palavra. O que houve nos bastidores foi um acordo para ratear o apadrinhamento do recurso. O **Estadão** apurou que a negociação passou pelo crivo do presidente da Câmara, Arthur Lira (PP-AL), e envolve a recomposição de R$ 3,5 bilhões dos R$ 5,6 bilhões em emendas de comissão vetados por Lula.

> **Negociação**
>
> **R$ 3,5 bi** do ‘jabuti’ seriam destinados ao pagamento de emendas

EMENDAS. Dois terços do valor das emendas serão destinados para indicações dos parlamentares da Câmara, e um terço, para o Senado. Os cerca de R$ 12 bilhões restantes ficarão sob comando do governo, com prioridade para a recomposição de gastos do Programa de Aceleração do Crescimento (PAC), que também foram alvo de bloqueios. O ministro-chefe da Casa Civil, Rui Costa, é o coordenador do programa e foi apontado como um dos articuladores da mudança no arcabouço.

A mudança na regra fiscal foi realizada por meio de um “jabuti”, como se fala no jargão político para se referir a uma matéria estranha ao texto principal. No caso, a emenda foi inserida em um projeto de lei que cria um seguro nos moldes do antigo DPVAT, para vítimas de acidentes de trânsito (*mais informações na pág. A15*). A autoria do “jabuti” foi do deputado Rubens Pereira Junior (PT-MA), um dos vice-líderes do governo na Câmara.

“Na prática, o governo arromba o cofre ao presumir que o excesso de arrecadação se manterá até o fim do ano”, afirma o líder da oposição no Senado, Rogério Marinho (PL-RN).

Em ano de eleição municipal, a antecipação significa que o recurso pode ser repassado antes do período eleitoral, beneficiando prefeitos nas bases políticas dos parlamentares e do governo Lula. Em 2024, por conta da campanha, há pressão para repasses antecipados devido à legislação, que proíbe início de obras e transferências no meio da disputa eleitoral.

REGRA. O texto também foi mal recebido pelos economistas do mercado financeiro ouvidos pelo **Estadão**. “A proposta aprovada pela Câmara é péssima para o arcabouço fiscal, pois antecipa o debate sobre ampliação do limite para gastar, que não tem sentido em meio à necessidade de ajuste fiscal”, afirma Felipe Salto, economista-chefe da Warren Investimentos.

Como o **Estadão** mostrou, para conseguir abrir o crédito, a equipe econômica precisaria chegar em maio com uma estimativa máxima de déficit de R$ 13 bilhões (no momento, a projeção está em R$ 9,3 bilhões).

O economista da XP Tiago Sbardelotto chama atenção para o fato de a regra fiscal ser recém-criada e, mesmo assim, já ser alvo de flexibilizações. “O nome do arcabouço é regime fiscal sustentável, ou seja, uma regra que se pretende ser de longo prazo. Mas, na primeira restrição que essa regra impõe, a gente vai e muda.”

Procurado pelo **Estadão**, Lira afirmou que cabe ao governo dizer para onde vai o dinheiro. Questionado sobre os termos do acordo para a aprovação da proposta, o presidente da Câmara não se posicionou. A reportagem também procurou a Casa Civil, que não se manifestou. ●

FUNDAÇÃO
FACULDADE DE MEDICINA

Fundação Faculdade de Medicina (FFM)

CNPJ nº 56.577.059/0001-00

DEMONSTRAÇÕES CONTÁBEIS PARA O EXERCÍCIO FINDO EM 31 DE DEZEMBRO DE 2023 E 2022 *(Em milhares de reais)*

BALANÇOS PATRIMONIAIS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2023 E 2022 (Em milhares de reais)

ATIVO	Notas	2023	2022
Ativo circulante			
Caixa e equivalentes de caixa	4	1.005.702	1.037.157
Contas a receber	5	143.903	115.932
Estoques	6	30.629	30.107
Despesas antecipadas	-	1.473	1.321
Outros créditos e contas a receber	-	3.594	258
		1.185.301	**1.184.775**
Ativo não circulante			
Títulos a receber	-	53	55
Depósitos recursais trabalhistas	-	1.279	1.617
Despesas antecipadas	-	453	754
Imóveis destinados a venda	7	19.329	1.562
Imobilizado	8	6.689	6.072
Intangível	8	1.737	1.030
		29.540	**11.090**
Total do ativo		**1.214.841**	**1.195.865**

PASSIVO E PATRIMÔNIO LÍQUIDO	Notas	2023	2022
Passivo circulante			
Fornecedores	9	46.047	31.756
Serviços de terceiros	-	22.577	23.667
Obrigações sociais e trabalhistas	10	146.112	129.555
Obrigações fiscais	-	23.072	20.304
Saldos de projetos em execução	11	518.388	604.290
Outras contas a pagar	-	11.780	5.936
		767.976	**815.508**
Passivo não circulante			
Saldos de projetos em execução	11	99.222	68.831
Provisões para riscos fiscais, trabalhistas e cíveis	12	8.251	6.465
		107.473	**75.296**
Patrimônio líquido	13		
Patrimônio social	-	15	15
Superávit líquido acumulado	-	339.377	305.046
		339.392	**305.061**
Total do passivo e patrimônio líquido		**1.214.841**	**1.195.865**

DEMONSTRAÇÕES DO RESULTADO DOS EXERCÍCIOS FINDOS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2023 E 2022 (Em milhares de reais)

Receitas operacionais	Notas	2023	2022
Reembolsos de custos de administração - líquidos	14	21.361	21.329
Outras receitas	-	503	53
Total das receitas		**21.864**	**21.382**
Despesas operacionais			
Pessoal	15	(13.921)	(11.633)
Materiais para consumo	-	(295)	(441)
Serviços profissionais	16	(3.299)	(3.392)
Depreciações e amortizações	8	(461)	(453)
Contribuições a instituições conveniadas	17	(2.228)	(2.398)
Outras despesas	-	(1.058)	(967)
Total das despesas		**(21.262)**	**(19.284)**
(=) Superávit antes do resultado financeiro		**602**	**2.098**
Receitas financeiras	18	33.730	28.599
Despesas financeiras	-	(1)	(2)
Resultado financeiro líquido		**33.729**	**28.597**
(=) Superávit líquido do exercício		**34.331**	**30.695**

DEMONSTRAÇÕES DO RESULTADO ABRANGENTE DOS EXERCÍCIOS FINDOS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2023 E 2022 (Em milhares de reais)

	2023	2022
(=) Superávit do exercício	**34.331**	**30.695**
Outros resultados abrangentes	-	-
Total do resultado abrangente do exercício	**34.331**	**30.695**

DEMONSTRAÇÕES DAS MUTAÇÕES DO PATRIMÔNIO LÍQUIDO DOS EXERCÍCIOS FINDOS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2023 E 2022 (Em milhares de reais)

	Patrimônio social	Superávit acumulado	Total
Saldos em 31 de dezembro de 2021	**15**	**274.351**	**274.366**
Superávit do exercício de 2022	-	30.695	30.695
Saldos em 31 de dezembro de 2022	**15**	**305.046**	**305.061**
Superávit do exercício de 2023	-	34.331	34.331
Saldos em 31 de dezembro de 2023	**15**	**339.377**	**339.392**

DEMONSTRAÇÕES DOS FLUXOS DE CAIXA EXERCÍCIOS FINDOS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2023 E 2022 (Em milhares de reais)

	2023	2022
(=) Superávit do exercício	**34.331**	**30.695**
Itens que não afetam o caixa operacional		
Depreciações e amortizações	461	453
Valor residual de imobilizado e intangível baixado	124	40
Provisões para riscos fiscais, trabalhistas e cíveis	47	8
Perdas estimadas em créditos de liquidação duvidosa	611	194
(Aumento)/redução das contas de ativo		
Contas a receber	(28.582)	(3.622)
Estoques	(522)	1.004
Despesas antecipadas	149	(1.265)
Outras contas a receber	(3.336)	(42)
Títulos a receber	2	3
Depósitos recursais trabalhistas	338	(240)
Aumento/(redução) das contas de passivo		
Fornecedores	14.291	(5.106)
Serviços de terceiros	(1.090)	1.732
Obrigações sociais e trabalhistas	16.557	11.074
Obrigações fiscais	2.768	3.474
Saldos de projetos em execução	(55.511)	21.022
Provisões para riscos fiscais, trabalhistas e cíveis	1.739	1.002
Outras contas a pagar	5.844	2.119
Caixa líquido consumido/gerado nas atividades operacionais	**(11.779)**	**62.545**
Fluxo de caixa das atividades de investimentos		
Aquisição de imobilizado e intangível	(1.909)	(764)
Caixa líquido consumido nas atividades de investimento	**(1.909)**	**(764)**
Fluxo de caixa das atividades de financiamentos		
Imóveis destinados a venda	(17.767)	(1.562)
Caixa líquido consumido nas atividades de financiamento	**(17.767)**	**(1.562)**
(Redução)/aumento líquido de caixa e equivalentes de caixa	**(31.455)**	**60.219**
Caixa e equivalentes de caixa no início do exercício	1.037.157	976.938
Caixa e equivalentes de caixa no final do exercício	1.005.702	1.037.157
(Redução)/aumento líquido de caixa e equivalentes de caixa	**(31.455)**	**60.219**

NOTAS EXPLICATIVAS DA ADMINISTRAÇÃO ÀS DEMONSTRAÇÕES CONTÁBEIS DOS EXERCÍCIOS FINDOS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2023 E 2022 (Em milhares de reais)

1. Contexto operacional: A Fundação Faculdade de Medicina (Fundação ou FFM), com sede na Av. Rebouças, nº 381, Jardim Paulista, São Paulo - SP, é uma entidade de direito privado sem fins lucrativos, reconhecida de Utilidade Pública, detentora do Certificado de Entidade Beneficente de Assistência Social (CEBAS) e qualificada como Organização Social. A FFM tem por objetivo atividades de utilidade pública relacionadas com a prestação de serviços e desenvolvimento da assistência integral à saúde junto da Faculdade de Medicina da Universidade de São Paulo (FMUSP) e do Hospital das Clínicas da FMUSP (HCFMUSP), em prol da sociedade em geral, em caráter beneficente. Para consecução de seus objetivos, são mantidos convênios, contratos de gestão e outros instrumentos de mútua cooperação com instituições públicas e privadas, visando à realização de programas e atividades de cunho assistencial, didático e de pesquisa na área da saúde. **2. Base de preparação: 2.1. Declaração de conformidade:** As demonstrações contábeis foram preparadas de acordo com as políticas contábeis adotadas no Brasil, incluindo os pronunciamentos, orientações e interpretações emitidas pelo Comitê de Pronunciamentos Contábeis - CPC e a Norma Brasileira de Contabilidade ITG 2002, para entidades sem finalidades de lucros. As demonstrações contábeis foram aprovadas pela Administração da Fundação em 01 de março de 2024, pelo Conselho Fiscal da Instituição em 20 de março de 2024 e serão submetidas à apreciação do Conselho Curador da FFM em reunião a ser realizada em data posterior. **2.2. Base de mensuração:** As demonstrações contábeis foram preparadas com base no custo histórico, exceto pelos instrumentos financeiros não-derivativos registrados por meio do resultado, mensurados pelo valor justo. **2.3. Moeda funcional e moeda de apresentação:** Essas demonstrações contábeis são apresentadas em Real, que é a moeda funcional da Fundação e a sua moeda de apresentação. **2.4. Uso de estimativas e julgamentos:** Foram utilizadas estimativas para o reconhecimento de certos ativos, passivos e outras transações, incluindo os efeitos de estimativas com relação à recuperação de ativos, provisões necessárias para passivos contingentes e similares. Os resultados reais podem apresentar variações em relação às tais estimativas. Estimativas e premissas são revistas de uma maneira contínua. Revisões com relação a estimativas contábeis são reconhecidas no período em que as estimativas são revisadas e em quaisquer períodos futuros afetados. Não há informações sobre julgamentos críticos referentes as políticas contábeis adotadas que apresentam efeitos sobre os valores reconhecidos nas demonstrações contábeis. **2.5. Determinação do valor justo:** Diversas políticas e divulgações contábeis da Fundação exigem a determinação do valor justo, tanto para os ativos e passivos financeiros como para os não financeiros. Os valores justos têm sido apurados para propósitos de mensuração e/ou divulgação baseados nos métodos. Quando aplicável, as informações adicionais sobre as premissas utilizadas na apuração dos valores justos são divulgadas nas notas específicas àquele ativo ou passivo. **3. Políticas contábeis materiais:** As políticas contábeis materiais descritas em detalhes, a seguir, têm sido aplicadas de maneira consistente a todos os períodos apresentados nessas demonstrações contábeis. **3.1. Ativos circulante e não circulante:** Apresentados pelo valor de realização, incluindo, quando aplicável, as variações monetárias e os rendimentos auferidos. As perdas estimadas em créditos de liquidação duvidosa e com glosas foram constituídas em bases consideradas suficientes para a cobertura de eventuais prejuízos na realização dos valores a receber. Os ativos circulantes e não circulantes contemplam, além dos direitos e das obrigações da Fundação, os direitos e as obrigações decorrentes dos projetos operacionalizados por meio de convênios, contratos de gestão e similares. **3.2. Caixa e equivalentes de caixa:** Representados fundamentalmente por saldos em contas bancárias e aplicações financeiras, constituídos de títulos de alta liquidez, e com riscos insignificantes de mudanças de valor. Os saldos de aplicações financeiras de liquidez imediata estão demonstrados ao custo, acrescidos dos rendimentos auferidos até as datas dos balanços. **3.3. Estoques:** Apresentados pelo menor valor entre o valor de custo e o valor líquido realizável. Os custos dos estoques são determinados pelo método do custo médio. **3.4. Ativo imobilizado e intangível: Reconhecimento e mensuração:** Itens do imobilizado e intangível são mensurados pelo custo histórico de aquisição ou construção, deduzido de depreciação e amortização acumuladas e perdas de redução ao valor recuperável (*impairment*) acumuladas, quando necessário. **Depreciação e amortização:** A depreciação e amortização são calculadas sobre o valor depreciável e amortizável, respectivamente, que são os custos de um ativo, ou outro valor substituto do custo, deduzido do valor residual. A depreciação e amortização são reconhecidas no resultado baseando-se no método linear com relação às vidas úteis estimadas de cada parte de um item do imobilizado e intangível. As vidas úteis estimadas para os períodos correntes e comparativos são as seguintes:

	Taxas de depreciação e amortização (%)	Taxas médias de depreciação e amortização (%)
Terrenos	-	-
Edificações	1,43	1,43
Instalações, móveis e equipamentos	5 a 20	11
Veículos	20	20
Computadores	11 a 25	14
Intangível - softwares	20	20

Os métodos de depreciação, as vidas úteis e os valores residuais são revistos a cada encerramento de exercício financeiro e eventuais ajustes são reconhecidos como mudança de estimativas contábeis. **Ativo imobilizado e intangível de projetos:** Para efeito de apuração das demonstrações contábeis, as aquisições de bens com recursos de projetos não são demonstradas no ativo da FFM. Como esses bens não são, a princípio, de propriedade da FFM, é feito registro em contas de compensação, conforme demonstrado na Nota Explicativa nº 8. **3.5. Instrumentos financeiros: 3.5.1. Ativos financeiros não derivativos:** A Fundação reconhece os empréstimos, recebíveis e depósitos inicialmente na data em que foram originados. Todos os outros ativos e passivos financeiros são reconhecidos inicialmente na data da negociação na qual a Fundação se torna uma das partes das disposições contratuais do instrumento. A Fundação tem seus ativos e passivos financeiros não derivativos registrados pelo valor justo por meio do resultado. **Ativos financeiros registrados pelo valor justo por meio do resultado:** Um ativo financeiro é classificado pelo valor justo por meio do resultado caso seja classificado como mantido para negociação e seja designado como tal no momento do reconhecimento inicial. Os ativos financeiros são designados pelo valor justo por meio do resultado se a Fundação gerencia tais investimentos e toma decisões de compra e venda baseadas em seus valores justos de acordo com a gestão de riscos documentada e a estratégia de investimentos da Fundação. Os custos da transação, após o reconhecimento inicial, são reconhecidos no resultado como incorridos. Ativos financeiros registrados pelo valor justo por meio do resultado são medidos pelo valor justo, e mudanças no valor justo desses ativos são reconhecidas no resultado do exercício. **Recebíveis:** Recebíveis são ativos financeiros com pagamentos fixos ou calculáveis que não são cotados no mercado ativo. Tais ativos são reconhecidos inicialmente pelo valor justo acrescido de quaisquer custos de transação atribuíveis. Após o reconhecimento inicial, os recebíveis são medidos pelo custo amortizado através do método dos juros efetivos, decrescidos de qualquer perda por redução ao valor recuperável. Os recebíveis abrangem contas a receber e outros créditos. **Passivos financeiros não derivativos:** Os passivos financeiros são reconhecidos inicialmente na data de negociação na qual a Fundação se torna uma parte das disposições contratuais do instrumento. A Fundação baixa um passivo financeiro quando tem suas obrigações contratuais retirada, cancelada ou vencida. A Fundação tem os seguintes passivos financeiros não derivativos: fornecedores, serviços de terceiros e outras contas a pagar. Tais passivos financeiros são reconhecidos inicialmente pelo valor justo acrescido de quaisquer custos de transação atribuíveis. Após o reconhecimento inicial, esses passivos financeiros são medidos pelo custo amortizado através do método dos juros efetivos. **3.5.2. Instrumentos financeiros derivativos:** Não houve operações com instrumentos financeiros derivativos durante os exercícios de 2023 e 2022, incluindo operações de hedge. **3.6. Avaliação do valor recuperável de ativos (teste de *impairment*):** A Administração revisa anualmente o valor contábil líquido dos ativos, com o objetivo de avaliar eventos ou mudanças nas circunstâncias econômicas, operacionais ou tecnológicas, que possam indicar deterioração ou perda de seu valor recuperável. Quando estas evidências são identificadas, e o valor contábil líquido excede o valor recuperável, é constituída uma provisão para a deterioração, ajustando o valor contábil líquido ao valor recuperável. **3.7. Passivo circulante e não circulante:** Demonstrados pelos valores conhecidos, acrescidos, quando aplicável, dos correspondentes encargos e das variações monetárias incorridas. As férias a pagar foram apuradas levando-se em consideração as férias proporcionais, por funcionário, acrescidas dos respectivos encargos sociais. Os passivos circulantes e não circulantes contemplam, além das obrigações da Fundação, as obrigações decorrentes dos projetos operacionalizados por meio de convênios, contratos de gestão e similares. **3.8. Provisão para riscos fiscais, trabalhistas e cíveis:** As provisões para riscos de perda provável em ações judiciais são reconhecidas quando a Fundação tem uma obrigação presente ou não formalizada como resultado de eventos passados, sendo provável que uma saída de recursos seja necessária para liquidar a obrigação, e o valor possa ser estimado com segurança, com base nas estimativas efetuadas pela Administração e seus consultores jurídicos. **3.9. Critérios de apuração das receitas e despesas:** A contabilização das receitas, custos e despesas próprias é realizada de acordo com seu período de competência. Os recursos auferidos por força dos diversos projetos operacionalizados por meio de convênios, contratos de gestão e similares - tais como as receitas de subvenções ou recursos oriundos do Sistema Único de Saúde, prestações de serviços e outras - e os custos e despesas correspondentes, também são registrados pelo regime de competência em conta do passivo denominada "saldos de projetos em execução", conforme demonstrado na Nota Explicativa nº 11, observando-se ainda o pronunciamento técnico CPC 07 (R1), que estabelece os critérios para contabilização e divulgação de subvenções e assistências governamentais. **3.10. Trabalho voluntário:** Os trabalhos voluntários são reconhecidos em conformidade com o estabelecido na NBC ITG 2002 (R1), sendo mensurados pelo valor justo estimado levando-se em consideração os montantes que a instituição haveria de pagar caso contratasse esses serviços em mercado similar, conforme demonstrado na Nota Explicativa nº 22. **3.11. Demonstração dos fluxos de caixa:** A administração da Entidade apresenta os fluxos de caixa às atividades operacionais usando o método indireto, segundo o qual o resultado líquido é ajustado pelos efeitos de transações que não envolvem caixa, pelos efeitos de quaisquer diferimentos ou apropriações por competência sobre recebimentos de caixa ou pagamentos em caixa operacionais passados ou futuros e pelos efeitos de itens de receitas ou despesas associados com fluxos de caixa das atividades de investimento ou de financiamento. **3.12. Pronunciamentos novos ou alterados: Normas revisadas com adoção a partir de 1º de janeiro de 2023:** A Fundação adotou onde aplicável certas normas e alterações que são válidas para períodos anuais iniciados em, ou após, 1º de janeiro de 2023 (exceto quando indicado de outra forma). A Fundação decidiu não adotar antecipadamente nenhuma outra norma, interpretação ou alteração que tenham sido emitidas, mas ainda não estejam vigentes. **Definição de Estimativas Contábeis - Alterações ao IAS 8:** As alterações ao IAS 8 (equivalente ao CPC 23 - políticas contábeis, mudança de estimativa e retificação de erro) esclarecem a distinção entre mudanças em estimativas contábeis, mudanças em políticas contábeis e correção de erros. Elas também esclarecem como as entidades utilizam técnicas de mensuração e *inputs* para desenvolver estimativas contábeis. As alterações não tiveram impacto nas demonstrações financeiras consolidadas da Fundação. **Divulgação de Políticas Contábeis - Alterações ao IAS 1 e *IFRS Practice Statement 2:*** As alterações ao IAS 1 (equivalente ao CPC 26 (R1) - Apresentação das demonstrações contábeis) e o *IFRS Practice Statement 2* fornecem orientação e exemplos para ajudar as entidades a aplicar julgamentos de materialidade às divulgações de políticas contábeis. As alterações visam ajudar as entidades a fornecer divulgações de políticas contábeis mais úteis, substituindo o requisito para as entidades divulgarem suas políticas contábeis "significativas" por um requisito para divulgar suas políticas contábeis "materiais" e adicionando orientação sobre como as entidades aplicam o conceito de materialidade ao tomar decisões sobre divulgações de políticas contábeis. As alterações tiveram impacto nas divulgações de políticas contábeis da Fundação, mas não na mensuração, reconhecimento ou apresentação de itens nas suas demonstrações financeiras. **Reforma Tributária no Brasil:** Em 20 de dezembro de 2023, foi promulgada a Emenda Constitucional ("EC") nº 132, que estabelece a Reforma Tributária ("Reforma") sobre o consumo. Vários temas, inclusive as alíquotas dos novos tributos, ainda estão pendentes de regulamentação por Leis Complementares ("LC"), que deverão ser encaminhadas para avaliação do Congresso Nacional no prazo de 180 dias. O modelo da Reforma está baseado num IVA repartido ("IVA dual") em duas competências, uma federal (Contribuição sobre Bens e Serviços - CBS) e uma subnacional (Imposto sobre Bens e Serviços - IBS), que substituirá os tributos PIS, Cofins, ICMS e ISS. Foi criado um Imposto Seletivo ("IS") - de competência federal, que incidirá sobre a produção, extração, comercialização ou importação de bens e serviços prejudiciais à saúde e ao meio ambiente, nos termos das LC. A FFM está em processo de avaliação de potenciais impactos da citada reforma tributária. **Novas normas, alterações e interpretações de normas emitidas, mas ainda não vigentes em 31 de dezembro de 2023:** As normas e interpretações novas e alteradas emitidas, mas não ainda em vigor até a data de emissão das demonstrações financeiras da FFM, estão descritas a seguir. A Fundação pretende adotar essas normas e interpretações novas e alteradas, se cabível, quando entrarem em vigor. **Alterações ao IAS 1: Classificação de Passivos como Circulante ou Não-Circulante:** Em janeiro de 2020 e outubro de 2022, o IASB emitiu alterações aos parágrafos 69 a 76 do IAS 1 (equivalente ao CPC 26 (R1) - Apresentação das demonstrações contábeis) para especificar os requisitos de classificação de passivos como circulante ou não circulante. As alterações esclarecem: • O que se entende por direito de adiar a liquidação. • Que o direito de adiar deve existir no final do período das informações financeiras. • Que a classificação não é afetada pela probabilidade de a entidade exercer seu direito de adiar. • Que somente se um derivativo embutido em um passivo conversível for ele próprio um instrumento de patrimônio, os termos de um passivo não afetarão sua classificação. Além disso, foi introduzida uma exigência de divulgação quando um passivo decorrente de um contrato de empréstimo é classificado como não circulante e o direito da entidade de adiar a liquidação depende do cumprimento de *covenants* futuros dentro de doze meses. As alterações vigoram para períodos de demonstrações financeiras anuais que se iniciam em ou após 1 de janeiro de 2024 e devem ser aplicadas retrospectivamente. A FFM avaliará oportunamente o eventual impacto que as alterações terão nas práticas atuais. **Acordos de financiamento de fornecedores - Alterações ao IAS 7 e IFRS 7:** Em maio de 2023, o IASB emitiu alterações ao IAS 7 (equivalente ao CPC 03 (R2) - Demonstrações do fluxo de caixa) e ao IFRS 7 (equivalente ao CPC 40 (R1) - Instrumentos financeiros: evidenciação) para esclarecer as características de acordos de financiamento de fornecedores e exigir divulgações adicionais desses acordos. Os requisitos de divulgação nas alterações têm como objetivo auxiliar os usuários das demonstrações financeiras a compreender os efeitos dos acordos de financiamento com fornecedores nas obrigações, fluxos de caixa e exposição ao risco de liquidez de uma entidade. As alterações vigoram para períodos de demonstrações financeiras anuais que se iniciam em ou após 1 de janeiro de 2024. A adoção antecipada é permitida, mas deve ser divulgada. A Administração da Entidade não espera que as alterações tenham um impacto material nas demonstrações financeiras da FFM. Não existem outras normas, alterações e interpretações de normas emitidas pelo IASB e CPC ainda não adotadas que possam, na opinião da Administração, ter impacto significativo nas demonstrações financeiras individuais e consolidadas divulgadas pela FFM. **4. Caixa e equivalentes de caixa:** O saldo refere-se aos valores em 31 de dezembro de 2023 e 2022 mantidos em caixa, contas correntes bancárias e aplicações financeiras de liquidez imediata, com risco insignificante de valor, demonstradas ao custo e acrescidas dos rendimentos auferidos até as datas dos balanços.

	2023	2022
Caixa	216	207
Bancos contas movimento	1.415	1.481
Aplicações financeiras		
Certificados de Depósitos Bancários (CDBs) **(a)**	643.783	509.857
Fundos de investimentos Renda Fixa **(b)**	350.103	407.145
Poupança **(c)**	8.764	116.999
Fundo de Investimento referenciado USD **(d)**	1.421	1.468
Subtotal aplicações financeiras	**1.004.071**	**1.035.469**
Total	**1.005.702**	**1.037.157**

(a) Certificados de Depósitos Bancários (CDBs), emitidos por instituições financeiras no Brasil, com liquidez imediata. A remuneração aproximada em 2023 ficou entre 101,50% e 104,25% da taxa dos Certificados de Depósitos Interbancários (CDIs) (em 2022, entre 102% e 102,50%). **(b)** Fundos abertos de investimento financeiro de renda fixa referenciados pela taxa CDI, com liquidez imediata. A remuneração aproximada observada em 2023 ficou entre 95,74% e 104,01% do CDI (em 2022, entre 95,55% e 110,90%). **(c)** Aplicações em poupança com rentabilidade aproximada em 2023 de 8,04% (7,90% em 2022). **(d)** Fundo de investimento financeiro referenciado pela variação do dólar norte-americano, com liquidez imediata. Em 2023 ocorreu desvalorização de 3,15% (em 2022, desvalorização de 3,65%).

5. Contas a receber:

Contas a receber	2023	2022
Valores devidos decorrentes de convênios, contratos de gestão e similares	110.270	92.616
Atendimentos médicos pelo SUS	37.686	33.601
Atendimentos médicos privados	29.428	21.927
Outras contas a receber	8.970	5.937
Total	**186.354**	**154.081**
Perdas Estimadas com Créditos de Liquidação Duvidosa (PECLD)		
Convênio ICESP nº 98/2014 **(a)**	(29.000)	(29.000)
Prestações de serviços - Secretaria de Estado da Educação **(b)**	(2.432)	(2.432)
Atendimentos médicos privados (particulares)	(703)	(573)
Outras contas a receber	(476)	(546)
Total	**(32.611)**	**(32.551)**
Perdas estimadas com glosas		
Atendimentos médicos pelo SUS	(744)	(1.352)
Atendimentos médicos privados (saúde suplementar)	(9.096)	(4.246)
Total de perdas estimadas	**(9.840)**	**(5.598)**
Contas a receber - posição líquida	**143.903**	**115.932**

(a) Corresponde às Perdas Estimadas para Créditos de Liquidação Duvidosa (PECLD) decorrentes do não pagamento, pela Secretaria de Estado da Saúde, da última parcela de R$ 37 milhões devida por força do Convênio no 98/2014, encerrado em 29 de janeiro de 2017, cujo objeto era a operacionalização do Instituto do Câncer do Estado de São Paulo (ICESP). O efeito da provisão foi reconhecido no "saldo de projetos em execução" (Nota Explicativa nº 11), por ser operação relacionada com convênio firmado entre a Secretaria de Estado da Saúde de São Paulo e o HCFMUSP. Em 2018 a Secretaria de Estado da Saúde repassou diretamente ao HCFMUSP o valor de R$ 8 milhões para quitação de parte da dívida, sendo que o saldo a receber na FFM e a respectiva provisão foram ajustados e são apresentados líquidos desse valor. **(b)** Refere-se à PECLD de recebíveis perante a Secretaria de Estado da Educação de São Paulo, em decorrência de contrato de prestação de serviços encerrado em outubro de 2018.

Abertura por vencimentos:	2023	2022
A vencer	**130.572**	**100.478**
Vencidos		
De 01 a 30 dias	9.109	9.944
De 31 a 60 dias	3.216	1.505
De 61 a 90 dias	1.706	1.281
De 91 a 180 dias	3.273	2.885
Há mais de 180 dias	38.478	37.988
Total	**186.354**	**154.081**

A movimentação das Perdas Estimadas com Crédito de Liquidação Duvidosa (PECLD) e perdas estimadas com glosas está assim demonstrada:

	Saldos 2022	Adição	Reversão	Baixas	Saldos 2023
(-) Perda Estimada com Créditos de Liquidação Duvidosa	**(32.551)**	(1.095)	441	594	**(32.611)**
(-) Perda estimada com glosas	**(5.598)**	(10.037)	3.777	2.018	**(9.840)**
Total	**(38.149)**	**(11.132)**	**4.218**	**2.612**	**(42.451)**

Critérios de cálculo: • Perda Estimadas com Crédito de Liquidação Duvidosa (risco de inadimplência): Com base nos percentuais médios de perda e prazos médios de recebimentos historicamente praticados em cada categoria de recebível, por cliente, além de circunstâncias específicas que venham a indicar alta probabilidade de perdas; • **Perda Estimada com Glosas (risco de não aceitação de procedimentos faturados):** Também com base no percentual médio de glosa e prazos médios de recebimento por cliente, contemplando ainda as regras definidas pelo Ministério da Saúde no caso dos atendimentos médicos pelo SUS. **6. Estoques:** O saldo refere-se à posição em 31 de dezembro de 2023 e 2022 dos estoques de medicamentos, insumos hospitalares e outros materiais mantidos pela FFM, principalmente em função dos contratos de gestão operacionalizados pela instituição (vide Nota Explicativa nº 11), conforme demonstrado a seguir:

	2023	2022
Administração FFM	149	17
Instituto do Câncer do Estado de São Paulo (ICESP)	27.224	28.525
Instituto de Reabilitação Lucy Montoro (IRLM)	380	333
Instituto Perdizes (IPER)	1.912	-
HCFMUSP (adiantamentos e importações em andamento)	964	1.232
Total	**30.629**	**30.107**

7. Imóveis destinados a venda: Corresponde ao saldo contábil líquido em 31 de dezembro de 2023 e 2022 de imóveis destinados a venda, conforme demonstrado a seguir.

	2023	2022
Imóvel Pacaembu **(a)**	17.767	-
Salas comerciais Edifício Mercantil-FINASA **(b)**	1.562	1.562
Total	**19.329**	**1.562**

(a) Em 30 de agosto de 2023, o Conselho Curador da FFM autorizou a alienação de imóvel localizado na rua Angatuba, nº 756, em São Paulo ("Polo Pacaembu"), adquirido em 29 de dezembro de 1998 por intermédio da FFM com recursos de instituições conveniadas. O processo de venda ocorrerá por meio de leilão público, sendo esperado desfecho ainda no exercício de 2024. **(b)** Refere-se a salas comerciais e vagas de garagem destinadas a venda no Edifício Mercantil-FINASA. Recebidas originalmente em doação em 4 de agosto de 2021, os imóveis vêm sendo vendidos paulatinamente, com reversão dos recursos obtidos para a FMUSP, por intermédio da própria FFM. **8. Imobilizado e intangível:**

Imobilizado	2023 Custo	2023 Depreciação acumulada	2023 Valor líquido	2022 Custo	2022 Depreciação acumulada	2022 Valor líquido
Terrenos	683	-	**683**	683	-	**683**
Edificações	4.517	(1.455)	**3.062**	4.517	(1.431)	**3.086**
Instalações, máquinas, equipamentos móveis e utensílios	2.319	(1.449)	**870**	2.196	(1.494)	**702**
Veículos	543	(164)	**379**	543	(125)	**418**
Computadores e correlatos	4.647	(3.549)	**1.098**	4.451	(3.311)	**1.140**
Imobilizado em andamento	597	-	**597**	43	-	**43**
Total	**13.306**	**(6.617)**	**6.689**	**12.433**	**(6.361)**	**6.072**

Intangível	2023 Custo	2023 Amortização acumulada	2023 Valor líquido	2022 Custo	2022 Amortização acumulada	2022 Valor líquido
Softwares	480	(476)	**4**	480	(471)	**9**
Intangível em andamento	1.733	-	**1.733**	1.021	-	**1.021**
Total	**2.213**	**(476)**	**1.737**	**1.501**	**(471)**	**1.030**

Movimentação do ativo imobilizado e intangível:

	Líquido em 31/12/2022	Adições	Baixas	Depreciações	Transferências	Líquido em 31/12/2023
Terrenos	**683**	-	-	-	-	**683**
Edificações	**3.086**	-	-	(24)	-	**3.062**
Instalações, máquinas, equipamentos, móveis e utensílios	**702**	322	(116)	(81)	43	**870**
Veículos	**418**	-	-	(39)	-	**379**
Computadores e correlatos	**1.140**	278	(8)	(312)	-	**1.098**
Imobilizado em andamento	**43**	597	-	-	(43)	**597**
Total	**6.072**	**1.197**	**(124)**	**(456)**	**-**	**6.689**

	Líquido em 31/12/2022	Adições	Baixas	Amortizações	Transferências	Líquido em 31/12/2023
Software	1.030	712	-	(5)	-	1.737
Total	**1.030**	**712**	**-**	**(5)**	**-**	**1.737**

Acervo patrimonial de projetos: São bens adquiridos pela FFM com recursos de convênios, contratos de gestão e similares, em uso pelas instituições executoras desses projetos (FMUSP, HCFMUSP e outras), cujo registro é realizado em contas de compensação. A posição em 31 de dezembro de 2023 e 2022 pode ser assim demonstrada (valores líquidos de depreciações e amortizações):

	2023	2022
Faculdade de Medicina da USP (FMUSP)	3.757	3.746
Hospital das Clínicas da FMUSP (HCFMUSP)	118.121	122.528
Instituto do Câncer do Estado de São Paulo (ICESP)	40.204	26.022
Instituto de Reabilitação Lucy Montoro (IRLM)	2.314	2.471
Outros	606	328
Total	**165.002**	**155.095**

A manutenção do registro ou transferência formal/baixa dos bens ocorre de acordo com as disposições de cada projeto ou, na sua ausência, conforme regramento estabelecido pelo Conselho Curador da FFM. **9. Fornecedores:** O saldo corresponde ao valor devido em 31 de dezembro de 2023 e 2022 em decorrência do fornecimento de medicamentos, insumos hospitalares, órteses e próteses e outros à FFM.

	2023	2022
Medicamentos e reagentes	17.137	10.594
Materiais hospitalares em geral	8.654	6.104
Aquisições de ativo imobilizado	7.299	1.630
Órteses, próteses e materiais especiais	5.565	5.803
Outros	7.392	7.625
	46.047	**31.756**

Os aumentos de saldos observados em 2023 decorrem de circunstâncias operacionais de instituições apoiadas, em função de volumes e maiores concentrações de operações ao final do exercício.

10. Obrigações sociais e trabalhistas:	2023	2022
Férias e encargos sociais a pagar	83.383	74.308
Salários a pagar	49.604	43.819
FGTS a pagar	7.767	6.923
INSS a recolher	5.179	4.379
Outros	179	126
Total	**146.112**	**129.555**

11. Saldos de projetos em execução: Corresponde aos saldos líquidos mantidos na FFM decorrente dos diversos convênios, contratos de gestão e instrumentos de natureza similar. O principal convênio em vigor é o Convênio nº 001/2021 (Processo HC nº 431/2016), celebrado entre a FFM e o HCFMUSP em 20 de maio de 2021, com prazo de vigência de cinco anos, em substituição a convênio anterior de igual teor (convênio nº 001/16). Destacam-se também os contratos de gestão para operacionalização do Instituto do Câncer do Estado de São Paulo "Octávio Frias de Oliveira" (ICESP), do Instituto de Reabilitação Lucy Montoro (IRLM) e do Instituto Perdizes (IPER), dentre diversos outros projetos, programas e serviços da FMUSP e HCFMUSP. Os valores auferidos são verbas basicamente decorrentes de: • Subvenções, contribuições e doações; • Atendimentos médicos prestados pelo HCFMUSP por meio do Sistema único de Saúde (SUS) e de planos de saúde suplementar; • Atividades de ensino e educação continuada realizadas pela FMUSP e pelo HCFMUSP; e • Serviços e outras atividades relacionadas aos objetivos da FFM, FMUSP e HCFMUSP. Os custos e despesas envolvem contratação de recursos humanos, compras de mercadorias, serviços e outras despesas, conforme ordenamento das instituições apoiadas e/ ou programação específica de cada projeto. Os saldos de projetos em execução podem ser assim demonstrados:

Passivo circulante	2023	2022
Subvenções, doações e outras verbas diferidas **(a)**	255.453	293.405
Saldos em utilização **(b)**	262.935	310.885
Total	**518.388**	**604.290**
Passivo não circulante		
Subvenções, doações e outras verbas diferidas **(a)**	99.222	68.831
Total	**99.222**	**68.831**
Total geral	**617.610**	**673.121**

(a) Subvenções, doações e outras verbas diferidas: correspondem aos valores reconhecidos de subvenções e equivalentes cuja apropriação ocorrerá quando da efetivação dos respectivos custos e despesas.

Passivo circulante	2023	2022
Subvenções	179.717	203.399
Doações, patrocínios e outras verbas	75.736	90.006
Total	**255.453**	**293.405**
Passivo não circulante		
Subvenções	46.470	61.483
Doações, patrocínios e outras verbas	52.752	7.348
Total	**99.222**	**68.831**
Total	**354.675**	**362.236**

continua...

continuação...

(b) Saldos em utilização:

	2023 FMUSP	2023 HCFMUSP	2023 ICESP	2023 Outros (d)	2023 Total	2022 Total
Saldos no início do exercício	**40.151**	**235.677**	**18.592**	**16.465**	**310.885**	**322.366**
Recebimentos e créditos operacionais						
Atendimento médico-hospitalar - SUS **(a)**	5.444	415.526	-	1.920	**422.890**	**372.277**
Atendimento médico-hospitalar - Outros	-	119.682	-	961	**120.643**	**117.564**
Cursos e correlatos	13.737	23.530	143	-	**37.410**	**35.134**
Subvenções e contribuições **(b)**	27.400	166.860	662.394	75.207	**931.861**	**854.337**
Doações e patrocínios **(c)**	3.976	29.005	10.460	281	**43.722**	**27.258**
Estudos Clínicos	620	24.312	19.712	66	**44.710**	**31.219**
Serviços técnicos e administrativos	4.065	22.152	1.110	1.734	**29.061**	**28.196**
Outras	5.665	12.971	12.289	357	**31.282**	**17.078**
Contribuições recebidas da FFM (Nota Explicativa nº17)	818	1.213	187	10	**2.228**	**2.398**
Total dos recebimentos e créditos operacionais	**61.725**	**815.251**	**706.295**	**80.536**	**1.663.807**	**1.485.461**
Desembolsos operacionais						
Reembolsos de custos administrativos FFM (Nota Explicativa nº 14)	(2.821)	(16.591)	(1.601)	(348)	**(21.361)**	**(21.329)**
Pessoal	(18.209)	(495.103)	(428.956)	(55.068)	**(997.336)**	**(875.002)**
Serviços profissionais	(11.180)	(147.275)	(79.205)	(16.581)	**(254.241)**	**(248.533)**
Materiais para consumo	(5.228)	(99.582)	(167.396)	(11.887)	**(284.093)**	**(251.601)**
Provisões para riscos fiscais, trabalhistas e cíveis	(18)	(5.007)	(3.936)	(122)	**(9.083)**	**(6.109)**
Perdas estimadas créditos de liquidação duvidosa	(215)	(518)	(14)	(21)	**(768)**	**(867)**
Outras despesas	(33.059)	(44.708)	(21.602)	(6.943)	**(106.312)**	**(91.345)**
Total dos desembolsos operacionais	**(70.730)**	**(808.784)**	**(702.710)**	**(90.970)**	**(1.673.194)**	**(1.494.786)**
Transferências internas	22.566	(12.767)	(9.576)	(223)	-	-
Resultado financeiro	3.361	51.577	13.103	2.083	70.124	71.416
Variação líquida do ano antes da aquisição de ativos	**16.922**	**45.277**	**7.112**	**(8.574)**	**60.737**	**62.091**
Aquisição de bens para o ativo imobilizado e intangível	(1.729)	(78.448)	(27.744)	(766)	**(108.687)**	**(74.062)**
Incorporação do estoque ITACI ao ICESP	-	-	-	-	**-**	**490**
Variação líquida do ano	**15.193**	**(33.171)**	**(20.632)**	**(9.340)**	**(47.950)**	**(11.481)**
Saldos no final do exercício	**55.344**	**202.506**	**(2.040)**	**7.125**	**262.935**	**310.885**

(a) SUS: Os repasses de recursos SUS à FFM (em decorrência do convênio com o HCFMUSP), são regulados pelo Convênio nº 1.626/2018, firmado em 14 de dezembro de 2018 entre a SES e o HCFMUSP com interveniência da FFM, com vigência original de 60 meses e prorrogado por 12 meses adicionais por meio da resolução SS nº 181, de 12 de dezembro de 2023. Dos repasses mensais pactuados, a SES desconta, desde outubro de 2005, o montante necessário ao custeio de Prêmio de Incentivo (PIN), concedido regularmente aos servidores do HCFMUSP que não recebem complementação salarial da FFM, e pago diretamente através da folha salarial do Estado. Para efeito de contabilização da receita, a FFM registra os valores líquidos. Mediante tratativas entre HCFMUSP e SES, no exercício de 2022 (exceção em dezembro), e 2023 (exceção em fevereiro e abril), a Secretaria não realizou os descontos, resultando em entrada suplementar de recursos ao HCFMUSP. Os valores decorrentes dos atendimentos médico-hospitalares realizados através do SUS totalizaram R$ 422.890 em 2023, líquidos das perdas relativas a glosas (R$ 372.277 em 2022). **(b) Subvenções e contribuições:** São recursos captados para utilização restrita em projetos e/ou atividades específicas das instituições apoiadas pela FFM, reconhecidos em bases sistemáticas frente aos custos e despesas correspondentes. As regras para uso são estabelecidas em convênios, contratos de gestão, termos de cooperação ou instrumentos equivalentes, sendo realizadas prestações de contas aos subvencionadores e/ou contribuintes ao final dos prazos acordados. Os principais subvencionadores e/ou contribuintes em 2023 e 2022, assim como os projetos e atividades realizados com esses recursos, são demonstrados a seguir:

Principais subvencionadores e contribuintes:	2023	2022
HCFMUSP **(*)**	679.684	598.548
Secretaria Estado da Saúde de São Paulo (SES)	125.884	196.075
Ministério da Saúde	19.628	46.596
Governo da República de Angola	10.319	9.502
Family Health Int	8.637	15.533
Aids Healthcare Foundation do Brasil - AHF	3.886	4.655
Outras	32.101	26.692
(-) Devoluções	(7.651)	(1.557)
Total	**872.488**	**896.044**
(+) Transferências da receita diferida	216.745	105.251
(-) Transferências para a receita diferida	(157.372)	(146.958)
Total	**931.861**	**854.337**

(*) Repasses relacionados basicamente aos contratos de gestão nº 01/2022 e nº 02/2022, entre a FFM e o HCFMUSP, visando as operacionalizações do ICESP e IPER. **Principais projetos e atividades realizadas com subvenções e contribuições:**

Projeto/Programa/Atividade	Subvencionador	Aplicação	2023	2022
Operacionalização do ICESP (contrato de gestão e atividades associadas)	HCFMUSP, MS, SES	Despesas com recursos humanos, serviços, materiais e outras, em conformidade com os planos de trabalhos dos projetos/ programas/ atividades contratadas	653.226	582.700
Operacionalização do IRLM (contrato de gestão e atividades associadas)	SES		41.906	36.791
Operacionalização do IPER (contrato de gestão e atividades associadas)	HCFMUSP		30.000	16.000
Capacitação de enfermeiros e técnicos em institutos do HCFMUSP	SES		25.839	36.093
Operacionalização das Unidades Vila Mariana, Jardim Umarizal e Lapa do Instituto de Medicina de Reabilitação do HCFMUSP	SES		38.490	37.011
Combate Pandemia COVID 19	SES		1.029	4.720
Transplantes renais, pediátricos e de adultos	SES		-	32.523
Portaria GM/MS nº 3902 - Incremento teto MAC HCFMUSP	MS		-	26.200
Outros	Diversos		89.649	125.563
(-) Devoluções	Diversos		(7.651)	(1.557)
Total			**872.488**	**896.044**
(+) Transferências da receita diferida			216.745	105.251
(-) Transferências para a receita diferida			(157.372)	(146.958)
Total			**931.861**	**854.337**

(c) Doações e patrocínios: São doações e patrocínios de caráter condicional e incondicional, captados para realização de projetos de instituições apoiadas pela FFM e reconhecidas pelo recebimento ou em bases sistemáticas frente aos custos e despesas correspondentes, conforme o caso.

	2023	2022
Beaufour Ipsen Farmacêutica S/A	3.001	2.726
Redecard S/A	2.003	-
Banco Industrial do Brasil S/A	2.000	-
Elekta Solution AB	1.975	-
Bayer S/A	1.865	903
Illumina Cambridge LTD	1.412	-
Assoçiação Umane	1.000	-
Astrazeneca do Brasil Ltda.	450	6.265
Itaú Unibanco S.A.	423	175
Outras	9.380	16.723
(-) Devoluções	(300)	(487)
Total	**23.209**	**26.305**
(+) Transferências da receita diferida	23.882	4.201
(-) Transferências para a receita diferida	(3.369)	(3.248)
Total	**43.722**	**27.258**

(d) Abertura de outros saldos em utilização:	2023	2022
Instituto Perdizes - IPER	4.200	14.171
Centro de Estudos Genoma Humano - Instituto de Biociências da USP	1.924	1.602
Instituto de Ciências Biomédicas USP	946	934
Hospital Universitário da USP	116	108
Instituto de Reabilitação Lucy Montoro - IRLM	(3.081)	(3.381)
Outros	3.020	3.031
Total	**7.125**	**16.465**

12. Provisão para riscos fiscais, trabalhistas e cíveis: Corresponde ao montante provisionado para os processos em curso, compreendendo as ações cuja possibilidade de perda foi considerada provável pelos assessores jurídicos e Administração da FFM, líquidos de eventuais depósitos judiciais. A posição em 31 de dezembro de 2023 e 2022 é a seguinte:

	2023	2022
Provisões para ações trabalhistas (a)	**7.995**	**4.746**
(-) Depósitos para garantia de juízo e recursais	(4.762)	(3.599)
Provisão para ação anulatória de Ato Administrativo nº 00003236920145020022 (b)	**5.327**	**5.508**
(-) Depósitos para garantia de juízo	(2.532)	(2.304)
Provisões para outras contingências	**2.223**	**2.114**
Total	**8.251**	**6.465**

	2022	Adições	Baixas e transferências	2023
Ações trabalhistas	4.746	8.671	(5.422)	7.995
(-) Depósitos para garantia de juízo e recursais	(3.599)	(6.766)	5.603	(4.762)
Ação anulat. Ato Adm. nº 00003236920145020022	5.508	-	(181)	5.327
(-) Depósitos para garantia de juízo	(2.304)	(883)	655	(2.532)
Outras contingências	2.114	764	(655)	2.223
Total	**6.465**	**1.786**	**-**	**8.251**

a) Provisões constituídas para processos trabalhistas em andamento; **b)** Provisão para processos em fase de execução decorrentes de autuações do Ministério do Trabalho pelo não recolhimento de FGTS em remunerações a título de vale transporte e questionamentos envolvendo cálculo do descanso semanal remunerado. A Administração da Fundação adotou providências no sentido de regularizar, onde pertinente, as práticas que ensejaram a lavratura desses autos de infração, sendo de opinião que as questões se encontram devidamente equacionadas. As ações cujo risco de perda foi considerado como "possível" em 31 de dezembro de 2023 totalizavam R$ 53.242 (R$ 43.682 em 31 de dezembro de 2022). **13. Patrimônio líquido:** O patrimônio líquido é composto, substancialmente, pelo patrimônio social e pelos déficits e superávits apurados anualmente. Conforme definido em estatuto, em caso de extinção da Fundação, seu patrimônio (que não inclui saldos devidos por força de contratos de gestão, convênios e instrumentos congêneres, uma vez que estes não são incorporados ao patrimônio), será transferido para a Faculdade de Medicina da Universidade de São Paulo. Na eventualidade de haver patrimônio alocado na Fundação em função de sua qualificação como organização social, no caso de extinção ou desqualificação este será destinado a outra organização social qualificada da mesma área de atuação ou ao patrimônio do Estado, observadas preliminarmente as eventuais disposições legais e contratuais aplicáveis. **14. Reembolsos de custos de administração:** Referem-se aos reembolsos de custos de administração auferidos pela FFM na operacionalização de atividades para a FMUSP, o HCFMUSP e outras instituições. Os ressarcimentos totais auferidos em 2023 e 2022 foram os seguintes:

	2023	2022
FMUSP	2.821	3.002
HCFMUSP	16.591	16.410
ICESP	1.601	1.209
Outros	348	708
Total	**21.361**	**21.329**

Não são realizados reembolsos de custos na administração dos recursos oriundos do SUS e/ou de qualquer fonte com origem no Tesouro do Estado de São Paulo. As despesas para operacionalização dessas atividades são alocadas diretamente ao convênio com HCFMUSP, conforme critérios estabelecidos pela Administração da Fundação. **15. Pessoal:** Refere-se aos custos com funcionários do núcleo central da Fundação não alocados diretamente em convênios e similares.

	2023	2022
Salários e ordenados	(12.305)	(10.390)
FGTS	(983)	(692)
Benefícios	(633)	(551)
Total	**(13.921)**	**(11.633)**

A variação observada entre os exercícios de 2022 e 2023 decorre, além do aumento salarial estabelecido no acordo coletivo trabalhista de 2023, do preenchimento de vagas e ampliações/adequações de quadros. **16. Serviços profissionais:** Correspondem aos gastos com serviços profissionais incorridos pela administração da FFM, conforme demonstrado a seguir:

	2023	2022
Manutenção de sistemas	(1.175)	(1.725)
Consultorias, assessorias e serviços administrativos	(698)	(369)
Manutenção de instalações e equipamentos	(503)	(230)
Segurança	(450)	(402)
Outros	(473)	(666)
Total	**(3.299)**	**(3.392)**

17. Contribuições a instituições conveniadas: São contribuições realizadas pela FFM para programas e projetos da FMUSP e HCFMUSP, cujo valor total em 2023 foi de R$ 2.228 (R$ 2.398 em 2022). Essas operações ocorrem através de disponibilizações internas de recursos (contabilizadas como transferências do resultado para o passivo circulante/saldo de projetos em execução), sendo utilizadas posteriormente pelas instituições beneficiadas por intermédio da própria FFM.

18. Receitas financeiras:	2023	2022
Receitas de investimentos temporários	33.513	28.394
Outros	217	205
Total	**33.730**	**28.599**

19. Totalização do resultado próprio com a movimentação de projetos: Para efeito ilustrativo, são consolidadas a seguir as operações próprias da FFM (conforme apresentado na demonstração de resultados) e as decorrentes de projetos operacionalizados por meio de convênios, contratos de gestão e outros (conforme demonstrado na Nota Explicativa nº 11), sendo a movimentação disposta, de forma aproximada, por segmento dentro da área da saúde:

Receitas e recebimentos	2023 Assistência	2023 Ensino	2023 Pesquisa	2023 Total	2022 Total
Atendimento médico - SUS	417.361	-	5.529	**422.890**	**372.277**
Atendimento médico - Outros	118.274	-	2.369	**120.643**	**117.564**
Cursos e correlatos	243	37.167	-	**37.410**	**35.134**
Subvenções e contribuições	875.625	5.834	50.402	**931.861**	**854.337**
Doações e patrocínios	31.198	2.229	10.295	**43.722**	**27.258**
Estudos Clínicos	309	-	44.401	**44.710**	**31.219**
Serviços técnicos e administrativos	20.583	1.667	6.811	**29.061**	**28.196**
Outras	25.724	5.664	397	**31.785**	**17.131**
Total das receitas e recebimentos	**1.489.317**	**52.561**	**120.204**	**1.662.082**	**1.483.116**
Desembolsos operacionais					
Pessoal	(976.109)	(22.082)	(13.066)	**(1.011.257)**	**(886.635)**
Serviços profissionais	(229.451)	(17.614)	(10.475)	**(257.540)**	**(251.925)**
Materiais para consumo	(268.755)	(2.454)	(13.179)	**(284.388)**	**(252.042)**
Provisões riscos fiscais, trabalhistas e cíveis	(9.109)	(3)	(18)	**(9.130)**	**(6.117)**
Perdas estimadas créditos liquidação duvidosa	(464)	(281)	(23)	**(768)**	**(867)**
Depreciações e amortizações	(461)	-	-	**(461)**	**(453)**
Outras despesas	(55.352)	(11.154)	(40.817)	**(107.323)**	**(92.304)**
Total dos desembolsos operacionais	**(1.539.701)**	**(53.588)**	**(77.578)**	**(1.670.867)**	**(1.490.343)**
Transferências internas	(603)	10.331	(9.728)	**-**	**-**
Resultado financeiro líquido	86.310	5.865	11.678	**103.853**	**100.013**
Resultado	**35.323**	**15.169**	**44.576**	**95.068**	**92.786**
Aquisições de bens para o imobilizado e intangível	**(81.289)**	**(661)**	**(28.646)**	**(110.596)**	**(74.826)**

Conciliação	Resultado próprio conforme demonstração de resultados	Movimentação de projetos (Nota Explicativa nº 11)	Reembolsos de custos de administração (Nota Explicativa nº 14)	Contribuições a instituições conveniadas (Nota Explicativa nº 17)	Total 2023
Receitas e recebimentos	21.864	1.663.807	(21.361)	(2.228)	**1.662.082**
Resultado financeiro líquido	33.729	70.124	-	-	**103.853**
Subtotal	**55.593**	**1.733.931**	**(21.361)**	**(2.228)**	**1.765.935**
Despesas e desembolsos	(21.262)	(1.673.194)	21.361	2.228	**(1.670.867)**
Valor líquido	**34.331**	**60.737**	**-**	**-**	**95.068**

20. Instrumentos financeiros: A Entidade mantém operações com instrumentos financeiros. A Administração desses instrumentos é efetuada por meio de estratégias operacionais e controles internos visando assegurar liquidez, rentabilidade e segurança. A Entidade não efetua aplicações de caráter especulativo, em derivativos ou quaisquer outros ativos de risco. Os resultados obtidos com estas operações estão condizentes com as políticas e estratégias definidas pela Administração. Os instrumentos financeiros usualmente utilizados pela Entidade estão representados por caixa e equivalentes de caixa, contas a receber de clientes e saldos a pagar a fornecedores. Estes instrumentos são administrados por meio de estratégias operacionais visando liquidez, rentabilidade e minimização de riscos. Todas as operações com instrumentos financeiros são reconhecidas nas demonstrações contábeis da Entidade, estando sujeitas aos fatores de riscos a seguir descritos: **Risco de crédito:** Decorre da possibilidade de a Entidade ter perdas decorrentes de inadimplência de suas contrapartes ou de instituições financeiras depositárias de recursos ou de investimentos financeiros. Para mitigar esses riscos, a Entidade adota como prática a análise das situações financeira e patrimonial de suas contrapartes, assim como a definição de limites de crédito e acompanhamento permanente das posições em aberto. No que tange às instituições financeiras, a Entidade somente realiza operações com instituições financeiras de baixo risco avaliadas por agências de *rating*. **Exposição a riscos de crédito:** O valor contábil dos ativos financeiros representa a exposição máxima do crédito, conforme segue:

Descrição	2023	2022
Caixa e equivalentes de caixa (Nota Explicativa nº 4)	1.005.702	1.037.157
Contas a receber (Nota Explicativa nº 5)	143.903	115.932

Risco de liquidez: Risco de liquidez é o risco em que a Entidade irá encontrar dificuldades em cumprir com as obrigações associadas com seus passivos financeiros que são liquidados com pagamentos à vista ou com outro ativo financeiro. A abordagem da Entidade na Administração de liquidez é de garantir, o máximo possível, que sempre tenha liquidez suficiente para cumprir com suas obrigações, sob condições normais e de estresse, sem causar perdas inaceitáveis ou com risco de prejudicar sua reputação. O valor contábil dos passivos financeiros representa a exposição de liquidez. A exposição do risco de liquidez na data das demonstrações contábeis é conforme segue: **Exposição a riscos de liquidez:**

Descrição	2023	2022
Fornecedores (Nota Explicativa nº 9)	46.047	31.756
Serviços de terceiros	22.577	23.667

Gerenciamento do capital: Os objetivos da Entidade, ao administrar seu capital, são salvaguardar a capacidade de continuidade de suas operações, para oferecer garantia às demais partes interessadas, além de manter adequada estrutura de capital. **Valor contábil e valor justo dos instrumentos financeiros:** Os valores contábeis dos instrumentos financeiros da Entidade em 31 de dezembro de 2023 e 2022 representam o custo amortizado, sendo que os valores contabilizados se aproximam dos valores de mercado. **21. Avais, fianças e garantias:** A Fundação não prestou garantias ou participou de quaisquer transações como interveniente garantidora durante os exercícios de 2023 e 2022. **22. Trabalho voluntário:** Os valores estimados de trabalhos voluntários são reconhecidos em conformidade com a NBC ITG 2002 (R1), sendo apurados mediante valores aproximados de remuneração de funções similares. Na estrutura própria da Fundação são consideradas as atividades não remuneradas exercidas pelos Conselhos de administração/governança (Conselho Curador, Conselho Fiscal, Conselho Consultivo), tendo sido reconhecido no exercício de 2023 o valor estimado total de R$ 120 (R$ 133 em 2022). Nos contratos de gestão operacionalizados pela FFM foram consideradas as atividades exercidas por Conselhos Diretores e outras funções eventualmente não remuneradas, sendo que o total estimado em 2023 foi de R$ 2.974 (R$ 2.643 em 2022). **23. Imunidades e isenções previdenciárias e fiscais:** A FFM é portadora do Certificado de Entidade Beneficente de Assistência Social (CEBAS) na área da saúde, com validade até 31 de dezembro de 2025 (Processo nº 25000.093217/2021-19). Os processos relativos aos períodos de 12 de junho de 2010 a 11 de junho de 2015 e 12 de junho de 2015 a 11 de junho de 2018, se encontram em processo de supervisão, sendo que a possibilidade de perda é considerada remota pelos Assessores Jurídicos e Administração da Fundação. A certificação do CEBAS, conjuntamente com a natureza jurídica da instituição e observação dos requisitos legais pertinentes, assegura à FFM a isenção das contribuições devidas ao Instituto Nacional da Seguridade Social (INSS) sobre folha de pagamento e serviços de terceiros (cotas patronais), bem como imunidade ou isenção de diversos outros impostos e contribuições. Em atendimento ao item 27, letra "c" da ITG 2002 (R1) - Entidade sem finalidade de lucros, a Fundação apresenta a seguir a relação dos tributos objetos da renúncia fiscal para os exercícios findos em 31 de dezembro de 2023 e 2022, acompanhados dos respectivos valores estimados:

	2023	2022
Cota Patronal INSS - Folha de pagamento **(a)**	227.077	199.914
Cota Patronal INSS - Prestadores serviços pessoas físicas **(a)**	1.931	1.865
Total	**229.008**	**201.779**
Contribuição para o Financiamento da Seguridade Social (COFINS) **(b)**	35.345	30.822
Programa de Integração Social (PIS) **(c)**	7.674	6.692
Imposto Serviço Qualquer Natureza (ISSQN) **(d)**	5.414	5.281
Imposto de Renda Pessoa Jurídica (IRPJ) **(e)**	15.745	14.966
Contribuição Social sobre Lucro Líquido (CSLL) **(f)**	9.447	8.979
Imposto Predial e Territorial Urbano (IPTU) **(g)**	2.520	3.270
Imposto sobre a Propriedade de Veículos Automotores (IPVA) **(h)**	20	17
Total	**305.173**	**271.806**

a) Alíquotas de 27,8% sobre a folha de pagamento a funcionários e de 20% sobre pagamentos a prestadores de serviços pessoas físicas; **b)** Considerando que a simulação da apuração do IRPJ ocorreu pelo regime de "Lucro Real", foi empregado regime de incidência "não cumulativo", com alíquota de 7,6% sobre o faturamento; **c)** Idem, com alíquota de 1,65% sobre o faturamento; **d)** Alíquota de 2% sobre os serviços prestados; **e)** Simulação empregando o regime de "Lucro Real", com alíquota de 15% sobre o resultado ajustado de cada exercício; **f)** Alíquota de 9% sobre o resultado ajustado do exercício; **g)** Apurado conforme legislação vigente no Município de São Paulo; e **h)** Apuração conforme legislação vigente no Estado de São Paulo. **24. Seguros (não auditado):** A Fundação adota a política de contratar cobertura de seguros para os bens sujeitos a riscos por montantes considerados suficientes para cobrir eventuais sinistros, considerando a natureza de sua atividade. As premissas de risco adotadas, dada sua natureza, não fazem parte do escopo dos trabalhos de auditoria das demonstrações contábeis, consequentemente, não foram examinadas pelos nossos auditores independentes. A FFM mantém apólices de seguros para cobrir eventuais sinistros, sendo as principais coberturas em 31 de dezembro de 2023 e 2022 apresentadas a seguir:

	2023	2022
Incêndio e riscos diversos	930.621	634.311
Vida	74.270	64.850
Responsabilidade civil e profissional	19.380	30.422
Colisão, incêndios e roubos de veículos	662	669
Total	**1.024.933**	**730.252**

Não está incluído no escopo dos trabalhos de nossos auditores emitirem opinião sobre a suficiência da cobertura de seguros, a qual foi determinada e avaliada quanto à adequação pela Administração da FFM. **25. Outras informações:** As declarações de isenção do imposto de renda, as quais a Fundação está obrigada a apresentar anualmente, estão sujeitas à revisão e aceitação final pelas autoridades fiscais, por período prescricional de 05 anos. Outros encargos tributários e previdenciários/trabalhistas, bem como prestação de contas da Administração referente a períodos prescricionais variáveis de tempo, também estão sujeitos a exame e aprovação final por autoridades fiscais e normativas ou órgãos fiscalizadores. A Fundação é regularmente auditada pelo Tribunal de Contas do Estado de São Paulo. Encontram-se pendentes de aprovação as contas correspondentes aos exercícios de 2020 e 2021, com processos de julgamento em tramitação, e as contas do exercício de 2023, ainda não avaliadas. **26. Eventos subsequentes:** A Secretaria de Estado da Saúde de São Paulo publicou, em 29 de dezembro de 2023, a Resolução SS nº 198, que disciplina a aplicação de acréscimo à remuneração de serviços prestados de saúde aos usuários do SUS/SP ("Tabela SUS Paulista") a partir do exercício de 2024. Os efeitos dessa mudança ainda não são plenamente conhecidos e se encontram sob análise da Administração da FFM e do HCFMUSP.

DIRETORIA

Dr. **Arnaldo Hossepian Junior -** Diretor Presidente
Prof. Dr. **Tarcísio Eloy Pessoa de Barros Filho** - Vice-diretor Presidente

Contador: **Marcus Cesar Mongold -** CRC 1SP 173756-O/0

As demonstrações contábeis de 2023 foram aprovadas pelo Conselho Curador da Fundação Faculdade de Medicina em reunião realizada em 03 de abril de 2024.

RELATÓRIO DO AUDITOR INDEPENDENTE SOBRE AS DEMONSTRAÇÕES CONTÁBEIS

Aos Conselheiros e Administradores da **Fundação Faculdade de Medicina (FFM).** São Paulo - SP. **Opinião:** Examinamos as demonstrações contábeis da Fundação Faculdade de Medicina (FFM) ("Fundação"), que compreendem o balanço patrimonial em 31 de dezembro de 2023 e as respectivas demonstrações do resultado, do resultado abrangente, das mutações do patrimônio líquido e dos fluxos de caixa para o exercício findo naquela data, incluindo as políticas contábeis materiais e outras informações elucidativas. Em nossa opinião, as demonstrações contábeis acima referidas apresentam adequadamente, em todos os aspectos relevantes, a posição patrimonial e financeira da Fundação Faculdade de Medicina (FFM) em 31 de dezembro de 2023, o desempenho de suas operações e os seus fluxos de caixa para o exercício findo naquela data, de acordo com as políticas contábeis adotadas no Brasil para entidades sem fins lucrativos. **Base para opinião:** Nossa auditoria foi conduzida de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria. Nossas responsabilidades, em conformidade com tais normas, estão descritas na seção "Responsabilidades do auditor pela auditoria das demonstrações contábeis". Somos independentes em relação à Fundação, de acordo com os princípios éticos relevantes previstos no Código de Ética Profissional do Contador e nas normas profissionais emitidas pelo Conselho Federal de Contabilidade, e cumprimos as demais responsabilidades éticas de acordo com essas normas. Acreditamos que a evidência de auditoria obtida é suficiente e apropriada para fundamentar nossa opinião. **Ênfase: Renovação do Certificado de Entidade Beneficente de Assistência Social (CEBAS):** Conforme Nota Explicativa nº23, a FFM possui Certificado de Entidade Beneficente de Assistência Social (CEBAS) com validade até 31 de dezembro de 2025, no entanto, possui processos relativos aos períodos de 12 de junho de 2010 a 11 de junho de 2015, e de 12 de junho de 2015 a 11 de junho de 2018, os quais se encontram em revisão pelos Órgãos Competentes. A Administração da Fundação em consonância com o parecer técnico de seus Assessores Jurídicos, julgam o êxito de perda para a Fundação como remota. Nossa opinião não está sendo modificada em função deste assunto. **Prestação de contas dos exercícios findos em 2020 e 2021 pelo Tribunal do Estado de São Paulo:** Conforme descrito na Nota Explicativa nº25, as prestações de contas referente aos exercícios findos de 2020 e 2021 se encontram pendente de aprovação pelos Órgãos competentes, cujos processos estão em tramitação. De todo modo, não há histórico ou qualquer jurisprudência sobre o assunto em questão que nos leve a compreender a necessidade quanto a constituição de eventual registro contábil de provisão para contingências. Nossa opinião não está ressalvada sobre este assunto. **Responsabilidade da Administração sobre as demonstrações contábeis:** A Administração da Fundação é responsável pela elaboração e pela adequada apresentação das demonstrações contábeis de acordo com as políticas contábeis adotadas no Brasil aplicáveis às Fundações, assim como pelos controles internos que ela determinou como necessários para permitir a elaboração de demonstrações contábeis livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro. Na elaboração das demonstrações contábeis, a Administração é responsável pela avaliação da capacidade de a Fundação continuar operando, divulgando, quando aplicável, os assuntos relacionados com a sua continuidade operacional e o uso dessa base contábil na elaboração das demonstrações contábeis a não ser que a Administração pretenda liquidar a Fundação ou cessar suas operações, ou não tenha nenhuma alternativa realista para evitar o encerramento das operações. Os responsáveis pela governança da Fundação são aqueles com responsabilidade pela supervisão do processo de elaboração das demonstrações contábeis. **Responsabilidade do auditor pela auditoria das demonstrações contábeis:** Nossos objetivos são obter segurança razoável de que as demonstrações contábeis, tomadas em conjunto, estão livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro, e emitir relatório de auditoria contendo nossa opinião. Segurança razoável é um alto nível de segurança, mas não uma garantia de que a auditoria realizada de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria sempre detectam as eventuais distorções relevantes existentes. As distorções podem ser decorrentes de fraude ou erro e são consideradas relevantes quando, individualmente ou em conjunto, possam influenciar, dentro de uma perspectiva razoável, as decisões econômicas dos usuários tomadas com base nas referidas demonstrações contábeis. Como parte da auditoria realizada de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria, exercemos julgamento profissional e mantemos ceticismo profissional ao longo da auditoria. Além disso: • Identificamos e avaliamos os riscos de distorção relevante nas demonstrações contábeis, independentemente se causada por fraude ou erro, planejamos e executamos procedimentos de auditoria em resposta a tais riscos, bem como obtivemos evidência de auditoria apropriada e suficiente para fundamentar nossa opinião. O risco de não detecção de distorção relevante resultante de fraude é maior do que o proveniente de erro, já que a fraude pode envolver o ato de burlar os controles internos, conluio, falsificação, omissão ou representações falsas intencionais; • Obtivemos entendimento dos controles internos relevantes para a auditoria para planejarmos procedimentos de auditoria apropriados às circunstâncias, mas, não, com o objetivo de expressarmos opinião sobre a eficácia dos controles internos da Fundação; • Avaliamos a adequação das políticas contábeis utilizadas e a razoabilidade das estimativas contábeis e respectivas divulgações feitas pela Administração; • Concluímos sobre a adequação do uso, pela Administração, da base contábil de continuidade operacional e, com base nas evidências de auditoria obtidas, se existe incerteza relevante em relação a eventos ou condições que possam levantar dúvida significativa em relação à capacidade de continuidade operacional da Fundação. Se concluirmos que existe incerteza relevante, devemos chamar atenção em nosso relatório de auditoria para as respectivas divulgações nas demonstrações contábeis ou incluir modificação em nossa opinião, se as divulgações forem inadequadas. Nossas conclusões estão fundamentadas nas evidências de auditoria obtidas até a data de nosso relatório. Todavia, eventos ou condições futuras podem levar a Fundação a não mais se manter em continuidade operacional; e • Avaliamos a apresentação geral, a estrutura e o conteúdo das demonstrações contábeis, inclusive as divulgações e se as demonstrações contábeis representam as correspondentes transações e os eventos de maneira compatível com o objetivo de apresentação adequada. Comunicamo-nos com os responsáveis pela governança, a respeito, entre outros aspectos, do alcance planejado, da época da auditoria e das constatações significativas de auditoria, inclusive as eventuais deficiências, significativas ou não, nos controles internos que identificamos durante nossos trabalhos. Fornecemos também aos responsáveis pela governança declaração de que cumprimos com as exigências éticas relevantes, incluindo os requisitos aplicáveis de independência, e comunicamos todos os eventuais relacionamentos ou assuntos que poderiam afetar, consideravelmente, nossa independência, incluindo, quando aplicável, as respectivas salvaguardas.

São Paulo, 20 de março de 2024

Grant Thornton Auditores Independentes Ltda. - CRC 2SP-025.583/O-1

Emerson Del Vale da Silva - Contador CRC 1SP-237.439/O-9

Por que desonerar a contribuição municipal ao INSS

ARTIGO

Raul Velloso
Consultor econômico

Para entender a crise financeira que afeta não menos do que os 5.568 municípios existentes em nosso país, onde o desequilíbrio previdenciário é talvez a parte mais importante do problema, cabe iniciar com uma visão rápida sobre como se situam, nesse contexto e no momento atual, os regimes previdenciários tradicionais, conhecidos como Regime Geral de Previdência Social (RGPS) e Regime Próprio de Previdência Social (RPPS).

Atualmente, 2.118 municípios têm RPPS para seus servidores efetivos. Nos demais 3.450 municípios os servidores efetivos contribuem e vão se aposentar pelo RGPS. Já os servidores temporários e os comissionados de todos os 5.568 municípios estão no RGPS. Em resumo, 2,55 milhões de servidores ativos municipais estão sob proteção de RPPS. Considerando que o total de servidores públicos municipais é de 6,67 milhões, 4,12 milhões estão no Regime Geral de Previdência Social.

Ou seja, ambos os regimes têm de ser levados na devida conta. Em particular, por um motivo ou outro, os municípios são afetados em boa medida pela contribuição ao Regime Geral, e de forma mais profunda do que talvez em geral se imagine. E, para concluir a resenha, a contribuição para o RGPS representa, no conjunto, um custo bastante expressivo para os municípios, de cerca de R$ 24,8 bilhões por ano, algo que ganha ainda maior importância quando se considera que a maior parte das políticas destinadas à população exatamente nas áreas de educação, saúde e assistência social é realizada pelos municípios, e, por consequência, por intermédio dos servidores lotados nessas áreas.

> ***A Constituição prevê que o RGPS tenha déficit em função da necessidade de proteger a população vulnerável***

Daí a importância de reduzir a alíquota patronal normal dos municípios (22%) de forma permanente, que, além de serem os principais responsáveis por políticas em áreas críticas, em matéria de benefícios são superados por vários outros segmentos (isenção total no caso das entidades filantrópicas ou parcial nos casos do agronegócio ou das micro e pequenas empresas, e até clubes de futebol).

Porém, isso deve ser feito em conjunto com medidas que evitem que o RGPS tenha um déficit financeiro ainda maior que o atual. Diferentemente dos Regimes Próprios de Previdência Social, que devem ter equilíbrio financeiro e atuarial, a Constituição prevê que o RGPS tenha déficit em função da necessidade de proteger a população mais vulnerável, bem como dar tratamento diferenciado a alguns setores econômicos, como é o caso dos municípios. ●

Orçamento **Setor de eventos**

Perse deve manter impacto de R$ 5 bi, diz relatora

BRASÍLIA

A relatora do projeto de lei que prevê o fim gradual do Programa Emergencial de Retomada do Setor de Eventos (Perse), deputada Renata Abreu (Podemos-SP), disse ontem que a ideia é manter R$ 5 bilhões por ano de impacto fiscal dos benefícios, como inicialmente acordado entre governo e Congresso.

A parlamentar indicou que pode haver mudanças no texto com relação ao número de atividades beneficiadas, no limite de faturamento para enquadramento no programa e no ritmo de redução dos incentivos tributários.

A proposta inicial prevê atender empresas com um teto de faturamento de R$ 78 milhões por ano. A relatora, porém, disse que o valor ainda é discutido. ● IANDER PORCELLA

INÊS 249

Edital de Abertura de Licitação

Comunicamos a todos interessados na licitação na modalidade de Pregão Eletrônico nº **90012/2024,** referente ao Processo nº 024.00042018/2024-87, cujo objeto é para Aquisição de Hemostático Absorvível, Fio Poliéster, Cera para osso e outros, que a data da sessão sofreu alteração. A abertura da sessão será no dia 23 de Abril de 2024**,** nesta unidade por intermédio do site "www.compras.sp.gov.br" a partir das 09:00 horas. O Edital na íntegra estará disponível para consulta e retirada através do site www.compras.sp.gov e www.imprensaoficial.com.br.

EDITAL DE CONVOCAÇÃO - ASSEMBLEIA GERAL EXTRAORDINÁRIA
SINDERC - SINDICATO DAS EMPRESAS DE REFEIÇÕES COLETIVAS DO ESTADO DE SÃO PAULO

Pelo presente edital, ficam convocadas as empresas da categoria econômica abrangida pelo Sindicato entre elas as de restaurantes para coletividade, na base territorial do Estado de São Paulo, a participarem da **Assembleia Geral Extraordinária,** a ser realizada no dia 18 de Abril de 2024, às 10h30min (dez horas e trinta minutos), em primeira chamada com 51% no mínimo dos presentes e às 11h00min (onze horas) em segunda chamada com qualquer número de presentes, em nossa sede na Rua Estela, nº 515, Bloco G, Conjunto 52, Vila Mariana, São Paulo/SP, a fim de deliberarem sobre a seguinte ordem do dia: a) Analisar e deliberar sobre as Pautas de Reivindicações dos Sindicatos Laborais do Estado de São Paulo de data-base junho 2024, sendo eles SEERC-ABCDMRP, SEERC-SJC, SINDINUTRI-SP, SINTERCAMP, SINTERCOJ, SINTERCUB, SINDIREFEIÇÕES-COTIA, SINDIREFEIÇÕES-SP, SINDIREFEIÇÕES-SOROCABA, SINDIREFEIÇÕES-SUZANO, SINDIREFEIÇÕES-GUARULHOS, SEERCO-OSASCO, SINTERC-NORTE/OESTE e SINTENUTRI e Apresentação e Formalização das Diretrizes de Negociação Patronal; b) Indicação e nomeação dos Componentes da Comissão de Negociações; c) Outros Assuntos relacionados à Categoria. São Paulo, 11 de abril de 2024

ELIEZER PEREIRA SOUZA - Presidente

Edital de Notificação com prazo de 20 dias úteis. Processo 1005151-94.2020.8.26.0529. A Dra. THAÍS DA SILVA PORTO, Juíza de Direito da 3ª Vara Cível do Foro da Comarca de Santana de Parnaíba/SP. Faz saber a **VANDERLEI DE OLIVEIRA HELOANY**, CPF 011.609.958-50, que **COMISSÃO DE REPRESENTANTES DO EDIFÍCIO MAISON PIAGET RESIDENCE** ajuizou Notificação Judicial, para que o Notificado purgasse a mora relativa ao custo de obra e regularização, relativo aos direitos sobre a **unidade 133** e respectiva vaga de garagem do **Condomínio Maison Piaget Residence**, localizado na Rua Domingos da Costa Mata, 395, Santana, São Paulo/SP, CEP 02405-100, cujo valor perfaz o montante de **R$ 350.866,90** (trezentos e cinquenta mil e oitocentos e sessenta e seis reais e noventa centavos) **(Setembro/2020)**, conforme documentos anexos aos autos em referência. Estando o **Notificado** em local incerto e não sabido, expede-se o presente edital, para que no prazo de 10 (dez) dias a fluir dos 20 dias supra, efetue o pagamento do mencionado débito, sob pena de serem aplicadas as penalidades previstas no art. 63 da Lei 4.591/64. Findo tal prazo os autos serão entregues à Notificante, nos termos do art. 729 do CPC. Será o edital afixado e publicado na forma da Lei.

Avibras Indústria Aeroespacial S.A.

Em Recuperação Judicial
CNPJ nº 60.181.468/0001-51 - NIRE 35.3.0010273-8
Edital de Convocação - Assembleia Geral Ordinária

São convocados os Senhores Acionistas para se reunirem em Assembleia Geral Ordinária, a ser realizada em **26-04-2024, às 15 horas**, na sede social situada em São José dos Campos-SP, no núcleo do Parque Tecnológico - São José dos Campos, na Estrada Dr. Altino Bondensan, 500, Conjunto 2.210, Centro Empresarial IV, Distrito de Eugênio de Mello, CEP 12247-016, para deliberarem sobre a seguinte Ordem do Dia: **a)** Exame e deliberação sobre as Demonstrações Financeiras referentes ao exercício encerrado em **31-12-2023**. **b)** Deliberação sobre a destinação do resultado do Exercício findo. **c)** Eleição dos Membros da Diretoria e fixação de sua remuneração global. **d)** Deliberação sobre a instalação do Conselho Consultivo e fixação de sua remuneração. **e)** Deliberação sobre a instalação do Conselho Fiscal e fixação de sua remuneração. **f)** Outros assuntos de interesse da Sociedade.

São José dos Campos, 08 de abril de 2024
João Brasil Carvalho Leite - Diretor-Presidente

EDITAL DE CONVOCAÇÃO
ASSEMBLÉIA GERAL EXTRAORDINÁRIA

Janete Marques dos Santos, administradora provisória legalmente constituída nos autos 1002579-37.2024.8.26.0009, tramitando no 01ª Vara Cível do Foro Regional da Vila Prudente – SP, usando das atribuições que lhe confere, convoca os Associados, para participarem da ASSEMBLÉIA GERAL EXTRAORDINÁRIA, a ser realizada no dia 20 de Abril de 2024, às 20h00, na sede da entidade, à Rua Antônio Batista de Oliveira, 255, Jardim Grimaldi, Sapopemba, São Paulo, SP, Brasil, em primeira convocação ou uma hora após com qualquer número de associados presentes, para deliberarem sobre a seguinte ORDEM DO DIA:
1- Reforma Estatutária; 2- Eleição do Conselho Deliberativo; 3- Eleição da Diretoria Executiva; 4- Eleição do Conselho Fiscal; 5- Eleição do Conselho Executivo; e 6- Eleição do Departamento Social.

São Paulo, 25 de março de 2024.
Janete Marques dos Santos
Administradora provisória

Sindicato dos Estabelecimentos de Ensino no Estado de São Paulo - SIEEESP

Edital de Convocação Assembléia Geral Extraordinária

Ficam convocados os senhores filiados quites e em pleno gozo de seus direitos sindicais, para participarem da Assembleia Geral Extraordinária - Virtual, do Sindicato dos Estabelecimentos de Ensino no Estado de São Paulo - SIEEESP, CNPJ nº 50.668.078/0001-57 com endereço e sede na Rua Benedito Fernandes, nº 107, Santo Amaro, São Paulo/SP, CEP 04746-110, e-mail: diretoria@sieeesp.com.br, a ser realizada no dia **19 de abril de 2024, em primeira convocação às 10h, mediante participação e votação remota - virtual, por meio da ferramenta YouTube Privado através do canal do SIEEESP, devendo ser feita a inscrição através do Sympla (https://www.sympla.com.br/evento-online/assembleia-geral-extraordinaria/2419534) até às 8h do dia 19.04.2024**, para deliberarem sobre a seguinte Ordem do Dia: **1 - Tratativas Salariais sobre Convenção Coletiva de Trabalho e negociações salariais 2024 - Professores e Auxiliares da Administração Escolar.** Se no horário retro marcado não houver "quorum" suficiente para a abertura dos trabalhos em primeira convocação, a Assembleia será realizada, em segunda convocação 1 (uma) hora após o horário previsto, na mesma plataforma virtual e data, com qualquer número de filiados presentes. Após o encerramento das inscrições o Sympla encaminhará por e-mail o link do YouTube Privado para participação na Assembleia, devendo no dia o representante da instituição estar logado na conta do Gmail para poder acessar o link.

São Paulo, 10 de abril de 2024.
José Antonio Figueiredo Antiório - Presidente do SIEEESP
Presidente Tratativas Salariais.

AVISOS DE LICITAÇÕES

PG SABESP CSM 90961/23-Registro de Preços para o Fornecimento de UMA e Conexões de Cobre e Latão - Material Corporativo. - Recebimento das Propostas: a partir da 00h00 de 23/04/2024 até 09:00h de 24/04/2024, no site www.sabesp.com.br/licitacoes - Abertura das Propostas: às 09:00h de 24/04/2024 pelo Pregoeiro. Credenciamento dos Representantes: permanentemente aberto, através do site acima. O Edital completo será disponibilizado a partir de 11/04/2024, para consulta e cópia, no site acima. CSM - SP, 11/04/2024. A Diretoria.
PG SABESP FSCS 00375 /24-Prestação de serviços de engenharia para reforma total das coberturas da Unidade II e de seu Anexo Auditório Espaço Vida, no complexo administrativo Ponte Pequena, situado à avenida do estado, nº 561, Bom Retiro, São Paulo/SP. Edital para "download" a partir de 12 /04 /24 - www.sabesp.com.br no acesso fornecedores, mediante obtenção de senha e credenciamento (condicionante a participação) no acesso Licitações Eletrônicas Cadastro de Fornecedores. Envio das Propostas a partir da 00h00 de 26 /04 /24 até as 08h59 de 29 /04 /24 - www.sabesp.com.br no acesso fornecedores - Licitações Eletrônicas. As 09h00 será dado início a Sessão Pública. S.P. 11/04/2024 - (CGP) A Diretoria.
LI SABESP OS 00360/24-Execução de obras para revitalização das redes coletoras da nascente do córrego Saracantan do bairro Montanhão/São Pedro - município de São Bernardo do Campo - Superintendência Operacional Sul - Diretoria de Operação e Manutenção. Edital completo disponível para download a partir de 11/04/2024 - www.sabesp.com.br/licitacoes, mediante obtenção de senha no acesso - cadastre sua empresa. Problemas com o site, contatar fone 11 3388-6984. Envio das "Propostas" a partir da 00h00 (zero hora) do dia 06/05/2024 até às 09h00 do dia 07/05/2024, no site da Sabesp. Às 09h30min do dia 07/05/2024 será dado início à Sessão Pública pela Comissão Julgadora. OS, 11/04/2024.

TECPAR **INSTITUTO DE TECNOLOGIA DO PARANÁ** PARANÁ GOVERNO DO ESTADO

AVISO – PREGÃO ELETRÔNICO N° 028/2024 – REPUBLICAÇÃO

Objeto: "Contratação de empresa especializada para fornecimento contínuo de refeições e café da manhã, sem dedicação exclusiva de mão de obra e sem quantitativo mínimo, em conformidade com os procedimentos preconizados para fornecimento de refeição e café, para atender às necessidades para os CAMPI DO TECPAR: CIC, JUVEVÊ e ARAUCÁRIA, pelo período de 36 meses, prorrogáveis por até 60 meses"
Data de abertura marcada para o dia 29/04/2024, às 14:00 horas, fica **alterada para o dia 03/05/2024 às 14:00 horas, devido a alteração do item 15.5.2 do Edital**. ID Banco do Brasil: 1042840. Melhores informações através do site: www.licitacoes-e.com.br

Avibras Divisão Aérea e Naval S.A.

CNPJ nº 00.435.091/0001-98 - NIRE 35.3.0014125-3
Edital de Convocação - Assembleia Geral Ordinária

São convocados os Senhores Acionistas para se reunirem em Assembleia Geral Ordinária, a ser realizada em **26-04-2024 às 17 horas,** na Sede social situada na zona rural da cidade de Jacareí-SP, Rodovia dos Tamoios, Km 14, na Estrada Varadouro, 1.200, Prédios P-06/A e J-08, CEP 12315-020, para deliberarem sobre a seguinte Ordem do Dia: **a)** Exame e deliberação sobre as Demonstrações Financeiras referentes ao exercício encerrado em **31-12-2023**. **b)** Deliberação sobre a destinação do resultado do Exercício findo. **c)** Eleição dos Membros da Diretoria e fixação de sua remuneração global. **d)** Deliberação sobre a instalação do Conselho Fiscal e fixação de sua remuneração.

Jacareí, 08 de abril de 2024
João Brasil Carvalho Leite - Diretor-Presidente

EDITAL DE CONVOCAÇÃO DE ASSEMBLEIA GERAL ORDINÁRIA

Pelo presente edital, convocamos os associados, com direito a voto, do SINDICATO DE EMPRESÁRIOS E PROFISSIONAIS AUTÔNOMOS DA CORRETAGEM E DA DISTRIBUIÇÃO DE TODOS OS RAMOS DE SEGUROS, RESSEGUROS E CAPITALIZAÇÃO DO ESTADO DE SÃO PAULO (SINCOR-SP) a comparecerem na **Assembleia Geral Ordinária**, que será realizada no dia **23 de abril de 2024**, na Rua Líbero Badaró, 293, 29º andar - Centro, São Paulo (SP). A AGO contará com a seguinte ordem do dia: **Apresentação, Discussão e Deliberação da Prestação de Contas do Exercício de 2023**. A Assembleia será realizada, em primeira convocação, às 14h00, com a presença de 51% dos associados ou, em segunda convocação, às 14h30, com os corretores de seguros que estiverem presentes.

São Paulo, 11 de abril de 2024
Boris Ber
Presidente do Sincor-SP

SINDICATO DOS EMPREGADOS EM CENTRAIS DE ABASTECIMENTO DE ALIMENTOS DO ESTADO DE SÃO PAULO - SINDBAST
CNPJ nº 56.822.489/0001-31

EDITAL DE CONVOCAÇÃO PARA ELEIÇÃO DOS EMPREGADOS QUE PRETENDEM PARTICIPAR DO CONSELHO DE ADMINISTRAÇÃO DA CEASA CAMPINAS

Ficam CONVOCADOS todos os funcionários desta Empresa para Eleição dos Membros do Conselho de Administração conforme determina o art. 11, §1º do Estatuto Social da CEASA Campinas. A eleição acontecerá em 16 de abril de 2024 das 9h às 15h por escrutínio secreto, através de cédula a ser depositada em urna que se encontrará no Auditório do Prédio da Administração. **Apresentaram-se e serão votados os seguintes candidatos: Diego Werner de Vargas; Lucas Mansour Souza; Luis Carlos Chiriato Pinto; Marco Antônio da Silva; Patricia Cristina de Souza; Valeria Marques Faria; Wander Costa**.

São Paulo, 09 de abril de 2024
ENILSON SIMÕES DE MOURA - Presidente

PREFEITURA MUNICIPAL DE ARUJÁ

PREGÃO ELETRÔNICO Nº 011/2024 – AQUISIÇÃO DE MOBILIÁRIO PARA ANFITEATRO DA ESCOLA MUNICIPAL LIVRE DE MÚSICA. Disputa: dia 24/04/2024 às 10:00 horas.
Edital(is) através do site www.novobbmnet.com.br e também através do site oficial do Município www.prefeituradearuja.sp.gov.br. Maiores informações pelo telefone (11) 4652-7609 Departamento de Compras.

PREGÃO ELETRÔNICO Nº 012/2024 – REGISTRO DE PREÇOS PARA AQUISIÇÃO DE ADUELAS DE CONCRETO PRÉ-MOLDADAS. Disputa: dia 25/04/2024 às 10:00 horas.
Edital(is) através do site www.novobbmnet.com.br e também através do site oficial do Município www.prefeituradearuja.sp.gov.br. Maiores informações pelo telefone (11) 4652-7609 Departamento de Compras.

Prefeitura Municipal de Arujá, 10 de abril de 2.024.

Prefeitura Municipal de Assis
Paço Municipal Profª. "Judith de Oliveira Garcez"

COMUNICADO DE LICITAÇÃO ABERTA
Ref.: Processo 029/24 - Pregão Eletrônico 90016/24 - Aquisição de Mobiliário. Encerramento: 09:00 horas do dia 26/04/2024. Íntegra do Edital no Departamento de Licitações, na Avenida Rui Barbosa, 1066, Assis(SP), e nas paginas http://www.assis.sp.gov.br; http://www.compras.gov.br. Informações: (18) 3322-2574.
Assis (SP), 09 de abril de 2024.

COMUNICADO DE LICITAÇÃO ABERTA
Ref.: Processo 030/24 - Pregão Eletrônico 90017/24 - Registro de Preços para Aquisições de Materiais para Construção. Encerramento: 09:00 horas do dia 26/04/2024. Íntegra do Edital no Departamento de Licitações, na Avenida Rui Barbosa, 1066, Assis(SP), e nas paginas http://www.assis.sp.gov.br; http://www.compras.gov.br. Informações: (18) 3322-2574.
Assis (SP), 09 de abril de 2024.

COMUNICADO DE LICITAÇÃO ABERTA
Ref.: Processo 031/24 - Pregão Eletrônico 90018/24 - Aquisição de Condicionador de Ar. Encerramento: 09:00 horas do dia 30/04/2024. Íntegra do Edital no Departamento de Licitações, na Avenida Rui Barbosa, 1066, Assis(SP), e nas paginas http://www.assis.sp.gov.br; http://www.compras.gov.br. Informações: (18) 3322-2574.
Assis (SP), 09 de abril de 2024.
José Aparecido Fernandes - Prefeito

SENDAS DISTRIBUIDORA S.A.

Companhia Aberta de Capital Autorizado - CNPJ nº 06.057.223/0001-71 - NIRE 3330027290-9
EXTRATO DA ATA DA REUNIÃO DO CONSELHO DE ADMINISTRAÇÃO REALIZADA EM 13 DE MARÇO DE 2024

1. DATA, HORÁRIO E LOCAL: Aos 13 (treze) de março de 2024, às 09:00 horas, na sede social da Sendas Distribuidora S.A. ("Companhia"), localizada na Cidade do Rio de Janeiro, Estado do Rio de Janeiro, na Avenida Ayrton Senna, nº 6.000, Lote 2, Pal 48959, Anexo A, Jacarepaguá, CEP 22775-005. **2. Convocação e Presença:** Convocação realizada nos termos do Artigo 8º, Inciso I do Regimento Interno do Conselho de Administração e presente a maioria dos membros do Conselho de Administração. **3. Mesa:** Presidente: Oscar de Paula Bernardes Neto; Secretária: Tamara Rafiq Nahuz. **4. Ordem do Dia:** Eleição de membro da Diretoria Executiva da Companhia. **5. Deliberações:** Os membros do Conselho de Administração, por unanimidade de votos e sem restrições, deliberaram o quanto segue: Eleição de membro da Diretoria Executiva da Companhia: após discussões, os Srs. membros do Conselho de Administração deliberaram eleger, como Vice-Presidente de Finanças e de Relações com Investidores da Companhia, tendo em vista a saída da Sra. Daniela Sabbag Papa nesta data, o Sr. Vitor Fagá de Almeida, brasileiro, casado, economista, portador da Cédula de Identidade nº 25.209.660 SSP/SP e inscrito no CPF sob o nº 204.156.108-42, residente e domiciliado na Cidade de São Paulo, Estado de São Paulo, com endereço comercial na Avenida Aricanduva, 5.555, Jardim Marília, São Paulo-SP, CEP 03527-000. A Sra. Gabrielle Helú permanecerá como Diretora de Relações com Investidores, deixando de ser estatutária. O mandato do Sr. Vitor Fagá de Almeida encerrar-se-á na primeira reunião do Conselho de Administração que ocorrer após a Assembleia Geral Ordinária que aprovar as contas relativas ao ano de 2025. O Sr. Vitor Fagá de Almeida declarou, sob as penas da lei, não estar incurso em quaisquer dos crimes previstos em lei que o impeçam de exercer a atividade mercantil, tendo ciência do disposto no artigo 147 da Lei nº 6.404/76. O Sr. Vitor Fagá de Almeida tomará posse de seu cargo mediante a assinatura do respectivo termo de posse. **6. Aprovação e Assinatura da Ata:** Nada mais havendo a tratar, foram os trabalhos suspensos para a lavratura desta ata. Reabertos os trabalhos, foi a presente ata lida e aprovada, tendo sido assinada pela secretária. Rio de Janeiro, 13 de março de 2024. Presidente: Sr. Oscar de Paula Bernardes Neto; Secretária: Sra. Tamara Rafiq Nahuz. Membros presentes do Conselho de Administração: Srs. Oscar de Paula Bernardes Neto, José Guimarães Monforte, Andiara Pedroso Petterle, Leila Abraham Loria, Leonardo P. Gomes Pereira, Julio César de Queiroz Campos e Enéas Cesar Pestana Neto. Rio de Janeiro, 13 de março de 2024. Tamara Rafiq Nahuz - Secretária. **Junta Comercial do Estado do Rio de Janeiro -** Certifico o Arquivamento em 02/04/2024 sob número 00006160028. Protocolo: 2024/00293343-1. Data do protocolo: 01/04/2024. Gabriel Oliveira de Souza Voi - Secretário Geral.

Encontra-se aberto, na Penitenciária "Dr. Antônio de Souza Neto" de Sorocaba, Pregão Eletrônico nº 002/2024, destinado à aquisição de Gêneros Alimentícios do tipo Hortifrutigranjeiro . A realização da sessão será no dia 23/04/2024 às 09:00 horas, na sala da Diretoria do Núcleo de Finanças e Suprimentos, sito à Av. Dr. Antônio de Souza Neto, 100, Aparecidinha – Sorocaba/SP, através do endereço eletrônico https://www.compras.net.gov.br/. O edital poderá ser reti rado na integra no site https://www.gov.br/pncp/pt-br. Maiores informações pelo telefone (15) 3325-4008.

FUNDAÇÃO SÃO PAULO

Mantenedora da Pontifícia Universidade Católica de São Paulo e Mantenedora do Centro Universitário Assunção

CNPJ nº 60.990.751/0001-24

DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS 2023

Relatório da Administração

A Administração da Fundação São Paulo ("FUNDASP" ou "Fundação"), fundação de direito privado, filantrópica e de natureza comunitária, mantenedora da Pontifícia Universidade Católica de São Paulo ("PUC-SP") e do Centro Universitário Assunção ("UNIFAI"), orientada, fundamentalmente, pelos princípios da Doutrina e da Moral Católica e comprometida com o Plano Pastoral da Arquidiocese de São Paulo, atendendo às disposições legais e estatutárias, submete à apreciação o Relatório da Administração e as demonstrações financeiras da Fundação, elaboradas conforme as práticas contábeis adotadas no Brasil aplicáveis às entidades sem finalidades de lucros (ITG 2002 (R1)), referentes ao exercício social encerrado em 31 de dezembro de 2023.

Mensagem da Administração da Fundação São Paulo

A Fundação São Paulo, ciente da sua responsabilidade para com a Igreja e a Sociedade Brasileira, vem atuando na mantença da Pontifícia Universidade Católica de São Paulo com zelo e rigor. A partir do ano de 2019 passou a atuar também na mantença do Centro Universitário Assunção, com o mesmo zelo e rigor aplicados à PUC-SP.

Ao mesmo tempo em que empreende ações administrativo-financeiras, cuida da excelência acadêmica de suas mantidas, em trabalho conjunto com a Reitoria, por ela nomeada, garantindo o trinômio do ensino, da pesquisa e da extensão, característico da vida universitária. Esforça-se para que a PUC-SP e a UNIFAI estejam em constantes diálogos com a Sociedade, sobretudo neste tempo em que desafios múltiplos nos fazem ter que empreender criatividade e probidade.

O reconhecimento público, o respeito e a seriedade dos trabalhos acadêmicos desenvolvidos pela PUC-SP e UNIFAI devem ser mantidos e aperfeiçoados, sempre mais.

A Fundação São Paulo segue, assim, cumprindo a sua (a nossa!) Missão, que nesse momento se mostra mais do que institucional, mas também humanitária!

Investimento em infraestrutura

No ano de 2023, a FUNDASP efetuou significativos e relevantes investimentos relacionados a melhorias de infraestrutura, dentre os quais se destacam:

a) Sede FUNDASP

Realocação dos setores de Marketing, Setor de Integridade e Segurança da Informação; - Climatização: substituição dos aparelhos de ar condicionado do tipo de janela no Setor de Compras e Serviços por equipamento split que possui menor consumo de energia e melhor desempenho; - Instalação de divisória vazada na área da equipe de apoio administrativa da Consultoria Jurídica; - Instalação de divisória vazada entre os setores de Segurança da Informação e Integridade; - Readequação da área de circulação interna da Secretaria Executiva; - Readequação de área no Setor de Arquitetura e Infraestrutura para criação de sala da gerência; - Realização de Ensaio de Percussão na fachada para identificação das pastilhas soltas; - Instalação de sistema de ancoragem na área de cobertura da edificação; - Pintura interna para manutenção dos setores administrativos; - Climatização: instalação de ar condicionado na Capela Sant´Ana Mestra; - Climatização: manutenção geral nos sistemas e atendimento aos Chamados de Manutenção; - Manutenção geral civil, elétrica, hidráulica e atendimento aos Chamados de Manutenção; - Manutenção nas áreas ajardinadas; - Manutenção geral nos telhados e calhas; - Limpeza e higienização das caixas d´água do campus; - Obra Metrô: acompanhamento das vistorias de monitoramento da consultoria contratada e equipe da Acciona; - Acompanhamento na manutenção e reparos necessários nos elevadores; - Climatização: emissão de Relatório de Qualidade do ar conforme resolução nº 09/2003 da Agência Nacional de Vigilância Sanitária - ANVISA.

b) Campus Monte Alegre da PUC-SP

ERBM - Salas de aula do térreo e Auditório Paulo VI: Reparo nas infiltrações das salas de aula provenientes do corredor do 1º Pavimento; - Reforma e climatização de 18 salas de aula no ERBM do 2º e 3º andar; - Laboratórios de Rádio/TV no Corredor Cardoso: reparo em infiltrações, pintura e melhorias na área interna da edificação; - Manutenção nos bancos e lixeiras em madeira das áreas externas do campus; - Reparo nas infiltrações dentro da área administrativa da DTI (subsolo ERBM) e revitalização da área de Recepção (subsolo ERBM); - ERBM: Pintura dos corredores externos 1º, 2º e 3º andares; - ERBM: Troca das portas das salas de aula do 2° e 3° andares; - Reforma de área do Almoxarifado para transferência da Central de Cópias; - Revitalização da quadra poliesportiva; - Salas de aula e laboratórios: instalação de crucifixos; - Pintura dos corredores externos do 3° andar ERBM; - Pintura do auditório 239 no ERBM; - Troca da caixa de gordura da Praça de Alimentação do campus; - Reforma das salas de aula no térreo do ERBM incluindo: troca das portas, pintura, troca das persianas e revitalização geral (salas 54 à 60); - Pintura da escada de entrada da Ministro de Godói; - Substituição de portas das salas de aula nos corredores do 2º andar do ERBM; - Vistoria de devolução do espaço anteriormente utilizado pela Lanchonete no 5º andar do ERBM; - Pintura das muretas da calçada do campus na rua Ministro de Godói; - Troca da iluminação por lâmpadas de LED (menor consumo de energia e melhor eficiência) e pintura das rampas e arquibancadas do Bosque; - Troca de persianas antigas por novas do tipo rolô em diversos setores e salas de aula; - Instalação de placas em braile para adequação de acessibilidade em corrimãos e acessos de banheiros; - Reposição de placas furtadas instaladas no acesso do campus junto à rua Monte Alegre: busto do Papa Pio XI e no edifício Cardeal Motta; - Execução de pintura antiderrapante nas rampas e escadas da prainha; - Remoção de adesivos e pintura da parede externa no térreo do Cardeal Motta voltada para a prainha; - Pintura das escadas de acesso ao ERBM junto à Prainha; - Ed. Cardeal Motta: coordenação e acompanhamento do processo junto ao CONPRESP de recuperação; - Climatização: manutenção geral nos sistemas e atendimento aos Chamados de Manutenção; - Manutenção geral civil, elétrica, hidráulica e atendimento aos Chamados de Manutenção; - Manutenção nas áreas ajardinadas; - Manutenção geral nos telhados e calhas; - Limpeza e higienização das caixas d´água do campus; - Obra Metrô: acompanhamento das vistorias de monitoramento no campus Monte Alegre; - Escritório Modelo e Juizado Especial Cível - JEC: acompanhamento das vistorias de monitoramento da consultoria contratada e equipe da Acciona; - TUCA: acompanhamento da manutenção nas Plataformas elevatórias PNE; - TUCA: acompanhamento da manutenção Elevador; - Campus Monte Alegre e TUCA: vistoria e emissão de Laudos de elétrica e SPDA para Auto de Vistoria do Corpo de Bombeiros - AVCB; - Acompanhamento de empresa terceira para realizar a manutenção anual nas Subestações de Energia Elétrica (SEE); - Acompanhamento de empresa terceira para realizar as manutenções mensais nos grupos geradores; - Limpeza nos dutos de ar condicionado dos sistemas de climatização da Biblioteca, Laboratório de Rádio e TV, Laboratório de Psicologia Experimental e LAEL; - Acompanhamento na manutenção e reparos necessários nos elevadores; - Climatização: emissão de Relatório de Qualidade do ar conforme resolução nº 09/2003 da Agência Nacional de Vigilância Sanitária - ANVISA.

c) Campus Marquês de Paranaguá

Salas de aula e laboratórios: 04 Laboratórios de engenharia - 2° andar - Prédio 02: novo layout, redistribuição de instalações de gás, elétrica e dados, troca do mobiliário, troca de lousa e pintura; - Salas de aula e laboratórios: 01 Laboratório de engenharia química - 2° andar - Prédio 02: adequação de laboratório de engenharia com reforma geral do ambiente; - Salas de aula e laboratórios: substituição das persianas para salas de aula do prédio 3 (9 salas de aula) por do tipo rolô motorizadas; - Corredores Prédio 02: instalação de áreas de estudo para alunos nos 3 pavimentos com melhoria na iluminação, paisagismo e mobiliário adequado; - Laboratórios de informática e de Robótica: remanejamento dos laboratórios com reforma dos ambientes; - Capela Nossa Senhora "Sedes Sapientiae": desenvolvimento de projeto e reforma de área para implantação da Capela no campus; - Pastoral: reforma de sala para nova área da Pastoral no campus (raspagem de piso, instalações, marcenaria e mobiliário; - Controle de acesso: gerenciamento das ações necessárias à implementação do controle de acesso no campus (adequações de infraestrutura, ações junto à DTI, Compras e Serviços e a Direção de campus); - Prédio 1: instalação de Pontos de ancoragem na área de cobertura para atendimento às normas de segurança quanto aos trabalhos necessários na cobertura e nas fachadas da edificação; - Prédio 1: início dos serviços de pintura e restauração da fachada; - Prédios 02 e 03 - Manutenções gerais das persianas: troca de comandos e lonas; - Pátio externo: Instalação de espetos e postes de iluminação para o jardim; - Pátio externo: Reparos no piso de pedras; - Pátio externo: Pintura do muro de divisa; - Pátio externo: plantio de Ipês; - Áreas externas: conserto dos corrimãos e torniquete; - Portaria: conserto de balcão da Recepção; - Auditório: Pintura externa; - Prédio 01: Pintura das salas internas e corredores do 1° e 2° andar; - Prédio 01 e 02: Troca dos quadros de aviso; - Prédio 01 - Salas de aula: Instalação de suportes de projetores e telas de projeção; - Prédio 02: pintura das Salas 202, 206; - Prédio 02: Pintura da fachada no andar Térreo (elementos vazados e colunas); - Prédio 02: Pintura na área interna dos elementos vazados do térreo, 1° e 2° andar; - Prédio 02: Reparos e pintura das alvenarias externas da Direção de campus; - Prédio 03: Recuperação do piso em madeira das salas de aula; - Prédio 03: Pintura do Laboratório MecFlu; - Estacionamento externo próximo ao Prédio 4: reparo em vazamento de alimentação de água; - Salas de aula e laboratórios: instalação de crucifixos; - Quadra: reparos e pintura do piso e troca da tabela de basquete; - Área externa: Pintura corredor Marques-Caio Prado nas paredes e pisos; - Reparos na rede de esgoto próximo ao acesso da rua Caio Prado; - Calçada da Rua Caio Prado: reforma dos canteiros e pinturas dos muros externos; - Prédio 02: pintura das salas de aula; - Climatização: manutenção geral nos sistemas e atendimento aos Chamados de Manutenção; - Manutenção geral civil, elétrica, hidráulica e atendimento aos Chamados de Manutenção; - Manutenção geral nos telhados e calhas; - Limpeza e higienização das caixas d´água do campus: Manutenção nas áreas ajardinadas; - Acompanhamento na manutenção e reparos necessários nos elevadores; - Vistoria e emissão de laudo das instalações elétricas e SPDA - Anexo A do Corpo de Bombeiros; - Climatização: emissão de Relatório de Qualidade do ar conforme resolução nº 09/2003 da Agência Nacional de Vigilância Sanitária - ANVISA.

d) COGEAE

Climatização: manutenção geral nos sistemas e atendimento aos Chamados de Manutenção; - Manutenção geral civil, elétrica, hidráulica e atendimento aos Chamados de Manutenção; - Manutenção nas áreas ajardinadas; - Climatização: emissão de Relatório de Qualidade do ar conforme resolução nº 09/2003 da Agência Nacional de Vigilância Sanitária - ANVISA.

e) Núcleo de Cobranças e Vestibular

Devolução de andares locados pela FUNDASP (térreo, 3º, 4º, 6º, 7º e 8º andar): gerenciamento das ações para desocupação e devolução aos proprietários de andares que eram utilizados pela FUNDASP (desocupação, pintura de paredes e portas, remoção de persianas, remoção de projetores e telas de projeção, reparos em rodapé, troca de placas de forro danificadas); - Núcleo de cobranças (12º andar): execução de nova sala para colaboradores; - Núcleo de Cobranças da FUNDASP (NC- 12º andar): execução de nova sala para colaboradores; - Climatização: manutenção geral nos sistemas e atendimento aos Chamados de Manutenção; - Manutenção geral civil, elétrica, hidráulica e atendimento aos Chamados de Manutenção; - Manutenção nas áreas ajardinadas; - Climatização: emissão de Relatório de Qualidade do ar conforme resolução nº 09/2003 da Agência Nacional de Vigilância Sanitária - ANVISA.

f) Campus Ipiranga

Bloco 3: reforma de todo o telhado com revisão da estrutura em madeira, troca das telhas e instalação de manta de subcobertura; - Controle de acesso: gerenciamento das ações necessárias à implementação do controle de acesso no campus (adequações de infraestrutura, ações junto à DTI, Compras e Serviços e a Direção de campus); - Salas de aula e laboratórios: instalação de crucifixos; - Áreas verdes: poda geral nas árvores incluindo a poda de limpeza nos coqueiros e palmeiras; - Áreas verdes: plantio de grama nos canteiros entre os edifícios; - Áreas externas: instalação de torneiras para os jardins; - Hidráulica: desentupimento da rede de água pluvial com hidrojateamento; - Áreas externas: pintura dos bancos em concreto das áreas externa e de circulação; - Corredor externo: reparo do portão automático; - Claustro: reparos nos ornamentos das colunas; - Salas de aula (2.0, 2.1, 2.2, 2.3, 2.4, 4.1 e 5.4): emassamento e pintura de teto, paredes e janelas; - Bloco 01: pintura da sala da Direção da Faculdade; - Acessibilidade e segurança: instalação de faixas antiderrapante nas rampas no subsolo do Bl. 5; - Bloco 04: pintura dos corredores e vão de escada (paredes e tetos); - Salas de aula: instalação e execução de infraestrutura para instalação de projetores; - Banheiros: execução de pintura geral; - Contratação e acompanhamento de empresa terceira para realizar a manutenção anual nas Subestações de Energia Elétrica (SEE) - Geral; - Climatização: manutenção geral nos sistemas e atendimento aos Chamados de Manutenção; - Manutenção geral civil, elétrica, hidráulica e atendimento aos Chamados de Manutenção; - Manutenção nas áreas ajardinadas; - Manutenção geral nos telhados e calhas; - Limpeza e higienização das caixas d´água do campus; - Reforma do disjuntor de média tensão da Subestação de Energia Elétrica - substituição do motor da mola de carregamento - Campus Ipiranga; - Climatização: emissão de Relatório de Qualidade do ar conforme resolução nº 09/2003 da Agência Nacional de Vigilância Sanitária - ANVISA.

g) Campus Vila Mariana

Bloco 1 - 6º Andar: transferência da Contabilidade para a antiga sala da DRH; - Início das adequações de sala dentro da Central de Atendimento ao Aluno para instalação de uma Copiadora; - Secretaria Geral: substituição das janelas em ferro danificadas pelo tempo de instalação por novas em alumínio, reparo das infiltrações e pintura das paredes; - Salas de aula e laboratórios: instalação de crucifixos; - Iluminação externa: manutenção da iluminação dos pátios e circulações externas, com atualização para sistema de lâmpadas em LED; - Pátio externo: Pintura do muro de divisa; - Quadra: reparos e pintura do piso; - Infraestrutura para cabeamento de todas as salas de aula e laboratórios do bloco 1; - Tratamento com aplicação de polímero antiderrapante nas escadas de circulação do bloco 3; - Aquisição e instalação de equipamentos para controle de umidade na área do acervo da biblioteca; - Substituição das cadeiras da recepção; - Substituição do claviculário da reitoria; - Instalação de botoeiras para liberação de acesso ao andar da Reitoria; - Substituição da mola hidráulica, e maçaneta eletrônica da porta de acesso à Reitoria; - Troca da interface de comando do gerador do bloco 1; - Instalação de torres de descida de lógica e energia elétrica na sala das bibliotecárias; - Melhoria no sistema de iluminação do bolsão de veículos e do acesso ao campus; - Instalação de persiana blackout na sala de educação para terceira idade; - Reforma com mudança de layout do mezanino do bloco 5; - Automação do sistema de recalque de água potável do bloco 4; - Instalação de placa comemorativa de parceria UNIFAI x KINDER SCHIRM; - Pintura do forro da cobertura da circulação do bloco 1; - Pintura da edificação que abriga a copa, manutenção e vestiários; - Pintura da área de circulação externa de funcionários; - Pintura do piso do estacionamento; - Pintura do portão das docas junto à rua Santa Cruz 258 bem como dos muros de divisa; - Pintura das escadarias de emergência do bloco 1 e escadaria de circulação do bloco 3; - Confecção de acesso com portinhola metálica para a laje dos mastros; - Substituição de lâmpadas queimadas com atualização para sistema LED; - Manutenção das centrais de eletroímãs que comandam o fechamento das portas de emergência; - Manutenção nos sistemas moto-geradores do campus; - Manutenções gerais nos elevadores; - Climatização: manutenção geral nos sistemas e atendimento aos Chamados de Manutenção; - Manutenção geral civil, elétrica, hidráulica e atendimento aos Chamados de Manutenção; - Manutenção nas áreas ajardinadas; - Manutenção geral nos telhados e calhas; - Limpeza e higienização das caixas d´água do campus; - Vistoria e emissão de laudo das instalações elétricas e SPDA - Anexo A do Corpo de Bombeiros; - Acompanhamento na manutenção e reparos necessários nos elevadores; - Climatização: emissão de Relatório de Qualidade do ar conforme resolução nº 09/2003 da Agência Nacional de Vigilância Sanitária - ANVISA.

h) FCMS - Campus Sorocaba

Biblioteca: início dos serviços para substituição da cobertura danificada pelo tempo de uso; - Biblioteca: troca dos Toldos danificados pela ação do tempo; - Segurança: melhoria na iluminação externa do campus com a instalação de 25 postes de iluminação com alimentados por energia solar; - Sala de apoio acadêmico para os alunos no HSL: início das adequações civis para implementação de sala para apoio dos alunos dentro do HSL; - Laboratórios: substituição das banquetas em madeira por banqueta ergonômica; - Auditório 113: substituição das carteiras existentes por modelos ergonômicos; - Salas de aula e laboratórios: instalação de crucifixos; - Instalação do bicicletário; - Transferência da sala do psicólogo do quinto pavimento para a sala 118 no primeiro pavimento; - Revitalização e liberação de uso do estacionamento externo (ao lado ambulatório SUS); - Adaptação mesas laboratório de Histologia primeiro pavimento (retirada das grades da mesa); - Segurança: Desenvolvimento de projeto para substituição dos alambrados; - Recepção: Desenvolvimento de projeto para reforma; - Calçadas: Desenvolvimento de projeto para reforma; - Pintura e manutenção Laboratório de Técnicas Cirúrgicas pavimento Térreo; - Pintura e manutenção banheiro masculino pavimento térreo; - Pintura geral áreas de circulação de todos os pavimentos; - Pintura geral corrimão; - Pintura e manutenção Sala T1 e T2 pavimento térreo; - Pintura da escadaria central; - Manutenção sala Museu de Anatomia pavimento térreo; - Manutenção Laboratório Morfologia pavimento térreo; - Pintura e instalação de infraestrutura para monitores no Laboratório de Anatomia pavimento térreo; - Pintura nas guias de calçada; - Pintura e manutenção nos auditórios Pacaembu e Maracanã no quarto pavimento; - Substituição de piso e manutenção no Expediente Acadêmico no primeiro pavimento; - Pintura e manutenção dos bancos na área externa; - Biblioteca: Melhorias no paisagismo do talude; - Biblioteca: Pintura geral área externa; - Biblioteca: Pintura e manutenção nas salas de tutoria; - Biblioteca: Execução do piso na área do acervo; - Pintura de sinalização de acesso a cadeirantes; - Transferência da caçamba de coleta de lixo para local adequado (área externa campus); - Esgoto: Acompanhamento ao SAAE para manutenção e reparos necessários; - Acompanhamento na manutenção e reparos necessários nos elevadores; - Climatização: Reparos no sistema de ar condicionado no auditório Maracanã no quarto pavimento; - Climatização: instalação de novos equipamentos; - Climatização: manutenção geral nos sistemas e atendimento aos Chamados de Manutenção; - Manutenção geral civil, elétrica, hidráulica e atendimento aos Chamados de Manutenção; - Manutenção nas áreas ajardinadas; - Manutenção geral nos telhados e calhas; - Limpeza e higienização das caixas d´água do campus; - Climatização: emissão de Relatório de Qualidade do ar conforme resolução nº 09/2003 da Agência Nacional de Vigilância Sanitária - ANVISA.

i) Hospital Santa Lucinda

Pronto Atendimento Obstétrico: Reforma para melhorias no local; - Ginecologia Obstetrícia: Reforma do espaço para atender apontamentos da VISA; - Sala de descompressão e área de alimentação dos funcionários: projeto e reforma completa dos ambientes (em andamento); - Substituição piso quarto 16 (pavimento térreo); - Substituição piso quarto 13 (pavimento térreo); - Substituição piso sala 02 no Centro Cirúrgico; - Lactário: desenvolvimento de projeto e protocolo junto a VISA para obtenção de Laudo Técnico de Avaliação - LTA; - Instalações de Combate a Incêndios: atualizações de projeto, protocolo e acompanhamento junto ao Corpo de Bombeiros; - Acompanhamento da obra da cafeteria BAFFS para instalação no HSL; - Acompanhamento de projeto do laboratório CDC; - Climatização da UTI: desenvolvimento de projeto técnico para futura reforma do sistema de climatização; - Coordenação para desenvolvimento de nova comunicação visual para a fachada, totem e antiga área de laboratório de diagnósticos; - Manutenção preventiva na cabine primária; - Manutenção preventiva no Grupo Gerador; - Acompanhamento nos abastecimentos periódicos do pátio de gases (tanque de oxigênio líquido); - Acompanhamento nos abastecimentos periódicos no Módulo de Ar Comprimido; - Acompanhamento nos abastecimentos periódicos dos Cilindros de Gases Medicinais; - Acompanhamento na manutenção e reparos necessários nos elevadores e monta carga; - Climatização: manutenção geral nos sistemas e atendimento aos Chamados de Manutenção; - Climatização: emissão de Relatório de Qualidade do ar conforme resolução nº 09/2003 da Agência Nacional de Vigilância Sanitária - ANVISA; - Climatização: Execução de projeto de climatização, instalação de novos equipamentos em todo o pavimento térreo (Cardiologia) e quartos no primeiro pavimento; - Climatização: Instalação de novos equipamentos em áreas diversas; - Projeto de climatização da UTI Adulto do HSL; - Desenvolvimento de projeto para nova UTI (Espaço Antigo CDTR); - Projeto de climatização da nova UTI (Espaço Antigo CDTR); - Manutenção preventiva no Grupo Gerador; - Acompanhamento no abastecimento do pátio de gases (tanque de oxigênio líquido); - Acompanhamento no abastecimento no Módulo de Ar Comprimido; - Acompanhamento no abastecimento dos Cilindros de Gases Medicinais; - Acompanhamento na manutenção e reparos necessários nos elevadores e monta carga; - Climatização: manutenção geral nos sistemas e atendimento aos Chamados de Manutenção; - Manutenção geral civil, elétrica, hidráulica e atendimento aos Chamados de Manutenção; - Manutenção nas áreas ajardinadas; - Limpeza e emissão de laudo de potabilidade das caixas d'água semestralmente; - Projeto de distribuição elétrica das salas de parto do HSL - Sorocaba; - Projeto de climatização da UTI do HSL - Sorocaba; - Climatização: emissão de Relatório de Qualidade do ar conforme resolução nº 09/2003 da Agência Nacional de Vigilância Sanitária - ANVISA.

j) DERDIC

Reforma com ampliação de laboratório de ciências com mudança de layout; - Desentupimento de manilha e obra para confecção de nova caixa de inspeção de esgoto, na linha em frente a edificação do SAAD; - Pintura dos muros de divisa, face interna e externa; - Instalação de fechadura eletrônica no portão principal da clínica; - Serviço de serralheria para reparos e reforço na estrutura do portão da clínica; - Substituição de lâmpadas queimadas com atualização para sistema LED; - Repintura da recepção da clínica; - Instalação de prateleiras para quadros na recepção da clínica; - Manutenções gerais em arquivo deslizante; - Substituição de ventiladores da unidade; - Climatização: manutenção geral nos sistemas e atendimento aos Chamados de Manutenção; - Manutenção geral civil, elétrica, hidráulica e atendimento aos Chamados de Manutenção; - Manutenção nas áreas ajardinadas; - Manutenção geral nos telhados e calhas; - Limpeza e higienização das caixas d´água do campus; - Vistoria e emissão de laudo das instalações elétricas e SPDA - Anexo A do Corpo de Bombeiros; - Acompanhamento na manutenção e reparos necessários nos elevadores; - Climatização: emissão de Relatório de Qualidade do ar conforme resolução nº 09/2003 da Agência Nacional de Vigilância Sanitária - ANVISA

Objeto social e missão

A busca da Sabedoria, lema de suas mantidas, deve ser o fim último do saber humano e essa busca passa, necessariamente, pelo reconhecimento da dignidade do ser humano, desde o primeiro momento da sua concepção até o seu fim natural e pela presença de Deus. Que a PUC-SP e a UNIFAI, sempre mais sadias nas estruturas e nas atividades acadêmicas, possam colaborar com a sociedade humana nesta trajetória em busca da Sabedoria.

A Fundação São Paulo, pessoa jurídica de direito privado, instituída em 1945, tendo sido seu instituidor o Cardeal Carlos Carmelo de Vasconcelos Motta, então Arcebispo Metropolitano de São Paulo, é uma entidade sem fins lucrativos, reconhecida como de utilidade pública e filantrópica, tendo caráter educacional, assistencial, cultural e comunitário, dedicando-se à pesquisa científica.

Em 13 de agosto de 1946, constituiu a Pontifícia Universidade Católica de São Paulo (PUC-SP), instalada no dia 22 do mesmo mês e ano, da qual é mantenedora, instituição de ensino superior, pesquisa e cultura, atuando nos segmentos de assistência social e filantropia, tendo como objetivos a educação, o amparo, a inserção e a transformação social através de programas e atividades específicas que se coadunam com valores voltados à justiça e à dignidade humana, conforme disposto no artigo 7° de seu Estatuto Social.

Em 02 de janeiro de 2019, o IESP - Instituto Educacional Seminário Paulopolitano, transferiu para Fundação São Paulo a mantença do Centro Universitário Assunção - UNIFAI. O Centro Universitário Assunção está comprometido com a educação, inspirada nos valores evangélicos e nos princípios de liberdade de expressão. O ensino no UNIFAI, em comunhão com a pesquisa e os serviços prestados à comunidade, tem como meta o aprimoramento qualitativo de seus egressos, dando ênfase ao crescimento pessoal e à capacitação para o aperfeiçoamento contínuo, seja por meio de cursos de pós-graduação *lato sensu* e aperfeiçoamento, seja por meio de grupos de estudo. Como instituição católica, incentiva a formação humanista e a prática pedagógica participativa e dialogada, como forma de melhor entendimento entre professores, alunos e funcionários.

A Fundação São Paulo cumpre sua missão aplicando integralmente os recursos arrecadados em suas finalidades, não remunerando dirigentes e prestando relevantes serviços à sociedade em suas áreas de atuação.

Governança, estrutura, desempenho e atuação

1. Governança corporativa

Objetivando as melhores práticas de governança corporativa a Fundação São Paulo vem implementando ações de monitoramento e incentivos, que envolvem as relações entre a Fundação e seus pares. Dentro dessa perspectiva foram concebidas:

• Código de Ética e Conduta

Em 2017, a FUNDASP publicou o Código de Ética e Conduta da Fundação São Paulo, estabelecendo princípios e normas dirigidos a todos os empregados, terceiros, fornecedores, prestadores de serviços e agentes intermediários, bem como a todos aqueles que mantenham vínculo acadêmico com a Fundação São Paulo através de sua mantida. Esse Código previa a criação de um setor independente, responsável em acompanhar e zelar pela probidade, transparência e combate à fraude. Em 2018, foi criado o setor de integridade. Em setembro de 2019 foi publicado o programa de integridade da Fundação, https://www.fundasp.org.br/politica-de-governanca/programa-de-integridade/arquivos/programa-de-integridade-fundasp.pdf

• Proteção de dados

- Lei de Proteção de dados

A Lei Federal nº 13.709/2018, sancionada em 2018, tem como objetivo, proteger os dados pessoais para garantir a liberdade, segurança e justiça de cada indivíduo.

A Alta Administração da Fundação São Paulo, com o compromisso de garantir a proteção dos dados pessoais de seus colaboradores, alunos, pacientes e parceiros, está investindo em tecnologia e em pessoas, para proteger os direitos fundamentais de liberdade e de privacidade de todos. Foi constituída uma Comissão para tratar das adequações necessárias e seus reflexos. Além disso, em atenção à determinação legal, a Instituição designou um encarregado pelo Tratamento de Dados Pessoais. A referida Comissão é formada pelo Encarregado (DPO) e por gestores de áreas estratégicas da Instituição (Integridade, Divisão de Recursos, Humanos e Divisão de Tecnologia da Informação). A Fundação com o intuito de disseminar a informação para seu público, disponibilizou em seu site cartilha sobre a Lei Geral de Proteção de Dados:

https://www.fundasp.org.br/politica-de-governanca/protecao-de-dados/arquivos/CARTILHA-LGPD-WEB-r4-22092020.pdf

- Política de Privacidade

A Política de Privacidade on-line trata das diretrizes adotadas pela Fundação São Paulo em relação à recepção, armazenamento e utilização das informações pessoais disponibilizadas pelos seus alunos, ex-alunos, futuros estudantes e demais interessados, para acesso e uso dos seus serviços, que necessitam de identificação.

https://www.fundasp.org.br/politica-de-governanca/protecao-de-dados/politica-de-privacidade/index.html

- Política de Privacidade Vestibular PUC-SP

Essa política tem o objetivo de apresentar as finalidades e os tratamentos dos dados pessoais que são coletados no cadastro dos Processos Seletivos para os cursos de Graduação da Pontifícia Universidade Católica de São Paulo - PUC-SP.

https://www.fundasp.org.br/politica-de-governanca/protecao-de-dados/politica-de-privacidade-vestibular-puc-sp/index.html

- Política de Privacidade Processo Seletivo UNIFAI

Essa política tem o objetivo de apresentar as finalidades e os tratamentos dos dados pessoais que são coletados no cadastro dos Processos Seletivos para os cursos de Graduação e Pós-graduação do Centro Universitário Assunção - UNIFAI, bem como dos alunos que realizarão rematrícula.

https://www.fundasp.org.br/politica-de-governanca/protecao-de-dados/politica-de-privacidade-unifai/index.html

• Política anticorrupção

A Fundação São Paulo está comprometida em conduzir as atividades em estrito cumprimento da legislação aplicável, incluindo legislações anticorrupção, em especial a Lei nº 12.846/2013, que dispõe sobre a responsabilização administrativa e civil de pessoas jurídicas pela prática de atos contra a Administração Pública, nacional ou estrangeira ("Lei Anticorrupção") e o Decreto nº 8.420/2015, que regulamenta a Lei Anticorrupção, assim como demais normas que regem o relacionamento com a Administração Pública. A Fundação São Paulo, em todas as suas áreas de atuação, não tolera práticas de fraude, corrupção ou atos lesivos de qualquer natureza. Nesse sentido, vem tratando a temática relacionada ao Programa de Integridade com seriedade e comprometimento, promovendo e fiscalizando o cumprimento das normas no desenvolvimento das atividades, com foco em condutas éticas e morais, bem como nos princípios de integridade, honestidade e responsabilidade.

Esta Política tem por objetivo estabelecer diretrizes, premissas e compromissos para orientação do relacionamento da Fundação São Paulo e suas mantidas ou unidades suplementares, com representantes, em qualquer esfera, de entes públicos e/ou entes privados, nacionais e/ou estrangeiros, sendo dirigida e aplicada a todos os técnicos administrativos, docentes, profissionais da área de saúde, terceirizados, consultores, temporários, fornecedores, prestadores de serviço e agentes intermediários, doravante denominados em conjunto de "Colaboradores", incluída a Alta Administração, bem como todos aqueles que mantenham vínculo com a Fundação São Paulo.

"... a Fundação São Paulo compromete-se a exigir a inclusão de cláusula anticorrupção e lavagem de dinheiro em todas as suas contratações...".

Em 2019 publicou em seu site a política anticorrupção da Fundação São Paulo:

https://www.fundasp.org.br/politica-de-governanca/politica-anticorrupcao/arquivos/politica-anticorrupcao-fundasp.pdf

• Política de apuração de conformidade

O procedimento de Apuração de Conformidade tem como objetivo viabilizar o exame da conformidade de atividades e condutas correspondentes, promover a averiguação de relatos, possibilitar a análise de possíveis violações às normas internas e legislação aplicável, assim como avaliar os riscos aos quais a Fundação São Paulo está exposta, para que seja possível mitiga-los.

As apurações irão contribuir com as atividades de monitoramento, remediação, prevenção e para coibir as condutas que não estejam em conformidade com normas e procedimentos, que possam levar a sanções legais e/ou regulamentares, ou, ainda, a perdas financeiras e danos reputacionais e/ou de imagem, resultando em risco de comprometimento da integridade da Fundação São Paulo. O Procedimento de Apuração de Conformidade Fundação São Paulo está publicada em seu site:

https://www.fundasp.org.br/politica-de-governanca/politica-de-apuracao-e-conformidade/arquivos/POLITICA-INSTITUCIONAL_08112019_121248.pdf

2. Mantidas

A Fundação São Paulo vem atuando diretamente com as suas mantidas: PUC-SP e UNIFAI, no sentido de adequar a estrutura das Instituições para manutenção e ampliação de seus objetivos, mantendo o equilíbrio e sustentabilidade acadêmica, administrativa e financeira.

Em 2023, considerando os meses com maior quantidade de alunos matriculados, após a inscrição dos alunos inclusive PROUNI, as instituições contavam com 16.244 alunos PUC-SP e 1.160 alunos do UNIFAI, totalizando 17.404 alunos, conforme descrito abaixo:

	PUC-SP	UNIFAI	Consolidado
Alunos de graduação	10.213	820	11.033
Alunos de pós-graduação (*stricto sensu*)	2.659	–	2.659
Alunos de especialização (*lato sensu*)	1.276	257	1.533
Alunos de extensão, aperfeiçoamento e aprimoramento	2.096	83	2.179
Total	**16.244**	**1.160**	**17.404**

A estrutura conta ainda com os seguintes quadros de colaboradores ativos:

	PUC-SP (12/2023)	UNIFAI (12/2023)	Consolidado
Docentes	1.089	57	1.146
Administrativos	833	37	870
Técnicos (Hospital Santa Lucinda)	489	–	489
DERDIC - Administrativos	66	–	66
DERDIC - Docentes	28	–	28
Total	**2.505**	**94**	**2.599**

• PUC-SP: seu corpo docente conta com 95,7% de mestres(as) e doutores(as);

• UNIFAI: seu corpo docente conta com 96,5% de mestres(as) e doutores(as).

Em dezembro de 2023, o quadro total de docentes por titulação/escolaridade (ativos excluindo a DERDIC) apresentou a seguinte composição:

	PUC-SP (12/2023)	UNIFAI (12/2023)	Consolidado
Livre-docentes	75	–	**75**
Doutores(as)	797	29	**826**
Mestres(as)	170	26	**196**
Especialistas	42	2	**44**
Graduados(as)	5	–	**5**
Total	**1.089**	**57**	**1.146**

As Instituições contavam em 31 dezembro de 2023 com 1.425 colaboradores administrativos e técnicos hospitalares, com a seguinte formação acadêmica:

Quadro Administrativo por Escolaridade/Titulação (funcionários ativos)	PUC-SP				UNIFAI	Consolidado
	ADM.	HSL TÉCNICOS	DERDIC ADM.	Total	ADM.	Total
Fundamental Incompleto	22	4	1	27	4	**31**
Fundamental Completo	27	10	2	39	–	**39**
Ensino Médio	241	344	14	599	11	**610**
Ensino Superior	372	70	26	468	17	**485**
Especialização	124	58	11	193	5	**198**
Mestrado	39	3	11	53	–	**53**
Doutorado	8	–	1	9	–	**9**
Total	**833**	**489**	**66**	**1.388**	**37**	**1.425**

2.1. Pontifícia Universidade Católica de São Paulo

A PUC-SP, em sua estrutura, conta atualmente com seis *campi*, unidades suplementares -Divisão de Educação e Reabilitação dos Distúrbios da Comunicação (DERDIC) e o Hospital Santa Lucinda (HSL), localizado no município de Sorocaba/SP -, bem como com a Coordenadoria Geral de Especialização, Aperfeiçoamento e Extensão (COGEAE), entre outras coordenadorias.

São cinco *campi* na capital: Monte Alegre - Marquês de Paranaguá - Santana - Ipiranga - Vila Mariana; e um no interior, em Sorocaba/SP.

A pós-graduação stricto sensu da PUC-SP conta com 30 Programas de Estudos, vinculados às respectivas Faculdades, de acordo com a área epistemológica do conhecimento. Tem por finalidade a formação de pessoal qualificado para a educação superior e/ou para a atuação no mercado de trabalho, compreendendo quatro possíveis níveis de formação: mestrado acadêmico, mestrado profissional, doutorado e pós-doutorado. A política da pós-graduação é discutida no âmbito da Câmara de Pós-Graduação e Pesquisa, da Comissão de Ensino e Pesquisa e do Conselho Universitário. A Instituição atua também na pós-graduação *lato sensu,* com diversos cursos de especialização, significativamente na área do Direito.

A Instituição, mantendo seu compromisso com a excelência acadêmica, possibilitou a titulação a novos mestres e doutores. Em 2023, foram defendidas 513 dissertações de mestrado acadêmico, 84 de mestrado profissional e 293 teses de doutorado. Foram também apresentadas 683 monografias de especialização.

A PUC-SP hoje é composta pelas seguintes Faculdades: Ciências Exatas e Tecnologia (FCET); Ciências Humanas e da Saúde (FACHS); Ciências Médicas e da Saúde (FCMS); Ciências Sociais (FCS); Direito (FD); Economia, Administração, Contábeis e Atuariais (FEA); Educação (FE); Estudos Interdisciplinares (FACEI); Filosofia, Comunicação, Letras e Artes (FAFICLA) e Teologia (FT).

Em 2023, a Universidade foi avaliada com nota máxima (conceito 5) pelo INEP/ MEC por ocasião do seu recredenciamento, tendo recebido nota máxima em 47 dos 48 indicadores avaliados; foi classificada como a melhor universidade privada do país em qualidade de ensino, pelo Ranking Universitário Folha (RUF); no Guia da Faculdade 2023, subiu de cinco para sete o número de seus cursos com cinco estrelas (Ciências Sociais, Direito, Filosofia, Letras - Língua Inglesa: Tradução, Pedagogia, Psicologia e Teologia).

Com a retomada das avaliações pelo INEP/ MEC, após a pandemia, alguns de seus cursos de graduação foram avaliados e obtiveram excelentes resultados. Dois cursos foram avaliados para reconhecimento e obtiveram nota cinco (Ciência de Dados e Inteligência Artificial bem como Jogos Digitais); dois foram avaliados para a renovação do reconhecimento e obtiveram o conceito cinco (Letras - Língua Portuguesa Licenciatura e Letras - Língua Inglesa Bacharelado Tradução) e dois (Comunicação das Artes do Corpo e Comunicação e Multimeios) obtiveram o conceito 4.

No âmbito internacional, no Ranking das Universidades 2023-2024, elaborado pela consultoria britânica Quacquarelli Symonds (QS), a PUC-SP foi considerada a melhor Universidade particular do Estado de São Paulo pelo QS Ranking America Latina e Caribe e a 2ª melhor do país entre as universidades privadas pelo QS World University Ranking.

Expandindo a institucionalização de suas atividades internacionais, a PUC-SP desenvolveu programas de cooperação voltados à formação e à pesquisa em diversas áreas de conhecimento, em diferentes níveis acadêmicos e por meio de múltiplas modalidades de intercâmbio. Manteve convênios em todas as regiões do mundo (131 instituições de 36 países), contou com parcerias para dupla diplomação de graduação e pós-graduação, promoveu intercâmbio de estudantes e manteve sua realização de pesquisa com parceiros internacionais. Durante o ano de 2023, ocorreu a consolidação do Consórcio de Universidades Católicas (CCU), liderado pela Universidade de Notre Dame, que congrega 10 IES ao redor do mundo. Está em andamento a assinatura, pela Reitora da PUC-SP, do Memorando de Entendimentos proposto pela Universidade de Notre Dame. A participação da PUC-SP nesse importante fórum tem aberto novas oportunidades de internacionalização para o corpo docente, âmbito da pesquisa, especificamente em relação ao Plano de Incentivo à Pesquisa (PIPEq), destaca-se a modalidade de Estágio de Pesquisa no Exterior por meio da qual, em 2023, foram beneficiados 7 (sete) docentes que puderam realizar suas pesquisas em universidades estrangeiras. Ademais, na PUC-SP, foi fortalecida uma agenda institucional em torno do tema da sustentabilidade, que norteou muitos dos diálogos entre os diferentes setores da Reitoria e resultou na proposta de atividades importantes para o Plano de Trabalho que será executado em 2024.

Por meio de seus diversos cursos de graduação e de extensão e programas de pós-graduação lato e stricto sensu, bem como núcleos e demais atividades de ensino, pesquisa e extensão alocados nas suas dez faculdades, a PUC-SP tem a capacidade de atender de modo bastante qualificado às mais diversas vocações, sempre se pautando por uma formação humanista e relevantemente social.

2.2. Hospital Santa Lucinda

O Hospital Santa Lucinda (HSL) caracteriza-se como um dos principais centros de atendimento à população de Sorocaba e região. Na região onde está instalado, 48 municípios utilizam o HSL, totalizando mais de 2,7 milhões de habitantes, e desses atendimentos mais de 60% (sessenta por cento) é direcionado ao Sistema Único de Saúde (SUS) através do Convênio Universitário. Entre os serviços de maior destaque, o HSL possui serviço especializado nas áreas: materno-infantil, pediatria, cirurgia cardíaca e hemodinâmica, cirurgia do aparelho digestivo, urologia, ginecologia e otorrinolaringologia, esta última conta com um ambulatório completo que atende às demandas pré-cirúrgicas, além de realizar diagnósticos fonoaudiológicos e atender às urgências referenciadas. Vale lembrar também das áreas de clínica médica (UTI Adulto e Neonatal), plástica e ortopedia.

Como hospital de ensino, o processo de certificação teve seu início no ano 2004, sob a coordenação do Ministério da Saúde (MS) e do Ministério da Educação (MEC). Esse processo tem o objetivo de certificar hospitais que desenvolvem, além das tradicionais atividades de atenção à saúde, formação de recursos humanos na área da saúde, além de pesquisa e desenvolvimento tecnológico para o SUS.

O programa de certificação é regulado pela Portaria Interministerial MEC/MS nº 2.400 de 2 de outubro de 2007. Essa Portaria estabelece os requisitos mínimos que um hospital deve preencher para ser considerado hospital de ensino, a partir de quatro dimensões:

• Atenção à saúde/assistência
• Ensino
• Pesquisa, especialmente nas áreas de ciência e tecnologia
• Gestão.

Em 2023, 71% dos pacientes internados no HSL corresponderam a pacientes SUS e 29% pacientes NÃO SUS. Esses pacientes geraram as seguintes demandas:

HSL em números:

	12/2023	12/2022
Número de consultas ambulatoriais	**50.966**	48.434
Número de internações	**11.706**	11.565
Número de cirurgias	**5.133**	4.934
Número de partos	**3.393**	3.267
Número de exames laboratoriais	**140.203**	128.028
Número de exames complementares e de imagem	**37.296**	18.403

Desses atendimentos, mais de 84% foram realizados através do SUS, privilegiando a população carente da região.

O Hospital possui 154 leitos operacionais (incluindo as UTI's), e neste exercício obteve 75,45% de taxa de ocupação geral, sendo a taxa de ocupação SUS de 97,20% (ocupação de leitos exclusivos SUS).

O Hospital atua sob gestão municipal desde 2003 e está contratualizado com o município desde dezembro de 2013. No ano de 2019 realizamos a primeira discussão do reequilíbrio econômico financeiro do convênio (contratualização), quando demonstramos ao gestor municipal o déficit causado pelo SUS, especialmente pela área materno-infantil. Ajustamos o convênio, ocasião em que o gestor atendeu parcialmente ao nosso pedido, com o compromisso de que nos próximos anos o valor novamente seria revisto.

O Convênio Universitário foi renovado com o SUS em julho de 2022, ocasião em que conseguimos novamente demonstrar a necessidade do ajuste financeiro, tendo em vista a inflação dos últimos anos e a falta

continua ★

→★ continuação

Fundação São Paulo - Mantenedora da Pontifícia Universidade Católica de São Paulo e Mantenedora do Centro Universitário Assunção

Relatório da Administração

de reajustes da tabela SUS. Neste convênio universitário o objetivo é a "Prestação de serviços nas áreas de Clínica cirúrgica, Clínica médica, Pediatria, Internações Obstétricas, Cardiologia, UTI adulto e UTI Neonatal, conforme descrito no Plano Operativo Assistencial." A partir dessa contratualização realizada através do Convênio Universitário (PA 1501/2022) avançamos com o gestor municipal e conseguimos um reequilíbrio financeiro do convênio, da ordem de R$ 428 mil/mês. Mas ainda não foi o suficiente para equilibrar o déficit provocado pelo Convênio Universitário.
Nosso principal objetivo para 2023 foi apurar o custo efetivo dos serviços prestados, para que assim possamos realizar uma negociação ainda mais efetiva com o gestor.
O Hospital Santa Lucinda trabalha junto a Secretaria Municipal de Saúde para que espaços hospitalares, hoje não destinados ao convênio universitário, possam ser objeto de novos convênios assistenciais com o município.
Através do nosso Grupo de Captação de Recursos (GCR) o hospital contou com o apoio da Câmara de Vereadores que destinou mais de 2,8 milhões de reais e que serão utilizados exclusivamente para realização de cirurgias eletivas (nas especialidades de ginecologia, urologia, cirurgia geral e otorrinolaringologia) visando reduzir o tempo da fila de cirurgias eletivas do município. Além disso, foram obtidas indicação de emendas estaduais e federais num total de R$ 1.950 milhão que possibilitaram melhorias de nossos equipamentos e custeio do HSL.
Outro grande objetivo era concluir a construção do Centro de Parto Humanizado Santa Dulce, que teve o início das obras em dezembro de 2021 e o início das atividades ocorreu em 01/05/2023. São 6 salas
Quanto às receitas Não SUS, 80% estão representadas por 07 fontes pagadoras (06 convênios e o Pacote/Particular), essa última representa 26% das receitas Não SUS. Quanto às especialidades, 51% dessas receitas são da área materno-infantil, 14% ortopedia e 11% cirurgia plástica.
Em 2023, o HSL também se manteve no Programa da Secretaria de Saúde do Estado de São Paulo. Essa manutenção permitiu a melhoria na condição geral do hospital, além de fortalecer as relações loco-regionais. Esperamos manter e até ampliar o campo de estágio da faculdade no Hospital Santa Lucinda tendo sempre como nosso foco o controle dos custos hospitalares e a redução do déficit do hospital.
Ao longo do ano, o HSL passou pelas avaliações, entre elas a da Comissão de Avaliação da Contratualização (gestor municipal) e da Comissão de Monitoramento Regional do Programa Santas Casas Sustentáveis (Secretaria de Saúde do Estado de São Paulo), auditorias internas e externas, as quais só fortaleceram e reafirmaram o compromisso do hospital em garantir à população uma assistência humanizada e de qualidade.

Satisfação	Jan	Fev	Mar	Abr	Mai	Jun	Jul	Ago	Set	Out	Nov	Dez	Média Anual/23
% SATISFAÇÃO GERAL	98,7%	98,3%	97,2%	98,1%	98,5%	97,8%	98,1%	98,1%	98,1%	98,8%	99,0%	97,7%	98,2%
% INSATISFAÇÃO GERAL	1,3%	1,7%	2,9%	1,9%	1,5%	2,2%	1,9%	1,9%	1,9%	1,2%	1,0%	2,3%	1,8%
META HSL	90%	90%	90%	90%	90%	90%	90%	90%	90%	90%	90%	90%	–
CQH - MÉDIA GERAL	97,8%	97,8%	97,8%	97,8%	97,8%	97,8%	97,8%	97,8%	97,8%	97,8%	97,8%	97,8%	
Atualização	06/02/2023	06/03/2023	06/04/2023	05/05/2023	05/06/2023	04/07/2023	02/08/2023	08/09/2023	05/10/2023	08/11/2023	05/12/2023	08/01/2024	

Como se pode observar, nossos clientes SUS apresentaram uma satisfação geral com a assistência prestada. Este indicador reflete intimamente nosso compromisso de oferecer serviços de qualidade, em sua imensa maioria idênticos aqueles proporcionados aos pacientes conveniados ou particulares, com pequena diferença apenas na hotelaria, mas com o mesmo atendimento na alimentação, limpeza, enxoval, equipamentos, corpo médico e de enfermagem, etc. Este é um diferencial importante do HSL na cidade, no Estado e no País, reconhecido pelos avaliadores dos Ministérios da Educação e da Saúde como ponto forte de nossa Faculdade e seu hospital de ensino, ambos mantidos pela FUNDASP.
2.3. DERDIC - Divisão de educação e reabilitação dos distúrbios da comunicação
A Derdic é uma unidade com coordenação administrativa própria, subordinada à Fundação São Paulo. Como Unidade Suplementar da PUC-SP, é vinculada academicamente à Faculdade de Ciências Humanas e da Saúde - FACHS da Pontifícia Universidade Católica de São Paulo, mantida da FUNDASP, e atua em dois eixos: Saúde e Educação.
Tem como missão "educar surdos, prestar atendimento e tratamento a pessoas com alterações de audição, voz e linguagem, formar profissionais e realizar pesquisas, para que todos os envolvidos nas atividades institucionais possam assumir o papel de agentes de transformação social". Tem como valores "respeito e valorização a singularidade e à diversidade, coragem, ação educativa, atendimento humanizado, notoriedade de profissional, transparência, compromisso, fidelidade à missão, coerência".
A DERDIC possui o Instituto Educacional São Paulo (IESP) - Escola de Educação Bilíngue para Surdos, que oferece bolsas de estudo 100% gratuitas a todos os estudantes, a Clínica de Audição, Voz e Linguagem "Prof. Dr. Mauro Spinelli" e o Centro de Audição na Criança (CeAC), que desenvolvem ações e serviços na área da saúde, em parceria com a gestão municipal para atendimento ao Sistema Único de Saúde (SUS). Seus 107 profissionais (85 profissionais da educação e saúde e 22 administrativos), oferecem formação educacional e atendimento clínico de excelência a uma clientela majoritariamente de baixa renda, além de produzir pesquisa com padrão internacional e de prestar assessoria às organizações afins.
A DERDIC atendeu no ano de 2023:
• 32 alunos da Educação Infantil e ensino Fundamental I e II, com bolsas integrais concedidas de acordo com a Lei nº 12.101/2009, referente à certificação de entidades beneficentes de assistência social, revogada pela Lei Complementar nº 187, publicada em dezembro do mesmo ano.
• Sábados letivos: Os sábados letivos ocorreram, conforme planejado, com atividades de cunho pedagógico cultural e educacional relacionado ao projeto anual, com alunos de diferentes anos distribuídos nas datas conforme a atividade pertinente ao ano. As atividades ocorreram nas seguintes datas: fevereiro 02; março - 04; abril - 01; maio - 06; junho 24; agosto - 19; setembro - 23 e 30; outubro - 21 e 28; novembro - 25; dezembro, 09.
• Escola da Família: Os pais, nessa proposta, contaram com a Orientação Educacional, que coordenou o trabalho realizado pela equipe ou professores, referente aos atendimentos individuais ou em grupos, espaço de escuta e orientação familiar, social e educacional através de reuniões, cursos, palestras e demais atividades, conforme demanda da idade/ano.
A escola, contou com a parceria da Acessibilidade para o oferecimento do Curso de Libras em sistema remoto e presencial, tanto para os pais quanto aos professores, tendo 30 participantes.
As atividades da Oficina Pedagógica de Libras aconteceram através das atividades enviadas para os filhos.
A escola oferece ainda programa de Acessibilidade em Libras e programas Educacionais complementares, como a seguir:
• Programa de Acessibilidade (Libras): Tem como objetivo colaborar com a comunidade surda e ouvinte nas ações desenvolvidas em prol da criação de melhores condições de vida e de inclusão social para os Surdos. Nesse programa, foram oferecidos o Curso livre de LIBRAS para Pessoas Físicas, com 436 participantes, Curso introdutório de LIBRAS EaD para PJ, com 55 participantes, Oficina de LIBRAS contrapartida SMS, com 131 participantes, Palestra de Sensibilização para PJ, com 165 participantes, Tutoria curso de LIBRAS, com 53 participantes, Workshop de LIBRAS para PJ, com 13 participantes, Interpretação em LIBRAS, 71 participantes. Total de 924 participantes.
• Programa de Empregabilidade para surdos: Foi criado com o objetivo de qualificar jovens e adultos surdos, com dificuldade de ingresso no mercado de trabalho competitivo em decorrência da própria surdez, mas principalmente em decorrência da situação social de suas famílias e das lacunas apresentadas no desenvolvimento da escolaridade. O programa é inscrito no Conselho de Assistência Social de São Paulo. Vinculado ao programa, foram oferecidos os cursos a seguir:
- Oficinas de Vivencias para o crescimento pessoal de jovens surdos entre 14 e 17 anos, verba do FUMCAD, atendidos 22 surdos.
- O profissional surdo do século XXI - certificação em tecnologia e competências atitudinais" - Verba: CONDECA, atendidos 15 surdos.
- Inclusão Profissional de Surdos na empresa Camicado, atendidos 19 surdos.
• Clínica de Audição, Voz e Linguagem Prof. Dr. Mauro Spinelli, Centro Audição na Criança - CeAC
A Clínica oferece atendimento interdisciplinar a pessoas com alterações de audição, voz e linguagem. Além disso, assessora organizações da área de saúde, organiza eventos científicos, realiza pesquisas e publicações científicas e oferece oportunidade a alunos estagiários e profissionais em formação de aprofundarem os seus conhecimentos e desenvolverem suas práticas em um ambiente interdisciplinar.
Organizada nos setores de Fonoaudiologia, Psicologia, Médico e Terapia Ocupacional e Serviço Social, a Clínica atende crianças, adolescentes, adultos e idosos por meio do convênio firmado com a Prefeitura Municipal de São Paulo/ CER II - Centro Especializado de Reabilitação de Deficiência Auditiva e Intelectual/linguagem - SUS - Sistema Único de Saúde.
Em relação ao número de pacientes:

Quantidade	Descrição
30.800	Atendimentos presenciais agendados
2.640	Pacientes atendidos por Tele atendimentos
5.003	Pacientes agendados presencialmente
2.108	Pacientes receberam aparelhos auditivos aparelhos de amplificação sonora (Convênio SUS).
429	Diagnóstico diferencial de crianças menores de 5 anos de idade com suspeita de perda auditiva e reavaliações audiológicas.
137	Seleção e indicação de aparelhos de amplificação sonora individuais
753	Número de famílias atendidas em terapias fonoaudiológicas e de crianças diagnosticadas com perda auditiva
896	Acompanhamento audiológico de crianças usuárias de aparelhos de amplificação sonora individuais

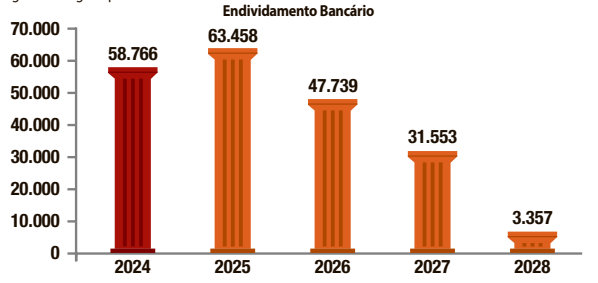
• Convênio Secretaria da Saúde - Triagem Auditiva Neonatal Universal

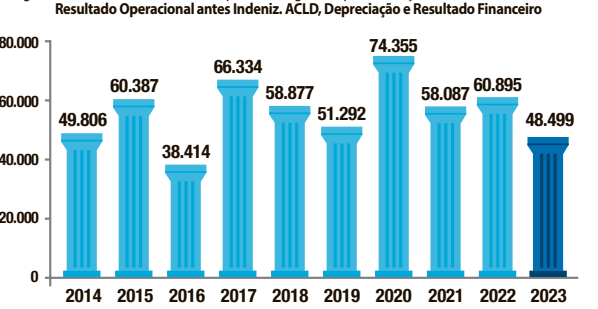
Quantidade	Descrição
8.565	Triagem Auditiva Neonatal

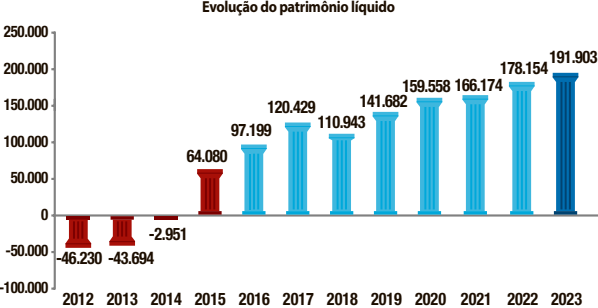
2.4. Centro Universitário Assunção - UNIFAI
O Centro Universitário Assunção - UNIFAI propõe-se a realizar, sistematicamente, revisões críticas e criativas do presente, fundamentadas na preservação dos aspectos positivos do passado e das projeções de futuro, tendo como princípios: autonomia universitária, na forma da lei; a educação humanista; a participação interna; o compromisso social; a associação entre ensino, pesquisa e extensão, promovendo a participação crítica da comunidade universitária; a participação efetiva no cenário do ensino superior brasileiro.
A UNIFAI, em sua estrutura, conta atualmente com um Centro Universitário, localizado na Rua Afonso Celso, 671/711, Vila Mariana - SP, onde são ofertados cursos de: Graduação, Pós-Graduação (Lato Sensu) e Extensão.
Graduação: Os cursos de Graduação do UNIFAI conferem diploma de Bacharelado e Licenciatura aos concluintes. Os cursos superiores de tecnologia conferem diploma de tecnólogo (a) aos concluintes. Em 2023, foram ofertados 14 (quatorze) cursos de Graduação, dos quais 09 tiveram a formação de turmas iniciais. Ao todo, 108 alunos concluíram o curso de graduação em 2023.
Pós-Graduação (Lato Sensu): Tem por finalidade possibilitar aos alunos o aprofundamento de estudos feitos na graduação. Os cursos de Pós-Graduação - Lato Sensu são abertos a candidatos diplomados em cursos de graduação ou demais cursos superiores que foram classificados em processo de entrevista, de acordo com o parágrafo 3º da Resolução n° 1/2007 do CNE/CES. Em 2023, foram ofertados 26 (vinte e seis) cursos, dos quais 15 tiveram a formação de turmas iniciais.
Extensão: Tem como finalidade complementar os conhecimentos em uma determinada área ou ampliar noções sobre temas relativos ao campo de estudo ou área de atuação do participante. Em 2023 foram ofertados 10 (dez) cursos de Extensão, dos quais 07 tiveram a formação de turmas iniciais.
O UNIFAI, mantendo seu compromisso com a excelência acadêmica, possibilitou a titulação de novos especialistas. Em 2023, foram apresentados 70 (setenta) trabalhos de conclusão dos cursos (TCC), por meio de artigos científicos elaborados e defendidos pelos alunos, sob a orientação de professores mestres e doutores.
O Centro Universitário Assunção realiza atividades no contexto de responsabilidade social, do atendimento e do oferecimento de serviços à comunidade:
Ações do UNIFAI na comunidade: O UNIFAI presta serviços à comunidade em áreas como assistência jurídica, assistência social e educação, por meio do Escritório de Assistência Jurídica (ESAJU), do Apadrinhamento Afetivo, do Projeto de Intervenção Pedagógica para crianças com dificuldade de Aprendizagem e do Projeto de Cultura e Língua Portuguesa aos Refugiados e Imigrantes.
Ações do UNIFAI na área de cultura: Divulgação de lives e palestras com a participação dos discentes e docentes do UNIFAI. Ocorreram ações culturais de forma presencial e remota, com a realização de lives por meio da plataforma Microsoft Teams e pelo YouTube. Em 2023, houve 12 (doze) lives na pós-graduação - lato sensu. Na graduação tivemos 20 (vinte) palestras abertas para a comunidade, algumas com transmissão ao vivo, 14 (catorze) atividades integradas entre os cursos, 03 (três) encontros de formação do Programa Apadrinhamento Afetivo, 36 (trinta e seis) missas, uma roda de conversas promovida pela Pastoral Universitária, além de atos solenes para colação de grau de alunos concluintes.
Ações de responsabilidade social com os alunos
Feira de Recrutamento e Carreira: Promover anualmente o encontro entre o corpo discente e as empresas de recrutamento, para atualizar os alunos sobre as demandas do mercado e estreitar o relacionamento do UNIFAI com as entidades da área, facilitando o acesso dos alunos às novas oportunidades de colocação profissional.
Em 2023, marcaram presença na Feira as organizações sociais como SEBRAE e CIEE, além de pequenos empreendedores da região.
Páscoa Solidária: arrecadação e entrega de chocolates para crianças e adolescentes em situação de vulnerabilidade social.
Grupos de estudo: Os "grupos de estudo" são parte do Projeto de Extensão do UNIFAI e dirigem-se aos alunos e convidados interessados no aprimoramento dos estudos e da pesquisa durante a graduação com vistas a realização tanto do trabalho de conclusão de curso, quanto ao ingresso no pós-graduação. Atualmente esses grupos têm como foco os fenômenos sociais que interferem na vida comum, do qual se depreende três eixos temáticos, a saber, (a) religião & sociedade, (b) educação & sociedade e (c) política & sociedade.
Visitas técnicas: os alunos dos cursos de graduação em Ciências Contábeis e Administração também participaram de visitas externas ao prédio da Receita Federal e ao Conselho Regional de Contabilidade.
Natal dos Sonhos: iniciativa da Arquidiocese de São Paulo, Unifai arrecadou brinquedos e distribuiu para crianças e adolescentes em situação de vulnerabilidade. Também contribuiu com a participação de alunos e funcionários de dois eventos que foram realizados.
Festa Junina: contou com a participação de alunos e comunidade externa.
Projeto Cinema e Debate: viabilizou três sessões de cinema, com a discussão posterior, contanto com alunos e integrantes da comunidade.
NAF (Núcleo de Apoio Fiscal): inauguração desta parceria com o órgão da Receita Federal do Brasil.
Projeto Umbrella Futura: Parceria com a Fundação Fundação Kinder-Schirm no atendimento de oito alunos que são atendidos nos serviços de acolhimento.
3. Desempenho operacional no último triênio (2023/2022/2021)

	31/12/2023	31/12/2022	31/12/2021
Receitas operacional bruta			
Mensalidades, taxas e inscrições	**594.186**	557.698	536.341
Cursos extracurriculares	**26.116**	27.978	31.003
Assistência médico-hospitalar	**61.935**	58.016	56.556
Subvenções e doações	**2.013**	2.049	2.058
Outras receitas	**27.269**	15.825	15.121
	711.519	661.566	641.079
Deduções			
Bolsas de estudo filantrópicas	**(76.756)**	(71.076)	(66.869)
Bolsas de estudo (sociais)	**(67.923)**	(58.174)	(61.391)
Abatimentos concedidos sobre mensalidades	**(446)**	(52)	(64)
	(145.125)	(129.302)	(128.324)
Receita operacional líquida	**566.394**	532.264	512.755
Custos diretos e indiretos com atividades educacionais	**(259.905)**	(234.359)	(229.656)
Custos diretos com atividades hospitalares	**(43.957)**	(40.123)	(39.603)
Custos com mercadorias vendidas	**(591)**	(1.104)	(184)
Custo do serviço prestado	**(304.453)**	(275.586)	(269.443)
Superávit bruto	**261.941**	256.678	243.312
Despesas operacionais			
Salários, férias e encargos sociais	**(145.497)**	(131.165)	(126.525)
Despesas com serviços de terceiros	**(34.273)**	(32.870)	(35.036)
Administrativas e gerais	**(32.794)**	(29.921)	(21.507)
Pesquisas e desenvolvimento científico	**(878)**	(1.827)	(2.157)
Total despesas operacionais	**(213.442)**	(195.783)	(185.225)
Result. operacional antes indenizações, dev. duvidosos, depreciação e resultado financeiro	**48.499**	60.895	58.087
Aviso prévio e indenizações	**(5.462)**	(2.612)	(1.800)
Depreciações e amortizações	**(12.364)**	(11.067)	(11.008)
Resultado financeiro líquido	**(22.361)**	(28.388)	(27.935)
Despesas com devedores duvidosos e processos judiciais	**(9.592)**	(8.599)	(11.850)
Outras (receitas/despesas) operacionais	**15.029**	1.751	1.122
Resultado do exercício	**13.749**	**11.980**	**6.616**

Conforme demonstrado no quadro acima, e com base nas informações das demonstrações financeiras, em 2023 a Fundação manteve a geração de superávit líquido e continua gerando resultados operacionais positivos, possibilitando a continuidade da amortização de dívidas contraídas em períodos anteriores. A Instituição entende que a manutenção desse patamar de resultado operacional aponta para constante planejamento e eficaz administração para enfrentar o futuro, capazes de manter e consolidar o bom desempenho na educação superior que se apresenta cada vez mais competitiva.
A receita líquida operacional de 2023 foi de R$566.394 milhões e apresenta acréscimo de 6,4% quando comparada com o período imediatamente anterior. Alcançou um resultado operacional de R$48,5 milhões (R$60,9 milhões em 2022), as ações da administração adequando os custos e despesas operacionais as receitas captadas, teve reflexo direto no resultado operacional, que demonstra a manutenção da busca pela sustentabilidade econômica e financeira da Fundação.
Para mantermos os níveis de resultado operacional, em volume suficiente para manutenção das atividades, amortização da dívida, investimentos e, principalmente, a continuidade do processo de sustentabilidade, é necessária a manutenção das medidas de controles financeiro e operacional já tomadas.
No âmbito operacional, a Instituição continuará a implementação das medidas de adequação da estrutura operacional e de custos ao atual volume de matrículas, compatibilizando-as através das premissas contidas no orçamento para o ano de 2023.
A Fundação manterá em 2024 os procedimentos iniciados em anos anteriores que visem à obtenção de êxito em negociações complexas de passivos contingentes, especialmente aqueles registrados para causas trabalhistas.
No último triênio, a Instituição atingiu resultado líquido superavitário, fato este que evidencia que a Fundação manteve o foco em seu controle orçamentário, demonstrando a eficácia em seus controles econômicos e financeiros.
O gráfico a seguir apresenta os montantes vincendos da dívida bancária ao final do exercício de 2023:

Endividamento Bancário

A manutenção do resultado operacional em níveis positivos permite à Instituição honrar compromissos assumidos e ainda arcar com o pagamento dos encargos financeiros dessa dívida.
A seguir, demonstramos os resultados operacionais gerados pela Fundação nos últimos 10 anos:

Resultado Operacional antes Indeniz. ACLD, Depreciação e Resultado Financeiro

Estes resultados contribuem para que a Fundação consiga honrar seus compromissos com os credores, bem como investir em melhorias de infraestrutura de seus *campi*.
A efetivação e o monitoramento do planejamento estratégico organizacional e a busca de medidas que possibilitem o melhor controle dos gastos (investimentos, custos e demais despesas) no médio e longo prazo promove a continuidade dos resultados operacionais e líquidos positivos.
A evolução do patrimônio líquido indica que no ano de 2023 a Fundação manteve um acréscimo patrimonial decorrente novamente de resultado líquido positivo. Assim, manteve a consolidação da reversão da situação de passivo a descoberto. Destaca-se que essa reversão é oriunda de grandes esforços dispendidos pela Administração no tocante a melhorias em seus processos de gestão, no monitoramento e no controle que aperfeiçoem a utilização dos recursos (humanos, tecnológicos e materiais) sem perder a sua excelência e qualidade. Por fim, destaca-se também a administração de seu patrimônio imobiliário.

Evolução do patrimônio líquido

Considerações finais
Compatibilizar o trinômio composto pela sustentabilidade econômica, qualidade acadêmica e compromisso social continua sendo o grande desafio que envolve a gestão da Fundação São Paulo.
Os professores da PUC-SP trabalham sob o regime de um contrato diferenciado das outras universidades privadas. Todo professor da PUC-SP dispõe de horas para pesquisa e produção científica, além das aulas, gerando uma condição de trabalho e remuneração maiores que aquelas estabelecidas pelo sindicato da categoria. É este diferencial que faz da Universidade referência nacional e internacional no mundo acadêmico.
A Fundação São Paulo, mantenedora da Pontifícia Universidade Católica de São Paulo e do Centro Universitário Assunção, conforme preconiza seu estatuto, não tem fins lucrativos e aplica integralmente seu resultado operacional na manutenção e desenvolvimento de seus objetivos institucionais, e assume firmemente diretrizes de sustentabilidade, mantendo sua identidade de excelência acadêmica e compromisso social.
Com mais de 79 anos de existência, a Instituição apresenta um passado digno e comprometido com a sociedade brasileira e um futuro promissor caracterizado pelo compromisso social e pela qualidade e excelência acadêmica, conquistadas com a busca contínua da convergência entre interesse, compromisso e virtude, que fazem de suas atividades um fator de desenvolvimento das pessoas, da sociedade e do país, semeando terreno fértil para seu próprio crescimento.
Construir e consolidar, com ética e compromisso, construindo uma civilização do diálogo, do respeito e da paz, são os verbos que pautarão nossos trabalhos.
Declaração dos diretores
Os Diretores da Fundação São Paulo declaram que discutiram, revisaram e concordaram com as opiniões expressas no relatório de auditoria da Ernst & Young Auditores Independentes, emitido em 08/04/2024, com as demonstrações financeiras relativas ao exercício social encerrado em 31 de dezembro de 2023.
Relacionamento com os auditores independentes
Informamos que a Fundação São Paulo consultou os auditores independentes Ernst & Young Auditores Independentes, no sentido de assegurar-se de que a realização da prestação de outros serviços não venha afetar sua independência e objetividade necessária ao desempenho dos serviços de auditoria independente. A política da Fundação na contratação de serviços de auditores independentes assegura que não haja conflito de interesses, perda de independência ou objetividade.
No exercício social findo em 31 de dezembro de 2023, a Ernst & Young Auditores Independentes não prestou outros serviços adicionais para as demonstrações financeiras da Fundação São Paulo.
A Ernst & Young Auditores Independentes declarou que a prestação dos serviços de auditoria foi feita em estrita observância das normas contábeis que tratam da independência dos auditores independentes em trabalhos de auditoria e não representaram situação que poderia afetar a independência e a objetividade ao desempenho de seus serviços de auditoria externa.

São Paulo, 08 de abril de 2024
Secretaria Executiva da Fundação São Paulo
Mantenedora da Pontifícia Universidade Católica de São Paulo
Mantenedora do Centro Universitário Assunção

BALANÇO PATRIMONIAL - 31 de dezembro de 2023 e 2022 (Em milhares de reais - R$)

	Nota	31/12/2023	31/12/2022
Ativo			
Circulante			
Caixa e equivalentes de caixa	4	**66.856**	78.453
Aplicações financeiras vinculadas	4	**7.565**	8.336
Contas a receber de alunos e hospital	5	**32.679**	24.650
Bolsas restituíveis	6	**2.857**	3.811
Estoques		**1.983**	2.067
Adiantamentos a funcionários		**1.737**	1.741
Despesas antecipadas		**679**	1.437
Outros ativos	7	**7.532**	11.427
Total circulante		**121.888**	131.922
Não Circulante			
Realizável a longo prazo			
Contas a receber de alunos e hospital	5	**895**	2.182
Outros ativos	7	**630**	633
Aplicações financeiras em garantia de empréstimos	8	**40.163**	24.951
Créditos de certificado de potencial adicional de construção	9	**5.695**	5.695
Investimentos (Associação Cultural São Paulo)	10	**10**	10
Outros		**19**	19
		47.412	33.490
Imobilizado	11	**266.412**	270.193
Intangível	12	**52.624**	52.718
Propriedades para investimentos	13	**143.055**	124.979
Direito de uso	14	**11.110**	9.533
Total não circulante		**473.201**	457.423
Total do ativo		**642.501**	622.835

	Nota	31/12/2023	31/12/2022
Passivo			
Circulante			
Fornecedores		**14.347**	13.497
Empréstimos e financiamentos	15	**58.766**	41.656
Salários, férias e encargos sociais a pagar	16	**52.664**	50.525
Tributos parcelados	17	**8.442**	8.204
Mensalidades antecipadas	18	**18.561**	17.146
Processos judiciais a pagar	19	**5.008**	4.519
Passivo de arrendamento	14	**5.270**	3.154
Outras contas a pagar	20	**4.414**	4.006
Total circulante		**167.472**	142.707
Não circulante			
Empréstimos e financiamentos	15	**146.107**	150.187
Tributos parcelados	17	**110.846**	116.243
Provisão para riscos judiciais	21	**9.896**	13.078
Passivo de arrendamento	14	**9.191**	9.143
Processos judiciais a pagar	19	**1.575**	5.409
Outras contas a pagar	20	**5.511**	7.914
Total não circulante		**283.126**	301.974
Patrimônio líquido			
Patrimônio social	22	**88.858**	72.782
Ajuste de avaliação patrimonial	22	**89.296**	93.392
Superávits acumulados		**13.749**	11.980
Total do patrimônio líquido		**191.903**	178.154
Total do passivo e do patrimônio líquido		**642.501**	622.835

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras.

DEMONSTRAÇÃO DOS FLUXOS DE CAIXA - Exercícios findos em 31 de dezembro de 2023 e 2022 (Em milhares de reais - R$)

	2023	2022
Fluxo de caixa das atividades operacionais		
Valores recebidos dos clientes	**535.055**	513.329
Pagamentos de obrigações sociais e trabalhistas	**(409.576)**	(365.751)
Pagamentos a fornecedores de materiais e serviços e outras contas a pagar	**(105.889)**	(105.385)
Pagamentos de obrigações, impostos, taxas e tributos	**(9.376)**	(5.781)
	10.214	36.412
Outros recebimentos (pagamentos)		
Recebimentos de aluguéis	**3.928**	2.511
Recebimentos de subvenções	**6.184**	2.551
Recebimentos de doações	**356**	264
Recebimentos de inscrições e concursos	**3.453**	3.279
Outros recebimentos	**4.924**	2.860
Despesas bancárias pagas	**(1.491)**	(1.813)
Pagamentos de processos judiciais	**(10.688)**	(6.332)
Pagamentos de depósitos judiciais	**(9)**	(1)
Juros pagos de empréstimos e financiamentos	**(29.390)**	(29.980)
Caixa líquido proveniente das (aplicado nas) atividades operacionais	**(12.519)**	9.751

	2023	2022
Fluxo de caixa das atividades de investimento		
Compras de imobilizado	**(6.894)**	(3.540)
Juros recebidos	**15.187**	13.542
Caixa líquido proveniente das atividades de investimento	**8.293**	10.002
Fluxo de caixa das atividades de financiamento		
Amortização de empréstimos e financiamentos	**(131.970)**	(46.385)
Captação de empréstimos e financiamentos	**145.000**	40.000
Amortização de arrendamento de imóvel	**(5.190)**	(3.931)
Aplicações financeiras em garantia de empréstimos	**(15.211)**	(24.951)
Caixa líquido aplicado nas das atividades de financiamento	**(7.371)**	(35.267)
Redução líquida de caixa e equivalentes de caixa	**(11.597)**	(15.514)
Redução líquida de caixa e equivalentes de caixa		
No início do exercício	**78.453**	93.967
No final do exercício	**66.856**	78.453

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras

DEMONSTRAÇÃO DO RESULTADO
Exercícios findos em 31 de dezembro de 2023 e 2022
(Em milhares de reais - R$)

	Nota	2023	2022
Receita operacional líquida	24	**566.394**	532.264
Custos diretos educacionais e hospitalares	25	**(304.453)**	(275.586)
Superávit bruto operacional		**261.941**	256.678
(Despesas)/receitas operacionais			
Despesas com pessoal	26	**(150.959)**	(133.776)
Despesas gerais e administrativas	27	**(40.480)**	(31.118)
Despesas com serviços de terceiros	28	**(34.273)**	(32.870)
Provisão para créditos de liquidação duvidosa	5.2 e 6	**(5.499)**	(4.750)
Provisão para processos e contingências judiciais	21.1	**3.593**	(2.652)
Depreciações e amortizações	11.2, 12 e 14a	**(12.364)**	(11.068)
Despesas com pesquisas e desenvolvimento científico		**(878)**	(1.827)
Outras receitas	29	**15.029**	1.751
		(225.831)	(216.310)
Superávit operacional antes do resultado financeiro		**36.110**	40.368
Receitas financeiras	30	**30.009**	23.836
Despesas financeiras	30	**(52.370)**	(52.224)
Superávit do exercício		**13.749**	11.980

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras.

DEMONSTRAÇÃO DO RESULTADO ABRANGENTE
Exercícios findos em 31 de dezembro de 2023 e 2022
(Em milhares de reais - R$)

	2023	2022
Superávit do exercício	**13.749**	11.980
Realização de avaliação patrimonial	**(4.096)**	(8.861)
Superávit abrangente total do exercício	**9.653**	3.119

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras.

DEMONSTRAÇÃO DAS MUTAÇÕES DO PATRIMÔNIO LÍQUIDO
Exercícios findos em 31 de dezembro de 2023 e 2022
(Em milhares de reais - R$)

	Patrimônio social	Ajuste de avaliação patrimonial	Superávit acumulados	Total
Saldos em 31 de dezembro de 2021	57.305	102.253	6.616	166.174
Incorporação do superávit ao patrimônio social	6.616	–	(6.616)	–
Realização de avaliação patrimonial	8.861	(8.861)	–	–
Superávit do exercício	–	–	11.980	11.980
Saldos em 31 de dezembro de 2022	72.782	93.392	11.980	178.154
Incorporação do superávit ao patrimônio social	**11.980**	**–**	**(11.980)**	**–**
Realização de avaliação patrimonial	**4.096**	**(4.096)**	**–**	**–**
Superávit do exercício	**–**	**–**	**13.749**	**13.749**
Saldos em 31 de dezembro de 2023	**88.858**	**89.296**	**13.749**	**191.903**

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras

continua →★

→★ continuação

Fundação São Paulo - Mantenedora da Pontifícia Universidade Católica de São Paulo e Mantenedora do Centro Universitário Assunção

NOTAS EXPLICATIVAS ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS - 31 de dezembro de 2023 e 2022 (Em milhares de reais)

1. Informações gerais

1.1. Contexto operacional

A Fundação São Paulo ("FUNDASP" ou "Fundação") é uma entidade sem fins lucrativos, reconhecidamente filantrópica, instituída em 1945, e mantenedora da Pontifícia Universidade Católica de São Paulo ("PUC-SP" ou "Instituição"), fundada em 13 de agosto de 1946, do Hospital Santa Lucinda (HSL), fundado em 1950, e do Centro Universitário Assunção ("UNIFAI" ou "Instituição"), constituído em julho de 2002.

A Fundação cumpre seus objetivos sociais aplicando integralmente no País os recursos financeiros por ela gerados em ensino, pesquisa e assistência social, prestando relevantes serviços à comunidade na qual está inserida, com atuação nas áreas social, da saúde, educação, pesquisa e cultura.

Para manter-se como uma fundação sem finalidade de lucro, as seguintes condições devem ser seguidas pela Fundação, as quais estão sendo cumpridas:

(a) Não remunerar, por nenhuma forma, os membros do Conselho Superior, do Conselho de Assessoria em Administração e Finanças, do Conselho Consultivo e do Conselho Fiscal pelos serviços prestados.
(b) Aplicar integralmente seus recursos na manutenção e no desenvolvimento dos seus objetivos sociais.
(c) Manter escrituração completa de suas receitas e despesas em livros revestidos das formalidades que assegurem a respectiva exatidão.
(d) Conservar em boa ordem, pelo prazo de cinco anos, contado da data da emissão, os documentos que comprovem a origem de suas receitas e a efetivação de suas despesas, assim como a realização de quaisquer outros atos ou operações que venham a modificar sua situação patrimonial.
(e) Apresentar, anualmente, a declaração de rendimentos.

Unidade educacional - PUC-SP

Seus objetivos principais são:

• A assistência social desenvolvida por meio de programas de inclusão, desenvolvimento e transformação.
• A formação de profissionais técnicos e científicos de nível superior, pós-graduação e extensão universitária, abertos aos valores de cooperação responsável, de justiça e dignidade humana, sensíveis aos problemas do País e às implicações de sua profissão.
• Outras atividades de caráter cultural, social, filantrópico e de pesquisa científica.

Entre as principais atividades desenvolvidas, destacam-se os cursos de graduação, pós-graduação, especialização e extensão universitária, os diversos núcleos de pesquisa, a participação no desenvolvimento e acompanhamento de políticas públicas, os programas e projetos sociais e o atendimento clínico e hospitalar.

A PUC-SP conta com *campi* universitários, sendo quatro localizados no município de São Paulo: Perdizes, Consolação, Ipiranga e Santana e um no interior: Sorocaba.

Unidade educacional - Centro Universitário Assunção - UNIFAI

Seus objetivos principais são:

• Comprometimento com a educação, inspirada nos valores evangélicos e nos princípios de liberdade de expressão;
• Preparar os futuros profissionais para o exercício da cidadania e qualificá-los para o mercado de trabalho;
• Aprimoramento qualitativo de seus egressos, dando ênfase ao crescimento pessoal e à capacitação para o aperfeiçoamento contínuo, seja por meio de cursos de pós-graduação lato sensu e aperfeiçoamento, seja por meio de grupos de estudo.
• Como instituição católica, incentiva a formação humanista e a prática pedagógica participativa e dialogada, como forma de melhor entendimento entre professores, alunos e funcionários.

Entre as principais atividades desenvolvidas, destacam-se os cursos de graduação, especialização e extensão universitária.

A UNIFAI conta com um Centro Universitário localizado no município de São Paulo.

Unidade Hospitalar - HSL

O HSL está localizado na Rua Cláudio Manoel da Costa, nº 57 - Jd. Vergueiro, na cidade de Sorocaba/SP, e foi fundado em 1950, quando o Dr. José Ermírio de Moraes doou uma área pertencente ao Grupo Votorantim para abrigar a Escola de Enfermagem e Faculdade de Medicina de Sorocaba. Em 1977, o HSL passou a fazer parte da Faculdade de Ciências Médicas e da Saúde da PUC-SP, mantida pela Fundação. Atualmente, o HSL possui parceria com o governo municipal de Sorocaba, trabalhando, também, de modo particular e por meio de operadores de planos de saúde.

Decorrente de sua integração com a PUC-SP sediada em Sorocaba, o HSL atua como campo de estágio nas áreas de medicina e enfermagem e possui o mérito de ser o único hospital da cidade a possuir em seu corpo clínico todos os membros do corpo acadêmico da Faculdade de Ciências Médicas e da Saúde.

1.2. Impostos, contribuições e programas de bolsas (renúncia fiscal)

i) Imposto de Renda Pessoa Jurídica (IRPJ) e Contribuição Social sobre o Lucro Líquido (CSLL)

A Fundação, em virtude de ser uma instituição de educação, sem fins lucrativos, e entidade beneficente de assistência social, goza do benefício de imunidade do pagamento dos tributos federais incidentes sobre o resultado, em conformidade com o disposto nos arts. 150, VI, "c", e 195, § 7º, ambos da Constituição Federal, e de acordo com o art. 181 do Regulamento de Imposto de Renda (RIR), aprovado pelo Decreto Federal nº 9.580, de 22 de novembro de 2018.

ii) Imposto de Renda Retido na Fonte (IRRF) e Imposto sobre Operações Financeiras (IOF)

Conforme previsto no Decreto Federal nº 6.306/2007, artigo 2º, § 3º, as operações realizadas pelas instituições de educação e de assistência social, sem fins lucrativos, desde que vinculadas às suas finalidades essenciais, não se submetem à incidência do Imposto sobre Operações de Crédito, Câmbio e Seguro, ou relativas a Títulos ou Valores Mobiliários (IOF). Para atestar tal situação às instituições financeiras com as quais realiza operações, a Fundação envia-lhes declaração de que é imune, não estando sujeita à incidência desse imposto sobre as referidas operações.

Quanto ao IRRF, a Lei Federal nº 9.532/1997, em seu artigo 12, § 1º, prevê que os rendimentos e ganhos de capital auferidos em aplicações financeiras de renda fixa ou de renda variável pelas instituições de educação ou de assistência social não estão abrangidos pela imunidade. Por força da medida liminar concedida em 1998 no bojo da Ação Direta de Inconstitucionalidade (ADIN) nº 1.802/1998 a Fundação São Paulo enviava às instituições financeiras com as quais possui as citadas aplicações uma Declaração sobre a sua imunidade. Em abril de 2018 houve o julgamento da ADIN sendo o referido dispositivo, entre outros, declarado inconstitucional pelo Supremo Tribunal Federal, ratificando a medida liminar. O trânsito em julgado da ação foi certificado em 14/05/2018. Com isso, as entidades sem fins lucrativos detêm plena e definitiva segurança jurídica para gozarem de sua imunidade tributária sem a necessidade de atender às indevidas limitações que eram impostas pela Lei nº 9.532/1997.

iii) Programa de Integração Social (PIS)

A Fundação, por constituir uma instituição de educação e de assistência social a que se refere o artigo 12 da Lei nº 9.532/1997, detentora do Certificado de Entidade Beneficente de Assistência Social (CEBAS), estaria obrigada ao pagamento de contribuição para o PIS, calculada sobre a folha de salários, à alíquota de 1%, de acordo com a Medida Provisória nº 2.158-35/2001 e com o Decreto Federal nº 4.524/2002. Todavia, a Fundação propôs a Ação Declaratória de Inexistência de Relação Jurídico-Tributária com Pedido de Antecipação de Tutela nº 2000.61.00.008249-2, na qual foi obtida antecipação de tutela em março de 2000, garantindo o não recolhimento do PIS. No bojo dessa ação, foi ajuizada a Ação Cautelar Incidental nº 2009.03.00.035294-0, em que a Fundação obteve liminar em outubro de 2009, para suspender a exigibilidade do crédito tributário em questão, decisão que permanece vigente.

Em 23 de fevereiro de 2017, o STF concluiu o julgamento do Recurso Extraordinário n° 566.622, com repercussão geral, que fundamenta o sobrestamento da Ação Declaratória do PIS proposta pela FUNDASP em 2000, acima citada, bem como das quatro Ações Diretas de Inconstitucionalidade relacionadas à matéria. O Tribunal entendeu que os requisitos para a imunidade devem estar previstos em lei complementar, sendo inconstitucional a exigência de requisitos por lei ordinária. Após a oposição de embargos de declaração a Suprema Corte reformulou a tese inicialmente fixada para o tema, prevalecendo a tese proposta pela Ministra Rosa Weber nos seguintes termos "a lei complementar é forma exigível para a definição do modo beneficente de atuação das entidades de assistência social contempladas pelo art. 195, § 7º, da CF, especialmente no que se refere à instituição de contrapartidas a serem por elas observadas". O julgamento do STF beneficia a Fundação, pois tem impacto direto e favorável na ação declaratória proposta. Nas ADI's 2028, 2036, 2228 e 2621, ficou definido que aspectos procedimentais referentes à certificação, fiscalização e controle administrativo das entidades beneficentes de assistência social podem ser veiculados em lei ordinária. Posteriormente, houve movimentação no andamento do processo movido pela FUNDASP, tendo sido determinado que os autos fossem levantados do sobrestamento e remetidos à Turma que proferiu a decisão em segunda instância, para análise e adequação à decisão do STF, o que ainda está em andamento no TRF-3.

iv) Contribuição para o Financiamento da Seguridade Social (COFINS)

A Fundação, em virtude de ser uma entidade sem fins lucrativos, beneficente e de assistência social, goza do benefício de isenção do pagamento da COFINS incidente sobre as receitas relativas às atividades próprias da Fundação, de acordo com as Leis nºs 9.718/1998 e 10.833/2003, com a Medida Provisória nº 2.158-35/2001 e o Decreto Federal nº 4.524/2002. Além disso, a COFINS está abrangida na imunidade de contribuições para a seguridade social, prevista no art. 195, §7º, da CF, sendo que o CEBAS vigente é documento hábil a comprovar tal imunidade.

v) Imposto Sobre Serviços (ISS) e Imposto Predial e Territorial Urbano (IPTU)

A Fundação possui imunidade de ISS e IPTU deferido por parte da Prefeitura do Município de São Paulo até o exercício de 2015, cujos despachos de deferimento até o exercício de 2015 foram publicados no Diário Oficial da Cidade de São Paulo. A partir do exercício de 2015, inclusive, a imunidade passou a ser atestada por meio da Declaração de Imunidade Tributária emitida por meio do Sistema de Declaração de Imunidades (SDI), da Prefeitura Municipal de São Paulo/Secretaria de Finanças e Desenvolvimento Econômico, instituída pelo Decreto Municipal nº 56.141/2015 e disciplinada pela Instrução Normativa da Secretaria de Finanças e Desenvolvimento Econômico nº 07/2015. A imunidade de ITBI é auferida por meio do envio de uma declaração específica pelo SDI para cada operação de aquisição de imóvel.

A situação de imunidade da Fundação, no que tange aos impostos de competência municipal, é atestada pela Declaração nº 2015-001211/CP01, com vigência de 24 de dezembro de 2015 a 13 de janeiro de 2016, retificada por meio da Declaração nº 2016-00182/CM01, com vigência de 13 de janeiro de 2016 a 31 de dezembro de 2017. Para 2018, houve renovação, atestada pela Declaração nº 2017-001080/CR01, com vigência de 10 de novembro de 2017 a 31 de dezembro de 2018. Para o ano de 2019 a imunidade foi atestada pela Declaração nº 2019-000380/CR03, retificada pela Declaração nº 2019-001837/CM01. E, para os anos de 2020, 2021, 2022 e 2023, foram feitas as renovações certificadas por meio das Declarações nºs 2020-000361/CM01 e 2021-000062/CR01, 2022-000023/CR02 e 2023-000037/CR01, respectivamente.

vi) Contribuição patronal ao Instituto Nacional do Seguro Social (INSS)

A Fundação, por ser detentora do Certificado de Entidade Beneficente de Assistência Social - CEBAS vigente, é imune ao recolhimento da contribuição previdenciária patronal. Em contrapartida, a legislação exige que a Fundação conceda uma bolsa de estudos integral para cada cinco alunos pagantes. Essa exigência estava prevista na Lei nº 12.101/2009, a qual foi declarada inconstitucional, por decisão do STF, que julgou parcialmente procedente a ADI nº 4.480, no que se refere à necessidade de que os requisitos para fruição da imunidade sejam disciplinados por meio de lei complementar, e não por lei ordinária, o que resultou na publicação da Lei Complementar nº 187, em 16 de dezembro de 2021. A aplicação dos recursos encontra-se detalhada na Nota Explicativa nº 33.

vii) Benefícios do Programa Universidade para Todos (PROUNI)

O PROUNI foi instituído pela Lei nº 11.096/2005, alterada pela Lei nº 14.350/2002, com a finalidade de conceder bolsas de estudo integrais e parciais a estudantes de curso de graduação e sequenciais de formação específica, em instituições privadas de ensino superior com ou sem fins lucrativos.

A gestão do PROUNI cabe à Sesu/MEC, com o qual a Fundação firmou Termo de Adesão para cada um dos campi de suas instituições mantidas. Na PUC-SP, o termo foi firmado em novembro de 2004, para vigorar a partir do 1º semestre de 2005, com prazo de vigência de 10 (dez) anos, conforme disposto no Art. 5º, § 1º, da Lei nº 11.096/2005. Com o término dessa vigência, foram firmados, em dezembro de 2014, para início da vigência no 1º semestre de 2015, Termos de Renovação de Adesão para todos os campi, por igual período. Nos semestres seguintes, foram emitidos Termos Aditivos, nos prazos estabelecidos pelo Ministério da Educação, inclusive para o fim de constar as bolsas a serem concedidas no Centro Universitário Assunção, também mantido pela Fundação São Paulo.

Na composição de sua gratuidade a Fundação utiliza o PROUNI para o cumprimento da proporção de número de pagantes e bolsas de estudos concedidas.

1.3. Situação patrimonial e financeira

Conforme apresentado nas demonstrações financeiras, em 31 de dezembro de 2023, a Fundação, apresenta capital circulante líquido negativo de R$45.584 (R$10.785 em 31 de dezembro de 2022) e patrimônio líquido de R$191.903 (R$178.154 em 31 de dezembro de 2022). Os planos da Administração para manter o equilíbrio de sua situação patrimonial são:

(i) Expandir a receita pela captação de novos alunos e novos cursos.
(ii) Melhorar a retenção dos alunos nos principais cursos.
(iii) Corrigir as mensalidades, a fim de estar alinhadas aos índices de atualização dos principais custos da Fundação.
(iv) Reduzir as despesas e os custos com pessoal.
(v) Analisar a margem de contribuição de cada curso, avaliando, semestralmente, quais cursos devem ser mantidos, reduzidos ou encerrados.
(vi) Manter o parcelamento dos tributos federais pelo Programa de Recuperação Fiscal (REFIS I), que permite a adimplência fiscal por meio do pagamento de uma parcela mensal compatível com a realidade financeira da Fundação.
(vii) Intensificar a participação de programas governamentais (bolsas), melhorando o fluxo financeiro de recebimento.
(viii) Melhorar o processo de cobrança e acompanhamento das contas a receber, reduzindo o nível de inadimplência.
(ix) Ofertar novas fontes de financiamento privado estudantil aos alunos que se encontram com dificuldade financeira.
(x) Usar a evolução contínua dos processos administrativos financeiros, de forma a agilizar as rotinas internas.
(xi) Ampliar o nível de controle dos recursos pertencentes à Fundação.
(xii) Manter práticas de acompanhamento tempestivo do planejamento orçamentário.
(xiii) Renovar e atualizar seus recursos tecnológicos.
(xiv) Investir em melhorias de infraestrutura nos diversos *campi*, bem como no HSL.

O conjunto dessas ações faz parte do planejamento de equilíbrio econômico-financeiro da Fundação, que visa a eliminar dívidas trabalhistas e reduzir os passivos tributários, bem como reduzir o volume de endividamento bancário.

Diversas ações, como as descritas anteriormente, no sentido de manter o equilíbrio econômico-financeiro, vêm sendo tomadas, no contexto da sólida gestão da Fundação, as quais continuarão sendo executadas ao longo de 2024, permitindo um melhor equilíbrio de caixa e, com isso, recuperação da sua capacidade de investimento, possibilitando a continuidade e o aumento dos investimentos na qualificação contínua do seu quadro de colaboradores e instalações físicas.

A Administração da Fundação acredita que todas essas medidas trarão os resultados esperados e proporcionarão a equalização do fluxo financeiro de curto, médio e longo prazos.

2. Base de elaboração e apresentação das demonstrações financeiras

a) Declaração de conformidade

As demonstrações financeiras da Fundação foram elaboradas de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil, incluindo os pronunciamentos emitidos pelo Comitê de Pronunciamentos Contábeis (CPCs) e as disposições da Resolução do Conselho Federal de Contabilidade nº 1.409/12, que aprovou a Interpretação Técnica Geral (ITG) 2002 - "Entidade sem Finalidade de Lucros".

A emissão das demonstrações financeiras foi autorizada pela Secretaria executiva em 08 de Abril de 2024.

Todas as informações relevantes próprias das demonstrações financeiras, e somente elas, estão sendo evidenciadas e correspondem àquelas utilizadas pela Administração da Fundação na sua gestão.

b) Base de mensuração

As demonstrações financeiras foram preparadas com base no custo histórico, exceto pelos instrumentos financeiros não derivativos designados pelo valor justo por meio do resultado, que são mensurados pelo valor justo, as propriedades para investimento e os créditos de certificado de potencial adicional de construção, que também são mensurados pelo valor justo.

c) Moeda funcional e de apresentação

Estas demonstrações financeiras estão apresentadas em Reais, que é a moeda funcional da Fundação. Todos os saldos foram arredondados para o milhar mais próximo, exceto quando indicado de outra forma.

d) Uso de estimativas e julgamentos

Na preparação destas demonstrações financeiras, a Administração utilizou julgamentos, estimativas e premissas que afetam a aplicação das políticas contábeis da Fundação e os valores reportados dos ativos, passivos, receitas e despesas. Os resultados reais podem divergir dessas estimativas.

As estimativas e premissas são revisadas de forma contínua. As revisões das estimativas são reconhecidas prospectivamente.

As informações sobre as incertezas relacionadas a premissas e estimativas, em 31 de dezembro de 2023, que possuem um risco significativo de resultar em um ajuste material nos saldos contábeis de ativos e passivos no exercício a findar-se em 31 de dezembro de 2023 estão incluídas nas seguintes notas explicativas:

• Nota Explicativa nº 3(h) - Valor depreciável, que é o custo de um ativo ao longo de sua vida útil estimada de cada componente.
• Nota Explicativa nº 21 - Reconhecimento e mensuração de provisões e contingências: principais premissas sobre a probabilidade e magnitude das saídas de recursos por demandas fiscais, trabalhistas e cíveis.
• Notas Explicativas nos 5 e 6 - Mensuração de perda de crédito esperada para contas a receber e bolsas restituíveis.
• Nota Explicativa nº 9 - Mensuração do valor justo dos créditos de certificado de potencial adicional de construção.
• Nota Explicativa nº 13 - Mensuração do valor justo das propriedades para investimento.

e) Mensuração do valor justo

Uma série de políticas e divulgações contábeis da Fundação requer a mensuração dos valores justos para os ativos e passivos financeiros e não financeiros.

Questões significativas de avaliação são reportadas para a Administração da Fundação.

Ao mensurar o valor justo de um ativo ou um passivo, a Fundação usa dados observáveis de mercado, tanto quanto possível. Os valores justos são classificados em diferentes níveis em uma hierarquia baseada nas informações (*inputs*) utilizadas nas técnicas de avaliação da seguinte forma:

• Nível 1: preços cotados (não ajustados) em mercados ativos para ativos e passivos idênticos.
• Nível 2: inputs, exceto os preços cotados incluídos no Nível 1, que são observáveis para o ativo ou passivo, diretamente (preços) ou indiretamente (derivado de preços).
• Nível 3: inputs, para o ativo ou passivo, que não são baseados em dados observáveis de mercado (inputs não observáveis).

A Fundação reconhece as transferências entre níveis da hierarquia do valor justo no final do período das demonstrações financeiras em que ocorreram as mudanças.

3. Principais políticas contábeis

As políticas contábeis descritas em detalhes abaixo têm sido aplicadas de maneira consistente aos exercícios apresentados nestas demonstrações financeiras.

a) Instrumentos financeiros

i) *Reconhecimento e mensuração inicial*

A Fundação reconhece os recebíveis e depósitos inicialmente na data em que foram originados. Todos os outros ativos e passivos financeiros são reconhecidos inicialmente quando a Fundação se tornar parte das disposições contratuais do instrumento.

Um ativo financeiro (a menos que seja um contas a receber de clientes sem um componente de financiamento significativo) ou passivo financeiro é inicialmente mensurado ao valor justo, acrescido, para um item não mensurado ao VJR, os custos de transação que são diretamente atribuíveis à sua aquisição ou emissão. Um contas a receber de clientes sem um componente significativo de financiamento é mensurado inicialmente ao preço da operação.

ii) *Classificação e mensuração subsequente*

No reconhecimento inicial, um ativo financeiro é classificado como mensurado: ao custo amortizado; ao VJORA - Instrumento de dívida; ao VJORA - Instrumento patrimonial; ou ao VJR. No exercício de 2023, a Fundação não possuía nenhum instrumento financeiro classificado como VJORA - Instrumento de dívida ou VJORA - Instrumento patrimonial.

Os ativos financeiros não são reclassificados subsequentemente ao reconhecimento inicial, a não ser que a Fundação mude o modelo de negócios para a gestão de ativos financeiros e, neste caso, todos os ativos financeiros afetados são reclassificados no primeiro dia do período de apresentação posterior à mudança no modelo de negócios.

Um ativo financeiro é mensurado ao custo amortizado se atender a ambas as condições a seguir e não for designado como mensurado ao VJR:

• É mantido dentro de um modelo de negócios cujo objetivo seja manter ativos financeiros para receber fluxos de caixa contratuais.
• Seus termos contratuais geram, em datas específicas, fluxos de caixa que são relativos somente ao pagamento de principal e juros sobre o valor principal em aberto.

Todos os ativos financeiros não classificados como mensurados ao custo amortizado, conforme descrito acima, são classificados como VJR.

Ativos financeiros registrados pelo VJR

Esses ativos são mensurados subsequentemente ao valor justo. O resultado líquido, incluindo juros ou receita de dividendos, é reconhecido no resultado.

Custo amortizado

Esses ativos são subsequentemente mensurados ao custo amortizado utilizando o método de juros efetivos. O custo amortizado é reduzido por perdas por *impairment*. A receita de juros, ganhos e perdas cambiais e o *impairment* são reconhecidos no resultado. Qualquer ganho ou perda no desreconhecimento é reconhecido no resultado. Os recebíveis abrangem caixa e equivalentes de caixa, contas a receber de alunos e hospital, bolsas restituíveis, certificado de potencial construtivo a receber e outros créditos provenientes de prestação de serviços.

Redução no valor recuperável (impairment) - ativos financeiros

O CPC 48/IFRS 9 substitui o modelo de "perdas incorridas" do CPC 38 (IAS 39) por um modelo prospectivo de "perdas de crédito esperadas". Isso exigirá um julgamento relevante sobre como as mudanças em fatores econômicos afetam as perdas esperadas de crédito, que serão determinadas com base em probabilidades ponderadas. O novo modelo de perdas esperadas se aplicará aos ativos financeiros mensurados ao custo amortizado ou ao VJORA, com exceção de investimentos em instrumentos patrimoniais e ativos contratuais.

Passivos financeiros - classificação, mensuração subsequente e ganhos e perdas

Os passivos financeiros foram classificados como mensurados ao custo amortizado ou ao VJR. Um passivo financeiro é classificado como mensurado ao VJR caso for classificado como mantido para negociação. Passivos financeiros mensurados ao VJR são mensurados ao valor justo e o resultado líquido, incluindo juros, é reconhecido no resultado. Outros passivos financeiros são subsequentemente mensurados pelo custo amortizado utilizando o método de juros efetivos. As despesas de juros são reconhecidas no resultado. Qualquer ganho ou perda no desreconhecimento também é reconhecido no resultado.

A Fundação tem os seguintes passivos financeiros: fornecedores, empréstimos e financiamentos e outras contas a pagar.

iii) *Compensação*

Os ativos ou passivos financeiros são compensados e o valor líquido apresentado no balanço patrimonial quando, e somente quando, a Fundação tenha atualmente um direito legalmente executável de compensar os valores e tenha a intenção de liquidá-los em uma base líquida ou de realizar o ativo e liquidar o passivo simultaneamente.

iv) *Instrumentos financeiros derivativos*

A Fundação não possuía em 31 de dezembro de 2023 e 2022 nenhuma operação com instrumentos financeiros derivativos, incluindo operações de *hedge*.

b) Arrendamento

A Fundação adotou inicialmente o CPC 06 (R2)/IFRS 16 em 1º de janeiro de 2019, utilizando a abordagem retrospectiva simplificada.

O CPC 06 (R2) / IFRS 16 introduziu um modelo único de contabilização de arrendamentos no balanço patrimonial de arrendatários. Como resultado, a Fundação, como arrendatário, reconheceu os ativos de direito de uso que representam seus direitos de utilizar os ativos subjacentes e os passivos de arrendamento que representam sua obrigação de efetuar pagamentos de arrendamento.

i) *Definição de arrendamento*

A Fundação avalia se um contrato é ou contém um arrendamento baseado na nova definição de arrendamento. De acordo com o CPC 06 (R2)/IFRS 16, um contrato é ou contém um arrendamento se transfere o direito de controlar o uso de um ativo identificado por um período de tempo em troca de contraprestação.

ii) *Ativos arrendados*

A Fundação arrenda basicamente os imóveis:

• Rua da Consolação - Coordenadoria Geral de Especialização, Aperfeiçoamento e Extensão da PUC-SP (COGEAE), onde são ofertados cursos de especialização e extensão;
• Rua Voluntários da Pátria, 1653 - Santana, Campus Santana, onde é ofertado o curso de teologia;
• Avenida Nazaré, 993 - Ipiranga, Campus Ipiranga, são ofertados alguns cursos de graduação;
• Rua João Ramalho, 295 - Escritório Modelo "Dom Paulo Evaristo Arns" é uma unidade de Prática da Faculdade de Direito da Pontifícia Universidade Católica de São Paulo;
• Rua da Consolação, 881 - Coordenadoria Geral de Especialização, Aperfeiçoamento e Extensão da PUC-SP (COGEAE), onde são ofertados cursos de especialização e extensão.

Em 2023 a Fundação arrendou 903 Equipamentos de Informática por período de 60 meses. Os equipamentos de informática objeto deste arrendamento foram utilizados primordialmente para fins educacionais.

iii) *Políticas contábeis significativas*

A Fundação reconhece um ativo de direito de uso e um passivo de arrendamento na data de início do arrendamento. O ativo de direito de uso é mensurado inicialmente pelo custo e subsequentemente pelo custo menos qualquer depreciação acumulada e perdas ao valor recuperável, e ajustado por certas remensurações do passivo de arrendamento.

O passivo de arrendamento é mensurado inicialmente pelo valor presente dos pagamentos de arrendamento que não foram pagos na data de início, descontados usando a taxa de juros implícita no arrendamento ou, se essa taxa não puder ser determinada imediatamente, a taxa de empréstimo incremental da Fundação. Esses passivos foram mensurados ao valor presente dos pagamentos de arrendamentos remanescentes e descontados pela taxa incremental nominal de aproximadamente 12,28% a.a. referente aos imóveis variando de acordo com o prazo de cada contrato e 13,09% a.a. referente aos equipamentos de informática.

A Fundação aplicou julgamento para determinar o prazo de arrendamento de alguns contratos nos que incluem opções de renovação. A avaliação se a Fundação está razoavelmente certa de exercer essas opções tem impacto no prazo do arrendamento, o que afeta significativamente o valor dos passivos de arrendamento e dos ativos de direito de uso reconhecidos.

c) Reconhecimento de receitas e bolsas de estudo concedidas

A receita é apresentada líquida dos impostos, das devoluções, dos abatimentos e dos descontos concedidos (Nota Explicativa nº 24).

a) *Prestação de serviços educacionais*

A receita é reconhecida na extensão em que for provável que benefícios econômicos futuros serão gerados para a Fundação e quando puder ser mensurada de forma confiável.

As receitas com contribuições dos alunos (mensalidades) são apuradas em conformidade com o regime de competência dos exercícios, levando-se em consideração os períodos de referência.

As receitas incluem mensalidade de ensino de nível superior (graduação e pós-graduação), mensalidades dos cursos de especialização e extensão universitária, outras prestações de serviço de ensino, além de taxas de inscrições em concursos e vestibulares.

b) *Bolsas de estudos concedidas (gratuidade)*

As bolsas concedidas foram calculadas com base na totalidade das receitas efetivamente recebidas, incluindo ainda os créditos públicos provenientes do Financiamento Estudantil (FIES), atendendo às determinações da Lei nº 12.101/2009 (com as alterações advindas da Lei nº 12.868/2013), do Decreto Federal nº 2.536/1998 e da Lei nº 11.096/2005, que introduziu o PROUNI, bem como a legislação pertinente à filantropia. Os benefícios concedidos como gratuidade são reconhecidos pelo valor efetivamente praticado e de forma segregada das receitas a que se referem.

Alteração na legislação do FIES

Em dezembro de 2014, o MEC definiu as Portarias Normativas nºs 21 e 23, que modificaram principalmente o fluxo de pagamentos às instituições educacionais, reduzindo a quantidade anual de repasses pelo MEC, além de impor novas regras de pontuação mínima sobre o Exame Nacional do Ensino Médio (ENEM) para os alunos ingressantes a partir de março de 2015. O principal impacto medido pela Fundação refere-se ao desconto de 5% (cinco por cento) instituído pelo Governo para o repasse do crédito.

c) *Prestação de serviços médicos*

Os procedimentos médicos concluídos são finalizados, revisados e enviados ao seu destinatário final (particular ou plano de saúde), sendo reconhecidos de acordo com o regime de competência.

Os procedimentos médicos que se encontram em curso e não podem ser finalizados, até o encerramento das demonstrações financeiras, são avaliados e quantificados, sendo reconhecidos pelo regime de competência, líquidos de descontos, abatimentos e possíveis glosas estimadas.

d) *Receita de juros*

Para todos os instrumentos financeiros avaliados ao custo amortizado e ativos financeiros que rendem juros, a receita ou despesa financeira é contabilizada utilizando-se a taxa de juros efetiva, que desconta exatamente os pagamentos ou recebimentos futuros estimados de caixa ao longo da vida estimada do instrumento financeiro, ou em um período de tempo mais curto, quando aplicável, ao valor contábil líquido do ativo ou passivo financeiro. A receita de juros é incluída na rubrica "Receita financeira", na demonstração do resultado.

e) *Subvenções e doações*

As receitas oriundas de subvenções e doações são registradas conforme determina a ITG 2002 (entidades sem fins lucrativos), mediante documento hábil, quando da efetiva entrada dos recursos e cumpridas todas as condições estabelecidas e relacionadas à subvenção.

f) *Mensalidades antecipadas*

As matrículas para o ano letivo subsequente são recebidas de maneira antecipada ou no encerramento do exercício. Em decorrência desse tratamento, esses valores são reconhecidos como anuidades antecipadas no passivo circulante e serão reconhecidos no resultado do exercício de acordo com o regime de competência.

d) Caixa e equivalentes de caixa

Os equivalentes de caixa são mantidos com a finalidade de atender a compromissos de caixa de curto prazo e não para investimento ou outros fins. A Fundação considera equivalentes de caixa uma aplicação financeira de conversibilidade imediata em um montante conhecido de caixa e estando sujeita a um insignificante risco de mudança de valor. Por conseguinte, um investimento, normalmente, qualifica-se como equivalente de caixa quando tem vencimento de curto prazo, por exemplo, três meses ou menos, a contar da data da contratação.

e) Aplicações financeiras

Os recursos classificados como títulos e valores mobiliários referem-se a valores aplicados com vencimento superior a 90 (noventa) dias e que não possuem perspectiva de serem utilizados pela Administração antes dos vencimentos previamente estabelecidos.

f) Contas a receber

Apresentadas aos valores de realização, deduzidos do ajuste para créditos de liquidação duvidosa, que é constituído com base na análise dos riscos de perda esperada da realização do contas a receber.

As contas a receber são segregadas e compostas pelos segmentos educacional (mensalidades, acordos celebrados com estudantes de mensalidades vencidas e em cobranças judiciais) e hospitalar (procedimentos médicos a receber de convênios ou particulares).

g) Estoque

Os estoques referem-se aos medicamentos e materiais médico-hospitalares utilizados na prestação de serviços de saúde no HSL e são mensurados pelo menor valor entre o custo e o valor líquido realizável. O custo é determinado usando o método da média ponderada móvel e, em geral, compreende materiais hospitalares, medicamentos, materiais de consumo e outros produtos relacionados à atividade hospitalar.

Os estoques obsoletos ou "vencidos" são baixados ou substituídos, quando identificados.

h) Imobilizado

Terrenos e edificações compreendem, principalmente, as unidades educacionais e o complexo hospitalar no qual são desenvolvidas as operações da Fundação, os quais são demonstrados pelo valor de custo, deduzidos da depreciação acumulada. Os demais bens estão apresentados ao custo histórico de aquisição, acrescidos dos gastos necessários à entrada em funcionamento.

Os custos subsequentes são incluídos no valor contábil do ativo ou reconhecidos como um ativo separado, conforme apropriado, somente quando for provável que fluam benefícios econômicos futuros associados ao item e que o custo do item possa ser mensurado com segurança. O valor contábil dos itens ou das peças substituídos é baixado. Todos os outros reparos e manutenções são lançados em contrapartida ao resultado do exercício, quando incorridos.

Os terrenos não são depreciados. A depreciação de outros ativos é calculada usando o método linear para alocar seus custos aos seus valores residuais durante a vida útil estimada, como segue:

Descrição	Anos	Taxa de depreciação anual
Edificações	25 a 64 anos	1,56% a 4,0%
Máquinas e equipamentos	10 anos	10,0%
Móveis e utensílios	10 anos	10,0%
Equipamentos de informática	5 a 8 anos	12,5% a 20,0%
Ferramentas	10 anos	10,0%
Biblioteca	10 anos	10,0%
Instalações	10 anos	10,0%
Benfeitorias em imóveis próprios	25 a 64 anos	1,56% a 4,0%
Benfeitorias em imóveis de terceiros	5 anos	20,0%
Equipamentos hospitalares	5 a 20 anos	5,0% a 20,0%
Veículos em uso	7 anos	14,28%
Enxoval hospitalar	3 anos	33,34%

A vida útil dos ativos é revisada nas datas de encerramento dos exercícios, não tendo ocorrido alterações significativas em relação à vida útil estimada no exercício anterior.

O valor contábil de um ativo é imediatamente baixado para seu valor recuperável se este valor for maior que seu valor recuperável estimado.

Os ganhos e as perdas de alienações são determinados pela comparação dos resultados com o valor contábil e são reconhecidos na rubrica "Outras receitas (despesas), líquidas" na demonstração do resultado.

i) Intangível - softwares

Ativos intangíveis com vida útil definida adquiridos separadamente são registrados ao custo, deduzido da amortização e das perdas por redução ao valor recuperável acumuladas. A amortização é reconhecida linearmente com base na vida útil estimada de dez anos. A vida útil estimada e o método de amortização são revisados no fim de cada exercício, e o efeito de quaisquer mudanças nas estimativas é contabilizado prospectivamente.

j) Propriedades para investimentos

As propriedades para investimento são representadas por terrenos e edifícios mantidos para auferir rendimento de aluguel e/ou valorização do capital, conforme divulgado na Nota Explicativa nº 13.

As propriedades para investimento são mensuradas inicialmente ao custo, incluindo os custos da transação. Após o reconhecimento inicial, as propriedades para investimento são mensuradas ao valor justo. As variações (ganhos ou perdas) resultantes de mudanças no valor justo de uma propriedade para investimento são reconhecidas no resultado do período no qual as mudanças ocorrerem, especificamente em conta destacada no grupo "Outras (despesas) receitas operacionais, líquidas". As avaliações foram efetuadas por especialistas independentes externos.

O valor justo das propriedades para investimento não reflete os investimentos futuros em capital fixo que aumentem o valor das propriedades, tampouco os benefícios futuros relacionados derivados desses dispêndios futuros.

k) Provisões

a) *Geral*

Provisões são reconhecidas quando a Fundação tem uma obrigação presente em consequência de um evento passado, é provável que benefícios econômicos sejam requeridos para liquidar a obrigação e uma estimativa confiável do valor da obrigação pode ser feita. A despesa relativa a qualquer provisão é apresentada na demonstração do resultado.

b) *Provisões para riscos judiciais*

A Fundação é parte em diversos processos judiciais e administrativos. Provisões são constituídas para todas as demandas referentes a processos judiciais, para os quais é provável que uma saída de recursos será feita para liquidar a obrigação e uma estimativa razoável do valor pode ser feita. (Vide Nota Explicativa nº 3.2.a).

l) Avaliação do valor recuperável dos ativos

A Administração revisa anualmente o valor contábil líquido dos ativos com o objetivo de avaliar eventos ou mudanças nas circunstâncias econômicas, operacionais ou tecnológicas, que possam indicar deterioração ou perda de seu valor recuperável. Quando tais evidências são identificadas, e o valor contábil líquido excede o valor recuperável, é constituído um ajuste do ativo para deterioração, ajustando o valor contábil líquido ao valor recuperável.

A Fundação avalia os ativos do imobilizado quando há evidência objetiva de que tenha ocorrido perda no seu valor recuperável.

m) Redução ao valor recuperável (impairment)

Ativos financeiros não derivativos

A Fundação apura as provisões para perdas esperadas de crédito sobre ativos financeiros mensurados ao custo amortizado.

Ao determinar se o risco de crédito de um ativo financeiro aumentou significativamente desde o reconhecimento inicial e ao estimar as perdas de crédito esperadas, a Fundação considera informações razoáveis e passíveis de suporte que são relevantes e disponíveis sem custo ou esforço excessivo. Isso inclui informações e análises quantitativas e qualitativas, com base na experiência histórica da Fundação.

Um ativo tem perda no seu valor recuperável se uma evidência objetiva indica que um evento de perda ocorreu após o reconhecimento inicial do ativo, e que aquele evento de perda teve um efeito negativo nos fluxos de caixa futuros projetados que podem ser estimados de uma maneira confiável.

A evidência objetiva de que os ativos financeiros perderam valor pode incluir o não pagamento ou atraso no pagamento por parte do devedor, a reestruturação do valor devido à Fundação sobre condições de que a Fundação não consideraria em outras transações, indicações de que o devedor ou emissor entrará em processo de falência, ou o desaparecimento de um mercado ativo para um título.

i) *Mensuração das perdas com crédito esperadas*

As perdas de crédito esperadas são estimativas ponderadas pela probabilidade de perdas de crédito da carteira de recebíveis da Fundação. Um ativo tem perda no seu valor recuperável se uma evidência objetiva indica que um evento de perda ocorreu após o reconhecimento inicial do ativo, e que aquele evento de perda teve um efeito negativo nos fluxos de caixa futuros projetados que podem ser estimados de maneira confiável.

ii) *Glosas*

É a recusa parcial ou total de uma fatura, por parte da operadora de plano de saúde, por considerar sua cobrança indevida, por erro ou omissão de alguma informação nas fichas de atendimento ou pedido de pagamento. Seu registro é realizado no momento em que a Fundação recebe a notificação da operadora do plano de saúde.

Na aplicação do teste de redução ao valor recuperável de ativos, o valor contábil de um ativo ou unidade geradora de caixa é comparado com o seu valor recuperável. O valor recuperável é o maior valor entre o valor líquido de venda de um ativo e seu valor em uso. Considerando-se as particularidades dos ativos da Fundação, o valor recuperável utilizado para avaliação do teste de redução ao valor recuperável é o valor em uso, exceto quando especificamente indicado. Esse valor de uso é estimado com base no valor presente de fluxos de caixa futuros, resultado das melhores estimativas da Fundação.

iii) *Ativos não financeiros*

Os valores contábeis dos ativos não financeiros da Fundação são revistos a cada data de apresentação das demonstrações financeiras para apurar se há indicação de perda no valor recuperável. Caso ocorra tal indicação, então o valor recuperável do ativo é determinado. Durante o exercício de 2021, não houve indicação de perda no valor recuperável dos ativos não financeiros.

n) Certificados de Potencial Adicional de Construção (CEPAC)

Este direito é um título ao portador que pode ser comercializado no chamado "mercado secundário" e atende à premissa de expectativa de geração de benefício econômico para a Fundação. O valor apresentado nas demonstrações financeiras indica a expectativa da Administração da Fundação quanto à sua realização, em conjunto com os esforços de negociação desse título, para o qual, quando efetivamente negociado, prevalecerá o valor de mercado na data de cada negociação.

o) Demonstrações dos fluxos de caixa

As demonstrações dos fluxos de caixa foram preparadas pelo método direto e estão apresentadas de acordo com o CPC 03 (R2) - Demonstração dos Fluxos de Caixa.

p) Pronunciamentos novos ou revisados aplicados pela primeira vez em 2023

A Fundação não foi afetada por qualquer determinada alteração, norma ou interpretação de novos pronunciamentos contábeis no exercício.

q) Normas emitidas, mas ainda não vigentes

As normas e interpretações novas e alteradas emitidas, mas não ainda em vigor até a data de emissão das demonstrações financeiras, e que possam vir a impactar a Fundação, estão descritas a seguir. A Fundação pretende adotar essas normas e interpretações novas e alteradas, se cabível, quando entrarem em vigor.

Alterações ao IFRS 16: Passivo de Locação em um Sale and Leaseback (Transação de venda e retroarrendamento)

Em setembro de 2022, o IASB emitiu alterações ao IFRS 16 (equivalente ao CPC 06 -Arrendamentos) para especificar os requisitos que um vendedor-arrendatário utiliza na mensuração da responsabilidade de locação decorrente de uma transação de venda e arrendamento de volta, a fim de garantir que o vendedor-arrendatário não reconheça qualquer quantia do ganho ou perda que se relaciona com o direito de uso que ele mantém.

continua →★

→★ continuação

Fundação São Paulo - Mantenedora da Pontifícia Universidade Católica de São Paulo e Mantenedora do Centro Universitário Assunção

NOTAS EXPLICATIVAS ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS - 31 de dezembro de 2023 e 2022 (Em milhares de reais)

As alterações vigoram para períodos de demonstrações financeiras anuais que se iniciam em ou após 1 de janeiro de 2024 e devem ser aplicadas retrospectivamente a transações *sale and leaseback* celebradas após a data de aplicação inicial do IFRS 16 (CPC 06). A aplicação antecipada é permitida e esse fato deve ser divulgado. A Fundação não espera que as alterações tenham um impacto material nas demonstrações financeiras da entidade.

Alterações ao IAS 1: Classificação de Passivos como Circulante ou Não-Circulante

Em janeiro de 2020 e outubro de 2022, o IASB emitiu alterações aos parágrafos 69 a 76 do IAS 1 (equivalente ao o CPC 26 (R1) - Apresentação das demonstrações contábeis) para especificar os requisitos de classificação de passivos como circulante ou não circulante. As alterações esclarecem:

• O que se entende por direito de adiar a liquidação.
• Que o direito de adiar deve existir no final do período das informações financeiras.
• Que a classificação não é afetada pela probabilidade de a entidade exercer seu direito de adiar.
• Que somente se um derivativo embutido em um passivo conversível for ele próprio um instrumento de patrimônio, os termos de um passivo não afetarão sua classificação.

Além disso, foi introduzida uma exigência de divulgação quando um passivo decorrente de um contrato de empréstimo é classificado como não circulante e o direito da entidade de adiar a liquidação depende do cumprimento de *covenants* futuros dentro de doze meses.

As alterações vigoram para períodos de demonstrações financeiras anuais que se iniciam em ou após 1 de janeiro de 2024 e devem ser aplicadas retrospectivamente.

A Fundação está atualmente avaliando o impacto que as alterações terão na prática atual e de acordos de empréstimo existentes podem exigir renegociação.

Acordos de financiamento de fornecedores - Alterações ao IAS 7 e IFRS 7

Em maio de 2023, o IASB emitiu alterações ao IAS 7 (equivalente ao CPC 03 (R2) -Demonstrações do fluxo de caixa) e ao IFRS 7 (equivalente ao CPC 40 (R1) - Instrumentos financeiros: evidenciação) para esclarecer as características de acordos de financiamento de fornecedores e exigir divulgações adicionais desses acordos. Os requisitos de divulgação nas alterações têm como objetivo auxiliar os usuários das demonstrações financeiras a compreender os efeitos dos acordos de financiamento com fornecedores nas obrigações, fluxos de caixa e exposição ao risco de liquidez de uma entidade.

As alterações vigoram para períodos de demonstrações financeiras anuais que se iniciam em ou após 1 de janeiro de 2024. A adoção antecipada é permitida, mas deve ser divulgada.

Não se espera que as alterações tenham um impacto material nas demonstrações financeiras da Fundação.

r) Receitas com trabalhos voluntários

As receitas com trabalhos voluntários são mensuradas ao seu valor justo, levando-se em consideração os montantes que a Fundação haveria de pagar caso contratasse esses serviços em mercado similar, conforme estabelecido na ITG 2002 (R1) - Entidades sem Finalidade de Lucro. As receitas com trabalhos voluntários são reconhecidas no resultado do exercício como receita no grupo de receitas operacionais em contrapartida às despesas operacionais.

Em 31 de dezembro de 2023 e 2022, a Fundação realizou reuniões com a participação de seu corpo de diretores e conselheiros, o qual seria equivalente ao valor justo total de R$23 em 2023 e R$20 em 2022.

s) Apresentação das informações por segmentos operacionais

As informações por segmentos operacionais são apresentadas de modo consistente com o relatório interno fornecido para o principal tomador de decisões operacionais. O principal tomador de decisões operacionais, responsável pela alocação de recursos e pela avaliação de desempenho dos segmentos operacionais, é a Secretaria Executiva, também responsável pela tomada de decisões estratégicas da Fundação, tendo como suporte: Conselho Superior, Conselho Fiscal, Conselho de Assessoria em Administração e Finanças, e Conselho Consultivo.

Unidade educacional - PUC-SP e Centro Universitário Assunção (UNIFAI)

Entre as principais atividades desenvolvidas, destacam-se os cursos de graduação, pós-graduação, especialização e extensão universitária, os diversos núcleos de pesquisa, a participação no desenvolvimento e acompanhamento de políticas públicas, os programas e projetos sociais e o atendimento clínico e hospitalar.

Unidade hospitalar - HSL

Além das tradicionais atividades de atenção à saúde, o HSL atua como campo de estágio nas áreas de medicina e enfermagem e possui o mérito de ser o único hospital da cidade de Sorocaba-SP a possuir em seu corpo clínico todos os membros do corpo acadêmico da Faculdade de Ciências Médicas e da Saúde.

4. Caixa e equivalentes de caixa e aplicações financeiras vinculadas

	2023	2022
Recursos não vinculados - Caixa e equivalentes de caixa:		
Caixa e bancos	**4.531**	1.321
Aplicações financeiras (i)	**62.325**	77.132
	66.856	78.453
Recursos vinculados:		
Aplicações financeiras (ii)	**7.565**	8.336
	7.565	8.336

(i) Referem-se a aplicações financeiras compromissadas, de alta liquidez e que podem ser prontamente conversíveis em um montante conhecido de caixa, não sendo vinculadas a operações de risco e são remuneradas a taxas que variam entre 84% e 103,2% (87% e 111% em 2022) do Certificado de Depósito Interbancário (CDI).

(ii) Recursos vinculados:

Composição dos recursos vinculados	**2023**	**2022**
(a)Convênio SUS PA 1501/2022 - recurso federal	**3.245**	3.958
(a)Convênio SUS PA 1501/2022 - recurso municipal	**389**	1.949
(a)Convênio SUS PA 1501/2022 - recurso estadual	**176**	19
(b)Convênio Hospital Estratégico	**1.129**	1.710
(c)Convênio PA 2023/5009	**1.456**	–
(d)Convênio 025/SMS.G/2023 (DERDIC)	**356**	–
(e)Convênio 336/2020 (Emenda Danilo Balas)	**224**	207
(f)Convênio Inclusão Digital Idoso (TF 54/2022/SMDHC/FMID	**224**	62
Outros projetos	**366**	430
Total	**7.565**	8.336

(a) Convênio SUS PA 1501/2022: Execução das atividades e serviços referentes ao SUS, por intermédio da pactuação de metas quantitativas e qualitativas, em conformidade com o Plano Operativo (convênio assinado em 2022 em substituição ao convênio SUS PA 7.180/17).

(b) Convênio Hospital Estratégico: Contribuir para o desenvolvimento de uma Rede Hospitalar de referência na Região de Sorocaba, capaz de prestar serviços de saúde de qualidade e resolutivos, de média e de alta complexidade, que atendam às necessidades e demandas da população, em especial aquelas que encaminhadas pelo setor de regulação do acesso e integrar-se à rede de atenção à saúde do Estado, mediante a transferência de recursos financeiros destinados ás despesas de Custeio Hospital Estratégico (consumo e prestação de serviços).

(c) Convênio PA 2023/5009: Utilização do recurso financeiro advindo da PORTARIA GM/MS Nº 443, DE 3 DE ABRIL DE 2023 para aquisição de equipamentos e móveis, climatização das Unidades de Terapia Intensiva (equipamentos, insumos e mão-de-obra) e Locação Mensal de Gerador.

(d) Convênio 025/SMS.G/2023: Utilização do recurso financeiro advindo da PORTARIA GM/MS Nº 443, DE 3 DE ABRIL DE 2023, em apoio à manutenção de unidades de saúde (incremento MAC), destinada à aquisição de equipamentos utilizados pela Instituição nos atendimentos de saúde realizados.

(e) Convênio 336/2020 (Emenda Danilo Balas): Visa promover o fortalecimento do desenvolvimento das ações e serviços de assistência à saúde prestados aos usuários do SUS na região de Sorocaba, mediante a transferência de recursos financeiros para ocorrer despesas com Custeio - Prestação de Serviços.

(f) Convênio Inclusão Digital Idoso (TF 54/2022/SMDHC/FMID): Implementar o projeto "Inclusão digital de idosos como fator de fortalecimento de vínculos intergeracionais", que é um conjunto de ações inovadoras e/ou complementares às políticas públicas municipais de promoção, proteção e de defesa de direitos da pessoa idosa a serem desenvolvidas na cidade de São Paulo, tendo como prioritárias aquelas em situação de vulnerabilidade - Eixo Educação, linha de ação Inclusão Digital de Idosos.

5. Contas a receber de alunos e hospital

Descrição	**2023**	**2022**
Contas a receber da unidade educacional:		
Contas a receber de graduação e pós-graduação *stricto sensu*	**24.889**	20.220
Contas a receber de pós-graduação *lato sensu* e extensão	**3.171**	3.023
Cheques devolvidos	**49**	57
Notas promissórias	**3**	4
Negociações de débito	**14.111**	11.019
Subtotal	**42.223**	34.323
Perdas estimadas para créditos de liquidação duvidosa	**(27.342)**	(21.844)
	14.881	12.479
Contas a receber da unidade hospitalar:		
SUS	**15.729**	10.840
Convênio	**7.140**	7.707
Particular	**858**	840
Subtotal	**23.727**	19.387
Perdas estimadas para créditos de liquidação duvidosa	**(5.034)**	(5.034)
	18.693	14.353
Total	**33.574**	26.832
Classificadas como:		
Circulante	**32.679**	24.650
Não circulante	**895**	2.182

Dos valores apresentados na tabela acima, a Fundação possui débitos ajuizados, bem como débitos com levantamento judicial, conforme demonstrado na tabela abaixo:

	2023			**2022**		
	Contas a receber de alunos	**Perdas estimadas**	**Líquido 2023**	**Contas a receber de alunos**	**Perdas estimadas**	**Líquido 2022**
Débitos de serviços - Ajuizados (a)						
– Escritório de cobrança	**613**	**(401)**	**212**	474	(322)	152
– Núcleo de cobrança FUNDASP	**1.919**	**(1.439)**	**480**	1.643	(1.443)	200
	2.532	**(1.840)**	**692**	2.117	(1.765)	352
Débitos de serviços - Levantamento judicial (b)						
– Escritório de cobrança	**722**	**(508)**	**214**	300	(181)	119
– Núcleo de cobrança FUNDASP	**11**	**(3)**	**8**	30	(28)	2
	733	**(511)**	**222**	330	(209)	121
Total débitos ajuizados e levantamento judicial	**3.265**	**(2.351)**	**914**	2.447	(1.974)	473

(a) Débitos ajuizados

A FUNDASP entrou com ações na Justiça para cobrança dos débitos que tem obrigação certa, líquida e exigível. O que pode ser feito a partir do vencimento da dívida. O devedor é notificado sobre o processo, em seguida é aberto um prazo para o pagamento da dívida ou a indicação de bens como garantia.

(b) Levantamento judicial

Os valores apresentados em levantamento judicial, são utilizadas quando há depósito e/ou bloqueio judicial aguardando levantamento de valores. Enquanto o valor não é creditado pelo Tribunal de Justiça na conta corrente da Fundasp, o processo fica nas contas caixas "RJ - Repasse Judicial". As Contas caixas, são códigos de controles vinculados aos títulos que permitem a FUNDASP realizar a identificação e controle dos status de cobrança.

5.1. Composição por vencimento - unidade educacional

A Fundação utiliza a matriz de provisões para a mensuração da perda de crédito esperada com contas a receber de alunos. As taxas de perda são calculadas por meio do uso do método de rolagem com base na probabilidade de um valor a receber avançar por estágios sucessivos de inadimplência até a baixa probabilidade. A tabela a seguir demonstra a exposição ao risco de crédito e perdas de crédito esperadas para o contas a receber de alunos em 31 de dezembro de 2023:

31 de dezembro de 2023	**Saldo contábil bruto**	**Taxa média ponderada de perda estimada**	**Provisão para perda esperada**
A vencer	**9.148**	**34,24%**	**(3.132)**
Vencidos			
De 1 a 30 dias	**3.206**	**11,35%**	**(364)**
De 31 a 60 dias	**2.120**	**16,84%**	**(357)**
De 61 a 90 dias	**1.685**	**27,30%**	**(460)**
De 91 a 120 dias	**982**	**38,39%**	**(377)**
De 121 a 150 dias	**692**	**51,88%**	**(359)**
De 151 a 180 dias	**481**	**56,55%**	**(272)**
De 181 a 210 dias	**876**	**72,72%**	**(637)**
De 211 a 240 dias	**699**	**70,24%**	**(491)**
De 241 a 270 dias	**583**	**81,13%**	**(473)**
De 271 a 300 dias	**632**	**95,25%**	**(602)**
De 301 a 330 dias	**661**	**89,41%**	**(591)**
De 331 a 360 dias	**265**	**76,23%**	**(202)**
Mais de 360 dias	**20.193**	**94,22%**	**(19.025)**
	42.223	**64,76%**	**(27.342)**

As taxas de perda são baseadas na experiência real de perda de crédito verificada nos últimos três anos.

5.2. Composição por vencimento - unidade hospitalar

A Fundação utiliza a matriz de provisões para a mensuração da perda de crédito esperada com contas a receber de convênios. Para o contas a receber de SUS, não são calculados provisão para perdas devido ao histórico de recuperação, inclusive dos saldos vencidos a mais de 360 dias.

31 de dezembro de 2023	**Saldo contábil bruto**	**Taxa média ponderada de perda estimada**	**Provisão para perda esperada**
A vencer	**2.628**	**5,94%**	**(156)**
Vencidos			
De 1 a 30 dias	**4.080**	**2,55%**	**(104)**
De 31 a 60 dias	**2.315**	**2,25%**	**(52)**
De 61 a 90 dias	**3.028**	**1,19%**	**(36)**
De 91 a 120 dias	**220**	**8,64%**	**(19)**
De 121 a 150 dias	**22**	**27,27%**	**(6)**
De 151 a 180 dias	**–**	**0,00%**	**–**
De 181 a 210 dias	**40**	**10,00%**	**(4)**
De 211 a 240 dias	**–**	**0,00%**	**–**
De 241 a 270 dias	**–**	**0,00%**	**–**
De 271 a 300 dias	**246**	**2,85%**	**(7)**
De 301 a 330 dias	**–**	**0,00%**	**–**
De 331 a 360 dias	**–**	**0,00%**	**–**
Mais de 360 dias	**11.148**	**41,71%**	**(4.650)**
	23.727	**21,22%**	**(5.034)**

A movimentação de perdas estimadas para créditos de liquidação duvidosa no exercício de 2023 está demonstrada a seguir:

Descrição	**2022**	**Baixa**	**Constituição**	**Reversão**	**2023**
Educacional:					
Contas a receber mensalidades	(15.472)	**–**	**(215)**	**244**	**(15.443)**
Cheques devolvidos	(53)	**–**	**–**	**5**	**(48)**
Notas promissórias	(2)	**–**	**(1)**	**–**	**(3)**
Negociações de débitos	(6.313)	**–**	**(2.569)**	**–**	**(8.882)**
FGEDUC	–	**–**	**(2.962)**	**–**	**(2.962)**
Cartão de crédito	(3)	**–**	**(1)**	**–**	**(4)**
	(21.843)	**–**	**(5.748)**	**249**	**(27.342)**
Hospitalar:					
Créditos hospitalares	(5.034)	**–**	**–**	**–**	**(5.034)**
	(26.877)	**–**	**(5.748)**	**249**	**(32.376)**

Descrição	**2021**	**Baixa**	**Constituição**	**Reversão**	**2022**
Educacional:					
Contas a receber mensalidades	(36.298)	22.339	(1.513)	–	(15.472)
Cheques devolvidos	(2.605)	2.554	(2)	–	(53)
Notas promissórias	(2.031)	2.031	(2)	–	(2)
Negociações de débitos	(8.191)	5.070	(3.192)	–	(6.313)
FGEDUC	(7.040)	6.442	–	598	–
Cartão de crédito	(7)	–	–	2	(3)
	(56.172)	38.436	(4.709)	600	(21.843)
Hospitalar:					
Créditos hospitalares	(6.993)	2.367	(408)	–	(5.034)
	(63.165)	40.803	(5.117)	600	(26.877)

6. Bolsas restituíveis

	2023			**2022**		
Descrição	**Contas a receber**	**Provisão para perda esperada**	**Líquido**	**Contas a receber**	**Provisão para perda esperada**	**Líquido**
Bolsas restituíveis	**4.449**	**(1.592)**	**2.857**	5.403	(1.592)	3.811

Bolsas restituíveis referem-se às bolsas concedidas a alunos ativos que assumiram o compromisso de devolução das mensalidades financiadas com a Fundação no prazo médio de cinco anos, iniciado um ano após sua conclusão de curso. Os pagamentos serão exigidos com base no valor das mensalidades vigentes na época da liquidação das obrigações. Conforme mencionado na Nota Explicativa nº 3 m (i), o ajuste para as perdas de crédito esperadas são estimativas ponderadas pela probabilidade de perdas de crédito da carteira de recebíveis da Fundação.

A movimentação de ajuste para créditos de liquidação duvidosa das bolsas restituíveis no exercício de 2023 está demonstrada a seguir:

Descrição	**2022**	**Baixa**	**Constituição**	**2023**
Bolsas restituíveis	(1.592)	**–**	**–**	**(1.592)**
Descrição	**2021**	**Baixa**	**Constituição**	**2022**
Bolsas restituíveis	(18.391)	17.033	(234)	(1.592)

7. Outros ativos

	2023	**2022**
Convênios e créditos a receber	**2.821**	1.269
Títulos a compensar	**1.997**	2.790
Adiantamentos a outras empresas	**624**	5.956
Outros valores a receber	**2.720**	2.045
Total	**8.162**	12.060
Circulante	**7.532**	11.427
Não circulante	**630**	633

8. Aplicações financeiras em garantia de empréstimos

Referem-se às aplicações financeiras vinculadas aos contratos de empréstimos e financiamentos como parte das garantias apresentadas às instituições financeiras.

Instituição financeira	**Empréstimo Contrato**	**Tipo Aplicação**	**Garantia 2023**	**Garantia 2022**
Banco Bradesco S.A.	5933796	FUNDO DI	**4.000**	4.556
Banco Santander S.A.	300000017440	FUNDO DI	**5.297**	8.200
Banco Santander S.A.	300000022860	FUNDO DI	**4.500**	–
Banco Safra S.A.	6520573	FUNDO DI	**4.516**	–
Banco do Brasil S.A.	332702950	FUNDO DI	**21.850**	12.195
Total			**40.163**	24.951

9. Créditos de certificado de potencial adicional de construção

Em 12 de setembro de 2017, a Fundação obteve Declaração de Potencial Construtivo Passível de transferência, SMDUL/DEUSO 0148/17, conforme publicado no Diário Oficial da Cidade de São Paulo. A Diretora do DEUSO da Secretaria Municipal de Urbanismo e Licenciamento (SMUL), nos termos do que dispõem os arts. 122 a 133 da Lei nº 16.050, de 31 de julho de 2014, e o artigo 24 da Lei nº 16.402, de 22 de março de 2016, com base nas informações disponibilizadas no PA nº 2016-0.128.881-2, declarou que o imóvel situado à Rua Marques de Paranaguá, nº 111, Distrito da Consolação, São Paulo/SP, registrado no 5º Cartório de Registro de Imóveis da Capital, Matrícula nº 8.647, inscrito no cadastro municipal sob o SQL 010.014.0323-1 e tombado pelo Conpresp através da Resolução nº 12/2015, dispõe de 4.465,92 m^2 (quatro mil, quatrocentos e sessenta e cinco metros e noventa e dois decímetros quadrados) de potencial construtivo passível de transferência, originado sem a doação de terreno.

Cada CEPAC equivale a determinado valor de metro quadrado para utilização em área adicional de construção ou em modificação de usos e parâmetros de um terreno ou projeto. Esse valor mobiliário é um título ao portador que pode ser comercializado no chamado "mercado secundário". Em 31 de dezembro de 2023 e 2022, o saldo do direito remanescente está reconhecido no ativo no valor de R$5.695 e R$5.695, respectivamente.

10. Investimento

A Fundação São Paulo possui 1.269 cotas da Associação Cultural São Paulo, sendo: 791 subscritos; 17 adquiridos e 461 doados. Estas cotas correspondem a 63,96% do Patrimônio social da Associação. As cotas estão sendo apresentadas pelo custo histórico.

11. Imobilizado

11.1. Composição do saldo

	2023			**2022**
Descrição	**Custo**	**Depreciação**	**Custo líquido**	**Custo líquido**
Terrenos	**154.426**	**–**	**154.426**	156.476
Edificações	**123.318**	**(49.032)**	**74.286**	77.909
Máquinas e equipamentos	**27.663**	**(21.182)**	**6.481**	5.936
Móveis e utensílios	**12.916**	**(11.019)**	**1.897**	1.440
Equipamentos de informática	**24.717**	**(22.404)**	**2.313**	3.126
Ferramentas	**72**	**(36)**	**36**	22
Biblioteca	**4.870**	**(4.519)**	**351**	434
Instalações	**8.876**	**(7.275)**	**1.601**	1.752
Benfeitorias em imóveis próprios	**31.312**	**(8.715)**	**22.597**	20.444
Benfeitorias em imóveis de terceiros	**3.329**	**(3.329)**	**–**	9
Equipamentos hospitalares	**3.314**	**(2.352)**	**962**	959
Imobilizado em arrendamento	**3.942**	**(3.883)**	**59**	59
Instrumentos cirúrgicos	**464**	**(128)**	**336**	28
Veículos em uso	**1.191**	**(447)**	**744**	825
Enxoval hospitalar	**851**	**(850)**	**1**	–
Imobilizações em andamento	**322**	**–**	**322**	774
Total	**401.583**	**(135.171)**	**266.412**	270.193

11. 2. Movimentação dos custos e das depreciações acumuladas

	31/12/2022	**Adições**	**Baixas**	**Transferências**	**31/12/2023**
Custo					
Terrenos	156.476	**–**	**–**	**(2.050)**	**154.426**
Edificações	123.488	**–**	**(170)**	**–**	**123.318**
Máquinas e equipamentos	25.967	**1.705**	**(9)**	**–**	**27.663**
Móveis e utensílios	12.098	**825**	**(7)**	**–**	**12.916**
Equipamentos de informática	24.358	**360**	**(1)**	**–**	**24.717**
Ferramentas	53	**19**	**–**	**–**	**72**
Biblioteca	4.833	**37**	**–**	**–**	**4.870**
Instalações	8.526	**350**	**–**	**–**	**8.876**
Benfeitorias em imóveis próprios	27.983	**3.515**	**(186)**	**–**	**31.312**
Benfeitorias em imóveis de terceiros	3.329	**–**	**–**	**–**	**3.329**
Equipamentos hospitalares	3.135	**179**		**–**	**3.314**
Imobilizado em arrendamento	3.942	**–**		**–**	**3.942**
Instrumentos cirúrgicos	126	**338**		**–**	**464**
Veículos em uso	1.275	**183**	**(267)**	**–**	**1.191**
Enxoval hospitalar	850	**1**		**–**	**851**
Imobilizações em andamento	774	**58**	**(510)**	**–**	**322**
Total	397.213	**7.570**	**(1.150)**	**(2.050)**	**401.583**

O valor de R$2.050 classificado como transferência se refere ao valor do terreno da Rua Monte Alegre, 977 transferido para o grupo de Propriedades para Investimentos, vide Nota Explicativa 13.

	31/12/2022	**Adições**	**Baixas**	**Transferências**	**31/12/2023**
Depreciação					
Edificações	(45.579)	**(3.550)**	**97**	**–**	**(49.032)**
Máquinas e equipamentos	(20.031)	**(1.151)**	**–**	**–**	**(21.182)**
Móveis e utensílios	(10.658)	**(361)**	**–**	**–**	**(11.019)**
Equipamentos de informática	(21.232)	**(1.172)**	**–**	**–**	**(22.404)**
Ferramentas	(31)	**(5)**	**–**	**–**	**(36)**
Biblioteca	(4.399)	**(120)**	**–**	**–**	**(4.519)**
Instalações	(6.774)	**(501)**	**–**	**–**	**(7.275)**
Benfeitorias em imóveis próprios	(7.539)	**(1.176)**	**–**	**–**	**(8.715)**
Benfeitorias em imóveis de terceiros	(3.320)	**(9)**	**–**	**–**	**(3.329)**
Equipamentos hospitalares	(2.176)	**(176)**	**–**	**–**	**(2.352)**
Imobilizado em arrendamento	(3.883)	**–**	**–**	**–**	**(3.883)**
Instrumentos cirúrgicos	(98)	**(30)**	**–**	**–**	**(128)**
Veículos em uso	(450)	**(117)**	**120**	**–**	**(447)**
Enxoval hospitalar	(850)	**–**	**–**	**–**	**(850)**
Total	(127.020)	**(8.368)**	**217**	**–**	**(135.171)**
Total líquido	270.193	**(798)**	**(933)**	**(2.050)**	**266.412**

	31/12/2021	**Adições**	**Baixas**	**Transferências**	**31/12/2022**
Custo					
Terrenos	156.476	–	–	–	156.476
Edificações	123.488	–	–	–	123.488
Máquinas e equipamentos	24.498	1.469	–	–	25.967
Móveis e utensílios	11.700	398	–	–	12.098
Equipamentos de informática	23.551	807	–	–	24.358
Ferramentas	45	8	–	–	53
Biblioteca	4.799	34	–	–	4.833
Instalações	8.423	103	–	–	8.526
Benfeitorias em imóveis próprios	26.896	1.087	–	–	27.983
Benfeitorias em imóveis de terceiros	3.329	–	–	–	3.329
Equipamentos hospitalares	3.072	63	–	–	3.135
Imobilizado em arrendamento	3.942	–	–	–	3.942
Instrumentos cirúrgicos	113	13	–	–	126
Veículos em uso	1.142	246	(113)	–	1.275
Enxoval hospitalar	850	–	–	–	850
Imobilizações em andamento	1.349	93	(668)	–	774
Total	393.673	4.321	(781)	–	397.213

	31/12/2021	**Adições**	**Baixas**	**Transferências**	**31/12/2022**
Depreciação					
Edificações	(42.021)	(3.558)	–	–	(45.579)
Máquinas e equipamentos	(18.947)	(1.084)	–	–	(20.031)
Móveis e utensílios	(10.312)	(346)	–	–	(10.658)
Equipamentos de informática	(20.112)	(1.120)	–	–	(21.232)
Ferramentas	(26)	(5)	–	–	(31)
Biblioteca	(4.254)	(145)	–	–	(4.399)
Instalações	(6.227)	(547)	–	–	(6.774)
Benfeitorias em imóveis próprios	(6.446)	(1.093)	–	–	(7.539)
Benfeitorias em imóveis de terceiros	(3.304)	(16)	–	–	(3.320)
Equipamentos hospitalares	(2.019)	(157)	–	–	(2.176)
Imobilizado em arrendamento	(3.883)	–	–	–	(3.883)
Instrumentos cirúrgicos	(88)	(11)	1	–	(98)
Veículos em uso	(333)	(117)	–	–	(450)
Enxoval hospitalar	(850)	–	–	–	(850)
Total	(118.822)	(8.199)	1	–	(127.020)
Total líquido	274.851	(3.878)	(780)	–	270.193

11.3. Garantias

Partes dos terrenos e suas edificações encontram-se vinculados aos contratos de empréstimos e financiamentos como parte das garantias apresentadas às instituições financeiras. Valores em garantia (Imóvel matrícula 11.070 - R$126.363, imóvel matrícula 168.151- R$49.760, imóvel matrícula 171.670 - R$54.290).

12. Intangível

Movimentação dos custos e das amortizações acumuladas

	2022 Saldo inicial	**2023 Adições**	**2023 Saldo final**
Custo			
Direito de uso	2.863	**–**	**2.863**
Softwares	6.217	**–**	**6.217**
Sistemas aplicativos	3.061	**–**	**3.061**
Marcas e patentes	38	**–**	**38**
Marca UNIFAI - Centro Universitário Assunção	20.000	**–**	**20.000**
Goodwill - Incorporação Centro Universitário Assunção	32.550	**–**	**32.550**
Total	64.729	**–**	**64.729**
Amortizações			
Direito de uso	(2.775)	**(59)**	**(2.834)**
Softwares	(6.185)	**(25)**	**(6.210)**
Sistemas aplicativos	(3.051)	**(10)**	**(3.061)**
Total	(12.011)	**(94)**	**(12.105)**
Intangível líquido	52.718	**(94)**	**52.624**

	2021 Saldo inicial	**2022 Adições**	**2022 Saldo final**
Custo			
Direito de uso	2.863	–	2.863
Softwares	6.217	–	6.217
Sistemas aplicativos	3.061	–	3.061
Marcas e patentes	38	–	38
Marca UNIFAI - Centro Universitário Assunção	20.000	–	20.000
Goodwill - Incorporação Centro Universitário Assunção	32.550	–	32.550
Total	64.729	–	64.729
Amortizações			
Direito de uso	(2.651)	(124)	(2.775)
Softwares	(6.109)	(76)	(6.185)
Sistemas aplicativos	(3.033)	(18)	(3.051)
Total	(11.793)	(218)	(12.011)
Intangível líquido	52.936	(218)	52.718

13. Propriedades para investimentos

Saldo de 31 de dezembro de 2021	117.015
Ganho decorrente da avaliação do valor justo	8.442
Baixas	(478)
Saldo de 31 de dezembro de 2022	124.979
Adições (transferência imobilizado) - nota 11. 2	**2.050**
Ganho decorrente da avaliação do valor justo (a) - nota 29	**16.026**
Saldo de 31 de dezembro de 2023	**143.055**

(a) Refere-se a variações positivas e/ou negativas dos valores justos dos terrenos e do edifício, conforme demonstrado no quadro abaixo:

Descrição	**2022**	**Adições/ (baixas)**	**Atualização valor justo**	**2023**
Terreno - Rua Monte Alegre, nº 961	11.146	**–**	**684**	**11.830**
Terreno - Rua Monte Alegre, nº 971	13.458	**–**	**826**	**14.284**
Terreno - Rua Cardoso Almeida, nº 986	11.311	**–**	**706**	**12.017**
Terreno - Rua Cardoso Almeida, nº 990	16.966	**–**	**1.060**	**18.026**
Terreno - Rua Monte Alegre, nº 1.083	59.744	**–**	**4.352**	**64.096**
Prédio - Rua Monte Alegre, nº 1.083	11.007	**–**	**260**	**11.267**
Apartamento Imaculada Conceição, 121 - apto 71	754	**–**	**25**	**779**
Apartamento Av. São João, 1619 - apto 21	206	**–**	**5**	**211**
Apartamento Rua Dr. Cesário Mota Jr., 185 - apto 63	387	**–**	**10**	**397**
Terreno - Rua Monte Alegre, nº 977	–	**2.050**	**8.098**	**10.148**
	124.979	**2.050**	**16.026**	**143.055**

Descrição	**2021**	**Adições/ (baixas)**	**Atualização valor justo**	**2022**
Terreno - Rua Monte Alegre, nº 961	9.947	–	1.199	11.146
Terreno - Rua Monte Alegre, nº 971	12.011	–	1.447	13.458
Terreno - Rua Cardoso Almeida, nº 986	10.742	–	569	11.311
Terreno - Rua Cardoso Almeida, nº 990	16.113	–	853	16.966
Terreno - Rua Monte Alegre, nº 1.083	56.418	–	3.326	59.744
Prédio - Rua Monte Alegre, nº 1.083	10.082	–	925	11.007
Apartamento Imaculada Conceição, 121 - apto 71	690	–	64	754
Apartamento Av. São João, 1619 - apto 21	184	–	22	206
Apartamento Rua Dr. Cesário Mota Jr., 185 - apto 63	350	–	37	387
Apartamento Rua Gaivota, 1101 - apto 113	478	(478)	–	–
	117.015	(478)	8.442	124.979

Valor justo das propriedades para investimento

A Fundação adota o método de valor justo para melhor refletir o seu negócio e por entender que é a melhor informação para análise de mercado.

O valor justo dos terrenos e da edificação mencionados acima está suportado por laudos de avaliação elaborados por avaliadores independentes.

A periodicidade de avaliação a valor justo das propriedades para investimento é anual.

14. Direito de uso

A Fundação apresenta os seguintes ativos de direito de uso e passivos de arrendamento:

a) Movimentação do ativo com direito de uso de bens

Total de direito de uso de bens em 31/12/2021 (arrendamento imóveis)	11.722
Remensuração	463
Depreciação	(2.652)
Total de direito de uso de bens em 31/12/2022 (arrendamento imóveis)	9.533
Adição (equipamentos de informática)	**6.688**
Remensuração	**130**
Baixa arrendamento imóveis	**(1.339)**
Depreciação imóveis (baixa arrendamento)	**(1.151)**
Depreciação imóveis	**(1.525)**
Depreciação equipamentos informática	**(1.226)**
Total de direito de uso de bens em 31/12/2023 (imóveis e equipamentos de informática)	**11.110**

b) Movimentação do passivo de arrendamento

Total do passivo de arrendamento em 31/12/2021 (arrendamento imóveis)	13.769
Remensuração	869
Contraprestação - curto prazo	(3.931)
Juros pagos sobre arrendamento	1.590
Total do passivo de arrendamento em 31/12/2022 (arrendamento imóveis)	12.297
Adição (equipamentos de informática)	**6.688**
Remensuração	**130**
Contraprestação - curto prazo	**(2.649)**
Juros pagos sobre arrendamento imóveis	**(1.294)**
Juros pagos sobre arrendamento equipamentos de informática	**(711)**
Total do passivo de arrendamento em 31/12/2023 (imóveis e equipamentos de informática)	**14.461**
Circulante	**5.270**
Não circulante	**9.191**
Pagamento estimado em 2024	**5.270**
Pagamento estimado em 2025	**5.270**
Pagamento estimado em 2026	**3.921**
	14.461

15. Empréstimos e financiamentos

Instituição financeira	**Natureza**	**Taxa de juros**	**2023**	**2022**
Banco do Brasil S.A.	Capital de giro	3,53 a 3,7% a.a. + 100% CDI	**112.783**	110.087
Banco Bradesco S.A.	Capital de giro	3,04 a 3,7% a.a. + 100% CDI	**44.377**	58.184
Banco Santander S.A.	Capital de giro	3,66% a.a. + 100% CDI	**32.646**	23.572
Banco Safra S.A.	Capital de giro	3,04% a.a. + 100% CDI	**15.067**	–
Total			**204.873**	191.843
Passivo circulante			**58.766**	41.656
Passivo não circulante			**146.107**	150.187

A movimentação dos empréstimos e financiamentos está demonstrada a seguir:

Instituição	**Modalidade**	**2022**	**Captações**	**Amortização de principal e juros**	**Encargos**	**2023**
Bradesco	Capital de giro	58.184	**–**	**(21.882)**	**8.075**	**44.377**
Santander	Capital de giro	23.572	**15.000**	**(9.348)**	**3.422**	**32.646**
Safra	Capital de giro	–	**15.000**	**–**	**68**	**15.068**
Banco do Brasil	Capital de giro	110.087	**115.000**	**(130.130)**	**17.825**	**112.782**
Total geral		191.843	**145.000**	**(161.360)**	**29.390**	**204.873**

Instituição	**Modalidade**	**2021**	**Captações**	**Amortização de principal e juros**	**Encargos**	**2022**
Bradesco	Capital de giro	42.756	20.000	(11.497)	6.925	58.184
Santander	Capital de giro	24.045	–	(4.182)	3.709	23.572
Safra	Capital de giro	20.134	–	(23.764)	3.630	–
Banco do Brasil	Capital de giro	111.293	20.000	(36.922)	15.716	110.087
Total geral		198.228	40.000	(76.365)	29.980	191.843

continua →★

→★ continuação

Fundação São Paulo - Mantenedora da Pontifícia Universidade Católica de São Paulo e Mantenedora do Centro Universitário Assunção

NOTAS EXPLICATIVAS ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS - 31 de dezembro de 2023 e 2022 (Em milhares de reais)

15.1. Composição das parcelas de longo prazo

Instituição financeira	2025	2026	2027	2028	Total
Banco Bradesco S.A.	19.865	4.647	–	–	24.512
Banco Santander S.A.	9.370	8.869	3.358	3.357	24.954
Banco Safra S.A.	6.027	6.027	–	–	12.054
Banco do Brasil S.A.	28.196	28.196	28.195	–	84.587
Total	**63.458**	**47.739**	**31.553**	**3.357**	**146.107**

15.2. Garantias

As principais garantias oferecidas para pagamento dos empréstimos citados anteriormente estão descritas nas Notas Explicativas:
(a) Nota Explicativa nº 8: Aplicações financeiras em garantia de empréstimos;
(b) Nota Explicativa nº 11.3: Garantias (Imobilizado).

15.3. Indicadores financeiros a ser atendidos

Em decorrência da captação dos empréstimos anteriormente mencionados, a Fundação precisa manter índices financeiros relacionados ao EBITDA (sigla em inglês para Earnings Before Interest, Taxes, Depreciation and Amortization), ajustado conforme condições específicas descritas nos respectivos documentos firmados com as instituições financeiras, conforme a seguir descrito:
• Relação entre dívida financeira líquida e EBITDA AJUSTADO seja menor ou igual a 3,0, a partir do exercício de 2021.
Em 31 de dezembro de 2023, a Fundação manteve o atendimento aos indicadores anteriormente referidos.

16. Salários, férias e encargos sociais a pagar

	2023	2022
Salários a pagar	**17.042**	16.741
Férias a pagar e encargos a recolher	**16.881**	15.843
IRRF sobre folha de pagamento	**13.257**	12.471
Fundo de Garantia do Tempo de Serviço (FGTS) a recolher	**3.134**	2.895
INSS a recolher	**1.591**	1.522
Outras obrigações com pessoal	**759**	1.053
Total	**52.664**	50.525

17. Tributos parcelados

	2023	2022
REFIS federal (b)	**103.163**	104.308
FGTS parcelado (a)	**13.846**	16.696
PPI Municipal (c)	**1.548**	2.082
FGTS parcelado - Lei Complementar nº 110/2001 (d)	**402**	1.011
Outros (e)	**329**	350
Total	**119.288**	124.447
Circulante	**8.442**	8.204
Não circulante	**110.846**	116.243

a) FGTS parcelado
Em 30 de março de 2000, a Fundação formalizou com a Caixa Econômica Federal um Termo de Confissão de Dívida e Compromisso de Pagamento para os débitos de FGTS (atinente ao depósito mensal de 8% da remuneração paga no mês anterior a cada trabalhador), englobando débitos de agosto de 1986 a fevereiro de 2000, em 180 parcelas. Esse débito fora objeto de reparcelamento, pela assinatura de novo Termo de Confissão de Dívida e Compromisso de Pagamento, em 9 de novembro de 2007, englobando débitos de outubro de 1988 a fevereiro de 2000, em 240 parcelas. Em 31 de dezembro de 2023, restavam 47 parcelas a pagar, compostas da seguinte forma:

	2023	2022
Pagamento estimado em 2023	–	3.396
Pagamento estimado em 2024	**3.535**	3.396
Pagamento estimado em 2025	**3.535**	3.396
Pagamento estimado em 2026	**3.535**	3.396
Pagamento estimado em 2027	**3.241**	3.112
Total	**13.846**	16.696

A Fundação encontra-se adimplente com o parcelamento assumido com a Caixa Econômica Federal.

b) REFIS
O Programa de Recuperação Fiscal (REFIS - I) destinou-se a promover a regularização de créditos da União, decorrentes de débitos de pessoas jurídicas, relativos a impostos e contribuições, administrados pela Secretaria da Receita Federal (SRF) e pelo INSS, constituídos ou não, inscritos ou não em dívida ativa, ajuizados ou a ajuizar, com exigibilidade suspensa ou não, inclusive aqueles decorrentes da falta de recolhimento de valores retidos. A Fundação possui débitos inclusos nesse programa, cuja Lei Instituidora nº 9.964/2000 foi publicada em 11 de abril de 2000, e a adesão da FUNDASP foi efetivada em 29 de abril de 2000. Conforme previsto na legislação do REFIS-I, a Fundação recolheu mensalmente o valor mínimo correspondente a 0,3% (três décimos por cento) de seu faturamento bruto do mês imediatamente anterior a título de pagamento do parcelamento especial. O saldo devedor é atualizado mensalmente por meio da variação da Taxa de Juros de Longo Prazo (TJLP). A partir de janeiro de 2015, o recolhimento passou a ser feito no montante de 0,66% (sessenta e seis centésimos por cento) desse faturamento. Conforme proposta da Receita Federal do Brasil, a partir de julho de 2015, iniciou-se uma nova sistemática de cálculo das parcelas, apuradas da seguinte forma: saldo devedor no mês dividido pela quantidade de meses restantes para se completar 50 anos, respeitada a parcela mínima de R$266.
Nessa mesma ocasião (agosto/2015), foi recolhida a diferença apurada entre junho de 2014 e junho de 2015, no montante de R$1.036.
Assim, a partir de julho de 2015, estabeleceu-se que o critério para cálculo das parcelas deverá seguir a sistemática proposta pela Receita Federal, da seguinte forma: saldo devedor constante do Extrato atualizado da Conta do REFIS no respectivo mês dividido pelo número de meses restantes para se completar 50 anos, respeitada a parcela mínima de R$266. A partir de agosto de 2016, por força do atual cenário econômico brasileiro, com constantes elevações da Taxa de Juros de Longo Prazo (adotada nesse parcelamento) aprovadas pelo Conselho Monetário Nacional, ficou definido que, quando o cálculo acima resultar em parcela com valor menor do que a TJLP do respectivo mês, a Fundação realizará o pagamento de valor equivalente a R$3,00 (três reais) acima dos juros lançados na Conta REFIS, para que se configure a efetiva amortização do saldo devedor principal da dívida.
A perspectiva de desembolso financeiro para os próximos exercícios, tomando como base a média de pagamento dos últimos dois exercícios, encontra-se demonstrada a seguir:

	2023	2022
Pagamento estimado em 2023	–	3.839
Pagamento estimado em 2024	**3.943**	3.839
Pagamento estimado em 2025	**3.943**	3.840
Pagamento estimado em 2026	**3.943**	3.840
Pagamento estimado em 2027	**3.943**	3.840
Pagamento estimado após 2027	**87.391**	85.110
Total	**103.163**	104.308

Todas as exigências previstas na legislação do REFIS-I para manutenção desse parcelamento especial estão sendo cumpridas pela Fundação.

c) PPI Municipal
A Fundação aderiu ao Programa de Parcelamento Incentivado (PPI) da Prefeitura do Município de São Paulo em dezembro de 2015, para pagamento de IPTU relativo aos exercícios de 1991, 1994, 1995 e 1998, Taxa de Fiscalização de Estabelecimentos dos exercícios de 2011, 2012 e 2013 e Multa de Postura Municipal referente ao exercício de 2014, em que o saldo foi dividido em 120 parcelas corrigidas mensalmente à taxa referencial do Sistema Especial de Liquidação e de Custódia (Selic). Em 31 de dezembro de 2023, restavam 23 parcelas a pagar, compostas da seguinte forma:

	2023	2022
Pagamento estimado em 2023	–	714
Pagamento estimado em 2024	**808**	714
Pagamento estimado em 2025	**740**	654
Total	**1.548**	2.082

d) FGTS parcelado - Lei Complementar nº 110/2001
A Fundação formalizou também com a Caixa Econômica Federal, em 14 de novembro de 2007, outro Termo de Confissão de Dívida e Compromisso de Pagamento das Contribuições Sociais da Lei Complementar nº 110/2001 (10% sobre o montante dos depósitos na dispensa sem justa causa e 0,5% sobre a remuneração devida a cada trabalhador), englobando débitos de janeiro de 2002 a abril de 2005, em 240 parcelas. Em 31 de dezembro de 2023, restavam 47 parcelas a pagar, compostas da seguinte forma:

	2023	2022
Pagamento estimado em 2023	–	205
Pagamento estimado em 2024	**103**	206
Pagamento estimado em 2025	**103**	206
Pagamento estimado em 2026	**103**	206
Pagamento estimado em 2027	**93**	188
Total	**402**	1.011

e) Outros
PERT/RFB - Demais débitos: Em novembro de 2017, a Fundação São Paulo aderiu ao Programa Especial de Regularização Tributária (PERT) na modalidade "demais débitos" administrados pela Receita Federal. O parcelamento foi formalizado em 150 parcelas, englobando débitos de imposto de renda retido na fonte incidentes sobre o pagamento a beneficiários não identificados (código de receita 5217), rendimentos do trabalho sem vínculo empregatício (código de receita 0588) e sobre rendimentos do trabalho assalariado (código de receita 0561), os quais foram declarados em DCTF no segundo, terceiro e quarto trimestre de 1998, bem como débitos oriundos de processos administrativos de declarações de compensação não homologadas, decorrentes de pagamento a maior de imposto de renda retido na fonte sobre rendimento do trabalho assalariado (código de receita 0561) nos exercícios de 2008 e 2009.
Em 31 de dezembro de 2023, restavam 73 parcelas a pagar, compostas da seguinte forma:

	2023	2022
Pagamento estimado em 2023	–	49
Pagamento estimado em 2024	**53**	49
Pagamento estimado em 2025	**53**	49
Pagamento estimado em 2026	**53**	49
Pagamento estimado em 2027	**53**	49
Pagamento estimado após 2027	**117**	105
Total	**276**	350

18. Mensalidades antecipadas

	2023	2022
Mensalidades antecipadas	**15.866**	14.335
Outras receitas antecipadas	**2.695**	2.811
Total	**18.561**	17.146

Nesta rubrica, são registrados os valores dos planos de pagamento do curso em prazo inferior à sua duração, somados às antecipações de matrículas para cursos que se iniciam no ano seguinte daqueles alunos que escolheram pagar o curso em tempo inferior ao de sua duração.

19. Processos judiciais a pagar

	2023	2022
Acordo judicial - diferenças salariais (*)	**5.990**	9.736
Outros acordos judiciais	**593**	192
Total	**6.583**	9.928
Classificado como:		
Circulante	**5.008**	4.519
Não circulante	**1.575**	5.409

(*) Esses valores se referem ao acordo celebrado pela Fundação com o SINPRO-SP, em abril de 2015. A Fundação celebrou esse acordo judicial na Reclamação Trabalhista nº 00009253420105020076 cujo objeto eram diferenças salariais, devidas pela não aplicação de dissídio coletivo relativo ao ano de 2005. Em 31 de dezembro de 2023, restavam 15 parcelas a ser pagas pela Fundação.

19.1. Movimentação

	2022	Adições	Pagamentos	2023
Acordo judicial	9.735	–	**(3.745)**	**5.990**
Outros acordos judiciais	192	**6.364**	**(5.963)**	**593**
Total	9.927	**6.364**	**(9.708)**	**6.583**
	2021	**Adições**	**Pagamentos**	**2022**
Acordo judicial	12.503	1.399	(4.167)	9.735
Outros acordos judiciais	2.732	1.347	(3.887)	192
Total	15.235	2.746	(8.054)	9.927

20. Outras contas a pagar

	2023	2022
Aluguéis antecipados (a)	**5.511**	7.914
Recursos de projetos em execução (b)	**2.545**	700
Mensalidades a restituir	–	311
Valores a repassar	**648**	921
Contratos de permuta	**80**	77
Outros valores a pagar	**1.141**	1.997
Total	**9.925**	11.920
Classificado como:		
Circulante	**4.414**	4.006
Não circulante	**5.511**	7.914

(a) Recursos recebidos de forma antecipadas, referente locação de espaço físico locados aos Bancos Bradesco e Santander, período de 2023 a 2026.
(b) Esses valores são provenientes da entrada de recursos financeiros e que possuem obrigação condicionada, por isso precisam obrigatoriamente ser confrontados com as despesas.

21. Provisões para riscos judiciais

A Fundação é parte em ações judiciais e processos administrativos perante vários tribunais e instâncias administrativas, decorrentes do curso normal das operações, envolvendo questões tributárias, trabalhistas, cíveis e outras.
A Administração, com base em informações transmitidas pelos escritórios terceirizados que prestam serviços advocatícios e patrocinam as ações em que a Fundação é parte, na análise das demandas judiciais pendentes e na experiência advinda de casos assemelhados, constituiu provisão para cobrir as perdas prováveis estimadas com as ações em curso, conforme segue:

	2023			2022
Descrição	Provisão	Depósito judicial	Líquido	Líquido
Cíveis	**1.127**	**(86)**	**1.042**	1.322
Trabalhistas	**10.131**	**(1.277)**	**8.854**	11.756
Total	**11.258**	**(1.362)**	**9.896**	13.078

21.1. Movimentação

	2022	Adições	Reversões	Baixa	2023
Cíveis	1.404	**317**	**(594)**	–	**1.127**
Trabalhistas	13.447	**1.745**	**(5.061)**	–	**10.121**
Sub Total	14.851	**2.062**	**(5.655)**	–	**11.258**
Depósitos judiciais	(1.773)	**(161)**	**572**	–	**(1.362)**
Total	13.078	**1.901**	**(5.083)**	–	**9.896**
	2021	**Adições**	**Reversões**	**Baixa**	**2022**
Cíveis	1.303	252	(151)	–	1.404
Trabalhistas	12.407	2.252	(1.212)	–	13.447
Sub Total	13.710	2.504	(1.363)	–	14.851
Depósitos judiciais	(3.496)		212	1.511	(1.773)
Total	10.214	2.504	(1.151)	1.511	13.078

Em 31 de dezembro de 2023, a Fundação era parte em 272 processos judiciais em andamento, na condição de ré, sendo: 146 ações cíveis, 120 ações trabalhistas e 6 de natureza tributária/fiscal.

21.2. Processos trabalhistas

Em 31 de dezembro de 2023, a provisão para ações trabalhistas classificadas como de risco de perda provável era de R$10.129 (R$13.447 em 2022). Para os referidos processos, a Fundação possui depósitos judiciais constituídos no montante de R$1.275 (R$1.690 em 2022).
As reclamações trabalhistas versam, principalmente, sobre casos de pagamento de diferenças salariais, reintegrações, horas extras, indenizações, reposição de dissídios e outros, os quais a Administração julga como normais nas suas atividades. Da composição de 120 processos trabalhistas (123 em 2022) mencionados anteriormente, 31 (42 em 2022) deles foram considerados como de risco de perda provável e 30 como possível (22 em 2022), conforme demonstrados a seguir:

	2023		2022	
Risco de perda	Quantidade	R$	Quantidade	R$
Provável	**31**	**10.130**	42	13.446
Possível	**30**	**5.797**	22	6.194
Total	**61**	**15.927**	64	19.640

21.3. Processos cíveis

Em 31 de dezembro de 2023, a provisão para ações cíveis classificadas como de risco de perda provável era de R$1.128 (R$1.405 em 2022). Para os referidos processos, a Fundação possui depósitos judiciais constituídos no montante de R$86 (R$83 em 2022).
As ações de natureza cível, em sua maioria, têm por objeto: realização de matrículas; declaração de inexigibilidade de débitos de mensalidades; indenizações por cobranças indevidas ou inclusão nos órgãos de proteção ao crédito; entre outros. Adicionalmente, as ações em que o HSL, mantido pela FUNDASP, é parte versam, principalmente, sobre indenizações por alegados erros médicos.
Da composição de 146 ações cíveis mencionadas anteriormente, 23 delas foram consideradas como de risco de perda provável (28 em 2022) e 117 como possível (104 em 2022), conforme demonstradas a seguir:

	2023		2022	
Risco de perda	Quantidade	R$	Quantidade	R$
Provável	**23**	**1.128**	28	1.405
Possível	**117**	**11.881**	104	12.366
Total	**140**	**13.009**	132	13.771

22. Patrimônio líquido

Em uma eventual extinção da Fundação, o seu patrimônio remanescente será destinado à outra fundação que tenha a mesma finalidade ou semelhante ao dessa Fundação; no caso de recusa, tal destinação será feita à fundação registrada no Conselho Nacional de Assistência Social (CNAS) ou, ainda, à fundação qualificada como organização da sociedade civil de interesse público, sempre de acordo com a decisão tomada pelo voto da maioria simples dos membros do Conselho Superior (Estatuto Social, artigo 39, § 2º).

a) Patrimônio social
O patrimônio social é composto pelos valores de formação da Fundação, valores de doações e subvenções, com o objetivo de destiná-los às atividades objeto da Fundação, complementados pelos superávits e déficits acumulados.

b) Ajuste de avaliação patrimonial
A reserva para ajustes de avaliação patrimonial inclui a reserva de reavaliação realizada em anos anteriores, o ajuste por adoção do valor justo como custo atribuído do ativo imobilizado na data de transição e a disponibilização de alguns terrenos e edifício para fins de renda e valorização, que foram avaliados e estão demonstrados a valor justo.
Os valores registrados nesta rubrica são reclassificados para patrimônio social, proporcionalmente à depreciação dos ativos a que elas se referem.

23. Informações por segmento de negócio

As informações por segmentos operacionais são apresentadas de modo consistente com o relatório interno fornecido para o principal tomador de decisões operacionais, que possibilita deliberações com base nessas estruturas, representados por: segmento de Educação e segmentos hospitalar.
Os ativos e passivos por segmento não estão apresentados, em linha com o CPC 22, em virtude destas informações não serem apresentadas de forma regular ao principal tomador de decisões operacionais.

	2023			2022		
	Educação	Hospitalar	Consolidado	Educação	Hospitalar	Consolidado
Receita operacional bruta						
Receita com mensalidade	**620.283**	–	**620.283**	585.691	–	585.691
Receita com assistência médico-hospitalar	–	**17.448**	**17.448**	–	17.340	17.340
Receita com subvenções e doações	**2.330**	**44.489**	**46.819**	2.048	40.675	42.723
Outras receitas	**25.031**	**1.919**	**26.950**	14.888	938	15.826
	647.644	**63.856**	**711.500**	602.627	58.953	661.580
Deduções						
Bolsa de estudo filantrópica	**(76.756)**	–	**(76.756)**	(71.090)	–	(71.090)
Bolsa de estudo sociais	**(67.905)**	–	**(67.905)**	(58.174)	–	(58.174)
Abatimentos concedidos sobre mensalidades	**(445)**	–	**(445)**	(52)	–	(52)
	(145.106)	–	**(145.106)**	(129.316)	–	(129.316)
Receita operacional liquida	**502.538**	**63.856**	**566.394**	473.311	58.953	532.264
Custos com serviços prestados						
Custos diretos e indiretos com atividades de ensino	**(259.744)**	**(160)**	**(259.904)**	(234.229)	(131)	(234.360)
Custos diretos e indiretos com atividades hospitalares	**(18)**	**(43.939)**	**(43.957)**	(106)	(40.017)	(40.123)
Outros custos	**(592)**	–	**(592)**	(1.103)	–	(1.103)
	(260.354)	**(44.099)**	**(304.453)**	(235.438)	(40.148)	(275.586)
Superavit bruto	**242.184**	**19.757**	**261.941**	237.873	18.805	256.678
Receitas(despesas) operacionais						
Salários, férias e encargos sociais	**(114.564)**	**(36.395)**	**(150.959)**	(101.808)	(31.968)	(133.776)
Gerais e administrativas	**(27.945)**	**(4.849)**	**(32.794)**	(24.267)	(5.654)	(29.921)
Despesas com serviços de terceiros	**(29.334)**	**(4.939)**	**(34.273)**	(28.068)	(4.802)	(32.870)
Provisão de créditos de liquidação duvidosa e glosas	**(5.499)**	–	**(5.499)**	(4.402)	(348)	(4.750)
Provisão para processos e contingências judiciais	**(4.093)**	–	**(4.093)**	(3.849)	–	(3.849)
Depreciações e amortizações	**(12.158)**	**(206)**	**(12.364)**	(10.901)	(167)	(11.068)
Pesquisas e desenvolvimento científico	**(876)**	**(2)**	**(878)**	(1.827)	–	(1.827)
Outras (despesas) receitas, liquidas	**15.420**	**(391)**	**15.029**	2.090	(339)	1.751
	(179.049)	**(46.782)**	**(225.831)**	(173.032)	(43.278)	(216.310)
Superávit/déficit operacional antes do resultado financeiro	**63.135**	**(27.025)**	**36.110**	64.841	(24.473)	40.368
Resultado Financeiro						
Receitas financeiras	**28.247**	**1.762**	**30.009**	23.394	442	23.836
Despesas financeiras	**(52.195)**	**(175)**	**(52.370)**	(51.890)	(334)	(52.224)
	(23.948)	**1.587**	**(22.361)**	-28.496	108	(28.388)
Resultado do exercício	**39.187**	**(25.438)**	**13.749**	36.345	(24.365)	11.980

24. Receita operacional líquida

A Fundação gera receita principalmente pelas atividades educacionais desenvolvidas, entre outras, nos cursos de graduação, pós-graduação e de educação executiva. Outras receitas incluem cursos customizados, inscrição no vestibular, emissão de carteirinha, diplomas e certificados. Além de receitas dos serviços médico-hospitalares.
Abaixo apresentamos a conciliação entre as receitas brutas e as receitas apresentadas na demonstração do resultado do exercício:

	2023	2022
Receita da unidade educacional		
Mensalidades, taxas e inscrições - Graduação	**466.596**	435.294
Mensalidades, taxas e inscrições - Pós-graduação *stricto sensu*	**127.590**	122.234
Mensalidades, taxas e inscrições - Pós-graduação *lato sensu*	**18.725**	19.981
Mensalidades, taxas e inscrições - Extensão	**5.894**	4.854
Mensalidades, taxas e inscrições - Derdic	**1.497**	3.328
Subsídio público	**2.013**	1.817
Outras receitas	**25.350**	15.119
	647.665	602.627
Deduções da receita educacional		
Bolsas de estudo filantrópicas	**(76.756)**	(71.076)
Bolsas de estudo assistenciais	**(67.923)**	(58.174)
Abatimentos e descontos concedidos sobre mensalidades	**(446)**	(66)
	(145.125)	(129.316)
Receita operacional líquida - Unidade educacional	**502.540**	473.311
Assistência médico-hospitalar		
SUS	**41.158**	36.319
Convênios	**11.083**	10.758
Particular - PF	**4.400**	5.578
Subsídio público	**5.294**	5.360
Outros	**1.919**	938
Receita operacional líquida - Unidade hospitalar	**63.854**	58.953
Receita operacional líquida - Total	**566.394**	532.264

Obrigações de desempenho e políticas de reconhecimento de receita

Tipo de produto	Natureza e época do cumprimento das obrigações de desempenho, incluindo condições de pagamento significativas	Reconhecimento da receita conforme o CPC47/IFRS 15
Prestação de serviços educacionais	O cliente obtém o controle das receitas com mensalidades de ensino de nível superior (graduação e pós-graduação), mensalidades dos cursos de especialização e extensão universitária, outras prestações de serviço de ensino, além de taxas de inscrições em vestibulares, no momento da prestação de serviço. Uma receita não é reconhecida se há uma incerteza significativa na sua realização.	Vide Nota Explicativa n° 3.c (a)
Prestação de serviços médico-hospitalar	O cliente obtém o controle das receitas com a prestação de serviço e atendimento de pacientes de convênios, SUS, particulares e outras prestações de serviços voltados para a assistência dessas atividades. Os contratos com convênios e operadoras de planos de saúde permitem ao cliente a recusa parcial ou total da fatura (glosa), por considerar sua cobrança indevida, por erro ou omissão de alguma informação nas fichas de atendimento ou pedido de pagamento. Essas perdas são mensuradas pela Fundação com base em históricos recentes e descontadas da receita de prestação de serviços. Uma receita não é reconhecida se há uma incerteza significativa na sua realização.	Vide Nota Explicativa n° 3.c (c)

25. Custos diretos educacionais e hospitalares

	2023	2022
Unidade educacional:		
Custos educacionais - Graduação e pós-graduação	**(253.733)**	(228.326)
Custos com cursos extracurriculares	**(6.172)**	(6.033)
Outros custos	**(591)**	(1.108)
	(260.496)	(235.467)
Unidade hospitalar:		
Custos - Materiais hospitalares	**(18.837)**	(18.429)
Custos com serviços hospitalares	**(25.120)**	(21.690)
	(43.957)	(40.119)
Total	**(304.453)**	(275.586)

26. Despesas com pessoal

	2023	2022
Salários e ordenados	**(99.391)**	(89.883)
Férias e 13º salário	**(20.308)**	(18.798)
FGTS	**(9.306)**	(8.542)
Assistência médica	**(8.949)**	(7.703)
Aviso prévio e indenizações	**(5.462)**	(2.611)
Outras despesas com pessoal	**(7.543)**	(6.239)
Total	**(150.959)**	(133.776)

27. Despesas gerais e administrativas

	2023	2022
Água, gás, energia elétrica e telecomunicações	**(8.576)**	(8.762)
Liquidação de processos	**(7.686)**	(1.197)
Materiais (a)	**(6.979)**	(7.277)
Aluguéis (b)	**(3.227)**	(2.763)
Expediente e gerais	**(5.502)**	(4.916)
Impostos e taxas	**(1.442)**	(952)
Outras despesas	**(7.068)**	(5.251)
Total	**(40.480)**	(31.118)

(a) Referem-se a gastos com materiais de consumo diário da Fundação, tais como materiais de escritório, higiene e limpeza, copa e cozinha, didáticos, entre outros.
(b) Referem-se a gastos com aluguéis que estão fora do escopo do IFRS 16 - arrendamentos: despesas com aluguéis de imóveis.

28. Despesas com serviços de terceiros

	2023	2022
Segurança e limpeza	**(16.121)**	(14.939)
Serviços de assessoria e consultoria jurídica e administrativa	**(3.498)**	(4.616)
Publicidade e propaganda	**(3.855)**	(3.983)
Manutenção e reparos	**(6.927)**	(5.990)
Serviços administrativos	**(556)**	(878)
Autônomos contratados e estagiários	**(630)**	(644)
Outras despesas com serviços	**(2.686)**	(1.820)
Total	**(34.273)**	(32.870)

29. Outras receitas e outras despesas, líquidas

	2023	2022
Outras receitas:		
Propriedade para investimento - Atualização de valor de mercado (nota 13)	**16.026**	8.442
Valoração de trabalhos voluntários	**23**	20
Outras receitas operacionais	**120**	198
	16.169	8.660
Outras despesas:		
Inexigibilidade	**(529)**	(223)
Anistia de débito	**(47)**	(49)
Remensuração arrendamento	**129**	(406)
Valoração de trabalhos voluntários	**(23)**	(20)
Outras despesas operacionais	**(670)**	(6.211)
	(1.140)	(6.909)
	15.029	1.751

30. Resultado financeiro

	2023	2022
Receitas financeiras:		
Receitas com atualizações de mensalidades e bolsas	**14.822**	10.294
Receitas com aplicações financeiras	**13.880**	12.911
Receitas financeiras de ensino e hospitalares	**1.058**	335
Outras receitas financeiras	**249**	296
	30.009	23.836
Despesas financeiras:		
Despesas com cobranças bancárias	**(602)**	(707)
Juros sobre empréstimos e financiamentos	**(29.390)**	(29.980)
Encargos sobre tributos e parcelamentos	**(3.196)**	(3.215)
Descontos concedidos sobre financiamentos de mensalidades	**(15.836)**	(15.211)
Despesa com arrendamento mercantil	**(2.005)**	(1.590)
Outras despesas bancárias	**(1.341)**	(1.521)
	(52.370)	(52.224)
Resultado financeiro líquido	**(22.361)**	(28.388)

31. Instrumentos financeiros

Gerenciamento dos riscos financeiros
Visão geral
A Fundação possui exposição aos seguintes riscos resultantes de instrumentos financeiros:
• Risco de crédito
• Risco de liquidez
• Risco de taxa de juros.
Esta nota apresenta informações sobre a exposição da Fundação a cada um dos riscos supramencionados, seus objetivos, suas políticas e seus processos de mensuração, e o gerenciamento de riscos e de capital da Fundação.
A Fundação apresenta exposição aos seguintes riscos advindos do uso de instrumentos financeiros:

a) *Risco de crédito*
É o risco de prejuízo financeiro da Fundação caso um devedor ou contraparte em um instrumento financeiro falhe em cumprir com suas obrigações contratuais, que surgem principalmente dos recebíveis da Fundação, representados principalmente por caixa e equivalentes de caixa, aplicações financeiras, contas a receber de alunos e hospital e bolsas restituíveis.
Exposição ao risco de crédito
O valor contábil dos ativos financeiros representa a exposição máxima do crédito. A exposição máxima do risco de crédito nas datas de encerramento dos exercícios é:

	Nota Explicativa nº	2023	2022
Caixa e equivalentes de caixa	4	**66.856**	78.453
Aplicações financeiras vinculadas	4	**7.565**	8.336
Contas a receber de alunos e hospital-Circulante	5	**32.679**	24.650
Contas a receber de alunos e hospital-não Circulante	5	**895**	2.182
Bolsas restituíveis/FIES - Circulante	6	**2.857**	3.811
Aplicações financeiras em garantia de empréstimos	8	**40.163**	24.951
Total		**151.015**	142.383

• Caixa e equivalentes de caixa e aplicações financeiras - A política de gestão de risco corporativo determina que a Fundação avalie regularmente o risco associado ao seu fluxo de caixa e as propostas de mitigação de risco. As estratégias de mitigação de riscos são executadas com o objetivo de reduzir os riscos com relação ao cumprimento dos compromissos assumidos pela Fundação. A Fundação possui aplicações financeiras em títulos de renda fixa de curto e longo prazos, que são realizadas em instituições financeiras tradicionais e são consideradas de baixo risco.
• Contas a receber de alunos, hospital e bolsas restituíveis - O risco de crédito é, principalmente, gerenciado pela renovação das matrículas semestralmente, momento em que os débitos são quitados e/ou renegociados. Não há concentração de risco de crédito no modelo de negócios, sendo a carteira pulverizada e formada principalmente por pessoas físicas. Em 31 de dezembro de 2023, a Fundação possuía provisão de R$27.342 sobre as contas a receber de alunos (64,76% do total), R$5.030 sobre os créditos hospitalares (21,20% do total) e R$1.592 sobre as bolsas restituíveis (35,78%) para fazer face ao risco de crédito.

b) *Risco de liquidez*
É o risco em que a Fundação encontrará dificuldades em cumprir com as obrigações associadas a seus passivos financeiros que são liquidados com pagamentos à vista ou com outro ativo financeiro. A abordagem da Fundação na administração de liquidez é de garantir, o máximo possível, que sempre tenha liquidez suficiente para cumprir com suas obrigações, sob condições normais e de estresse, sem causar perdas inaceitáveis ou com risco de prejudicar a reputação da Fundação.
A seguir, estão as maturidades contratuais de passivos financeiros, incluindo pagamentos de juros estimados e excluindo o impacto de acordos de negociação de moedas pela posição líquida:

2023						
Passivos financeiros não derivativos	Valor contábil	6 meses ou menos	6-12 meses	1-2 anos	2-5 anos	Mais de 5 anos
Empréstimos e financiamentos	**204.873**	**27.037**	**31.729**	**63.458**	**82.649**	–
Fornecedores	**14.347**	**14.347**	–	–	–	–
Total	**219.220**	**41.384**	**31.729**	**63.458**	**82.649**	–

2022						
Passivos financeiros não derivativos	Valor contábil	6 meses ou menos	6-12 meses	1-2 anos	2-5 anos	Mais de 5 anos
Empréstimos e financiamentos	191.843	17.228	24.428	48.856	101.331	–
Fornecedores	13.497	13.497	–	–	–	–
Total	205.340	30.725	24.428	48.856	101.331	–

c) *Risco de taxa de juros*
Nas datas de encerramento dos exercícios, o perfil dos instrumentos financeiros remunerados por juros da Fundação era:

Instrumentos de taxa variável	2023	2022
Ativos financeiros:		
Aplicações financeiras - (ne. 4)	**62.325**	77.132
Aplicações financeiras vinculadas - (ne. 4)	**7.565**	8.336
Aplicações financeiras em garantia - (ne.8)	**40.163**	24.951
Passivos financeiros:		
Empréstimos e financiamentos - (ne. 15)	**(204.873)**	(191.843)
Total	**(94.820)**	(81.424)

continua →★

—★ continuação

Fundação São Paulo - Mantenedora da Pontifícia Universidade Católica de São Paulo e Mantenedora do Centro Universitário Assunção

NOTAS EXPLICATIVAS ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS - 31 de dezembro de 2023 e 2022 (Em milhares de reais)

Análise de sensibilidade à variação da taxa do CDI

A Fundação mantém parcela substancial das suas disponibilidades em determinadas operações indexadas à variação do CDI. Em 31 de dezembro de 2023, a Fundação apresentava uma dívida líquida de R$97.854 (R$88.439 em 31 de dezembro de 2022).

A expectativa de mercado, conforme dados retirados do Banco Central do Brasil (Bacen), com data-base de 31 de dezembro de 2023, indicava uma taxa mediana efetiva do CDI estimada em 13,00%, cenário provável para o ano de 2024, mediante a taxa efetiva de 12,39% verificada no ano de 2023.

	Cenário provável	Cenário I - Deterioração de 25%	Cenário II - Deterioração de 50%
Taxa efetiva anual do CDI de 2023	12,39%	12,39%	12,39%
Dívida líquida em 31 de dezembro de 2023	97.854	97.854	97.854
Taxa anual estimada do CDI	13,00%	16,25%	19,50%
Efeito no instrumento financeiro:			
Diminuição/(aumento)	597	3.777	6.957

d) *Estimativa do valor justo*

A Fundação divulga seus ativos e passivos ao valor justo, com base nos pronunciamentos contábeis pertinentes que definem valor justo e estrutura de mensuração do valor justo, os quais se referem a conceitos de avaliação e práticas e requerem determinadas divulgações sobre o valor justo.

e) *Estimativa do valor justo*

e.1) Valor justo versus valor contábil

Devido à natureza dos saldos, pressupõe-se que o valor justo dos saldos de instrumentos financeiros da Fundação estejam próximos aos seus valores contábeis.

A tabela a seguir apresenta os valores contábeis e os valores justos dos ativos e passivos financeiros, incluindo os seus níveis na hierarquia do valor justo. Não inclui informações sobre o valor justo dos ativos e passivos financeiros não mensurados ao valor justo, se o valor contábil é uma aproximação razoável do valor justo.

	Valor contábil: Valor justo por meio do resultado	Custo amortizado	Outros passivos financeiros	Total
Em 31 de dezembro de 2023				
Ativos financeiros não mensurados ao valor justo				
Caixa e equivalentes de caixa - Caixa e bancos	**66.856**	–	–	**66.856**
Caixa e equivalentes de caixa - Aplicações financeiras	**7.565**	–	–	**7.565**
Aplicações financeiras (garantia de empréstimos)	**40.163**	–	–	**40.163**
Contas a receber de alunos e hospital	–	**33.574**	–	**33.574**
Bolsas restituíveis/FIES	–	**2.857**	–	**2.857**
Certificado de potencial construtivo a receber	–	**5.695**	–	**5.695**
Outros ativos	–	**8.162**	–	**8.162**
	114.584	**50.288**	–	**164.872**
Passivos financeiros não mensurados ao valor justo				
Empréstimos e financiamentos	–	**204.873**	–	**204.873**
Fornecedores	–	**14.347**	–	**14.347**
Tributos parcelados	–	**119.288**	–	**119.288**
	–	**338.508**	–	**338.508**

	Valor contábil: Valor justo por meio do resultado	Custo amortizado	Outros passivos financeiros	Total
Em 31 de dezembro de 2022				
Ativos financeiros não mensurados ao valor justo				
Caixa e equivalentes de caixa - Caixa e bancos	78.453	–	–	78.453
Caixa e equivalentes de caixa - Aplicações financeiras	8.336	–	–	8.336
Aplicações financeiras (garantia de empréstimos)	24.951	–	–	24.951
Contas a receber de alunos e hospital	–	26.832	–	26.832
Bolsas restituíveis/FIES	–	3.811	–	3.811
Certificado de potencial construtivo a receber	–	5.695	–	5.695
Outras ativos	–	12.060	–	12.060
	111.740	48.398	–	160.138
Passivos financeiros não mensurados ao valor justo				
Empréstimos e financiamentos	–	191.843	–	191.843
Fornecedores	–	13.497	–	13.497
Tributos parcelados	–	124.447	–	124.447
	–	329.787	–	329.787

e.2) Hierarquia do valor justo

Devido ao ciclo de curto prazo, pressupõe-se que o valor justo dos saldos de caixa e equivalentes de caixa, contas a receber de clientes e contas a pagar a fornecedores esteja próximo aos seus valores contábeis. Para mensuração e determinação do valor justo, a Fundação utiliza vários métodos, incluindo abordagens de mercado, de resultado ou de custo.

Com base nessas abordagens, a Fundação presume o valor que participantes do mercado utilizariam para precificar o ativo ou passivo, incluindo hipóteses acerca de riscos ou riscos inerentes às entradas (*inputs*) usadas nas técnicas de avaliação. Essas entradas podem ser facilmente observáveis, confirmadas pelo mercado, ou não observáveis. A Fundação utiliza técnicas que maximizam o uso de entradas observáveis e minimiza o uso das não observáveis, e essas entradas para mensurar o valor justo são classificadas em três níveis de hierarquia. Os ativos e passivos financeiros registrados ao valor justo deverão ser classificados e divulgados de acordo com os níveis a seguir:

- Nível 1 - Preços cotados (não ajustados) em mercados ativos, líquidos e visíveis para ativos e passivos idênticos que estão acessíveis na data de mensuração.
- Nível 2 - Preços cotados (podendo ser ajustados ou não) para ativos ou passivos similares em mercados ativos, outras entradas não observáveis no nível 1, direta ou indiretamente, nos termos do ativo ou passivo.
- Nível 3 - Ativos e passivos cujos preços não existem, ou cujos preços ou cujas técnicas de avaliação são amparados por um mercado pequeno ou inexistente, não observável ou líquido. Nesse nível, a estimativa do valor justo torna-se altamente subjetiva.

Os instrumentos financeiros da Fundação são todos classificados no nível 2.

32. Cobertura de seguros

A Fundação adota a política de contratar cobertura de seguros para os bens sujeitos a riscos por montantes que cubram eventuais sinistros, considerando a natureza de sua atividade. As premissas de riscos adotadas, dada a sua natureza, não fazem parte do escopo de uma auditoria de demonstrações financeiras, consequentemente, não foram examinadas pelos nossos auditores independentes.

Em 31 de dezembro de 2023, a cobertura de seguros contra riscos operacionais era composta por valores de risco declarados de R$418.650 para cobertura dos edifícios, R$191.765 para conteúdo (máquinas, equipamentos, móveis, utensílios e instalações, entre outros) e R$132.625 relativos aos limites máximos de garantia para cobertura básica de incêndio, raio e explosão.

33. Gratuidade por meio de bolsas de estudo e projetos

Uma das principais exigências para manutenção do CEBAS, principal requisito para fruição da imunidade às contribuições para a seguridade social pela Fundação, é o cumprimento do percentual de gratuidade previsto na Lei Complementar nº 187/2021, de 16 de dezembro de 2021.

A legislação prevê a concessão de uma bolsa integral para cada cinco alunos pagantes, sendo que o aluno beneficiado deverá ser selecionado pelo perfil socioeconômico. A bolsa de estudo integral será concedida a aluno cuja renda familiar mensal per capita não exceda o valor de 1 ½ (um e meio) salário-mínimo e a bolsa de estudo parcial será concedida a aluno cuja renda familiar mensal per capita não exceda o valor de 3 (três) salários-mínimos.

No ano de 2023, a Fundação aplicou em gratuidade percentuais superiores a 20% (um bolsista para cinco pagantes), visando cumprir a gratuidade exigida pela Lei Complementar nº 187/2021, conforme evidenciado no quadro 1.

- Quadro 1 - Relação de alunos pagantes versus alunos bolsistas "filantrópicos", de acordo com os critérios definidos na Lei Complementar nº 187/2021:

Ano-base de 2023	**Junho/2023**	**Dezembro/2023**
Número de alunos matriculados	**10.946**	**10.538**
Número de alunos pagantes	**8.354**	**8.111**
Número de alunos bolsistas graduação- PROUNI 50%	**6**	**6**
Número de alunos bolsistas graduação- PROUNI 100%	**1.336**	**1.347**
Número de alunos bolsistas graduação- FUNDASP 50%	**120**	**98**
Número de alunos bolsistas graduação- FUNDASP 100%	**384**	**371**
Número de alunos bolsistas pós-graduação- FUNDASP 50%	**21**	**19**
Número de alunos bolsistas pós-graduação- FUNDASP 100%	**77**	**61**
Número de alunos bolsistas DERDIC 100%	**31**	**31**
Bolsas integrais "100%" concedidas	**1.828**	**1.810**
Bolsas concedidas 50% "equivalente a 100%"	**74**	**62**
Total de alunos bolsistas "filantrópicos"	**1.902**	**1.872**
Relação com alunos pagantes	**22,77%**	**23,08%**
Ano-base de 2022	**Junho/2022**	**Dezembro/2022**
Número de alunos matriculados	11.190	10.597
Número de alunos pagantes	8.695	8.156
Número de alunos bolsistas graduação- PROUNI 50%	16	11
Número de alunos bolsistas graduação- PROUNI 100%	1.252	1.199
Número de alunos bolsistas graduação- FUNDASP 50%	122	123
Número de alunos bolsistas graduação- FUNDASP 100%	418	440
Número de alunos bolsistas graduação - MÉRITO ACADEMICO 100%	1	–
Número de alunos bolsistas pós-graduação- FUNDASP 50%	16	21
Número de alunos bolsistas pós-graduação- FUNDASP 100%	73	78
Número de alunos bolsistas DERDIC 100%	77	78
Bolsas integrais "100%" concedidas	1.821	1.795
Bolsas concedidas 50% "equivalente a 100%"	77	78
Total de alunos bolsistas "filantrópicos"	1.898	1.873
Relação com alunos pagantes	21,83%	22,96%

Em dezembro de 2023, a instituição ofertou uma bolsa de estudos de 100% para cada 4,3 alunos pagantes.

Apresentamos no quadro abaixo o detalhamento do cálculo do valor efetivamente recebido:

- Quadro 2 - Demonstrativo do valor efetivamente recebido

	2023	2022
Saldo inicial de valores a receber (alunos) - Curto prazo	**9.350**	14.189
Saldo inicial de valores a receber (alunos) - Longo prazo	**2.902**	813
Receitas de mensalidades - Graduação	**467.273**	436.297
Receitas de mensalidades - Pós-graduação	**127.590**	122.234
Receitas de mensalidades - Derdic	**1.497**	3.328
Receitas de mensalidades - Educação continuada	**28.966**	28.065
Bolsas de estudos concedidas	**(144.661)**	(129.250)
Descontos por pagamento antecipado das mensalidades de graduação	**(13.169)**	(12.060)
Abatimentos sobre mensalidades	**(5.487)**	(4.299)
Saldo final de valores a receber (alunos) - Curto prazo	**13.986**	9.350
Saldo final de valores a receber (alunos) - Longo prazo	**895**	2.902
Valor efetivamente recebido	**459.380**	447.065

Com relação ao valor equivalente à cota patronal isenta, a mesma esta demonstrada no quadro abaixo:

- Quadro 3 - Isenção usufruída

	2023	2022
Valor total da isenção usufruída	**87.172**	80.965
Cota patronal	**68.169**	63.334
SAT - seguro acidente de trabalho	**3.611**	3.346
Terceiros	**15.392**	14.285
COFINS - contribuição para o financiamento da seguridade social	–	–
CSLL - contribuição social sobre o lucro líquido	–	–

Destacamos que a Fundação manteve suas atividades na área de assistência social durante o exercício de 2023, conforme demonstrado no quadro 4.

- Quadro 4 - Demonstração do Resultado Segmentado:

2023	Educacional	Saúde	Assistência social	Social	Consolidado
Receita operacional bruta					
Mensalidades, taxas e inscrições	**591.340**	–	–	–	**591.340**
Cursos extracurriculares	**28.941**	–	–	–	**28.941**
Assistência médico-hospitalar	–	**61.936**	–	–	**61.936**
Subvenções e doações	**236**	**2.014**	–	**82**	**2.332**
Outras receitas	**21.127**	**5.528**	**37**	**258**	**26.950**
Total receita operacional bruta	**641.644**	**69.478**	**37**	**340**	**711.499**
Deduções					
Bolsas de estudo filantrópicas	**(76.756)**	–	–	–	**(76.756)**
Bolsas de estudo (sociais)	**(67.905)**	–	–	–	**(67.905)**
Abatimentos concedidos sobre mensalidades	**(444)**	–	–	–	**(444)**
Total Deduções	**(145.105)**	–	–	–	**(145.105)**
Receita operacional líquida	**496.539**	**69.478**	**37**	**340**	**566.394**
Custos diretos e indiretos com atividades educacionais	**(259.395)**	**(164)**	**(43)**	**(303)**	**(259.905)**
Custos diretos com atividades hospitalares	**(16)**	**(43.940)**	–	**(1)**	**(43.957)**
Outros custos	**(591)**	–	–	–	**(591)**
Total Custo do Serviço Prestado	**(260.002)**	**(44.104)**	**(43)**	**(304)**	**(304.453)**
Superávit bruto operacional	**236.537**	**25.374**	**(6)**	**36**	**261.941**
Receitas (Despesas) operacionais					
Salários, férias e encargos sociais	**(102.641)**	**(37.000)**	**(2.276)**	**(9.042)**	**(150.959)**
Despesas com serviços de terceiros	**(27.881)**	**(4.963)**	**(431)**	**(998)**	**(34.273)**
Gerais e administrativas	**(22.591)**	**(7.160)**	**(139)**	**(2.904)**	**(32.794)**
Provisão de créditos de liquidação duvidosa e glosas	**(5.499)**	–	–	–	**(5.499)**
Provisão para processos e contingências judiciais	**(4.093)**	–	–	–	**(4.093)**
Depreciações e amortizações	**(12.158)**	**(206)**	–	–	**(12.364)**
Pesquisas e desenvolvimento científico	**(875)**	**(2)**	–	**(1)**	**(878)**
Outras (despesas) receitas, líquidas	**15.420**	**(391)**	–	–	**15.029**
Total Receitas (Despesas) operacionais	**(160.318)**	**(49.722)**	**(2.846)**	**(12.945)**	**(225.831)**
Superávit operacional antes do resultado financeiro	**76.219**	**(24.348)**	**(2.852)**	**(12.909)**	**36.110**
Resultado Financeiro					
Receitas financeiras	**28.196**	**1.762**	**51**	–	**30.009**
Despesas financeiras	**(52.195)**	**(175)**	–	–	**(52.370)**
Total Resultado Financeiro	**(23.999)**	**1.587**	**51**	–	**(22.361)**
Resultado do exercício	**52.220**	**(22.761)**	**(2.801)**	**(12.909)**	**13.749**

2022	Educacional	Saúde	Assistência social	Social	Consolidado
Receita operacional bruta					
Mensalidades, taxas e inscrições	557.697	–	–	–	557.697
Cursos extracurriculares	27.978	–	–	–	27.978
Assistência médico-hospitalar	–	58.016	–	–	58.016
Subvenções e doações	186	1	–	1.862	2.049
Outras receitas	10.770	937	8	4.112	15.827
Total receita operacional bruta	596.631	58.954	8	5.974	661.567
Deduções					
Bolsas de estudo filantrópicas	(71.076)	–	–	–	(71.076)
Bolsas de estudo (sociais)	(58.174)	–	–	–	(58.174)
Abatimentos concedidos sobre mensalidades	(52)	–	–	–	(52)
Total Deduções	(129.302)	–	–	–	(129.302)
Receita operacional líquida	467.329	58.954	8	5.974	532.265
Custos diretos e indiretos com atividades educacionais	(234.230)	(131)	–	–	(234.361)
Custos diretos com atividades hospitalares	(91)	(40.017)	–	(15)	(40.123)
Outros custos	(1.103)	–	–	–	(1.103)
Total Custo do Serviço Prestado	(235.424)	(40.148)	–	(15)	(275.587)
Superávit bruto operacional	231.905	18.806	8	5.959	256.678
Receitas (Despesas) operacionais					
Salários, férias e encargos sociais	(89.912)	(31.968)	(2.172)	(9.724)	(133.776)
Despesas com serviços de terceiros	(26.620)	(4.802)	(482)	(967)	(32.871)
Gerais e administrativas	(18.667)	(5.654)	(122)	(5.479)	(29.922)
Provisão de créditos de liquidação duvidosa e glosas	(4.403)	(348)	–	–	(4.751)
Provisão para processos e contingências judiciais	(3.849)	–	–	–	(3.849)
Depreciações e amortizações	(10.899)	(167)	–	–	(11.066)
Pesquisas e desenvolvimento científico	(1.820)	–	–	(7)	(1.827)
Outras (despesas) receitas, liquidas	2.106	(339)	(3)	(12)	1.752
Total Receitas (Despesas) operacionais	(154.064)	(43.278)	(2.779)	(16.189)	(216.310)
Superávit operacional antes do resultado financeiro	77.841	(24.472)	(2.771)	(10.230)	40.368
Resultado Financeiro					
Receitas financeiras	23.390	442	–	4	23.836
Despesas financeiras	(51.884)	(334)	–	(6)	(52.224)
Total Resultado Financeiro	(28.494)	108	–	(2)	(28.388)
Resultado do exercício	49.347	(24.364)	(2.771)	(10.232)	11.980

No que tange às atividades de saúde desempenhadas no HSL, mantido pela Fundação e em se tratando do regramento que envolve o CEBAS, os atendimentos são feitos no âmbito do Sistema Único de Saúde, garantindo-se cumprimento de, no mínimo, 60% dos serviços SUS.

Em 2023, com base nos atendimentos/procedimentos ambulatoriais e internações registrados em nosso sistema de informações, garantimos o cumprimento de 84% de serviços SUS prestados, sendo 87% correspondentes à produção hospitalar e 71% correspondente à produção ambulatorial.

Atendimentos ambulatoriais e internações

Tipo	jan/23	fev/23	mar/23	abr/23	mai/23	jun/23	jul/23	ago/23	set/23	out/23	nov/23	dez/23	Total	%
SUS	4.094	4.431	4.685	3.818	4.853	4.467	4.203	4.854	4.517	4.785	4.060	3.782	52.549	84%
Convênios	801	954	753	762	838	738	672	693	663	651	584	619	8.728	14%
Particulares	135	158	77	100	118	132	146	109	113	115	106	91	1.400	2%
Total	**5.030**	**5.543**	**5.515**	**4.680**	**5.809**	**5.337**	**5.021**	**5.656**	**5.293**	**5.551**	**4.750**	**4.492**	**62.677**	**100%**

Os valores mencionados fazem parte das demonstrações de resultados e têm sua apuração pelo método de apropriação por centro de custo e registro de receitas.

Em 2020, a Fundação obteve o deferimento dos processos de renovação de sua condição filantrópica concedidos pela Secretaria de Regulação e Supervisão da Educação Superior - SERES do Ministério da Educação, cujos Certificados (CEBAS), de 2013 a 2018, foram publicados no DOU de 12/11/2020, por meio das Portarias nºs 450 e 451. Além disso, a Fundação possui certidão da SERES/MEC, atestando que possui o CEBAS ativo e válido até a conclusão de análise do processo 23000.040637/2018-71, bem como dos processos 23000.034002/2021-31 e 23000.035889/2022-65, protocolados tempestivamente, todos sob análise da SERES/MEC.

34. Conciliação do fluxo de caixa

A Fundação apresenta em suas demonstrações financeiras o fluxo de caixa pelo método direto. Em linha com o CPC 3 (R2) - Demonstração do fluxo de caixa, abaixo demonstramos a conciliação entre o superávit do exercício e o fluxo de caixa das atividades operacionais:

	2023	2022
Superávit do exercício	**13.749**	11.980
Depreciação e amortização	**12.364**	11.067
Provisão para créditos liquidação duvidosa	**5.499**	4.750
Provisão para contingências	**4.093**	3.849
Juros incorridos de empréstimos e financiamentos	**29.390**	29.980
Juros recebidos	**(15.187)**	(13.542)
Superávit do exercício ajustado	**49.908**	48.084
Variações nos ativos e passivos		
Contas a receber de alunos e hospital	**(8.029)**	4.096
Estoques	**84**	1.245
Outros créditos	**(19.076)**	(15.947)
	(27.021)	(10.606)
Fornecedores	**850**	362
Tributos a recolher e parcelados	**(5.159)**	(2.765)
Outras contas a pagar	**(31.097)**	(25.324)
	(35.406)	(27.727)
Caixa líquido proveniente das atividades operacionais	**(12.519)**	9.751

DIRETORIA

José Rodolpho Perazzolo	**João Júlio Farias Júnior**	**Edivaldo Batista da Silva**	**José Olímpio Cardoso Neto**
Secretário-executivo da Fundação São Paulo	Secretário-executivo da Fundação São Paulo	Contador - CRC 1SP-212622/O-2	Controller - CRC 1SP-181828/O-5

RELATÓRIO DO AUDITOR INDEPENDENTE SOBRE AS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS

Aos
Conselheiros e Secretários Executivos
Fundação São Paulo
São Paulo - SP

Opinião

Examinamos as demonstrações financeiras da Fundação São Paulo ("Fundação"), que compreendem o balanço patrimonial em 31 de dezembro de 2023 e as respectivas demonstrações do resultado, do resultado abrangente, das mutações do patrimônio líquido e dos fluxos de caixa para o exercício findo nessa data, bem como as correspondentes notas explicativas, incluindo as políticas contábeis materiais e outras informações elucidativas.

Em nossa opinião, as demonstrações financeiras acima referidas apresentam adequadamente, em todos os aspectos relevantes, a posição patrimonial e financeira da Fundação em 31 de dezembro de 2023, o desempenho de suas operações e os seus fluxos de caixa para o exercício findo nessa data, de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil aplicáveis às entidades sem finalidades de lucros (ITG 2002 (R1)).

Base para opinião

Nossa auditoria foi conduzida de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria. Nossas responsabilidades, em conformidade com tais normas, estão descritas na seção a seguir, intitulada "Responsabilidades do auditor pela auditoria das demonstrações financeiras". Somos independentes em relação à Fundação, de acordo com os princípios éticos relevantes previstos no Código de Ética Profissional do Contador e nas normas profissionais emitidas pelo Conselho Federal de Contabilidade, e cumprimos com as demais responsabilidades éticas de acordo com essas normas. Acreditamos que a evidência de auditoria obtida é suficiente e apropriada para fundamentar nossa opinião.

Outras informações que acompanham as demonstrações financeiras e o relatório do auditor

A diretoria da Fundação é responsável por essas outras informações que compreendem o Relatório da administração.

Nossa opinião sobre as demonstrações financeiras não abrange o Relatório da administração e não expressamos qualquer forma de conclusão de auditoria sobre esse relatório.

Em conexão com a auditoria das demonstrações financeiras, nossa responsabilidade é a de ler o Relatório da administração e, ao fazê-lo, considerar se esse relatório está, de forma relevante, inconsistente com as demonstrações financeiras ou com nosso conhecimento obtido na auditoria ou, de outra forma, aparenta estar distorcido de forma relevante.

Se, com base no trabalho realizado, concluirmos que há distorção relevante no Relatório da administração, somos requeridos a comunicar esse fato. Não temos nada a relatar a este respeito.

Responsabilidades da diretoria e da governança pelas demonstrações financeiras

A diretoria é responsável pela elaboração e adequada apresentação das demonstrações financeiras de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil aplicáveis às entidades sem finalidades de lucros (ITG 2002 (R1)) e pelos controles internos que ela determinou como necessários para permitir a elaboração de demonstrações financeiras livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro.

Na elaboração das demonstrações financeiras, a diretoria é responsável pela avaliação da capacidade de a Fundação continuar operando, divulgando, quando aplicável, os assuntos relacionados com a sua continuidade operacional e o uso dessa base contábil na elaboração das demonstrações financeiras, a não ser que a diretoria pretenda liquidar a Fundação ou cessar suas operações, ou não tenha nenhuma alternativa realista para evitar o encerramento das operações.

Os responsáveis pela governança da Fundação são aqueles com responsabilidade pela supervisão do processo de elaboração das demonstrações financeiras.

Responsabilidades do auditor pela auditoria das demonstrações financeiras

Nossos objetivos são obter segurança razoável de que as demonstrações financeiras, tomadas em conjunto, estão livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro, e emitir relatório de auditoria contendo nossa opinião. Segurança razoável é um alto nível de segurança, mas não uma garantia de que a auditoria realizada de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria sempre detecta as eventuais distorções relevantes existentes. As distorções podem ser decorrentes de fraude ou erro e são consideradas relevantes quando, individualmente ou em conjunto, possam influenciar, dentro de uma perspectiva razoável, as decisões econômicas dos usuários tomadas com base nas referidas demonstrações financeiras.

Como parte da auditoria realizada de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria, exercemos julgamento profissional e mantemos ceticismo profissional ao longo da auditoria. Além disso:

- Identificamos e avaliamos os riscos de distorção relevante nas demonstrações financeiras, independentemente se causada por fraude ou erro, planejamos e executamos procedimentos de auditoria em resposta a tais riscos, bem como obtemos evidência de auditoria apropriada e suficiente para fundamentar nossa opinião. O risco de não detecção de distorção relevante resultante de fraude é maior do que o proveniente de erro, já que a fraude pode envolver o ato de burlar os controles internos, conluio, falsificação, omissão ou representações falsas intencionais.
- Obtemos entendimento dos controles internos relevantes para a auditoria para planejarmos procedimentos de auditoria apropriados às circunstâncias, mas, não, com o objetivo de expressarmos opinião sobre a eficácia dos controles internos da Fundação.
- Avaliamos a adequação das políticas contábeis utilizadas e a razoabilidade das estimativas contábeis e respectivas divulgações feitas pela diretoria.
- Concluímos sobre a adequação do uso, pela diretoria, da base contábil de continuidade operacional e, com base nas evidências de auditoria obtidas, se existe incerteza relevante em relação a eventos ou condições que possam levantar dúvida significativa em relação à capacidade de continuidade operacional da Fundação. Se concluirmos que existe incerteza relevante, devemos chamar atenção em nosso relatório de auditoria para as respectivas divulgações nas demonstrações financeiras ou incluir modificação em nossa opinião, se as divulgações forem inadequadas. Nossas conclusões estão fundamentadas nas evidências de auditoria obtidas até a data de nosso relatório. Todavia, eventos ou condições futuras podem levar a Fundação a não mais se manter em continuidade operacional.
- Avaliamos a apresentação geral, a estrutura e o conteúdo das demonstrações financeiras, inclusive as divulgações e se as demonstrações financeiras representam as correspondentes transações e os eventos de maneira compatível com o objetivo de apresentação adequada.

Comunicamo-nos com os responsáveis pela governança a respeito, entre outros aspectos, do alcance planejado, da época da auditoria e das constatações significativas de auditoria, inclusive as eventuais deficiências significativas nos controles internos que identificamos durante nossos trabalhos.

São Paulo, 08 de abril de 2024

EY Building a better working world

ERNST & YOUNG
Auditores Independentes S/S Ltda.
CRC SP-034519/O
Wallace Weberling Pereira
Contador CRC SP-230870/O

BALANÇO SOCIAL

1 - Identificação

Nome da instituição: FUNDAÇÃO SÃO PAULO Mantenedora da PUC-SP e UNIFAI

Natureza jurídica: [ ] associação [X] fundação [ ] sociedade

Possui Certificado de Entidade Beneficente de Assistência Social (CEBAS)? [X] sim [ ] não

Possui registro no: [X] CNAS [X] MEC [X] COMAS [X] MINISTÉRIO DA JUSTIÇA [X] MINISTÉRIO PÚBLICO

De utilidade pública? [ ] não Se sim, [X] federal [X] estadual [X] municipal

Tipo/categoria: Educação

Isenta da cota patronal do INSS? [X] sim [ ] não

Qualificada como Instituição Comunitária de Educação Superior [X] sim [ ] não

Sem fins lucrativos? [X] sim [ ] não

2 - Origem dos recursos	**2023 Valor (reais)**	**% sobre receita**
Receitas Totais	R$ 612.549.654,75	100%
a. Recursos governamentais (subvenções)	R$ 4.338.792,93	0,71%
b. Doações de pessoas jurídicas	R$ 293.187,76	0,05%
c. Doações de pessoas físicas	R$ 37.074,14	0,01%
d. Contribuições	R$ -	0,00%
e. Patrocínios	R$ -	0,00%
f. Cooperação internacional	R$ -	0,00%
g. Prestação de serviços e/ou venda de produtos	R$ 543.722.984,84	88,76%
h. Outras receitas	R$ 64.157.615,08	10,47%

3 - Aplicação dos recursos	**2023 Valor (reais)**	**% sobre receita**
Despesas Totais	R$ 598.799.875,82	100%
a. Projetos, programas e ações sociais (excluindo pessoal) **valores no item 5**	R$ -	0,00%
b. Pessoal (salários + benefícios + encargos)	R$ 410.863.341,61	68,61%
c. Despesas diversas (somatório das despesas abaixo)	R$ 187.936.534,21	31,39%
Operacionais	R$ 133.834.323,85	22,35%
Impostos e taxas	R$ 1.441.759,93	0,24%
Financeiras	R$ 52.370.206,46	8,75%
Outras (que devem ser discriminadas conforme relevância)	R$ 290.243,97	0,05%

4 - Indicadores sociais internos (Ações e benefícios para os(as) funcionários(as))	**2023 Valor (reais)**	**% sobre receita**
a. Alimentação	R$ 1.481.262,08	0,24%
b. Educação	R$ 12.938.985,00	2,11%
c. Capacitação e desenvolvimento profissional	R$ 271.098,36	0,04%
d. Creche ou auxílio-creche	R$ 2.215.687,90	0,36%
e. Saúde	R$ 10.006.666,48	1,63%
f. Segurança e medicina no trabalho	R$ 1.331.175,79	0,22%
g. Transporte	R$ 1.193.755,12	0,19%
h. Estágios	R$ 630.340,09	0,10%
Total - Indicadores sociais internos	R$ 30.068.970,82	4,91%

5 - Projetos, ações e contribuições para a sociedade (Vide também item 10)	**2023 Valor (reais)**	**% sobre receita**
a. Projetos de integração e inclusão social	R$ 20.367,60	0,003%
	Nº atendimentos:	396
b. Assistência jurídica	R$ 2.903.573,12	0,47%
	Nº atendimentos:	5.035
c. Atendimento clínico a usuários (idosos, crianças e adolescentes, pessoas com deficiência, pessoas em situação de violência e risco, luto) e suas famílias	R$ 10.648.626,30	1,74%
	Nº atendimentos:	10.024
d. Política de Permanência Universitária - Concessão de bolsa alimentação	R$ 1.755.360,25	0,29%
	Nº atendimentos:	57.543
e. Política de Inclusão Digital - Programa de empréstimo de computadores	R$ 599.081,50	0,10%
	Nº atendimentos:	140
f. Política de Inclusão Digital - Concessao de Pacote de dados para acesso à internet	R$ 54.416,61	0,01%
	Nº atendimentos:	140
g. Centro Acadêmico 22 de Agosto (Assistência Judiciária)	R$ 105.397,49	0,02%
	Nº atendimentos:	373
Valores totais	R$ 16.086.822,87	2,63%

6 - Outros indicadores	**2023**	
Nº total de alunos(as)	20.725	
	Nº Alunos	**Valores (reais)**
Bolsas Integrais		
Prouni	1.488	R$ 52.663.539,00
Filantrópica FUNDASP Lei Complementar 187/2021 - Graduação	399	R$ 16.668.085,21
Filantrópica FUNDASP Lei Complementar 187/2021 - Pós-Graduação	82	R$ 3.092.505,40
Filantrópica FUNDASP (DERDIC)	31	R$ 1.456.380
Acordo Interno - Graduação	227	R$ 8.860.598,34
Acordo Interno - Pós-Graduação	75	R$ 4.029.731,99
Acordo Interno - Educação Continuada	16	R$ 295.055,99
Ser PUC	3	R$ 53.481,00
Bolsa Arq. Graduação	7	R$ 265.657,42
Bolsa Arq. Pós-Graduação	12	R$ 509.806,00
Bolsa Estágio no Exterior - Pós-Graduação	7	R$ 364.692,00
Mérito Acadêmico - Graduação	8	R$ 725.690,03
Bolsa RI San Tiago Dantas - Pós-Graduação	17	R$ 1.045.387,80
Bolsa Treinamento - Educação Continuada	24	R$ 61.195,00
Bolsa - Colégio São Domingo	1	R$ 39.151,67
Bolsa Convenção Coletiva - Graduação	4	R$ 22.568,48
Bolsa Convenção Coletiva - Pós-Graduação	2	R$ 712
Bolsa Contra Partida - Educação Continuada	45	R$ 179.173
Bolsa Diretoria	2	R$ 33.790,00
Bolsa UNIFAI - Graduação	247	R$ 2.537.003,91
Nº de alunos(as) com bolsas integrais	2.373	
Valor total das bolsas integrais		R$ 92.904.204

continua —★

→★ continuação

Fundação São Paulo - Mantenedora da Pontifícia Universidade Católica de São Paulo e Mantenedora do Centro Universitário Assunção

BALANÇO SOCIAL

6 - Outros indicadores	2023	
	Nº Alunos	Valores
Bolsas Parciais		
Filantrópica FUNDASP Lei Complementar 187/2021 - Graduação	122	R$ 2.468.881,13
Filantrópica FUNDASP Lei 187/2021 - Pós-Graduação	29	R$ 399.492,25
Mérito Acadêmico	30	R$ 565.780,28
Bolsa Arq. Graduação	14	R$ 313.467,35
Bolsa Arq. Pós-Graduação	2	R$ 37.416,00
Acordo Interno - Educação Continuada	1	R$ 9.801
Bolsas Emergenciais - Pós-Graduação Doutorado	6	R$ 355.376,00
CAPES	957	R$ 30.365.530,64
CNPq	344	R$ 10.405.329,94
Prouni	8	R$ 9.101,10
Bolsa Monitoria	120	R$ 228.900,00
Nº de alunos(as) com bolsas parciais	1.632	
Valor total das bolsas parciais		R$ 45.159.076
	Nº Alunos	Valores
Nº de alunos(as) com bolsas de Iniciação Científica e de Pesquisa	444	
Valor total das bolsas de Iniciação Científica e de Pesquisa		R$ 961.140,00
Nº de alunos(as) com Financiamento Estudantil - FIES	327	
Valor do Financiamento Estudantil - FIES		9.303.897

7 - Indicadores sobre o corpo funcional	2023
Nº total de empregados(as) ao final do período	2.599
Nº de admissões durante o período	219
Nº de prestadores(as) de serviço	742
% de empregados(as) acima de 45 anos	64,0%
Nº de mulheres que trabalham na instituição	1.466
% de cargos de chefia ocupados por mulheres	52,5%
Idade média das mulheres em cargos de chefia	51
Idade média dos homens em cargos de chefia	50
Nº de negros(as) que trabalham na instituição	135
% de cargos de chefia ocupados por negros(as)	3,1%
Idade média dos(as) negros(as) em cargos de chefia	51
Nº de pardos(as) que trabalham na instituição	322
% de cargos de chefia ocupados por pardos(as)	10,0%
Idade média dos(as) pardos(as) em cargos de chefia	49
Nº de amarelos(as) que trabalham na instituição	39
% de cargos de chefia ocupados por amarelos(as)	2,5%
Idade média dos(as) amarelos(as) em cargos de chefia	47
Nº de brancos(as) que trabalham na instituição	2.094
Nº de indígenas que trabalham na instituição	9
Nº de estagiários(as)	82
Nº de pessoas com deficiência	141

8 - Qualificação do corpo funcional	2023
Nº total de docentes	1.174
Nº de livre-docentes(as)	75
Nº de doutores(as)	828
Nº de mestres(as)	203
Nº de especializados(as)	50
Nº de graduados(as)	18
Nº total de funcionários(as) no corpo técnico e administrativo	1.425
Nº de pós-graduados (especialistas, mestres e doutores)	260
Nº de graduados(as)	485
Nº de pessoas com ensino médio	610
Nº de pessoas com ensino fundamental	39
Nº de pessoas com ensino fundamental incompleto	31
Nº total de funcionários(as) no corpo docente DERDIC	28
Nº de pós-graduados (especialistas, mestres e doutores)	15
Nº de graduados(as)	13

9 - Informações relevantes quanto à ética, transparência e responsabilidade social	2023
O processo de admissão de empregados(as) é:	[ ]% por indicação [x] por seleção/concurso
A instituição desenvolve alguma política ou ação de valorização da diversidade em seu quadro funcional?	[x] sim, institucionalizada [ ] sim, não institucionalizada [ ] não
Se "sim" na questão anterior, qual?	[x] negros [x] gênero [x] opção sexual [x] pessoas portadoras de necessidades especiais [x] Código de Ética - Seção II - Artigo 3º - Item a
Na seleção de parceiros e prestadores de serviço, critérios éticos e de responsabilidade social e ambiental:	[ ] não são considerados [x] são sugeridos [ ] são exigidos
A participação de empregados(as) no planejamento da instituição:	[ ] não ocorre [x] ocorre em nível de chefia [x] ocorre em todos os níveis - partic. dos empregados nos órgãos colegiados
A instituição possui Comissão/Conselho de Ética para o acompanhamento de:	[x] todas ações/atividades [x] ensino e pesquisa [x] experimentação animal/vivissecção [ ] não tem

10 - Outras Informações (HSL)

A Instituição realiza, ainda, atendimento médico-hospitalar no Hospital Santa Lucinda, sendo que dos 50.966 atendimentos, 44.215 são gratuitos, por intermédio do Sistema Único de Saúde.

Privatização Rodovias

Concessão da BR-040 vai a leilão hoje com quatro grupos na disputa

Trecho de 232 quilômetros, que liga Belo Horizonte a Juiz de Fora (MG), será concedido por 30 anos; expectativa é de que vencedor invista R$ 8,7 bilhões em obras

DNIT/DIVULGAÇÃO

Certame é o 1º do ano e o 3º do atual mandato do presidente Lula

ALVARO GRIBEL
MARIANA CARNEIRO
BRASÍLIA

O leilão da rodovia BR-040, entre Belo Horizonte e Juiz de Fora (MG), programado para ocorrer hoje na sede da B3, em São Paulo, atraiu quatro grupos interessados em participar da disputa, anunciou o ministro dos Transportes, Renan Filho.

Segundo apurou o **Estadão**, os grupos interessados são: CCR, EPR, Azevedo & Travassos e o consórcio Vetor Norte, formado por empreiteiras menores e liderado pela Infratec Engenharia.

A CCR confirmou que participará do certame. As demais empresas, procuradas, não se manifestaram. Segundo o Ministério dos Transportes, a expectativa é de que o leilão destrave investimentos de R$ 8,7 bilhões em novas obras, abrangendo os cerca de 232 quilômetros de extensão da rodovia.

"O governo acabou de fechar o período para habilitação de propostas para o leilão da BR-040. As empresas que já apresentaram propostas e o prazo encerrou-se agora", disse Renan Filho nas redes sociais. "A boa nova é que quatro empresas vão concorrer no leilão de quinta-feira, para disputar aquela que vai oferecer a melhor proposta para o cidadão, para administrar a BR-040 de Juiz de Fora a Belo Horizonte."

Segundo o Ministério dos Transportes, a concorrência com quatro grupos é a maior para leilões de rodovias desde 2018. Por ser uma rodovia em Minas Gerais, a expectativa do governo federal é de que o governador do Estado, Romeu Zema (Novo), ainda que faça oposição ao presidente Luiz Inácio Lula da Silva, esteja presente na B3 para acompanhar a disputa.

Em nota à imprensa, o Ministério dos Transportes informou que o segmento com 232 quilômetros de extensão da BR-040/MG será concedido por 30 anos.

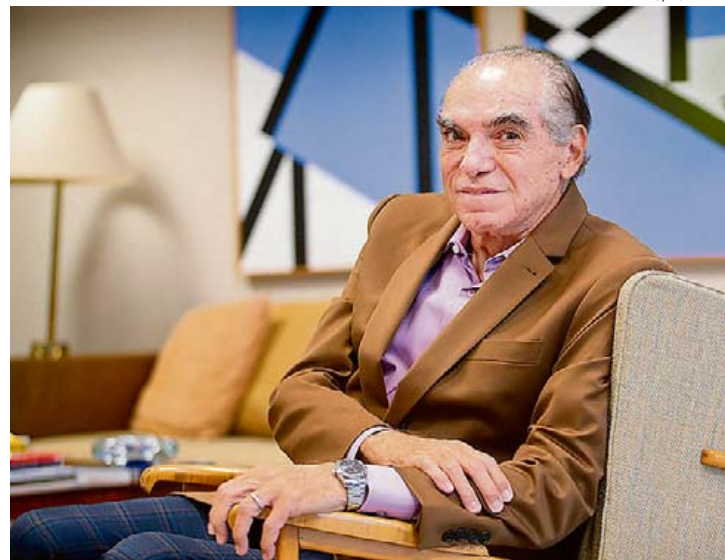
PADRÕES OPERACIONAIS. "Durante esse período, a vencedora do leilão deve investir em torno de R$ 8,7 bilhões em novas obras e implantação de serviços que elevem os padrões operacionais e de segurança da rodovia. O critério de julgamento do leilão será o maior desconto sobre a tarifa básica de pedágio", diz o texto.

O leilão será o primeiro a ser realizado este ano, e o terceiro do atual mandato do presidente Luiz Inácio Lula da Silva, já dentro do novo Programa de Aceleração do Crescimento (PAC).

Apesar de ter parte das projeções frustradas para os leilões rodoviários em 2023 – a expectativa era de quatro e só dois foram realizados –, o ministro disse ao *Estadão/Broadcast* que o governo mantém a diretriz de leiloar 35 trechos até 2026. ●

Michael Klein

Imóveis e carros de luxo: os negócios de Michael Klein pós-Casas Bahia

Embora ainda tenha 10% do capital da rede de varejo, empresário se diz hoje um acionista 'passivo'

FELIPE RAU/ESTADÃO

ENTREVISTA

Filho do fundador da Casas Bahia, que presidiu após a morte do pai; hoje, atua em revendas de carros e imóveis comerciais

CARLOS EDUARDO VALIM

Filho do fundador da Casas Bahia, Samuel Klein (1923-2014), o empresário Michael Klein ainda é o maior acionista individual da rede de varejo, que desde o ano passado voltou a adotar o nome Casas Bahia – depois de ser chamada de Via e de Via Varejo. Mas, sem deter o controle da companhia e sem assento no conselho de administração – a empresa tem o capital pulverizado na B3 –, Klein dedica-se agora outros negócios. Por meio do grupo CB, ele investe principalmente em galpões logísticos e concessionárias de automóveis de marcas de luxo.

Klein voltou a dar expediente no escritório na antiga sede da Casas Bahia, em São Caetano do Sul, depois de trabalhar nos últimos anos no Aeroporto de Congonhas, onde ficava a sede de sua empresa de aviação executiva Icon – vendida depois da pandemia.

Apesar de a morte do pai estar quase completando uma década, a disputa em torno de sua herança está longe de terminar. No centro dos problemas está uma série de contestações que o filho mais novo, Saul Klein, faz de doações realizadas ainda em vida para o primogênito, Michael Klein, e seus filhos. Saul está numa cruzada para aumentar a participação dele na herança. "Na Justiça, ele está perdendo tudo", diz o empresário.

Veja a seguir os principais trechos da entrevista.

O sr. não participa mais do dia a dia da Casas Bahia. O que tem feito como empresário?
Estou copiando o modelo americano que eles chamam de "last mile" (*última etapa da entrega*), com um empreendimento logístico em Itaquera (zona leste de São Paulo), de 10 mil m² de área. Já temos um inquilino contratado. Não é possível para um caminhão grande de produtos ficar circulando pela cidade. Então, por esse modelo, a empresa traz os produtos para a cidade e depois eles circulam em vans de distribuição para as entregas aos consumidores.

Esse negócio de galpões não é exclusivo para atender à rede Casas Bahia, criada por sua família?
É para todo o mercado. Tenho três galpões alugados para a Luiza Trajano (*controladora do Magazine Luiza*), dois na Bahia e um em Francisco Morato (SP). Nós competimos nas vendas nas lojas, mas lá no topo queremos o melhor para cada um.

Qual a sua relação com o varejo atualmente, como maior acionista no Grupo Casas Bahia?
Na Via (*agora Casas Bahia*), sou acionista passivo. Não faço mais parte do conselho. Já deixei até de fazer parte de associação de varejo, e hoje sou representado pelo Secovi, de negócios imobiliários.

Mas não continua com direito a assento no conselho na varejista, por meio do seu filho Raphael Klein?
Ele está lá, mas cada um tem a sua cabeça.

Quais são as perspectivas para esse setor, que sofreu tanto nos últimos anos?
Existe essa nova tendência de o governo incentivar a redução dos juros. Eles estão mostrando queda e, se seguir nesse ritmo, vai ser excelente. O governo tem isso de popularizar o crédito. E, para isso acontecer, é preciso ter juros mais baixos. Não sei até onde vai. Mas não podemos ter a segunda maior taxa real de juros do mundo. Se chegar a 7,75% está ótimo.

E como está a situação da Casas Bahia?
Eu fico sabendo pela imprensa, o que vocês reportam. Leio o que é divulgado. O grupo Casas Bahia tem agora uma gestão profissional (*o atual presidente, Renato Franklin, veio da Movida*), que está dando um grande passo. A gestão anterior (*liderada por Roberto Fulcherberguer*) também fez coisas boas, como as vendas pelo programa Me Chama no Zap. A nova pegou bem a engrenagem. Pelo menos, pelo que tenho visto pelos jornais, deve entregar resultado no ano que vem. A gestão está vendo o mercado todo, e se voltando para o comércio físico. A gestão atual está corrigindo erros gerados na pandemia.

Além do negócio imobiliário e de galpões logísticos, em que mais tem investido?
Eu tenho um acordo de não competição com a Via, pelo qual só posso vender produtos que a Casas Bahia não negocia. Então, tenho 14 concessionárias de carros, que são revendas das marcas Land Rover, Mercedes-Benz, Dodge Ram, Jeep, Honda e Mitsubishi. Tudo no Estado de São Paulo.

Qual é o faturamento desse negócio?
O faturamento total da holding CB Autos, considerando que tem uns casos que a venda da montadora é direta e só ganhamos a comissão, fica em torno de R$ 1 bilhão por ano.

Seu irmão, Saul Klein, está numa cruzada para aumentar a fatia dele na herança deixada por seu pai. Como isso está transcorrendo?
Na Justiça, ele está perdendo tudo. Ele só está ganhando num lugar: na imprensa. A imprensa quer sangue, vender mais e mostrar a briga entre irmãos. O inventário está em sigilo, mas ele consegue passar informações para a imprensa e ela publica. Ele alega que as transferências de participações foram feitas com assinaturas falsas. Contratou dois peritos para dizer que elas foram forjadas. Mas foi o meu pai que assinou. Não faria nem sentido eu falsificar qualquer assinatura, porque eu tinha procuração para assinar por ele. Mas, quando o meu pai foi assinar algo que beneficiaria a mim, eu disse a ele: você que assina. Até o testamento os advogados do Saul estão contestando.

O Saul recebeu cerca de R$ 800 milhões da herança e vendeu sua parte na Casas Bahia, ainda com seu pai vivo. O sr. acredita que ele gastou todo esse dinheiro?
Eu não sei, ainda mais considerando quanto valia este tanto de dinheiro na época. O que se conta é que ele foi "pra esbórnia". ●

Gigante de alimentos **Sem alarde**

3G deixa o capital da Kraft Heinz, diz emissora de TV CNBC

A 3G Capital – dos bilionários brasileiros Jorge Paulo Lemann, Marcel Telles e Carlos Alberto Sicupira –, teria vendido a sua participação acionária na empresa de consumo americana Kraft Heinz, segundo informações da rede americana CNBC. Quase nove anos depois de amarrar a fusão entre a Kraft Foods e a Heinz, com o apoio e presença acionária do megainvestidor Warren Buffett, a holding de investimentos dos brasileiros vendeu, sem alarde, ao longo do quarto trimestre do ano passado, a participação de 16,1% que tinha da gigante de alimentos.

Depois de conseguir aprovar a formação da Kraft Heinz, a 3G assumiu a gestão da empresa resultante da fusão, e levou a sua cultura baseada em economia de custos, eficiência operacional e metas agressivas de resultados, bem-sucedida em empresas como a Ambev e o Banco Garantia.

Nos últimos anos, a influência brasileira foi diminuindo na Kraft Heinz e, em julho de 2022, já não havia representantes da 3G no conselho de administração da empresa. O grupo Berkshire Hathaway, de Buffett, no entanto, permanece no negócio, como principal acionista, com fatia de 26,8%.

Discrição
Holding de brasileiros teria vendido os 16,1% que detinha na empresa ao longo do fim de 2023

A estratégia inicial com a fusão, apoiada por Buffett, era dar um choque de gestão na empresa. O bilionário americano conhecia os métodos de gestão do 3G, que foram levados ao mercado americano com a série de aquisições e fusões promovidas no mercado de cervejas para a criação da Anheuser-Busch InBev.

A 3G também havia assumido o comando da rede Burger King, dando origem a uma divisão de cadeias de alimentação fora de casa entre os seus investimentos. A gestão da Kraft Heinz parecia o caminho natural para a conquista do mercado de consumo americano.

Mas o sucesso anterior não se repetiu no novo negócio. Num primeiro momento, os cortes de custos deram resultados, sob o comando de Bernardo Hees, executivo de confiança dos brasileiros. Ele já havia presidido a América Latina Logística (ALL) e o Burger King.

Procurada, a assessoria da 3G não retornou até a noite de ontem. ●

INÊS 249

AVISO DE ABERTURA

Encontra-se aberta na Penitenciária “Orlando Brando Filinto” de Iaras, PREGÃO ELETRÔNICO número 90002/2024, destinado a Aquisição de Gêneros Alimentícios Carnes, Aves e Peixes in natura para o período de Maio a Agosto de 2024, do tipo MENOR PREÇO, a realização da sessão pública será na data 24/04/2024, às 09h00, no correio eletrônico: www.comprasnet.gov.br. O Edital estará disponível em sua integra para leitura e impressão no correio eletrônico: www.gov.br/pncp, seção CONTRATAÇÕES > EDITAIS E AVISOS DE CONTRATAÇÕES, podendo ainda ser consultado junto a Penitenciária “Orlando Brando Filinto” de Iaras.

PENITENCIÁRIA “GILMAR MONTEIRO DE SOUZA” DE BALBINOS - PROCESSO SEI Nº 006.00097660/2024-11 - SIAFEM CÓDIGO ÚNICO N° 20240283491
PREGÃO ELETRÔNICO Nº 001/2024 – PEBII
UASG/UGE 380236 - LICITAÇÃO N° 90002/2024

COMUNICADO

Encontra-se aberto na Penitenciária “Gilmar Monteiro de Souza” de Balbinos, Pregão Eletrônico nº 001/2024 – PEBII, para aquisição de Gêneros Alimentícios Estocáveis (Grãos, Cereais e Farinhas em geral) para o período de 01 de maio a 31 de agosto de 2024.
O Edital e seus anexos serão fornecidos aos interessados no Portal Nacional de Contratações Públicas (PNCP), https://www.gov.br/pncp/pt-br, no período de 12 a 24 de abril de 2024.
A sessão eletrônica de abertura das propostas será realizada no dia 24 de abril de 2024, às 9h00.
Eventuais contatos poderão ser realizados por meio dos telefones (14)3583-9800 ramal 205/208 ou através do correio eletrônico cleuberjunior@sp.gov.br.

PENITENCIÁRIA “GILMAR MONTEIRO DE SOUZA” DE BALBINOS
PROCESSO SEI Nº 006.00091058/2024-71
SIAFEM CÓDIGO ÚNICO N° 20240261072
PREGÃO ELETRÔNICO Nº 005/2024 – PEBII
UASG/UGE 380236 - LICITAÇÃO N° 90003/2024

COMUNICADO

Encontra-se aberto na Penitenciária “Gilmar Monteiro de Souza” de Balbinos, Pregão Eletrônico nº 005/2024 – PEBII, para aquisição de Artigos do Kit Higiene fornecido aos sentenciados, referente consumo no 1º semestre de 2024.
O Edital e seus anexos serão fornecidos aos interessados no Portal Nacional de Contratações Públicas (PNCP), https://www.gov.br/pncp/pt-br, no período de 12 a 24 de abril de 2024.
A sessão eletrônica de abertura das propostas será realizada no dia 24 de abril de 2024, às 9h00.
Eventuais contatos poderão ser realizados por meio dos telefones (14) 3583-9800 ramal 205/208 ou por meio do correio eletrônico cleuberjunior@sp.gov.br.

PENITENCIÁRIA “GILMAR MONTEIRO DE SOUZA” DE BALBINOS
PROCESSO SEI Nº 006.00113649/2024-14
SIAFEM CÓDIGO ÚNICO N° 20240330634
PREGÃO ELETRÔNICO Nº 004/2024 – PEBII
UASG/UGE 380236
LICITAÇÃO N° 90005/2024

COMUNICADO

Encontra-se aberto na Penitenciária “Gilmar Monteiro de Souza” de Balbinos, Pregão Eletrônico nº 004/2024 – PEBII, para aquisição de Gêneros Alimentícios Perecíveis para o período de 01 de maio a 31 de agosto de 2024.
O Edital e seus anexos serão fornecidos aos interessados no Portal Nacional de Contratações Públicas (PNCP), https://www.gov.br/pncp/pt-br, no período de 12 a 24 de abril de 2024.
A sessão eletrônica de abertura das propostas será realizada no dia 24 de abril de 2024, às 9h00.
Eventuais contatos poderão ser realizados por meio dos telefones (14)3583-9800 ramal 205/208 ou através do correio eletrônico cleuberjunior@sp.gov.br.

PENITENCIÁRIA “GILMAR MONTEIRO DE SOUZA” DE BALBINOS
PROCESSO SEI Nº 006.00113623/2024-68
SIAFEM CÓDIGO ÚNICO N° 20240330572
PREGÃO ELETRÔNICO Nº 003/2024 – PEBII
UASG/UGE 380236 - LICITAÇÃO N° 90004/2024

COMUNICADO

Encontra-se aberto na Penitenciária “Gilmar Monteiro de Souza” de Balbinos, Pregão Eletrônico nº 003/2024 – PEBII, para aquisição de Gêneros Alimentícios Perecíveis (Paleta, Filé de Peito de Frango e Leite) para o período de 01 de maio a 31 de agosto de 2024.
O Edital e seus anexos serão fornecidos aos interessados no Portal Nacional de Contratações Públicas (PNCP), https://www.gov.br/pncp/pt-br, no período de 12 a 24 de abril de 2024.
A sessão eletrônica de abertura das propostas será realizada no dia 24 de abril de 2024, às 9h00.
Eventuais contatos poderão ser realizados por meio dos telefones (14)3583-9800 ramal 205/208 ou através do correio eletrônico cleuberjunior@sp.gov.br.

PENITENCIÁRIA “GILMAR MONTEIRO DE SOUZA” DE BALBINOS
PROCESSO SEI Nº 006.00097668/2024-88
SIAFEM CÓDIGO ÚNICO N° 20240283534
PREGÃO ELETRÔNICO Nº 002/2024 – PEBII
UASG/UGE 380236 - LICITAÇÃO N° 90003/2024

COMUNICADO

Encontra-se aberto na Penitenciária “Gilmar Monteiro de Souza” de Balbinos, Pregão Eletrônico nº 002/2024 – PEBII, para aquisição de Gêneros Alimentícios Estocáveis para o período de 01 de maio a 31 de agosto de 2024.
O Edital e seus anexos serão fornecidos aos interessados no Portal Nacional de Contratações Públicas (PNCP), https://www.gov.br/pncp/pt-br, no período de 12 a 24 de abril de 2024.
A sessão eletrônica de abertura das propostas será realizada no dia 24 de abril de 2024, às 9h00.
Eventuais contatos poderão ser realizados por meio dos telefones (14)3583-9800 ramal 205/208 ou através do correio eletrônico cleuberjunior@sp.gov.br.

SECRETARIA DE ESTADO DA SAÚDE *HOSPITAL REGIONAL DE FERRAZ DE VASCONCELOS*

ABERTURA PREGÃO ELETRÔNICO

AQUISIÇÃO DE ÁGUA MINERAL 1,5 COM ENTREGA PARCELADA

Encontra-se aberto no Hospital Regional Dr. Osíris Florindo Coelho – Ferraz de Vasconcelos, sito a Rua Prudente de Moraes, 257 – Vila Corrêa – Ferraz de Vasconcelos – S.P, a licitação na modalidade de Pregão Eletrônico nº 90011/2024, referente ao Processo HRFV n.° 024.00023926/2024-71 cujo objeto é AQUISIÇÃO DE ÁGUA MINERAL 1,5, COM ENTREGA PARCELADA para o Hospital Regional Dr. Osíris Florindo Coelho – Ferraz de Vasconcelos, do tipo MENOR PREÇO. A realização do pregão será no dia 26 de Abril de 2024, às 09:00 horas, no endereço eletrônico www.compras.sp.gov.br.
Para esclarecimentos entrar em contato com o Núcleo de Compras por e-mail hrfvcompras@gmail.com ou (11) 4674-8543.

Powertronics S.A. - Empresa Brasileira de Tecnologia Eletrônica

CNPJ nº 47.897.731/0001-45 - NIRE 35.3.0005903-4

Edital de Convocação Assembleia Geral Ordinária

São convocados os Senhores Acionistas para se reunirem em Assembleia Geral Ordinária, a ser realizada em 26-04-2024, às 10 horas, na sede social situada na Rodovia Lorena-Itajubá, BR 459, Km 23, Prédio P-17, Bairro do Campinho, em Lorena-SP, CEP 12600-970, para deliberarem sobre a seguinte Ordem do Dia: **a)** Exame e deliberação sobre as Demonstrações Financeiras referentes ao exercício encerrado em 31-12-2023. **b)** Deliberação sobre a destinação do resultado do Exercício findo. **c)** Eleição dos Membros da Diretoria e fixação de sua remuneração global. **d)** Deliberação sobre a instalação do Conselho Fiscal e fixação de sua remuneração. **e)** Outros assuntos de interesse da Sociedade.

Lorena, 08 de abril de 2024
João Brasil Carvalho Leite - Diretor-Presidente

COOPERATIVA DE ECONOMIA E CRÉDITO MÚTUO DOS EMPREGADOS DA CONFAB
ASSEMBLEIA GERAL EXTRAORDINÁRIA E ORDINÁRIA
EDITAL DE CONVOCAÇÃO

O DIRETOR PRESIDENTE da Cooperativa de Economia e Crédito Mútuo dos Empregados da Confab, CNPJ 59.305.565/0001-20, NIRE 35.4.00003961, no uso das atribuições que lhe confere no Estatuto Social, convoca os Associados, que nesta data são de número 1.045, em condição de votar, para se reunirem em Assembleia Geral Extraordinária e Ordinária, a realizar-se na sede à Avenida Dr. Gastão Vidigal Neto, nº 475, Cidade Nova, Pindamonhangaba/SP, no dia 22/04/2024, obedecendo aos seguintes horários e “quórum” para sua instalação, sempre no mesmo local, cumprindo o que determina o Estatuto Social: 01) em primeira convocação: às 08h00, com a presença de no mínimo 2/3 (dois terços) dos associados; 02) em segunda convocação: às 09h00, com a presença de metade mais 1 (um) dos associados; 03) em terceira convocação: às 10h00, com a presença de no mínimo 10 (dez) associados, para deliberar sobre os seguintes assuntos: Ordem do dia: Extraordinária I. Reforma parcial e consolidação do Estatuto Social em atendimento a Lei Complementar 196/2022, compreendendo melhoramentos de redação, estrutura, adequação de normas legais e renumeração de artigos, parágrafos e incisos; 2. Aprovação dos seguintes documentos: Política de Sucessão e Regulamento Eleitoral da Diretoria e Conselho Fiscal; Política de Governança Cooperativa; Política de Conformidade (Compliance); Regulamento da Atividade da Auditoria Interna e Regulamento do FATES; 3. Comunicados de assuntos gerais (sem deliberação). Ordinária 1. Prestação de Contas da Diretoria referentes ao 1º e 2º semestre do exercício de 2023, acompanhada do Parecer do Conselho Fiscal, compreendendo: Relatório da Administração; Balanços Gerais; Demonstrativo das Sobras Apuradas. 2. Destinação das Sobras Apuradas e sua fórmula de cálculo; 3. Aplicação e Uso do Fundo de Assistência Técnica, Educacional e Social – FATES; 4. Eleição dos Membros da Diretoria; 5. Eleição dos Membros do Conselho Fiscal; 6. Comunicados de assuntos gerais (sem deliberação). Pindamonhangaba, 11 de abril de 2024. NIVALDO SOAVE DIRETOR PRESIDENTE Notas: 1. O Edital de Convocação de Assembleia Geral Extraordinária e Ordinária está divulgado no repositório eletrônico https://www.independentes.coop.br/cooptenaris e à disposição dos associados na sede da Cooperativa. 2. As demonstrações contábeis do exercício de 2023 estão divulgadas no repositório eletrônico https://www.independentes.coop.br/cooptenaris e à disposição dos associados na sede da Cooperativa. K-11/04

URBANIZADORA MUNICIPAL S.A. - URBAM

CNPJ nº 45.693.777/0001-17 - NIRE 35300054571

Edital de Convocação

Assembleia Geral Ordinária e Extraordinária – AGOE

Convocamos os senhores acionistas para participação na Assembleia Geral Ordinária e Extraordinária - AGOE, que se realizará dia 26 de abril de 2024 às 9h00min, na Sede da URBAM, para deliberar sobre as seguintes ordens: **Pauta da AGO: a) Tomar as contas dos Administradores, examinar e votar as Demonstrações Financeiras referentes ao exercício de 2023; b) Deliberar sobre os resultados do Exercício de 2023; c) Outros assuntos de interesse da sociedade. Pauta da AGE**: a) **Deliberar sobre juros sobre capital próprio; b) Alteração do art. 5º do Estatuto Social**; **c) Outros assuntos de interesse da sociedade**.

São José dos Campos, 9 de abril de 2024.
Marcos Alexandre de Oliveira
Presidente do Conselho de Administração

ASSOCIAÇÃO AME JARDINS - C.N.P.J. 09.262.892/0001-73
EDITAL DE CONVOCAÇÃO
ASSEMBLEIA GERAL ORDINÁRIA E EXTRAORDINÁRIA

Em consonância com o Capítulo VI – alínea 6.1 de seu Estatuto Social, a **Associação Ame Jardins** convoca todos seus associados a participarem, ou se fazerem representar, da **Assembleia Geral Ordinária e Extraordinária**, que será realizada na Rua Joaquim Floriano, 871 – Mezanino - CEP 04534-013, no dia **22 de abril de 2024**, segunda-feira, às **12 horas**, em primeira convocação, com a presença de, no mínimo, um terço dos associados quites com suas obrigações sociais, ou, em segunda convocação, às 12h30min, com qualquer número de associados quites com suas obrigações sociais, conforme disposto na Seção VI – alínea 6.5 do Estatuto Social. Para deliberarem sobre a seguinte **Ordem do Dia**:
1. Aprovação das contas de 2023;
2. Eleição da Diretoria (biênio 2024-2026) – chapa única apresentada conforme item 6.2, Seção VI, do Estatuto Social:
Presidente: Fernando de Sampaio Barros
Vice-presidente: Daniela Cerri Seibel
Tesoureiro: Uri Eric Arazi
Secretária Geral: Ester Silva Loewenstein
Coordenador (a) do Verde e Meio Ambiente: Patricia Ribeiro
3. Deliberação sobre remuneração extraordinária ao Presidente eleito dentro dos limites legais para remuneração de dirigentes de associação civil sem fins lucrativos
4. Assuntos gerais.
Solicita-se confirmar participação **até 19 de abril de 2024** pelo WhatsApp (11) 94741-4593 ou pelo e-mail amejardins@amejardins.com.br.

São Paulo, 9 de abril de 2024
Associação AME JARDINS

Clube Atlético Ypiranga

CNPJ nº 61.902.862/0001-02

Assembleia Geral Ordinária e Extraordinária - Convocação

Ficam os senhores(as) Conselheiros(as) convocados para a Assembleia Geral Ordinária e Extraordinária do Clube Atlético Ypiranga, em sua sede social à Rua do Manifesto, 475 - Ipiranga - São Paulo, no dia **22 de abril de 2024** em 1ª Convocação às 19h30, com a maioria de seus membros, não havendo número em 2ª Convocação às 20h30 para deliberação sobre as seguintes ordens do dia, tudo conforme dispõe nosso Estatuto Social: **Pauta I: a)** Aprovação e Ratificação da Ata da Assembleia realizada em 24/04/2023 em todos os seus itens; **b)** Aprovação e Ratificação da Ata da Assembleia realizada em 02/04/2023, da Eleição dos Membros Eleitos do Conselho Deliberativo (vide Artigo 39 do Estatuto Social); **c)** Retificação do Artigo 64 do atual Estatuto Social para correção ortográfica / gramatical conforme a Ata de 25/04/2022, página 3, com registro em 30/01/2023 em cartório. **d)** *Eleger e empossar os Candidatos a suplente para compor o Conselho Fiscal, conforme Artigo 118 do Estatuto Social.* ***e)*** *Retificação da Ata da Assembleia realizada em 24/04/2023 para a acrescentar a lista completa com os dados dos Eleitos conforme provimento 58/89.* **f)** Retificação da Ata da Assembleia realizada em 24/04/2023 com o Termo de Posse firmado por todos os membros Eleitos a teor do dispositivo 58/89. **g)** Retificação e ratificação das correções (rasuras) no livro de Assinatura de Presença da Assembleia realizada em 02/04/2023. **Pauta II: a)** Leitura e aprovação da Ata da Reunião anterior de 27/11/2023; **b)** Deliberar sobre o relatório da Diretoria, o balanço do “CAY” com a demonstração das contas do ativo e do passivo, das receitas e despesas do exercício findo, com o parecer do Conselho Fiscal, Artigo 54, letras “a”, do Estatuto Social. **c)** Dar posse ao Sr. Wandersom Bronze Mendes, como Conselheiro Eleito nos termos do Artigo 47 caput do Estatuto Social. **d)** Dar posse ao Sr. Juan Gonzales, conforme dispõe o Artigo 41 caput, inciso I, na qualidade de Conselheiro Efetivado, nos termos do Artigo 39. **e)** Outros assuntos de interesse do clube. **Soraya Elias Abrão - Presidente do Conselho Deliberativo.** Os Candidatos ao cargo de suplência ao Conselho Fiscal, deverão se inscrever na Secretaria do Clube com antecedência mínima de 10 (dez) dias da data da Reunião (até 12 de abril de 2024 às 17h), conforme artigo 56º

EDITAL DE CONVOCAÇÃO
ASSEMBLEIA GERAL ORDINÁRIA 2024

A Presidente do Conselho de Administração, nos termos do Estatuto do ONS, informa que a Assembleia Geral Ordinária de 2024 será realizada em ambiente virtual, conforme orientações detalhadas a serem disponibilizadas na plataforma SINtegre, com acesso pelo site **www.sintegre.ons.org.br** e encaminhadas aos associados através de e-mail até o dia 09 de abril de 2024. Haverá auditoria externa independente para atestar a conformidade.
Dessa forma, são convocados os membros associados e os membros participantes do ONS para se reunirem em Assembleia Geral Ordinária no dia 25 de abril de 2024, às 10h00, em primeira convocação, ou às 11h00 em segunda convocação, em ambiente virtual, para deliberar sobre as seguintes ordens do dia:
1. Eleição do Diretor-Geral, do Diretor de Planejamento e do Diretor de TI, Relacionamento com Agentes e Assuntos Regulatórios para o mandato de 17/05/2024 a 16/05/2028;
2. Eleição dos membros titulares e suplentes do Conselho de Administração e do Conselho Fiscal para o mandato de maio de 2024 a abril de 2026;
3. Aprovação do Relatório da Administração (Relatório Anual ONS 2023) e das Demonstrações Financeiras 2023, com os pareceres dos Auditores Independentes e do Conselho Fiscal;
4. Aprovação do Relatório Anual 2023 referente à asseguração dos dados de entrada do PMO e da apuração da geração do CNOS;
5. Aprovação da remuneração dos Diretores e dos membros do Conselho de Administração e do Conselho Fiscal para o período de maio de 2024 a abril de 2025;
6. Contribuição dos Associados para o período de janeiro a dezembro 2024;
7. Referendo das substituições de Conselheiros após AGO 2023 - mandato 2022/2024.
Ressaltamos que os membros associados e participantes deverão fazer-se representar na forma dos respectivos estatutos ou contratos sociais ou mediante procuração com poderes específicos para participar da Assembleia e deliberar sobre as matérias da pauta. Esses documentos deverão ser encaminhados através da plataforma SINtegre, impreterivelmente com antecedência mínima de 24 horas do início previsto para a realização da Assembleia em primeira convocação.

Rio de Janeiro, 09 de abril de 2024.
Solange Maria Pinto Ribeiro
Presidente do Conselho de Administração do ONS

Edital de Convocação

Assembleia Geral Ordinária e Extraordinária

Os senhores condôminos do ITAÚ FAPI CONSERVADOR FUNDO DE APOSENTADORIA PROGRAMA INDIVIDUAL, CNPJ. 02.177.815/0001-76, são convidados a participarem da Assembleia Geral Ordinária e Extraordinária, a ser realizada por meio de Consulta Formal, com manifestação do voto até 29/04/2024, em primeira convocação, ou até 06/05/2024, em segunda convocação, a fim de deliberar sobre a seguinte ordem do dia: aprovação das Demonstrações Financeiras, Notas Explicativas e Parecer dos Auditores Independentes, relativos aos exercícios sociais findos em 31/12/2020, 31/12/2021, 31/12/2022 e 31/12/2023. A formalização do voto deverá ser feita de forma expressa, aprovando ou reprovando a ordem do dia e enviada para o e-mail assembleiadefundos@itau-unibanco.com.br até o dia 06/05/2024, com o título “Consulta Formal do ITAÚ FAPI CONSERVADOR FUNDO DE APOSENTADORIA PROGRAMA INDIVIDUAL, acompanhado dos seguintes documentos: (i) Pessoas físicas: documento de identidade válido com foto do cotista ou de seu representante legal e acompanhado de procuração, se houver; (ii) Pessoas jurídicas: último estatuto social ou contrato social consolidado; documentos societários que comprovem a representação legal do Cotista; e documento de identidade válido com foto do representante legal. São Paulo - SP, 10 de abril de 2024. ITAÚ UNIBANCO S.A. - Administrador do Fundo.

Edital de Convocação

Assembleia Geral Ordinária e Extraordinária

Os senhores condôminos do ITAÚ FAPI RENDA FIXA FUNDO DE APOSENTADORIA PROGRAMA INDIVIDUAL, CNPJ. 02.177.812/0001-32, são convidados a participarem da Assembleia Geral Ordinária e Extraordinária, a ser realizada por meio de Consulta Formal, com manifestação do voto até 29/04/2024, em primeira convocação, ou até 06/05/2024, em segunda convocação, a fim de deliberar sobre a seguinte ordem do dia: aprovação das Demonstrações Financeiras, Notas Explicativas e Parecer dos Auditores Independentes, relativos aos exercícios sociais findos em 31/12/2020, 31/12/2021, 31/12/2022 e 31/12/2023. A formalização do voto deverá ser feita de forma expressa, aprovando ou reprovando a ordem do dia e enviada para o e-mail assembleiadefundos@itau-unibanco.com.br até o dia 06/05/2024, com o título “Consulta Formal do ITAÚ FAPI RENDA FIXA FUNDO DE APOSENTADORIA PROGRAMA INDIVIDUAL, acompanhado dos seguintes documentos: (i) Pessoas físicas: documento de identidade válido com foto do cotista ou de seu representante legal e acompanhado de procuração, se houver; (ii) Pessoas jurídicas: último estatuto social ou contrato social consolidado; documentos societários que comprovem a representação legal do Cotista; e documento de identidade válido com foto do representante legal. São Paulo - SP, 10 de abril de 2024. ITAÚ UNIBANCO S.A. - Administrador do Fundo.

Edital de Convocação

Assembleia Geral Ordinária e Extraordinária

Os senhores condôminos do UNIBANCO FUNDO DE APOSENTADORIA PROGRAMADA INDIVIDUAL CONSERVADOR, CNPJ. 02.226.122/0001-26, são convidados a participarem da Assembleia Geral Ordinária e Extraordinária, a ser realizada por meio de Consulta Formal, com manifestação do voto até 29/04/2024, em primeira convocação, ou até 06/05/2024, em segunda convocação, a fim de deliberar sobre a seguinte ordem do dia: aprovação das Demonstrações Financeiras, Notas Explicativas e Parecer dos Auditores Independentes, relativos aos exercícios sociais findos em 31/12/2022 e 31/12/2023. A formalização do voto deverá ser feita de forma expressa, aprovando ou reprovando a ordem do dia e enviada para o e-mail assembleiadefundos@itau-unibanco.com.br até o dia 06/05/2024, com o título “Consulta Formal do UNIBANCO FUNDO DE APOSENTADORIA PROGRAMADA INDIVIDUAL CONSERVADOR, acompanhado dos seguintes documentos: (i) Pessoas físicas: documento de identidade válido com foto do cotista ou de seu representante legal e acompanhado de procuração, se houver; (ii) Pessoas jurídicas: último estatuto social ou contrato social consolidado; documentos societários que comprovem a representação legal do Cotista; e documento de identidade válido com foto do representante legal. São Paulo - SP, 10 de abril de 2024. ITAÚ UNIBANCO S.A. - Administrador do Fundo.

Edital de Convocação

Assembleia Geral Ordinária e Extraordinária

Os senhores condôminos do FUNDO DE APOSENTADORIA PROGRAMADA INDIVIDUAL AGGRESSIVE IB, CNPJ. 02.661.252/0001-97, são convidados a participarem da Assembleia Geral Ordinária e Extraordinária, a ser realizada por meio de Consulta Formal, com manifestação do voto até 29/04/2024, em primeira convocação, ou até 06/05/2024, em segunda convocação, a fim de deliberar sobre a seguinte ordem do dia: aprovação das Demonstrações Financeiras, Notas Explicativas e Parecer dos Auditores Independentes, relativos aos exercícios sociais findos em 31/12/2016, 31/12/2019, 31/12/2020, 31/12/2021, 31/12/2022 e 31/12/2023. A formalização do voto deverá ser feita de forma expressa, aprovando ou reprovando a ordem do dia e enviada para o e-mail assembleiadefundos@itau-unibanco.com.br até o dia 06/05/2024, com o título “Consulta Formal do FUNDO DE APOSENTADORIA PROGRAMADA INDIVIDUAL AGGRESSIVE IB, acompanhado dos seguintes documentos: (i) Pessoas físicas: documento de identidade válido com foto do cotista ou de seu representante legal e acompanhado de procuração, se houver; (ii) Pessoas jurídicas: último estatuto social ou contrato social consolidado; documentos societários que comprovem a representação legal do Cotista; e documento de identidade válido com foto do representante legal. São Paulo - SP, 10 de abril de 2024. ITAÚ UNIBANCO S.A. - Administrador do Fundo.

Edital de Convocação

Assembleia Geral Ordinária e Extraordinária

Os senhores condôminos do FUNDO DE APOSENTADORIA PROGRAMADA INDIVIDUAL BALANCED IB, CNPJ. 02.661.267/0001-55, são convidados a participarem da Assembleia Geral Ordinária e Extraordinária, a ser realizada por meio de Consulta Formal, com manifestação do voto até 29/04/2024, em primeira convocação, ou até 06/05/2024, em segunda convocação, a fim de deliberar sobre a seguinte ordem do dia: aprovação das Demonstrações Financeiras, Notas Explicativas e Parecer dos Auditores Independentes, relativos aos exercícios sociais findos em 31/12/2020, 31/12/2021, 31/12/2022 e 31/12/2023. A formalização do voto deverá ser feita de forma expressa, aprovando ou reprovando a ordem do dia e enviada para o e-mail assembleiadefundos@itau-unibanco.com.br até o dia 06/05/2024, com o título “Consulta Formal do do FUNDO DE APOSENTADORIA PROGRAMADA INDIVIDUAL BALANCED IB, acompanhado dos seguintes documentos: (i) Pessoas físicas: documento de identidade válido com foto do cotista ou de seu representante legal e acompanhado de procuração, se houver; (ii) Pessoas jurídicas: último estatuto social ou contrato social consolidado; documentos societários que comprovem a representação legal do Cotista; e documento de identidade válido com foto do representante legal. São Paulo - SP, 10 de abril de 2024. ITAÚ UNIBANCO S.A. - Administrador do Fundo.

Edital de Convocação

Assembleia Geral Ordinária e Extraordinária

Os senhores condôminos do FUNDO DE APOSENTADORIA PROGRAMADA INDIVIDUAL CAPITAL PRESERVATION IB, CNPJ. 02.661.317/0001-02, são convidados a participarem da Assembleia Geral Ordinária e Extraordinária, a ser realizada por meio de Consulta Formal, com manifestação do voto até 29/04/2024, em primeira convocação, ou até 06/05/2024, em segunda convocação, a fim de deliberar sobre a seguinte ordem do dia: aprovação das Demonstrações Financeiras, Notas Explicativas e Parecer dos Auditores Independentes, relativos aos exercícios sociais findos em 31/12/2020, 31/12/2021, 31/12/2022 e 31/12/2023. A formalização do voto deverá ser feita de forma expressa, aprovando ou reprovando a ordem do dia e enviada para o e-mail assembleiadefundos@itau-unibanco.com.br até o dia 06/05/2024, com o título “Consulta Formal do FUNDO DE APOSENTADORIA PROGRAMADA INDIVIDUAL CAPITAL PRESERVATION IB, acompanhado dos seguintes documentos: (i) Pessoas físicas: documento de identidade válido com foto do cotista ou de seu representante legal e acompanhado de procuração, se houver; (ii) Pessoas jurídicas: último estatuto social ou contrato social consolidado; documentos societários que comprovem a representação legal do Cotista; e documento de identidade válido com foto do representante legal. São Paulo - SP, 10 de abril de 2024. ITAÚ UNIBANCO S.A. - Administrador do Fundo.

Edital de Convocação

Assembleia Geral Ordinária e Extraordinária

Os senhores condôminos do FUNDO DE APOSENTADORIA PROGRAMADA INDIVIDUAL CONSERVATIVE IB, CNPJ. 02.661.339/0001-64, são convidados a participarem da Assembleia Geral Ordinária e Extraordinária, a ser realizada por meio de Consulta Formal, com manifestação do voto até 29/04/2024, em primeira convocação, ou até 06/05/2024, em segunda convocação, a fim de deliberar sobre a seguinte ordem do dia: aprovação das Demonstrações Financeiras, Notas Explicativas e Parecer dos Auditores Independentes, relativos aos exercícios sociais findos em 31/12/2020, 31/12/2021, 31/12/2022 e 31/12/2023. A formalização do voto deverá ser feita de forma expressa, aprovando ou reprovando a ordem do dia e enviada para o e-mail assembleiadefundos@itau-unibanco.com.br até o dia 06/05/2024, com o título “Consulta Formal do FUNDO DE APOSENTADORIA PROGRAMADA INDIVIDUAL CONSERVATIVE IB, acompanhado dos seguintes documentos: (i) Pessoas físicas: documento de identidade válido com foto do cotista ou de seu representante legal e acompanhado de procuração, se houver; (ii) Pessoas jurídicas: último estatuto social ou contrato social consolidado; documentos societários que comprovem a representação legal do Cotista; e documento de identidade válido com foto do representante legal. São Paulo - SP, 10 de abril de 2024. ITAÚ UNIBANCO S.A.- Administrador do Fundo.

CETESB

COMPANHIA AMBIENTAL DO ESTADO DE SÃO PAULO

CNPJ nº 43.776.491/0001-70

EDITAL DE CONVOCAÇÃO

Ficam convocados os Senhores Acionistas da CETESB - COMPANHIA AMBIENTAL DO ESTADO DE SÃO PAULO, para comparecerem à reunião das Assembleias Gerais a serem realizadas a partir das **11:00 horas do dia 24 de abril de 2024,** em sua Sede Social à Avenida Professor Frederico Hermann Jr., nº 345, São Paulo/Capital, a fim de deliberarem sobre a seguinte ordem do dia: **ASSEMBLEIA GERAL ORDINÁRIA:** 1. Exame, discussão e votação do Relatório da Administração e de Sustentabilidade, Balanço Patrimonial e respectivas Demonstrações Financeiras, referentes ao exercício encerrado em 31/12/2023; 2. Eleição do Conselho de Administração e fixação de sua remuneração; e 3. Eleição do Conselho Fiscal, respectivos suplentes e fixação de sua remuneração. **ASSEMBLEIA GERAL EXTRAORDINÁRIA:** 1. Estatuto Social da CETESB: 1.1. Alteração dos artigos 10, 14, inciso XXVIII, 15, 25, 29 e 31; e 1.2. Exclusão do artigo 30, renumeração dos subsequentes e consolidação; 2. Outros assuntos de interesse da Sociedade.

São Paulo, 15 de março de 2024
JÔNATAS SOUZA DA TRINDADE
Presidente do Conselho de Administração

Secretaria de Meio Ambiente, Infraestrutura e Logística
SÃO PAULO GOVERNO DO ESTADO

CYNTHIA DECLOEDT, MATHEUS PIOVESANA, ALTAMIRO SILVA JR., CRISTIANE BARBIERI E WILIAN MIRON /GABRIEL BALDOCCHI (edição)
TWITTER: @COLUNADOBROAD
COLUNABROADCAST@ESTADAO.COM

Coluna do Broadcast

BB amplia em 80% crédito para grandes empresas e empresta mais de R$ 40 bi

A pressão da alta taxa de juros e também do baixo crescimento econômico começa a arrefecer para as empresas brasileiras. Os sinais vêm da ampliação dos setores que mostram crescimento de atividades e nas indicações de que projetos de investimento estão saindo da gaveta. A visão é do diretor do Corporate Investment Bank (CIB) do Banco do Brasil, João Fruet, que cita ainda o fato de o banco já ter desembolsado R$ 42 bilhões do início do ano até a primeira semana de abril para grandes empresas, aquelas que faturam ao menos R$ 1,3 bilhão. O volume, considerando o primeiro trimestre, é 80% maior que o do mesmo período do ano passado. "Isso corrobora a leitura de que o momento está ficando gradativamente mais positivo", diz.

Indústria, serviços e imóveis em alta

O executivo afirma que, ao contrário de 2023, quando o agronegócio puxou o crescimento, mais setores apresentam bom desempenho, como o industrial, o imobiliário e o de serviços. "Isso aponta para reversão do quadro mais adverso de juros altos e custo da dívida, que inibe a confiança e investimentos", diz.

Investimentos estão saindo da gaveta

A projeção do BB é que a Selic encerre 2024 a 9,25%. Fruet diz que, nessas condições, as empresas farão investimentos até aqui represados. Ele acrescenta que a maior parte das 1,4 mil companhias em sua carteira está bem posicionada para "tirar projetos da gaveta", já que desde 2022 vêm alongando dívidas.

● **MELHOROU.** Fruet acredita também que "o pior já passou" do ponto de vista de riscos à sustentabilidade financeira e operacional das companhias, dado o ambiente adverso trazido pela pandemia, juro de dois dígitos e do evento Americanas do início de 2023, que travou o mercado de captações e de crédito bancário.

● **EMISSÕES.** O mercado de capitais mais robusto este ano também entra na conta dos "ventos favoráveis" para 2024. A projeção do BB é de um aumento em 20% nas ofertas de ações e de títulos de crédito privado em 2024 ante os R$ 463,70 bilhões do ano passado.

● **FRUSTROU.** O Nubank captou R$ 60 milhões em uma oferta pública na B3 de seu fundo de infraestrutura, menos do que se esperava. O prospecto inicial falava em captação de ao menos R$ 150 milhões, com chance de lote extra de mais 25% das cotas. Segundo fontes, a operação do Nubank acabou indo a mercado em um momento de forte concorrência, por isso a captação bem menor do que o inicialmente esperado. Eram várias empresas disputando o investidor na mesma janela de captação, segundo uma fonte.

● **BILHÃO.** No mesmo período da oferta do Nu, havia uma oferta do fundo de infra do BTG Pactual e outra do banco Inter, também voltadas para o investidor do varejo. Juntas, as três operações levantaram quase R$ 1 bilhão, dos quais o maior foi a do BTG, por volta de R$ 700 milhões. Ao todo, a oferta do fundo de infra do Nubank atraiu 988 investidores.

● **PERFIL.** O Nu Infra tem isenção tributária no ganho de capital e distribuição de rendimentos para pessoa física. A carteira é composta de alocação em debêntures de infraestrutura, principalmente em setores como transmissão e geração de energia, terminais portuários, saneamento e óleo e gás. A oferta foi coordenada pela Guide Investimentos, a líder da operação, e pela gestora Oriz, além da participação do BTG Pactual como administrador. Procurado pela *Coluna*, o Nubank não comentou.

FARMACÊUTICA EM EXPANSÃO

RAYA MOTTA

Depois de investir R$ 300 milhões, a líder em genéricos injetáveis Hipolabor prepara-se para avançar em outros segmentos

● **AMPLIAÇÃO.** Líder no mercado de genéricos injetáveis, a Hipolabor prepara-se para novos saltos. Depois de investir R$ 300 milhões nos últimos cinco anos, destinados sobretudo a um novo parque industrial em Montes Claros (MG), a empresa se prepara para avançar em genéricos com outras formas de aplicação, desenvolvimento de novas moléculas, bem como na produção de insumos para a indústria.

● **INVESTIMENTOS.** Para isso, a empresa, que faturou R$ 600 milhões em 2023, prevê investir mais R$ 200 milhões até 2028. O dinheiro será usado na implantação de novas linhas de produção. Segundo Renato Alves, presidente da Hipolabor, a ideia é registrar 36 pedidos de novos medicamentos até 2026.

● **MAIS CARO.** Análise realizada pela consultoria Greener aponta que a retirada dos painéis fotovoltaicos sem equivalente na produção nacional do regime de Exceções Tarifárias (ex-Tarifários) tem potencial de reonerar em 3% o custo final dos sistemas de geração própria de energia na fonte solar.

SOBE

Energia negociada na BBCE salta para R$ 22,4 bilhões

TIAGO QUEIROZ/ESTADÃO - 4/11/2015

O retorno da volatilidade nos preços futuros da energia nos últimos meses impulsionou os negócios da BBCE (Balcão Brasileiro de Comercialização de Energia). A principal plataforma de negociação de energia do País movimentou R$ 22,39 bilhões entre janeiro e março, um crescimento de 235,68% na comparação com o mesmo período do ano passado e de 134,45% ante o quarto trimestre de 2023.

DESCE

Investimento de fundos VC em startups no Brasil cai 12%

TIAGO QUEIROZ / ESTADÃO - 14/4/2021

Os fundos de venture capital (VC), que compram startups, seguem cautelosos para investir no Brasil, embora animados com América Latina. Os aportes nessas empresas somaram US$ 347,14 milhões no primeiro trimestre de 2024 no País, queda de 12% em relação ao mesmo período do ano passado, de acordo com dados da plataforma Distrito. Na América Latina, os aportes somaram US$ 935,98 milhões, alta de 42,95% em 12 meses.

BROADCAST MERCADOS

Ibovespa: 128.053,74 PTS. | Dia -1,41% | Mês -0,04% | Ano -4,57%

MAIORES ALTAS DO IBOVESPA

	R$	Var. %	Neg.
PETROBRAS ON N2	41,00	3,02	34.067
PETROBRAS PN N2	39,60	2,25	83.337
PETRORECSA ON NM	22,14	1,56	16.267

MAIORES BAIXAS DO IBOVESPA

AZUL PN N2	12,76	-6,93	16.804
PETZ ON NM	3,80	-5,94	18.986
CSN MINERACAOON	5,11	-5,89	21.655

TR/TBF/POUPANÇA/POUPANÇA SELIC (%)

7/4 a 7/5	0,0486	0,7189	0,5488	0,5000
8/4 a 8/5	0,0843	0,7549	0,5847	0,5000
9/4 a 9/5	0,0840	0,7546	0,5844	0,5000

	Pontos	Dia%	Mês%	Ano%
NOVA YORK - DJIA	38.461,51	-1,09	-3,38	2,05
FRANKFURT - DAX	18.097,30	0,11	-2,14	8,03
LONDRES - FTSE	7.961,21	0,33	0,11	2,95
TÓQUIO - NIKKEI	39.581,81	-0,48	-1,95	18,28

TESOURO DIRETO (*)	Vcto.	Ano %	R$
IPCA	15/5/2029	5,83	3.193,25
	15/5/2035	5,90	2.260,45
JUROS SEMESTRAIS	15/5/2035	5,89	4.403,43
PREFIXADO	1º/1/2027	10,47	762,87
	1º/1/2031	11,36	487,01
SELIC	1º/3/2027	0,10	14.653,30

(*)TÍTULOS A VENDA

INFLAÇÃO (%)

Índice	Fevereiro	Março	No ano	12 Meses
INPC (IBGE)	0,81	0,19	1,58	3,40
IGP-M (FGV)	-0,52	-0,47	0,91	-4,26
IGP-DI (FGV)	-0,41	-0,30	-0,97	-4,00
IPC (FIPE)	0,46	0,26	1,18	2,87
IPCA (IBGE)	0,83	0,16	1,42	3,93
CUB (Sinduscon)	0,11	0,10	0,21	2,62
FIPEZAP-SP (FIPE)	0,34	0,51	1,12	4,77

Índices de reajuste do aluguel (Março)

IGP-M (FGV)	-1,0426	IPCA (IBGE)	1,0393
IGP-DI (FGV)	-1,0400	INPC (IBGE)	1,0340
IPC-FIPE	1,0287	ICV-DIEESE	-

FATORES VÁLIDOS PARA CONTRATOS CUJO ÚLTIMO REAJUSTE OCORREU HÁ UM ANO. MULTIPLIQUE O VALOR PELO FATOR

INSS - COMPETÊNCIA (ABRIL)

Trabalhador assalariado e doméstica*

Salário de contribuição	Alíquota
ATÉ R$ 1.412,00	7,5%
DE R$ 1.412,01 ATÉ R$ 2.666,68	9%
DE R$ 2.666,69 ATÉ R$ 4.000,03	12%
DE R$ 4.000,04 ATÉ R$ 7.786,02	14%

Autônomo (BASE EM R$)	Alíquota	A pagar (R$)
DE 1.412,00 A 7.786,02	20%	DE 282,40 A 1.557,20

VENCIMENTO 7/5. O PORCENTUAL DE MULTA A SER APLICADO FICA LIMITADO A 20%, MAIS TAXA SELIC.

CDB - CDI

Data	Taxa ano	Taxa dia	Mês%	Ano%
CDB (22/31)	10,56	0,09	-0,94	-9,36
CDI	10,65	0,00	0,00	-8,58

AGRÍCOLAS - MERCADO FUTURO

	Venc.	Aju.	C. Abe.	Min.	Máx.	Var.%
AÇÚCAR NY*	MAI/24	21,46	204.593	21,40	21,83	-0,14
CAFÉ NY*	JUL/24	212,65	106.559	209,70	213,90	0,38
SOJA CBOT**	MAI/24	11,65	272.287	11,63	11,807	-0,83
MILHO CBOT**	JUL/24	4,46	470.248	4,42	4,467	0,73

(*) EM CENTS POR LIBRA-PESO (**) EM US$ POR BUSHEL

AGRÍCOLAS - MERCADO FÍSICO

	Ult.	Var. (%)	Var. 1 ano(%)
SOJA			
Cepea/esalq, R$/sc 60 kg	120,67	-0,41	-18,19
BOI			
Cepea/esalq, R$/@	233,20	4,20	-21,20
MILHO			
Cepea/esalq, R$/sc 60 kg	59,83	-0,31	-27,57
CAFÉ			
Cepea/esalq, R$/sc 60 kg	1158,75	11,09	10,89

MOEDAS E COMMODITIES

	Venda	Dia %	Mês %	Ano %
DÓLAR COMERCIAL	5,0784	1,41	1,26	4,64
DÓLAR TURISMO	5,2750	1,15	1,11	4,35
EURO	5,4560	0,37	0,83	1,60
OURO	343,000	1,81	0,00	20,77
WTI US$/BARRIL	85,7500	1,10	3,45	20,28
IBRENTUS$/BARRIL	90,4600	1,30	4,17	17,42

	US$ 1/NY	1 Euro/ Europa	1 Libra/ Londres	R$ 1/ Brasil
DÓLAR AMERICANO	1,000	1,0745	1,2542	0,1970
EURO	0,931	1,0000	1,1672	0,1834
FRANCO SUÍÇO	0,913	0,9811	1,1452	0,1799
LIBRA ESTERLINA	0,797	0,8567	1,0000	0,1571
IENE	152,954	164,3455	191,8300	30,1390

AS MOEDAS NA VERTICAL:VALOR DE COMPRA SOBRE AS DEMAIS / FONTE: IDC

Dexco S.A.

DEXCO
CNPJ. 97.837.181/0001-47 Companhia Aberta NIRE 35300154410

ATA SUMÁRIA DA REUNIÃO DA DIRETORIA REALIZADA EM 29 DE FEVEREIRO DE 2024

DATA, HORA, FORMA E LOCAL: em 29 de fevereiro de 2024, às 10h00, na Avenida Paulista, 1938, 5º andar, em São Paulo (SP). **MESA**: Raul Guimarães Guaragna (Presidente) e Francisco Augusto Semeraro Neto (Secretário). **QUORUM:** a totalidade dos membros efetivos. **DELIBERAÇÕES TOMADAS:** Nos termos do artigo 2.º do estatuto social da Companhia, os diretores deliberaram por: (i) aprovar o encerramento da filial localizada em Queimados (RJ), na Avenida Rio de Janeiro, S/N, LT 04, QD 10 Distrito Industrial, CEP 26373-270 inscrita no CNPJ sob o nº 97.837.181/0032-43 e na Junta Comercial do Estado do Rio de Janeiro sob NIRE 33901068451; e, (ii) autorizar a prática dos atos complementares necessários à baixa dos registros da referida filial perante os órgãos públicos competentes. **ENCERRAMENTO:** nada mais havendo a tratar, lavrou-se esta ata que, lida e aprovada, foi por todos assinada. São Paulo (SP), 29 de fevereiro de 2024. Certifico ser a presente cópia fiel da original lavrada em livro próprio. (aa) Raul Guimarães Guaragna - Presidente; Francisco Augusto Semeraro Neto - Secretário. JUCESP sob nº 104.246/24-8 em 14.03.2024. (a) Maria Cristina Frei - Secretária Geral.

Campo Limpo Reciclagem e Transformação de Plásticos S.A.

CNPJ/MF nº 09.456.668/0001-12

Edital de Convocação - Assembleia Geral Ordinária e Extraordinária

O Presidente do Conselho de Administração da Campo Limpo Reciclagem e Transformação de Plásticos S.A. ("Companhia"), com sede na Avenida José Geraldo de Mattos, n° 765, Bairro Piracangaguá, na cidade de Taubaté, Estado de São Paulo, na forma do artigo 7º do seu Estatuto Social, convoca os senhores acionistas a participarem, no **dia 18 de abril de 2024**, em **Assembleia Geral Ordinária e Extraordinária,** a serem realizadas, **de modo híbrido (digital,** via plataforma Microsoft Teams, e **presencial,** na sede da Companhia): **Assembleia Geral Ordinária,** às **14h em primeira convocação e às 14h15 em segunda convocação,** para deliberarem acerca da seguinte ordem do dia: (i) tomar as contas dos administradores, examinar, discutir e votar as demonstrações financeiras referentes ao exercício social findo em 31 de dezembro de 2023; (ii) deliberar sobre a destinação do lucro líquido do exercício social findo em 31 de dezembro de 2023 e a distribuição de dividendos, na forma prevista do artigo 7º, parágrafo 6º do Estatuto Social; (iii) eleger três membros do Conselho de Administração, nos termos do artigo 11, parágrafo 1º do Estatuto Social; (iv) eleger o Presidente do Conselho de Administração; (v) eleger os membros do Conselho Fiscal; e, em **Assembleia Geral Extraordinária**, **às 15h00 em primeira convocação e às 15h15 em segunda convocação,** para deliberarem acerca da seguinte ordem do dia: (i) deliberar sobre o aumento do capital social da Companhia; (ii) deliberar sobre a alteração do quadro societário da controlada Campo Limpo Tampas e Resinas Plásticas Ltda.; (iii) deliberar sobre a realização de investimentos na controlada Campo Limpo Resinas e Reciclagem Plástica Ltda. Os documentos e informações relativos às matérias a serem discutidas nas Assembleias Gerais Ordinária e Extraordinária ora convocadas encontram-se à disposição dos acionistas na sede da Companhia. Os acionistas da Companhia ("**Acionistas**") poderão participar das Assembleias por si, seus representantes legais ou procuradores devidamente constituídos, das seguintes formas: (i) presencialmente, na sede da Companhia; (ii) virtualmente, por meio da plataforma eletrônica Microsoft Teams; ou (iii) votando à distância, via boletim de voto. Os Acionistas, por si, seus representantes legais ou procuradores devidamente constituídos, que optarem por participar virtualmente das Assembleias por meio da plataforma eletrônica Microsoft Teams poderão se cadastrar até 30 minutos antes da realização de cada uma das Assembleias, fornecendo as documentações e informações indicadas neste edital de convocação. A solicitação para a participação virtual, bem como o envio das documentações e informações deverão ser devidamente enviadas para o e-mail marina.almeida@inpev.org.br, e o acionista receberá, em seguida, um acesso **intransferível** para sua participação virtual nas Assembleias. Os Acionistas, por si, seus representantes legais ou procuradores devidamente constituídos, que optarem por submeter seus votos por meio boletim de voto disponibilizado no endereço eletrônico https://campolimpoplasticos.com.br, deverão submeter seus boletins de voto devidamente preenchidos e acompanhados dos documentos abaixo para os e-mails marina.almeida@inpev.org.br, até o dia 17 de abril de 2024. O envio de boletim de voto à distância não impede o acionista de participar nas Assembleias presencial ou virtualmente, desde que observado o procedimento de cadastro previsto neste edital de convocação, caso em que o respectivo boletim de voto enviado será desconsiderado. **Documentação para participação:** (i) documentos que comprovem a legitimidade para representar o acionista; ou (ii) procuração outorgada, há menos de um ano, pelos representantes legais do acionista a (a) outro acionista, a (b) administrador da Companhia ou (c) advogado, nos termos do art. 126, §1º da Lei das Sociedades Anônimas. **A Companhia não se responsabiliza por qualquer problema operacional ou de conexão que o Acionista venha a enfrentar, bem como por qualquer outro evento ou situação que não esteja sob o controle da Companhia, que possa dificultar ou impossibilitar a sua participação nas Assembleias Gerais Ordinária e Extraordinária.**

Taubaté/SP, 08 de abril de 2024

Luis Henrique Sanfelice Rahmeier

Presidente do Conselho de Administração da Campo Limpo Reciclagem e Transformação de Plásticos S.A.

Dexco S.A.

DEXCO
CNPJ. 97.837.181/0001-47 Companhia Aberta NIRE 35300154410

ATA SUMÁRIA DA REUNIÃO DO CONSELHO DE ADMINISTRAÇÃO REALIZADA EM 7 DE MARÇO DE 2024

DATA, HORA, FORMA E LOCAL: em 07 de março de 2024, às 17h, na Avenida Paulista, 1938, 5º andar, em São Paulo (SP). **MESA:** Alfredo Egydio Setubal (Presidente), Alfredo Egydio Arruda Villela Filho e Helio Seibel (Vice-Presidentes) e Guilherme Setubal Souza e Silva (Secretário). **QUORUM:** a totalidade dos membros efetivos, dispensada a convocação prévia. **ORDEM DO DIA**: discutir e deliberar sobre **(i)** a proposta da administração quanto à aprovação do "Protocolo e Justificação para Incorporação da Dexco Revestimentos Cerâmicos S.A. pela Dexco S.A." celebrado em 07.03.2024 ("Protocolo"), e da incorporação da DEXCO REVESTIMENTOS CERÂMICOS S.A., ("DXRC"), companhia fechada, inscrita no CNPJ/MF sob nº 86.530.318/0001-08, com seus atos constitutivos devidamente arquivados perante a Junta Comercial do Estado de Santa Catarina (JUCESC) sob o NIRE 42.300.003.646, com sede no Município de Criciúma, Estado de Santa Catarina, na Rodovia BR 101,2585,:KM 392, Parte I, Vila São Domingos, CEP 88812-600, pela DEXCO S.A. ("Companhia"), com a consequente extinção da DXRC e sua sucessão pela Companhia, sem solução de continuidade, nos termos do Protocolo e do artigo 227, caput e §3º, da Lei das S.A., conforme já instruído e orientado pela Diretoria da Sociedade e avaliado pelo Conselho Fiscal; **(ii)** a proposta de ratificação da nomeação da empresa especializada PricewaterhouseCoopers Auditores Independentes, com sede na Avenida Brigadeiro Faria Lima, nº 3732, 16º andar, Itaim Bibi, São Paulo/SP, inscrita no CNPJ sob o nº 61.562.112/0001-20 e registrada perante o Conselho Regional de Contabilidade (CRC/SP) sob o nº 2SP000160/O-5 ("Avaliadora") que avaliou, a valores patrimoniais contábeis na data-base de 31.01.2024, o acervo líquido da DXRC a ser absorvido pela Companhia, bem como o laudo de avaliação elaborado pela Avaliadora em 07.03.2024 ("Laudo de Avaliação"), que avaliou, a valores contábeis, o acervo líquido da DXRC em R$ 1.686.649.789,35 (um bilhão, seiscentos e oitenta e seis milhões, seiscentos e quarenta e nove mil, setecentos e oitenta e nove reais e trinta e cinco centavos) com referência ao balanço específico levantado na data-base de 31.01.2024, conforme já instruído e orientado pela Diretoria da Sociedade e avaliado pelo Conselho Fiscal; e **(iii)** a convocação dos Acionistas para se reunirem em Assembleia Geral Extraordinária, que se realizará em 01 de abril de 2024, às 15h00, de modo exclusivamente digital ("Assembleia"), para examinar, discutir e deliberar sobre a aprovação e providências para a efetivação da incorporação, pela Companhia, de sua subsidiária integral DXRC, nos termos do Protocolo, bem como demais deliberações relacionadas. **DELIBERAÇÕES:** os Conselheiros, por unanimidade, aprovaram, considerando inclusive o parecer favorável emitido pelo Conselho Fiscal em reunião de 07 de março de 2024: **(i)** a recomendação pela aprovação, integral e sem restrições, do Protocolo e da incorporação da DXRC pela Companhia, com a consequente extinção da DXRC e sua sucessão pela Companhia, sem solução de continuidade, nos termos do Protocolo e do artigo 227, caput e §3º, da Lei das S.A.; **(ii)** a recomendação pela ratificação da nomeação da Avaliadora, bem como do Laudo de Avaliação elaborado pela Avaliadora que avaliou, a valores contábeis, o acervo líquido da DXRC em R$ 1.686.649.789,35 (um bilhão, seiscentos e oitenta e seis milhões, seiscentos e quarenta e nove mil, setecentos e oitenta e nove reais e trinta e cinco centavos), com referência ao balanço específico levantado na data-base de 31.01.2024; e **(iii)** a convocação dos Acionistas para se reunirem em Assembleia Geral Extraordinária, que se realizará em 01 de abril de 2024, às 15h00, de modo exclusivamente digital, para examinar, discutir e deliberar sobre a aprovação e providências para a efetivação da incorporação, pela Companhia, de sua subsidiária integral DXRC, nos termos do Protocolo, bem como demais deliberações relacionadas. **DOCUMENTOS ARQUIVADOS NA SEDE SOCIAL:** Protocolo, Laudo de Avaliação, demonstrações financeiras da DXRC de 31.01.2024 e demais documentos de interesse social. **ENCERRAMENTO:** nada mais havendo a tratar, lavrou-se esta ata que, lida e aprovada, foi por todos assinada. São Paulo (SP), 7 de março de 2024. (aa) Alfredo Egydio Setubal - Presidente; Alfredo Egydio Arruda Villela Filho e Helio Seibel - Vice-Presidentes; Andrea Laserna Seibel, Juliana Rozenbaum Munemori, Márcio Fróes Torres, Marcos Campos Bicudo, Ricardo Egydio Setubal e Rodolfo Villela Marino - Conselheiros; e Guilherme Setubal Souza e Silva - Secretário. JUCESP sob nº 138.688/24-2 em 03.04.2024. (a) Maria Cristina Frei - Secretária Geral.

FIESP

FEDERAÇÃO DAS INDÚSTRIAS DO ESTADO DE SÃO PAULO

ASSEMBLEIA GERAL ORDINÁRIA
EDITAL DE CONVOCAÇÃO

Pelo presente Edital e nos termos de dispositivos estatutários, fica convocado o Conselho de Representantes da Federação das Indústrias do Estado de São Paulo - FIESP para a **Assembleia Geral Ordinária a ser realizada no próximo dia 22 de abril, de forma presencial e por videoconferência, no Edifício-Sede da FIESP, na Avenida Paulista, 1313 - 15º andar, às 16h, em primeira convocação,** a fim de apreciar e deliberar, em atendimento ao disposto no Artigo 42, §1º, inciso II dos Estatutos da FIESP, sobre os Balanços Patrimonial e Financeiro referentes ao exercício de 2023.

Não havendo número legal de votantes na hora designada, o Conselho se reunirá, em segunda convocação, no mesmo dia e local, às 16h30, deliberando pela maioria de votos dos Delegados participantes.

O *link* para participar da Assembleia e a cópia dos referidos Balanços serão encaminhados posteriormente aos integrantes do Conselho de Representantes da FIESP.

São Paulo, 11 de abril de 2024

Josué Christiano Gomes da Silva

Presidente

TECPAR **INSTITUTO DE TECNOLOGIA DO PARANÁ**

AVISO – PREGÃO ELETRÔNICO N° 031/2024 – REPUBLICAÇÃO

Objeto: "Contratação de empresa especializada para prestação de serviços continuados de limpeza e conservação em todas as unidades do Tecpar, com fornecimento de material de limpeza e conservação e equipamentos, pelo prazo de execução por até 24 meses e vigência por até 27 meses, prorrogáveis por até 60 meses, nos termos do RILC".

Data de abertura marcada para o dia 29/04/2024, 09:00 horas, fica **alterada para o dia 03/05/2024 às 09:00 horas, devido a alteração do item 15.5.2 do Edital**. ID Banco do Brasil: 1042837. Melhores informações através do site: www.licitacoes-e.com.br

COMISSÃO DE POLÍTICA URBANA, METROPOLITANA E MEIO AMBIENTE

A Comissão de Política Urbana, Metropolitana e Meio Ambiente convida o público interessado para participar da Audiência Pública Semipresencial / virtual para debater a seguinte matéria:

Projeto:
1) PL 163/2024 – Executivo Ricardo Nunes -
Autoriza o Poder Executivo a celebrar contratos, convênios ou quaisquer outros tipos de ajustes necessários, de forma individual ou por meio de arranjo regionalizado, visando à prestação de serviços de abastecimento de água e esgotamento sanitário no Município de São Paulo, nas condições que especifica; bem como altera os arts. 10 e 11 e revoga os arts. 1º ao 5º da Lei nº 14.934, de 18 de junho de 2009.

Data: **15/04/2024 (segunda-feira)**
Horário: **17 horas**
Local: Plenário 1º de Maio – 1º andar e Auditório Virtual

Data: **17/04/2024 (quarta-feira)**
Horário: **11 horas**
Local: Salão Nobre – 8º andar e Auditório Virtual

Data: **18/04/2024 (quinta-feira)**
Horário: **17 horas**
Local: Plenário 1º de Maio – 1º andar e Auditório Virtual

Data: **22/04/2024 (segunda-feira)**
Horário: **11 horas**
Local: Salão Nobre – 8º andar e Auditório Virtual

Data: **24/04/2024 (quarta-feira)**
Horário: **11 horas**
Local: Salão Nobre – 8º andar e Auditório Virtual
Câmara Municipal de São Paulo,
Viaduto Jacareí, 100

Para assistir: O evento será transmitido ao vivo pelo portal da Câmara Municipal de São Paulo, através dos Auditórios Online no seguinte endereço: **www.saopaulo.sp.leg.br/transparencia/auditorios-online**, e pelo canal da Câmara Municipal no Youtube **www.youtube.com/camarasaopaulo**.
Para participar: Encaminhe sua manifestação por escrito ou inscreva-se para participar ao vivo por vídeo conferência através do Portal da CMSP na internet **http://www.saopaulo.sp.leg.br/audienciapublicavirtual/inscricoes/**. Também serão permitidas inscrições para participação do público presente no auditório.
Caso não possa, por qualquer motivo, participar da vídeoconferência, não deixe de encaminhar sua MANIFESTAÇÃO POR ESCRITO, através do formulário disponível em **www.saopaulo.sp.leg.br/audienciapublicavirtual/** ou pelo e-mail **urb@saopaulo.sp.leg.br**.

Para maiores informações: **urb@saopaulo.sp.leg.br**

Eco Securitizadora de Direitos Creditórios do Agronegócio S.A.

CNPJ/ME nº 10.753.164/0001-43 - NIRE 35.300.367.308

Edital de Primeira Convocação para Assembleia Geral de Titulares de Certificados de Recebíveis do Agronegócio da Série Única da 147ª (Centésima Quadragésima Sétima) Emissão de Certificados de Recebíveis do Agronegócio da Eco Securitizadora de Direitos Creditórios do Agronegócio S.A.

Ficam convocados os titulares de certificados de recebíveis do agronegócio da série única da 147ª (centésima quadragésima sétima) emissão da Eco Securitizadora de Direitos Creditórios do Agronegócio S.A. ("Titulares de CRA", "CRA" e "Emissora", respectivamente), nos termos da Cláusula 13.5 do "Termo de Securitização de Direitos Creditórios do Agronegócio da 147ª Emissão, em Série Única, de Certificados de Recebíveis do Agronegócio da Eco Securitizadora de Direitos Creditórios do Agronegócio S.A. Lastreados em Direitos Creditórios do Agronegócio Devidos pela Frimesa Cooperativa Central" ("Termo de Securitização"), nos termos da Resolução CVM nº 60, de 23 de dezembro de 2021 ("Resolução CVM 60"), a reunirem-se em 1ª (primeira) convocação em Assembleia Especial de Investidores Titulares de CRA ("Assembleia"), a realizar-se no dia **02 de maio de 2024, às 10:00 horas,** exclusivamente de forma digital, inclusive para fins de voto, por meio da Plataforma eletrônica *Zoom,* administrada pela Emissora, sendo o acesso disponibilizado individualmente para os Titulares de CRA devidamente habilitados, nos termos deste edital, por meio de link que será informado pela Emissora, para deliberarem sobre a seguinte Ordem do Dia: **(i)** anuência prévia para alterar a cláusula 2.1.2.1 do *"Contrato de Fornecimento de Produtos de Origem Animal e Outras Avenças"* ("Contrato de Fornecimento"), para fins de ajustar o Nível de Cobertura do Valor Mínimo Mensal referente ao período de março de 2024 a março de 2025, para passar a constar o Valor Mínimo Mensal de R$ 3.255.000,00 (três milhões, duzentos e cinquenta e cinco mil reais); e aumentar o Valor Mínimo Mensal referente ao período de março de 2025 a março de 2026, para passar a constar o Valor Mínimo Mensal de R$ 2.830.000,00 (dois milhões e oitocentos mil reais); e **(ii)** autorização e aprovação expressa para que, caso necessário, sejam celebrados e registrados, conforme o caso, quaisquer instrumentos relacionados à matéria aqui aprovada, inclusive aditivos aos documentos da oferta, para constar as deliberações aprovadas pelos Titulares de CRA e refletir as alterações necessárias. Os termos ora utilizados em letras maiúsculas e aqui não definidos terão os significados a eles atribuídos no Contrato de Cessão ou no Termo de Securitização. Informações Gerais aos Titulares de CRA: **(i)** A Assembleia instalar-se-á em primeira convocação com a presença de Titulares de CRA que representem, no mínimo, 50% (cinquenta por cento) dos CRA em Circulação e, em segunda convocação, com qualquer número, conforme cláusula 13.8, do Termo de Securitização. Ainda, as matérias da Ordem do Dia serão deliberadas, em primeira convocação, por Titulares de CRA que representem pelo menos 50% (cinquenta por cento) mais um dos CRA em Circulação presentes na assembleia, conforme cláusula 13.11.1, do Termo de Securitização. **(ii)** Nos termos da Resolução CVM 60, o titular de CRA que pretender participar pelo sistema eletrônico deverá encaminhar os documentos listados no item "(iii)" abaixo preferencialmente em até 02 (dois) dias antes da realização da Assembleia. Será admitida a apresentação dos documentos referidos no parágrafo acima por meio de protocolo digital, a ser realizado por meio de plataforma eletrônica. **(iii)** Observado o disposto na Resolução CVM 60, §1º e 2º do artigo 29, de acordo com o item "(ii)" anterior e "(iv)" posterior, os Titulares de CRA deverão encaminhar, à Emissora e ao Agente Fiduciário, para os e-mails assembleia@ecoagro.agr.br e af.assembleias@oliveiratrust.com.br, cópia dos seguintes documentos: 1. quando pessoa física, documento de identidade; 2. quando pessoa jurídica, cópia de atos societários e documentos que comprovem a representação do titular de CRA; 3. se Fundos de Investimento: cópia do último regulamento consolidado do fundo e do estatuto ou contrato social do seu administrador, além da documentação societária outorgando poderes de representação; e 4. quando for representado por procurador, tão somente a procuração com poderes específicos para sua representação na Assembleia, obedecidas as condições legais. **(iv)** Após o horário de início da Assembleia, os Titulares de CRA que tiverem sua presença verificada em conformidade com os procedimentos acima detalhados, poderão proferir seu voto na plataforma eletrônica de realização da Assembleia, verbalmente ou por meio do chat que ficará salvo para fins de apuração de votos, sendo permitida a manifestação via instrução de voto à distância.

São Paulo, 10 de Abril de 2024

Eco Securitizadora de Direitos Creditórios do Agronegócio S.A.

ERA DO CLIMA: Economia Verde

Preço da energia é entrave para produzir hidrogênio verde no País

Há empresas que têm licença ambiental, mas dizem que só vão tirar o projeto do papel caso haja desconto para essas usinas

LUCIANA DYNIEWICZ
BEATRIZ BULLA

A mineradora australiana Fortescue tem um dos maiores e mais adiantados projetos para a produção de hidrogênio verde no Brasil. A planta será instalada no Porto de Pecém, no Ceará, onde deve ocupar uma área de 100 hectares e receber um total de US$ 5 bilhões (quase R$ 25 bilhões) de investimentos em duas fases.

A intenção da empresa é começar a produzir em 2027, e o projeto já recebeu licença ambiental prévia. Mas, segundo o executivo que comanda a Fortescue no País, Luis Viga, a usina não sairá do papel se não houver uma redução do preço da energia.

Na planta prevista pela Fortescue, a energia será responsável por 70% dos custos de produção. Tarifas de energia mais baratas, portanto, são essenciais para dar competitividade ao projeto, de acordo com Viga. “Até agora, estamos trabalhando com pré-contratos condicionados à decisão final de investimento, porque precisamos de um desconto considerável na energia e nos encargos para tornar o projeto viável”, diz o executivo, que defende um preço de energia 50% inferior (incluindo impostos) ao atual para que o projeto se concretize.

O preço da energia pode ser um entrave para o desenvolvimento do setor. A consultoria Thymos, especializada em energia, calcula que, em todo o mundo, ele tenha de cair 50% para tornar o hidrogênio verde capaz de competir com o gás natural, ou seja, para que o quilo do hidrogênio tenha um valor de venda de US$ 2, equivalente a R$ 10.

O hidrogênio verde tem alta capacidade energética: um quilo tem energia correspondente a quase três quilos de gasolina. Atualmente, o custo de produção do hidrogênio verde é de US$ 6 (R$ 30,40) por quilo. Um estudo da McKinsey aponta que o Brasil pode chegar a uma produção de hidrogênio com valor abaixo de US$ 1,50 (R$ 6,10) por quilo em 2030, o que tornaria o combustível bastante competitivo no cenário global.

O executivo Peter Terwiesch, da ABB (multinacional suíça que fornece tecnologia de eletrificação que pode ser usada na produção de hidrogênio verde), destaca que, dado o custo da energia para a produção do hidrogênio verde, a regulamentação do setor será chave para alavancá-lo.

THYSSENKRUPP / DIVULGAÇÃO

Módulos de eletrólise usados para a produção de hidrogênio verde

Custo

US$ 2 o quilo é o valor que o hidrogênio verde tem de chegar ao mercado para competir com o gás natural

Outro empecilho para a indústria do hidrogênio verde avançar é o valor dos equipamentos que fazem a eletrólise. De acordo com a Thymos, eles teriam de diminuir em 75% para o hidrogênio ter competitividade. Como é improvável que reduções desse patamar se concretizem, o mercado deve acabar pagando um “prêmio” pelo hidrogênio verde, por se tratar de um combustível limpo.

A criação desse mercado depende, em grande parte, da taxação da emissão de carbono – a criação de um “imposto verde” pode taxar atividades poluentes e produtos com base na quantidade de carbono emitido em sua produção. Se as empresas forem obrigadas a “pagar para poluir”, elas terão de buscar alternativas sustentáveis. Uma das opções poderá ser a compra do hidrogênio verde para reduzir a emissão de gases.

ALTERNATIVAS. O CEO da ThyssenKrupp na América do Sul, Paulo Alvarenga, defende a concessão de uma isenção na taxa de transmissão de energia para tornar os projetos de hidrogênio viáveis financeiramente. Segundo ele, essa isenção seria dada apenas para as primeiras usinas, enquanto o setor ainda engatinha. A ThyssenKrupp é uma das empresas que têm a tecnologia do eletrolisador, o equipamento que separa as moléculas da água para a produção do hidrogênio verde. A energia corresponde a 70% do custo de produção do hidrogênio.

Há diferentes projetos de lei que tratam da regulamentação do hidrogênio verde em tramitação no Congresso. Dois deles, um aprovado na Câmara e outro no Senado, trazem diferentes incentivos para o setor. A proposta gerada no Senado, por exemplo, cria incentivos para a tarifa de energia. Senadores e deputados articulam agora a fusão das propostas em um só texto para tentar criar um marco legal do setor.

A diretora de Infraestrutura, Transição Energética e Mudança Climática do Banco Nacional de Desenvolvimento Econômico e Social (BNDES), Luciana da Costa, tem defendido que o governo lance mão de subsídios pontuais para incentivar alguns setores da transição climática, como o desenvolvimento do hidrogênio verde no Brasil. “O Fundo Clima é onde vamos ter capital com custo diferenciado. O BNDES pode ajudar com linhas mais longas do que o mercado. Mas não vejo os projetos de hidrogênio verde antes de 2026 e 2027”, diz.

Uma segunda opção, para Alvarenga, seria a adoção de um mandato como o que obriga a mistura de etanol à gasolina. No caso do hidrogênio, poderia ser obrigatória a mescla na amônia (um gás incolor) ou no gás natural. ●

‘Precisamos de uma estratégia clara para reduzir as emissões’

ENTREVISTA

Marina Grossi
Presidente do Conselho Empresarial Brasileiro para o Desenvolvimento Sustentável (Cebds)

LUCIANA DYNIEWICZ

Ao adotar o Plano de Transformação Ecológica (programa encabeçado pelo Ministério da Fazenda para promover o desenvolvimento sustentável), o Brasil deu os primeiros passos para se tornar protagonista de um mundo que busca reduzir as emissões de gás carbônico, de acordo com a presidente do Conselho Empresarial Brasileiro para o Desenvolvimento Sustentável (Cebds), Marina Grossi. Agora, porém, ela diz que é preciso melhorar o ambiente de negócios para atrair o capital externo que permita ao País fazer a transição para uma economia de baixo carbono. “Para atrair os recursos e redirecionar nosso desenvolvimento, precisamos de previsibilidade, de incentivos e políticas públicas.”

Qual o maior desafio do Brasil para implementar uma agenda econômica sustentável?

A agenda do desenvolvimento sustentável requer um grande nível de transversalidade, com medidas abrangentes do poder público e das empresas, além de uma visão de médio e longo prazos. Ela passa por temas como regulação, financiamento e cadeia de fornecedores. Exige uma visão de Estado. No ano passado, o Cebds lançou, em parceria com a consultoria BCG, o estudo Desafios do Setor Empresarial Brasileiro na Jornada Net Zero. Essa pesquisa contou com respostas de mais de 50 companhias, e mostrou que as principais dificuldades estão ligadas a incertezas regulatórias, para 64%, a engajamento dos fornecedores, para 49%, e à ausência de referências setoriais, para 38%.

PEDRO KIRILOS/ESTADÃO - 4/4/2024

O Brasil está preparado para assumir protagonismo na agenda global de descarbonização?

O Brasil é um dos países mais bem posicionados do mundo para realizar a transição justa para uma economia net zero (*em que as emissões de carbono são neutralizadas por medidas que retiram o gás da atmosfera*) e com impacto positivo para a natureza até 2030. Somos uma potência ambiental e temos vantagens comparativas que nos posicionam na frente dos demais países. O desafio é transformá-las em vantagens competitivas. Um importante passo foi dado com a adoção do Plano de Transformação Ecológica, que sinaliza internamente e para o mundo que nossa trajetória econômica vai na direção de uma economia de baixo carbono, inclusiva e com valorização dos ativos ambientais. No entanto, é preciso melhorar o ambiente de negócios para atrair capital externo, já que os nossos recursos (*financeiros*) são mais limitados.

Como atrair recursos quando se compete com EUA e União Europeia?

Precisamos de previsibilidade, de incentivos e políticas públicas que apontem nesta direção. Temos uma NDC (*compromisso do País de redução de emissões*) ambiciosa, podemos ser net zero antes do resto do mundo e temos um plano em construção, mas precisamos acelerar este processo por meio de maior articulação com a sociedade e de uma estratégia clara da trajetória que faremos para cumprir o que anunciamos. A estratégia para descarbonizar a economia brasileira passa também pelo firme combate ao desmatamento ilegal, por estratégias de regeneração de ecossistemas e pela redução das emissões de gases de efeito estufa na agropecuária. Também é mais do que necessário olhar para a transição energética. ●

NA WEB
Leia as colunas de Marina Grossi no site do **Estadão**
www.estadao.com.br

INÊS 249

SÃO PAULO

Vendem-se

APARTAMENTOS

ZONA SUL

1 DORMITÓRIO

MOEMA
R$425.000 S.novo, 50util, 1ds,gar, px.metro. Lazer. 2198.5555 c8767

VL CLEMENTINO
R$450.000 Frente,sacada, 55 u, 1ds, arms., gar, 2198.5555 c8767

2 DORMITÓRIOS

MOEMA
R$550.000 Alto,60ú,2ds.,varanda, gar, lazer.2198.5555 cr8767

3 DORMITÓRIOS

BROOKLIN
Px BERRINI 3dts(1ste),3banh,liv, lareira, terraço, 2vgs, 2pisc. R$1milhão. ☎(11)98747-0511

MOEMA
R$980.000 Sacada,110úteis, 3dts, 1ste,2vgs,lazer. 2198.5555

MOEMA
R$4.500.000 Cobertura duplex, nova, 240 úteis, pronta p/ morar, arms., ar, 3ds (1suite), 3vgs., pisc. priv., churr. ☎ 11 97632.0165

MORUMBI
R$450.000 Novo, arms., 70 uteis., varanda gourmet, 3ds(1ste)., 1 gar., lazer clube. PP. 11 97632.0165

PARAÍSO
R$950.000 Reformado, 155uteis, 3ds, 1ste, 2grs. 2198.5555 c8767

4 DORMITÓRIOS OU MAIS

MOEMA
R$1.800.000 Urgente. Alto, 245 úteis, varandão, 3 salas, 4 dts. (3sts), 5gars., lazer. F:2198.5555

MOEMA
R$1.600.000 225út, varanda, liv. 3 ambs, 4dts(3suítes), 3grs. + dep. Lazer total. 11 2198.5555 cr8767

ZONA OESTE

2 DORMITÓRIOS

VL MADALENA
R$750.000 2ds, dep.empreg., 1vg, 77m². Rua Girassol 964 apto. 93. Tr. c/ Lilian ☎(11)3740-1126 hc

3 DORMITÓRIOS

BARRA FUNDA
R$880.000 Novo. Cond. Clube, varandão/churr., 3ds(1ste)., 2vg., lazer de clube. PP 97632.0165

ZONA LESTE

4 DORMITÓRIOS OU MAIS

TATUAPÉ
R$3.400.000 Novo. Cond. Clube, varandão c/ churr., 4sts., 4gars., lazer de clube Dir.PP 97632.0165

Vendem-se

CASAS

ZONA SUL

VL MARIANA
R$2.650.000 Nova, 350 Terr, 300 A.C., 3salas, quintal/ churr., 3dts. 1ste, 4gars. Dir. PP. F:97632.0165

ZONA OESTE

PACAEMBÚ
R$8.500.000 Sobrado novo, local nobre, Rua Teodoro Ramos - 680 A.C, 4 salas, 4suítes, churrasq. 6vagas. PP. 11 97632.0165

Vendem-se

COMERCIAIS

ZONA SUL

MOEMA
R$320.000 Conj.50 ú, px. shop, 2 wcs., gar. + rotat. 11 2198.5555

Alugam-se

APARTAMENTOS

ZONA SUL

1 DORMITÓRIO

CERQ CÉSAR
Studio 411, inteiramente mobiliado, Edif. Haus Mitre. R:Galeno de Almeida, 99, esquina com Capote Valente, ao Lado Metrô Oscar Freire, lazer compl. Pacheco Imóv.
☎(11) 3815-2233

3 DORMITÓRIOS

VL MARIANA
R. Loefgreen, 1543 aptº 132 Ed. Starland área de 83,6 m² 3 quartos, sendo 1 suíte, sala, cozinha Lavanderia, banheiro de empregada 2 vagas de garagem - Armários embutidos em todos os cômodos Mesa com 4 cadeiras Aluguel R$ 3.990,00 - Condomínio - R$ 1150,00 - IPTU mensal R$ 383,00 Seguro Fiança ou PortoCap aluguel. Regina (11) 98516-5225

VL N. CONCEIÇÃO
3 dorms. c/armários, 1 suíte, ampla sala c/ tabuão, varanda, coz c/ armários, banheiro, lavabo, dep empregada c/ banheiro, 3 vagas. (11)98672-2110 CRECI 06169-J

Alugam-se

COMERCIAIS

ZONA SUL

MORUMBI
Vl.Andrade. Salas comerciais, locação R$3.000, incluindo Cond.e IPTU, 44m², 2banhs., copa, 1vaga, vaga visitantes, salas reuniões no térreo. Av.Dr.Guilherme Dumont Villares 2450. Interessados, falar c/ Lilian ☎(11)3740-1126 hc

VL ANDRADE
Até 3200m²(BTS)esquina c/5 ruas Av: Giovanni Gronchi, 5340. Última p/Logística. (11)99765-4321

ZONA OESTE

LAPA
Casa coml, 601m²ÁC, 496m² terr, R:Guaipá, 8vgs. Prop. Gustavo (11)99983-6422/5182-2864

TERRENOS

ZONA NORTE

SANTANA
2.334m² Av. Júlio Buono,p/prédio com/res $14Mi (11)99976 0052

ZONA LESTE

ITAQUERA
Vende-se área c/ 48.000m², c/ 247m². Frente p/Av Jacu Pêssego. Zona C (Centralidade), permite todos os usos. Sem intermediários. ☎(11)2092-9443/98175-7561

GRANDE SÃO PAULO

Vendem-se e alugam-se

COMERCIAIS

GUARULHOS
R$7.500.000 Galpão 2.500 A.C 4.000 at.Ac.permuta. 2198.5555

LITORAL

TERRENOS

GJÁ TIJUCOPAVA
Aprov constr 2050m²c/vista. Perm. (-vlr)$1.900mil.(13)99712-5723

INTERIOR E OUTRAS LOCALIDADES

TERRENOS

ALFENAS / MG
16.000m² Excelente localização, área nobre. Ideal p/empreendimentos. Valor R$4.200.000,00. Estudo propostas. Tratar whats
☎(19)99609-5655

PROPRIEDADES RURAIS

TERRAS E FAZENDAS

PEDRA PRETA - MT
1036alq,p.fechada.$45MM. Volto $$ em SP e MG.(16)997810989

SÃO SIMÃO - GO & REGIÃO
200alq.,pasto e soja.50%permulta.(16)99781-0989 Temos outras

OPORTUNIDADES

LEILÕES

CASA EM TERESINA/PI OPORTUNIDADE ÚNICA
Dia: 18/04/2024-às 14h00. Com 200m2 de área. Lance inicial: R$ 164.198,18. Matr. nº 10.358- Reg. 02-Ficha 01- 7º Ofício de Registro Imóveis de Teresina/PI. Gustavo Reis- JUCESP nº 790. Informações: (11) 5170-0707- www.gustavoreisleiloes.com.br

ARTES E ANTIGUIDADES

ANTIGUIDADES - COMPRO E AVALIO
Pago o melhor preço! Esculturas, Quadros, Pratas, Móveis e Objetos de Artes. (11) 96332-7007 Noely

COMUNICADOS

ABANDONO DE EMPREGO
Conf. artigo 482 letra I da CLT, convocamos o Srº Marlon Oliveira Calixto ,port. da CTPS nº 5983190 série 7841/SP, a retornar ao trabalho no prazo(3 dias).Caso não compareça, será caracterizado Abandono de Emprego(SHIRLEY MENDES DOS SANTOS ME)

COMUNICADOS

COMUNICADO
A empresa MABASA Participações e Administração Ltda, inscrita no CNPJ 15.166.937/0001-09 e NIRE 35216339927 comunica, a quem possa interessar, o extravio das duas (2) vias originais do Instrumento de Alteração e Consolidação de Contrato Social protocolada na JUCESP sob número 382. 807/07-8 em sessão de 15/10/ 2007.

EMPRESAS E PARTES SOCIAIS

ALUGADO COM RENDA
Vendo Galpão Logístico alugado para empresa alimentícia de porte grande.
☎(19)99811-3853

BUSCO SÓCIO INVESTIDOR
Oportunidade. R$500 à R$1.000 Milhão ☎(11)99936-4868

COMPRO PRÉDIO COM RENDA
Alugado para drogaria, supermercado, lojas.
☎(19)99775-2706

LANCHONETE / RESTAURANTE
R$600.000,00 Na Vila Mariana, bem estruturada, fat. R$150.000 por mês. Tr. ☎(11)94385-0095

PADARIA VENDO
Santa Cruz do Rio Pardo-SP. Recém ampliada. (14)99679-9071

PASTEL. E LANCHONETE
Ribeirão Preto. Próximo Shopping Sta Ursula e Colégio Objetivo. Direto proprietário.(16) 3904-8733

REST KG ITAIM BIBI
Luc Livre 30 Mil, Mov 160 Mil. De 2ª a 6ª feira. Pç 500 Mil c/ 50% de entrada em 2 x vezes.Saldo a combinar. Trat (11) 96391-1939

RESTAURANTE / CANTINA FACULDADE EM SOROCABA
Infs: aureagourmet@gmail.com

EMPRÉSTIMOS E INVESTIMENTOS

CAPITAL DE GIRO
Garantia, acima $100mil, 180 meses, todo Brasil. WhatsApp ☎(11)91471-6463

ALUGADO COM RENDA
Vendo prédio alugado para rede de drogaria.
Tratar fone:
(19) 99811-3853

MÁQUINAS E MOTORES

GUINDASTES TADANO

TL 251 Ano 1980 e TG 500 Ano 1998. Vendo. Em ótimo estado! Tratar ☎(19) 99771-6772

OUTRAS OPORTUNIDADES

DECORAÇÃO - LIVRO USADO
Livros, Gibiteca, CD, DVD e discos usados.Compro, vendo. Pça João Mendes, 140 ☎(11)3104-7111

RELAX / ACOMPANHANTES

BONECA GIGI 11983981091
Diferenciada p/ entretenimento

ESPAÇO MORUMBI NOVA DIREÇÃO !!!
Um ambiente diferenciado para seu entretenimento. As mais Lindas massagistas!!! R: Chafic Maluf 101
☎(11)98242-6000

EMPREGOS

COZINHEIRA ESCOLAR - PCD
Empresas do Grupo Angá (ANGÁ, G&T, Pack Food e COELFER) admitem. Vaga exclusiva p/ pessoas com deficiência.Enviar Currículo: trabalheconosco@grupoanga.com.br ou (11)98867-8275

IMPRESSOR E 1/2 OF. DE ROTATIVA CROMOMAN
Gráfica em expansão em Jundiaí, contrata p/início imediato. Interessados enviar C.V. para email: rh@cppeditora.com.br ou Whats App (11) 93213-5201 Excelente salário, acima do mercado.

PCD - VAGAS
PARA RESTAURANTE INDUSTRIAL Empresa ALERE Alimentação admite. Vagas exclusivas p/ pessoas com deficiência. Enviar Currículo: talentos@alerealimentacao.com.br ou ☎(11)98867-8275

www.estadao.com.br/empregos
empregos procurados

ASSISTENTE CONTÁBIL
C/exp.escritório contábil, classificação e conciliação em sistema informatizado, SPED Contábil. CV c/ pret. salarial p/ wanderlei@gmcontabil.net

C6 E C7 **A fundo**

A experiência de Portugal com as drogas legalizadas

Música *Memória*

‘As pessoas não conhecem Gal. Ela não era manipulável’

Empresária Wilma Petrillo rebate acusações do filho da cantora; pedido de exumação do corpo da mãe feito por ele é negado pela Justiça

DANILO CASALETTI

A cantora Gal Costa (1945-2022) gravou centenas de músicas ao longo de quase 60 anos de carreira. Uma delas, porém, faz com que a empresária Wilma Petrillo se lembre da cantora de forma especial: *Meu Bem, Meu Mal*, composição de Caetano Veloso, lançada por Gal em 1981, 12 anos antes de as duas se conhecerem em Nova York. Gal e Wilma teriam convivido por quase 30 anos.

“Ela cantava essa para mim. E também *Morena do Mar* e *A Handful of Stars*”, diz Wilma, de 74 anos, com fala pausada, em entrevista realizada no escritório da empresária, na região dos Jardins – antes de ser divulgado nesta terça, 9, que a Justiça de São Paulo negou o pedido de exumação feito por Gabriel Costa. Ao **Estadão**, a defesa de Gabriel afirma que vai recorrer da decisão.

Filho único de Gal Costa, ele entrou com o pedido de exumação do corpo, segundo sua então advogada Luci Vieira Nunes informou no início de março, com o objetivo de levar os restos mortais de Gal, sepultada em São Paulo, para o Cemitério São João Batista, no Rio, em um jazigo perpétuo adquirido pela cantora nos anos 1990. Nele, está enterrada Mariah Costa, mãe de Gal.

Ainda segundo Luci, a exumação não se deu para investigar a morte da cantora: de acordo com o atestado de óbito, Gal morreu de enfarte agudo no miocárdio e uma neoplasia maligna (câncer) de cabeça e pescoço. O corpo não passou por necropsia.

APURAÇÃO. A Justiça também determinou na terça que o processo seja encaminhado para investigação pela Central de Inquéritos Policiais e Processos (CIPP), para a apuração de possível crime por parte de Wilma.

Além da exumação do corpo, Gabriel Costa também questiona na Justiça o reconhecimento da união estável entre Wilma e sua mãe – anteriormente, ele havia testemunhado que a união existia. Na entrevista ao **Estadão**, Wilma atribui a mudança de posição de Gabriel a sua atual namorada, Daniela Izzo (*leia mais ao lado*).

“Ele jamais faria isso. Quando teve aquela avalanche de falarem mal de mim, e eu nem sei por que, começaram a falar que eu manipulava Gal. Gal não era uma pessoa manipulável. As pessoas não conhecem Gal. Acham que ela era uma figura doce, que obedecia a todos. Não obedecia a ninguém. Gal tinha personalidade. Foi uma pessoa muito forte”, diz.

A reportagem procurou Daniela, mas não obteve resposta. O espaço segue aberto. Em nota, a defesa de Gabriel disse lamentar “a divulgação de mentiras e a exposição de questões pessoais da sua vida particular, alheias aos fatos do processo, para sustentar uma narrativa que não condiz com a realidade nem tem relevância para o caso”. “Isso demonstra também o claro desprezo da outra parte pelo bem-estar de Gabriel.” ●

LEIA A ENTREVISTA COM WILMA PETRILLO NA PÁGINA C8

Entenda o caso

Filho questiona união da empresária com a mãe

- **Após a morte de Gal Costa, em 2022, Wilma Petrillo requereu o reconhecimento de união estável com a cantora e o direito à sua herança.**
- **Após ter a união estável reconhecida, a empresária trava batalha contra Gabriel Costa, filho da cantora, de 18 anos. Ele reconheceu perante um juiz, em março de 2023, a união entre a mãe e Wilma. Mas, em janeiro de 2024, entrou com uma ação anulatória da união estável. O caso ainda não foi analisado pela Justiça.**
- **Advogados de Gabriel alegam que ele estava sob efeitos de medicamentos administrados por Wilma e “teve sua capacidade cognitiva severamente reduzida”.**
- **Em seguida, Wilma atribuiu a mudança à atual namorada de Gabriel, Daniela Tonani Izzo. Daniela também deu uma declaração à Justiça afirmando reconhecer a união estável entre Gal e Wilma. Assim como Gabriel, ela, agora, pede a anulação do depoimento.**

DANIEL TEIXEIRA/ESTADÃO

‘Gal não obedecia a ninguém. Tinha personalidade’, diz Wilma

Direto da Fonte

Marcela Paes (interina) MARCELA.PAES@ESTADAO.COM

PAULA BONELLI | PAULA.BONELLI@ESTADAO.COM

Comida

Cozinheiro organiza evento de desossa de boi em SP

Mesmo entre churrasqueiros experientes, saber identificar os diferentes cortes de carne ainda na carcaça do animal e entender como cortá-los é para poucos. Mas não se isso depender do cozinheiro Santiago Roig, proprietário do Grindhouse Braserito. O argentino, que além de dono comanda as grelhas do disputado restaurante em Pinheiros, oferece mais uma edição da sua "desossa ao vivo", no dia 22 de maio.

Batizado de Manos Negras – em alusão às mãos sujas de carvão dos churrasqueiros –, o evento é voltado para qualquer pessoa e não é necessário experiência prévia. "Quem vai é entusiasta da carne. Muita gente quer entender melhor sobre cortes para não ser enganado no açougue, meninas que trabalham com gastronomia e têm interesse em fazer um aproveitamento melhor de cortes não valorizados e colocar valor atrelado ao produto... E também têm as pessoas que são clientes do restaurante e querem vir para ter um contato mais próximo com a equipe, comer bem e trocar uma ideia", explica Santiago.

No workshop, que é realizado dentro do restaurante, a parte traseira da carcaça fica pendurada em um gancho – o que facilita o processo de desossa – e Santiago explica como separar os diferentes tipos de corte. Na entrada do evento, cada participante informa qual o seu corte preferido para cortá-lo e, depois, degustá-lo. Antes são servidos empanadas e embutidos e, depois da desossa, toda a carne é feita na parrilla. As bebidas são pagas à parte com desconto e o preço do workshop é de R$ 700 por pessoa.

Autodidata, o argentino conta que aprendeu a desossar o boi na "tentativa e erro". "Eu comprava uma parte traseira da carcaça que custa por volta de uns R$ 3 mil e ia fazendo, Quando errava e acabava cortando a picanha errado, por exemplo, a carne não era jogada fora. Eu aproveitava para outra coisa, como recheio de empanadas. O boi é como um transformer. Todo músculo está interligado por membranas e tem que saber cortar." ● MARCELA PAES

ALEX SILVA/ESTADAO

Organizada por Santiago Roig, próxima edição do workshop Manos Negras será em 22 de maio

"Quem vai normalmente é entusiasta da carne. Muita gente quer entender melhor sobre cortes para não ser enganado no açougue"

Espaço infantil

Irmãos Slama abrem casa para crianças

Os irmãos Arthur e Alex Slama, filhos do estilista de moda praia Amir Slama, vão inaugurar uma casa de atividades para crianças em Pinheiros, em São Paulo, no próximo dia 13. A CaSa SLAMB deve abarcar desde aulas de artes, teatro, filosofia, clown, grafite até o judô. Os adultos também podem entrar na brincadeira. Arthur conta que o espaço "surgiu da vontade de se fazer arte" e que a missão é "trazer a criança que existe em todos nós, e que muitas vezes está adormecida, hibernando".

FREDY UEHARA

LECA NOVO

1. O aniversário de Rafa Kalimann ocorreu no Hotel Vila Santa Teresa, no Rio, e teve Nando Reis como atração. Entre os convidados: 2. Ary Fontoura, 3. Thaila Ayala e Renato Góes.

INÊS 249

Música ***Instrumental***

Mark Knopfler reúne lendas do rock em single

Projeto beneficente 'Going Home: Theme of the Local Hero' traz mais de 60 ícones da guitarra, como Eric Clapton e Slash

GABRIEL ZORZETTO

Os fãs de rock estão eufóricos com o lançamento, nas plataformas digitais, do projeto Mark Knopfler's Guitar Heroes, supergrupo criado pelo fundador do Dire Straits que reuniu mais de 60 lendas do gênero – Eric Clapton, Slash, Buddy Guy, Jeff Beck, Ronnie Wood, Bruce Springsteen, David Gilmour, entre outros – para uma nova versão de *Going Home: Theme of the Local Hero*, música instrumental gravada por Knopfler em 1983 para o filme britânico *Momento Inesquecível*.

Assim como na gravação histórica de *We Are the World*, em 1985, que reuniu a nata da música pop americana para arrecadar fundos para o continente africano, a iniciativa do cantor de *Sultans of Swing* também é beneficente, com a intenção de ajudar o Teenage Cancer Trust, fundação de caridade para adolescentes britânicos com câncer.

Tudo começou em 2020, durante a pandemia, quando o instituto propôs uma regravação da canção a Knopfler e ao produtor Guy Fletcher. Nos anos seguintes, a faixa foi sendo construída aos poucos enquanto novos convidados eram incluídos.

Além dos guitarristas convocados, o time de estrelas ainda conta com outras referências do rock. Jonathan Cain e Paul Carrack, do Journey e Mike and the Mechanics, respectivamente, assumem os teclados. Sting, ex-líder do The Police, comanda o baixo. Roger Daltrey, do The Who, está na gaita. Por fim, o beatle Ringo Starr e seu filho Zak Starkey estão na bateria.

"O produtor musical Glyn Johns sugeriu que abordássemos Ringo. Pensei se ele já havia compartilhado uma gravação com seu filho Zak Starkey. Imaginei Ringo e Zak se alternando em cada trecho da faixa, e foi o que aconteceu", escreve Fletcher na página que relata os bastidores do projeto.

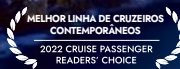
MARK KNOPFLER

Mark Knopfler, guitarrista fundador da banda Dire Straits

O responsável pela capa do single foi sir Peter Blake, requisitado para produzir uma colagem inspirada na sua mais famosa obra, a capa do álbum *Sgt Pepper's Lonely Hearts Club Band* (1967), dos Beatles.

GILMOUR. A faixa de 9'50" inclui ainda clipe animado que indica quem está tocando qual parte. O saudoso Jeff Beck abre os trabalhos com sua guitarra Stratocaster e logo tem sua melodia complementada por Eric Clapton, outro gigante do instrumento que também toca violão na canção, e Knopfler e David Gilmour, que, com um punhado de notas, imprime seu estilo suave e lírico, eternizado nos álbuns do Pink Floyd.

A seção intermediária destaca solos de Bruce Springsteen, injustamente subestimado como guitarrista, e do ícone do blues Buddy Guy, de 87 anos. A dupla é sucedida por trocas melodiosas entre Peter Frampton e Slash.

Na reta final, as guitarras Brian May, Tony Iommi e Tom Morello, que eternizaram o som do Queen, Black Sabbath e Rage Against The Machine, trazem um caos ordenado, que eleva a peça icônica ao ápice e deixa um sorriso no rosto do ouvinte. ●

Horóscopo Quiroga

oscar@quiroga.net

Faísca animada
Data estelar: Mercúrio beija a Terra

No dia em que Mercúrio beija a Terra, das 7h03 até 9h58 a Lua está Vazia, e essa não é uma boa condição astrológica para elaborar as resoluções que seriam postas em prática durante o dia, portanto, melhor encarar esse começo com leveza e despreocupação, desacreditando dos argumentos da angústia, sempre convincente com suas mentiras apocalípticas.

Ainda que esses argumentos sejam poderosos, tua consciência sempre pode os tratar com desdém, os desvalorizando, porque a experiência comprova que continuamos respirando, que não importa quantos erros cometamos nem o quanto estejamos temporariamente afundados no desânimo, a partir do momento em que apostamos na Vida com confiança, buscando nela proteção e instrução, lhe entregando nossos medos, recebemos dela uma faísca de certeza animada no meio de nossas incertezas. ●

ÁRIES 21-3 a 20-4

Sua clareza talvez não seja bem recebida por todas as pessoas, porque muitas delas preferem não ir ao ponto com tanta certeza, ficando indecisas como se isso lhes brindasse com tempo para conseguirem acertar na tecla.

TOURO 21-4 a 20-5

Quanto mais sincera seja sua alma a respeito das verdadeiras intenções que a mobilizam, melhores serão os resultados, porque de outra forma você se veria no meio de situações confusas e mal resolvidas. Melhor não.

GÊMEOS 21-5 a 20-6

Com pessoas tudo se complica, mas sem elas, apesar de tudo ser mais simples, é tudo aquém do que poderia ser. Está na hora de aceitar as complicações que os relacionamentos humanos produzem em nome de um bem maior.

CÂNCER 21-6 a 21-7

O objetivo é certo e muito evidente, a questão é como fazer para o aproximar da realidade atual, que não conta com os devidos instrumentos para facilitar o caminho. Não importa, deposite um voto de confiança na Vida.

LEÃO 22-7 a 22-8

Por um instante, que ainda que seja fugaz parece durar uma eternidade, a alma enxerga com clareza o panorama de sua vida. Essa espécie de epifania brinda com informações esclarecedoras, que servirão no futuro.

VIRGEM 23-8 a 22-9

Os riscos são evidentes e não devem ser desconsiderados, porque apesar de haver, neste momento, muita mais coragem e atrevimento envolvidos, na prática sua alma sabe que nada há de ser tão simples assim.

LIBRA 23-9 a 22-10

Há momentos em que, apesar das diferenças, as pessoas se entendem e conseguem perdoar as faltas cometidas, percebendo que não há real maldade por trás dessas, apenas o efeito de incertezas mal resolvidas entre elas.

ESCORPIÃO 23-10 a 21-11

As necessidades que precisam ser supridas se tornam evidentes demais para fingir que haveria tempo, ainda, para se distrair com desejos que, apesar de se apresentarem como urgentes, poderiam ser dispensados. Não é?

SAGITÁRIO 22-11 a 21-12

Você sabe, pela própria experiência, que há desejos que vale a pena satisfazer, mas que há outros que são melhores na imaginação do que na realidade prática. Melhor usar o discernimento para distinguir uns dos outros.

CAPRICÓRNIO 22-12 a 20-1

Os lugares que normalmente sua alma busca para se confortar e sentir segura talvez não brindem mais com essas virtudes, e por isso é necessário sair em busca de outros, ou fazer uma arrumação melhor nos atuais.

AQUÁRIO 21-1 a 19-2

Num momento de lucidez e boa comunicação, a alma diz as coisas certas e as pessoas ouvem com atenção. Melhor você se desapegar do efeito dessas palavras, porque está na mão do mistério da vida, que sabe quando manifestar.

PEIXES 20-2 a 20-3

Preserve a clareza em relação à matemática inflexível dos deveres e dos haveres, porque não há magia nenhuma acontecendo por aí, e não há tampouco perspectiva de acontecer. Equilíbrio entre os gastos e as entradas.

Cinema **Comédia**

Renée Zellweger volta a viver Bridget Jones no quarto filme da franquia

Longa previsto para estrear em 2025 vai contar novamente, no elenco, com Hugh Grant e Emma Thompson

A atriz norte-americana Renée Zellweger voltará a viver Bridget Jones em nova sequência da bem-sucedida comédia romântica. Adaptação de *Bridget Jones: Louca pelo Garoto*, de 2013, terceiro livro da série escrita por Helen Fielding, o filme também contará com Hugh Grant e Emma Thompson reprisando seus papéis como Daniel Cleaver e dra. Rawlings, respectivamente.

No novo longa, em que Bridget está com cerca de 50 anos, tem dois filhos e ficou viúva, a personagem decide voltar ao seu antigo hábito de registrar todos os acontecimentos de sua vida em um diário. E também retoma sua vida amorosa, agora com um homem bem mais jovem do que ela.

O filme ganha ainda novos personagens, interpretados por Chiwetel Ejiofor (*12 Anos de Escravidão*) e Leo Woodall (série *Um Dia*). A estreia mundial está programada para o Dia de São Valentim (o Dia dos Namorados em alguns países), em 14 de fevereiro de 2025.

BILHETERIA. Os três filmes anteriores – *O Diário de Bridget Jones* (2001), *Bridget Jones: No Limite da Razão* (2004) e *O Bebê de Bridget Jones* (2016) – arrecadaram, juntos, mais de US$ 760 milhões em bilheterias mundiais

Renée Zellweger, de 54 anos, foi indicada para o seu primeiro Oscar pelo papel no longa de 2001, mas não venceu. Porém, conquistou duas estatuetas douradas em outras edições da premiação: a de melhor atriz coadjuvante por *Cold Mountain*, em 2004, e a de melhor atriz por *Judy: Muito Além do Arco-Íris*, cinebiografia da estrela Judy Garland, em 2020. ●

QUADRINHOS

Minduim Charles M. Schulz

Recruta Zero Mort Walker

Turma da Mônica Maurício de Sousa

O melhor de Calvin Bill Watterson

Frank & Ernest Bob Thaves

BEM PENSADO *"Ninguém conquista a segurança pela covardia"* **Léon Blum**

Por aí

Patrícia Ferraz ● *patriciacferraz@gmail.com*

Vários motivos para ir ao Barouche

O Barouche é um misto de bar, café e livraria que você precisa conhecer. Foi inaugurado no fim do ano passado, na Vila Madalena, num lugar simpático com mesas na varanda, algumas na calçada, e a cozinha aberta. Mas, além do ambiente acolhedor, com livros de arte e arquitetura nas prateleiras, as atrações ali são ótima comida e drinques criativos.

O cardápio é assinado por Rodrigo Felício – lembra-se do Capivara, na Barra Funda, um restaurante descolado que fez grande sucesso até fechar em 2019? Pois os donos do Barouche, Priscila e Paulo Velasco, eram frequentadores do Capivara e convidaram Rodrigo para criar os pratos do bar. Ele fez uma seleção enxuta e deliciosa (provei quase tudo...).

Não deixe de pedir o ovo cozido com gribiche (aquele parente do molho tártaro, com maionese, picles e alcaparras). Vem sobre uma torradinha de pão de fermentação natural: o molho, o ovo cozido com a gema mole cortado ao meio e, por cima, uma anchova do Cantábrico em conserva (R$48, 2 unid). O cardápio tem um crudo de peixe – todo cardápio agora tem o seu, já reparou? Mas esse não é só mais um crudo, é uma bela combinação de fatias de carapau cru, com um molho feito com a carcaça do peixe, groselha do Ceilão (bem ácida) e bottarga. Um show (R$58). E sabe o que ele faz com as aparas do peixe? Uma rillette, servida com guanciale e erva-doce, pra comer com torradinhas (R$48). Outra boa pedida é a folha de radicchio recheada com pecã, queijo de ovelha e vinagrete de avelãs (R$54). O club sandwich é um dos melhores da cidade. Para começar, três fatias de brioche fininhas, intercaladas por peito de frango tostado na manteiga e óleo de pimenta, tomate, alface, pancetta tostada (R$54).

Na sobremesa, para não ter dúvida, peça as duas! Brioche caramelizado com sorvete de pecã e araçá (R$44) e um affogato estilizado com sorvete de nata, café Tocaia, biscoito amanteigado e cereja amarena (R$40).

A carta de drinques, assinada por Danilo Nakamura, traz boa seleção de clássicos e autorais, como o Kate Moss (R$44) espresso martini com pimenta-do-reino, grappa, levemente adocicado. E uma mistura de cachaça, cítricos, Jerez, vermute de frutas e ervas brasileiras (R$45) que some do copo num piscar de olhos.

O Barouche (pronuncia-se como se lê) nasceu no Largo do Arouche (daí o nome) e funcionou no Centro de 2016 a 2019. Em 2018, os donos abriram o Barouche Pipoca, no cinema de rua Cinesala, em Pinheiros, com cardápio de sanduíches e drinques. E há quatro meses está na cada vez mais gastronômica Medeiros de Albuquerque. Funciona direto, com o mesmo cardápio, das 15h às 23h ●

Barouche. Rua Medeiros de Albuquerque, 401. 3ª a sáb., 15h/23h. Reservas via Get In. Instagram: @barouche.sp

JORNALISTA COM PÓS-GRADUAÇÃO EM GASTRONOMIA. COZINHA E COME A TRABALHO HÁ 24 ANOS.

SEG Simião Castro **(quinzenal)** ● **TER.** Patrícia Ferraz ● **QUA.** Roberto DaMatta ● **QUI.** Luciana Garbin **(quinzenal)**, Patricia Ferraz ● **SEX.** Marcelo Rubens Paiva **(quinzenal)** e Maria Fernanda Rodrigues ● **SAB.** Alice Ferraz, Suzana Barelli e Daniel Martins de Barros **(quinzenal)** ● **DOM.** Leandro Karnal, Sérgio Augusto e Ignácio de Loyola Brandão **(quinzenal)**

CRUZADAS

NA WEB | Jogue as cruzadas **https://bit.ly/4atxPRY**

Destino enoturístico brasileiro
Faixa territorial europeia que dá nome a uma brincadeira (Hist.)
Vocalista da banda Ira!
Estende a mão (fig.)
Atrações do Carnaval de Olinda (PE)
Item da coleção do filatelista
Antigos retiros para tuberculosos
(?) Babo, coautor de "No Rancho Fundo"
Espanha (sigla)
Conjunto dos números reais (Mat.)
2, em romanos
Ferramenta de precisão usada em madeira
Condição do indivíduo com deficiência de insulina
Abrigo
"(?) ou Repassa", jogo (TV)
Cidade do museu Iberê Camargo (abrev.)
Deserto que se expande por China e Mongólia
"Não Existe Amor em (?)", sucesso de Criolo
Representação típica em escudos
Visitante de outro país (gíria)
Área de estudo de causas e progressos de doenças (Med.)
Ingrediente do café da manhã americano
Thássia Naves, influenciadora digital
Planeta rochoso do Sistema Solar (Astron.)
Partícula de trava-língua com "R"
Função do Detran, para motoristas
"Empresa", em ECT
Produto da avicultura
Região de origem da marujada e do carimbó
Sufixo de "etileno": E N O
(?)-Wan, jedi (Cin.)
Código, em inglês
Foi libertado por Moisés (Bíblia)
Articulações das falanges dos dedos
(?) minerais: ferro, sódio e magnésio

BANCO 3/obi. 4/aspa — code. 5/tupia. 15/vale dos vinhedos.

www.coquetel.com.br

CRIPTOGRAMA E CAÇA-PALAVRAS *Nesta seção, todos os dias, um jogo diferente para você*

Procure e marque, no diagrama de letras, as palavras em destaque no texto.

A descoberta da penicilina

ILUSTRAÇÃO: AMORIM

Por um feliz **ACASO** que acabou favorecendo a pesquisa **CIENTÍFICA** e beneficiando milhões de pessoas até os dias de hoje, a **DESCOBERTA** da penicilina ocorreu de forma **ACIDENTAL**. Em 1928, o ~~**MÉDICO**~~ e bacteriologista escocês Alexander **FLEMING** pesquisava substâncias para **COMBATER** bactérias em **FERIMENTOS** e, certa vez, esqueceu o material de estudo em cima da mesa de trabalho em seu **LABORATÓRIO**. Ao retornar, observou que suas culturas de estafilococos estavam contaminadas por **MOFO** e que, nos locais onde havia o **FUNGO**, apareciam **HALOS** transparentes em torno deles, o que poderia indicar a presença de alguma **SUBSTÂNCIA** bactericida. Fleming notou que as **BACTÉRIAS** morreram por causa do fungo *Penicillium notatum*. Depois de isolá-lo, descobriu que continha uma substância capaz de matar muitas das bactérias que infectam o homem. Estava descoberta a **PENICILINA**, o antibiótico que combate vários tipos de bactérias responsáveis por diversas **INFECÇÕES**. Ficou disponível para a população a partir da década de 1940 e, como todos os **ANTIBIÓTICOS**, só pode ser adquirida e usada com indicação e **RECEITA** médica. Seu uso deve abranger o período completo prescrito, sem possibilidade de mudança no horário ou interrupção no tratamento.

H M B A C T E R I A S
P E N I C I L I N A R
B G D C C C R I D D H
L A I C N A T S B U S
F C L L F T C G T F G
F I F N T R C G C C E
N F N M T E G N B O C
S I N E C B S C T M D
S T M D F O O T F B N
Y N D I M C C F F A N
C E D C L S I M T T L
N I L O Y E T S F E A
N C T D D D O O F R B
I F S H Y F I L N C O
N C E E D Y B A F C R
T N Ô M M G I H C C A
G D Ç E B T T T O B T
O E C R D R N B T C O
S D E Y T F A G F R R
A R F T D D N F L G I
C G N L S N F O T L O
A T I E C E R C F G D
G C S F F G T T T O L
T C F U N G O N F T M
R B N L M M T T N N D
Y S O T N E M I R E F
F T E T G S M B T T O
F F L E M I N G R Y H
C T N T R T M Y N T R
O L A T N E D I C A A

SUDOKU

NA WEB | Jogue o sudoku **https://bit.ly/4atfl4h**

SOLUÇÕES

Especialistas elogiam modelo que existe desde 2001, mas há várias ressalvas

A experiência de Portugal com drogas legalizadas

LUCIANA ALVAREZ
MARCIO DOLZAN

Em Portugal, vigora uma lei que descriminaliza o consumo de drogas e a polícia deixou de prender usuários com pequenas quantidades de entorpecentes. Vigente desde 2001, a norma veio acompanhada por programas de prevenção ao vício e de redução de danos, como a substituição de heroína por metadona. Em vez da prisão ou do tribunal, dependentes químicos são encaminhados a comitês contra o vício.

A experiência portuguesa, apontada como exitosa até agora pela maior parte da literatura científica, foi citada mais de uma vez pelos juízes do Supremo Tribunal Federal (STF) no julgamento sobre a descriminalização do porte de drogas para consumo próprio, paralisado no mês passado após pedido de vista do ministro Dias Toffoli. O tema causa tensão entre a Corte e o Congresso.

O ministro Luís Roberto Barroso defendeu, por exemplo, o limite de porte de 25 g de maconha como parâmetro para definir o consumo próprio, referência semelhante à usada em Portugal. O magistrado considerou ser prudente seguir o modelo de um "país com bem sucedida experiência de mais de uma década na matéria".

Já Kassio Nunes Marques fez ressalvas à iniciativa portuguesa, citando notícias sobre a preocupação com o aumento do uso de narcóticos no país europeu. Para ele, a descriminalização pode ter "consequências imprevisíveis sobre o consumo em locais públicos, principalmente em escolas e outros locais frequentados por crianças e adolescentes".

A lei portuguesa descriminalizou o consumo com uma limitação de quantidade equivalente a 10 dias de uso, com proporções reguladas por portarias segundo cada tipo de substância. Para a erva *cannabis* (maconha), o limite é 25 g. Mas quem vender, oferecer, cultivar ou estiver em posse de volumes maiores do que os fixados pela lei segue sujeito a prisão. "Nada é legal; até a *cannabis* é proibida. Podem achar que somos mais tolerantes, mas temos uma lei proibicionista", diz Jorge Quintas, professor da Faculdade de Direito da Universidade do Porto.

ALEMANHA. Neste mês, passou a vigorar na Alemanha uma lei que também adotou o limite de 25 g na posse de maconha para adultos, para recreação. Ela permite que indivíduos cultivem até três plantas por conta própria. Os consumidores ainda precisarão esperar três meses para comprar maconha de maneira legal em "clubes sociais de cannabis". Residentes alemães com 18 anos ou mais poderão ingressar em "clubes" sem fins lucrativos com um máximo de 500 membros cada um, a partir de 1.º de julho.

Os indivíduos poderão comprar até 25 g por dia, ou um máximo de 50 g por mês – um número limitado a 30 g para menores de 21 anos. Não será permitida a associação a vários clubes.

Um exemplo a ser seguido?
Ministros do Supremo citaram Portugal mais de uma vez durante julgamento sobre porte de maconha no Brasil

CONTROVÉRSIA. Na época da mudança da lei, houve controvérsia em Portugal. "Os tribunais não eram capazes de resolver a questão nem eram o sítio apropriado para isso. Foi uma decisão que veio no final de longa discussão política, mas não sem polêmica", relembra Quintas. Em 2001, o premiê português era António Guterres, hoje secretário-geral da Organização das Nações Unidas (ONU).

Embora consumir não seja crime, não se pode usar livremente. Quem for pego com drogas, mesmo em pequena quantidade, é encaminhado a uma comissão de dissuasão. "Seria algo como conduzir acima da velocidade: quem é pego não vai preso, mas recebe sanção", explica o médico Manuel Cardoso, do Conselho Diretivo do Instituto para Comportamentos Adictivos e Dependências (Icad), ligado ao Ministério da Saúde.

Mesmo o mínimo
Embora consumir não seja crime, não se pode usar livremente. Quem for pego com drogas vai à comissão de dissuasão

"No caso das drogas, a pessoa tem de se apresentar à comissão, onde será ouvida por uma equipe multidisciplinar, formada por profissionais da Psicologia, serviço social e um jurista. A ideia é entender as razões para o consumo, avaliar o risco de dependência, encaminhar para tratamento ou outras medidas", acrescenta ele. Não é comum, mas pode haver a cobrança de uma multa.

O uso frequente de drogas ainda existe, mas em níveis menores do que na época em que era criminalizado. Comparado à média da União Europeia (UE), Portugal tem menor prevalência de consumo no último ano em toda substância ilícita pesquisada no European Drug Report. No caso da *cannabis*, consome-se metade dos valores de Espanha, França, Itália e Holanda.

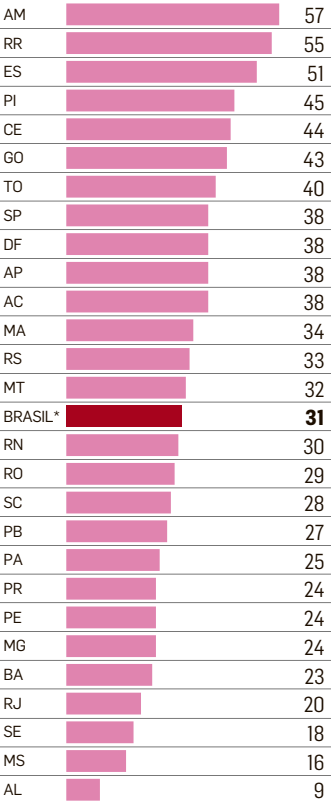
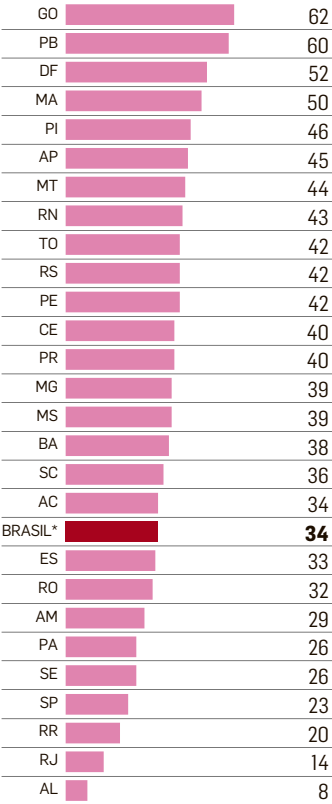
A cocaína tem prevalência média de 0,4% entre as nações pesquisadas; entre os portugueses, é de 0,2%. Nas anfetaminas, a média dos 27 da UE é de 1,4%; em Portugal, ficou em 0,1%. No caso do ecstasy, o número geral é de 0,9%, mas a taxa lusitana ficou em 0,1%, o valor mais baixo do bloco.

Já a proporção de adultos que relatam uso de alguma droga ilícita ao longo da vida cresceu nos últimas 20 anos, mostram estudos. O Inquérito Nacional sobre o Consumo de Substâncias Psicoativas pela População Geral, conduzido por pesquisadores da Universidade Nova de Lisboa, mostra elevação de 7,8% em 2001 para 12,8% em 2022.

FALTA DE VERBA. Uma queixa frequente, inclusive dos defensores da descriminalização, é o baixo financiamento público para os programa de apoio. Em 2012, o governo fez mudanças no sistema e muitas atividades foram terceirizadas para ONGs, e a verba usada no setor caiu para menos da metade. A pandemia também exigiu mais do sistema de saúde e fragilizou o tratamento de vícios. "Nossa capacidade de dar resposta e o tempo para a resposta estão aquém do que precisaríamos", diz Cardoso, do Icad.

Como resultado, as mortes por overdose voltaram a crescer e, em 2021 chegaram a 74, número mais alto desde 2009. No ano seguinte, o último para o qual se tem dados, foram 69 óbitos do tipo. Para Américo Nave, diretor da Associação Crescer, Portugal vive um crescimento do consumo de drogas nas ruas por falta de financiamento nos serviços de tratamento e redução de danos. "Uma pessoa que hoje pede uma consulta fica mais de 3 meses à espera. Às vezes, quando chega a consulta, a pessoa nem se lembra que havia pedido", relata Nave.

A Crescer, que tem financiamento do Icad e dos municípios onde atua, acompanha cerca de 2 mil usuários de substâncias ilícitas no distrito de Lisboa. Tem equipes com psicólogos e assistentes sociais que vão aos locais onde há consumo de drogas, para oferecer seringas e cachimbos aos usuários. Depois, oferecem alternativas de vida. "Eles (*as equipes*) estabelecem uma relação com quem está a usar e, a partir disso, encaminham para estruturas de saúde, sociais, substituição por metadona e tratamento", diz Nava.

Em geral, o primeiro con- →

tato é feito pelas ONGs, e o tratamento médico, pelo Serviço Nacional de Saúde, o SUS de Portugal. Tudo é gratuito.

"Não quero dizer que tudo vai bem, mas há menos estigmas quando a pessoa procura um serviço de saúde ou social. Temos o programa Housing First (*moradia primeiro, em tradução livre*), que coloca em casas comuns pessoas que consomem e estão sem abrigo, o que não seria possível se o consumo fosse crime", relata.

Entre autoridades, uma das poucas vozes críticas à política antidrogas de Portugal tem sido o presidente da Câmara do Porto, Rui Moreira, cargo equivalente a prefeito. Segundo ele, cidadãos têm medo de circular pelas ruas diante do alto consumo de droga. Há cerca de um ano, Moreira anunciou que proporia o retorno da criminalização, mas na sequência disse que não pretendia tornar crime o consumo de forma geral, e sim endurecer regras para quem usa nas ruas.

Em outubro, uma revisão da lei portuguesa incluiu drogas sintéticas, como o ecstasy, na lista de substâncias descriminalizadas para consumo. Para Moreira, a norma "facilita os circuitos do tráfico".

ROTA DO TRÁFICO. Portugal é rota do tráfico por receber cargas ilegais em seus portos, que depois são escoadas pelas vias terrestres para outras nações europeias. Segundo Sabrina Medeiros, professora de Defesa Nacional na Universidade Lusófona de Lisboa, núcleos do Primeiro Comando da Capital (PCC) no país têm crescido nos últimos cinco anos.

Mas, para ela, a descriminalização ajuda no combate. "As forças policiais mal perdem tempo com o consumo, mas a parte de investigação do tráfico é pesadíssima", avalia.

"Nada é legal; até a cannabis é proibida. Podem achar que somos mais tolerantes, mas temos uma lei proibicionista"
Jorge Quintas
Professor da Faculdade de Direito da Univ. do Porto

"Seria algo como conduzir acima da velocidade: quem é pego não vai preso, mas recebe sanção"
Manuel Cardoso
Médico, membro do Icad

"É importante descriminalizar o porte pessoal de pequenas quantidades de maconha para evitar o encarceramento desnecessário"
Silvia Martins
Da Univ. de Columbia

E NO BRASIL? O ministro Dias Toffoli pediu vista em um julgamento que se arrasta desde 2015, que avalia a constitucionalidade do artigo 28 da Lei de Drogas, de 2006, que não prevê a prisão para usuários. Até agora, o placar está em 5 a 3 a favor da descriminalização do porte de maconha para uso pessoal, mas não há consenso sobre encaminhamentos práticos – quantos gramas, por exemplo, marcariam a diferença entre usuário e traficante.

O julgamento tem ocorrido a passos lentos e sob ameaças da reação do Congresso, que acelerou a tramitação de uma Proposta de Emenda à Constituição (PEC) que criminaliza o porte e a posse de qualquer droga, independentemente da quantidade. Pesquisa Datafolha divulgada em março mostra que o porcentual de brasileiros que dizem ser contra a descriminalização do porte de maconha para uso pessoal subiu de 61% para 67%.

Como o **Estadão** revelou, em seu voto Toffoli planeja abrir nova corrente de entendimento ao dar prazo para a Agência Nacional de Vigilância Sanitária (Anvisa), Congresso e Executivo estabelecerem política pública em relação a usuários.

O psiquiatra Ronaldo Laranjeira, que coordena a Unidade de Pesquisa em Álcool e Drogas da Universidade Federal de São Paulo (Unifesp), é um crítico da descriminalização das drogas. Ele afirma que mesmo os modelos tidos como bons exemplos internacionais não resolveram o problema. "O modelo de Portugal não funciona nem em Portugal. Teoricamente, eles teriam as câmaras em que encaminhariam os usuários para tratamento, mas elas não têm recursos para oferecer tratamento." Para ele, tolerar o uso e combater o tráfico é uma receita que não combina.

"Descriminalizar o consumo de um produto que a comercialização e o fluxo da produção ainda são completamente ilegais: é uma contradição inerente à política de drogas no mundo todo", diz ele, que tem experiência em programas de atendimento na Cracolândia, em São Paulo. Entre os contrários à descriminalização, estão ainda o Conselho Federal de Medicina e a Associação Brasileira de Psiquiatria.

Pelo mundo, fracassos em experiências de descriminalização também lançam dúvidas sobre o alcance do modelo. Em 2021, o Estado de Oregon, nos EUA, foi pioneiro ao implementar política de descriminalização do consumo de drogas pesadas. Mas cenas de aplicação de drogas nas ruas de Portland e a alta de overdoses fizeram o governo local recriminalizar o consumo de narcóticos na semana passada.

Na avaliação de Silvia Martins, pesquisadora brasileira na área de Epidemiologia e Uso de Substâncias na Universidade de Columbia (EUA), políticas estrangeiras de descriminalização poderiam ser replicadas no Brasil, desde que acompanhadas de estratégias de prevenção, sobretudo entre crianças e adolescentes. Pois, segundo ela, não é possível estabelecer níveis seguros de consumo. "A maioria dos estudos mostra que a legalização do porte para consumo recreativo de maconha nos EUA levou a aumento da prevalência de uso em adultos maiores de 21 anos, porém não se vê aumento substancial de uso em adolescentes após legalização de consumo recreacional de maconha por maiores de 21 anos", afirma.

EVOLUÇÃO NAS LEIS

1961
A ONU PROMOVE A CONVENÇÃO ÚNICA SOBRE ENTORPECENTES, PARA REGULAR O COMÉRCIO, O USO E A POSSE DE DROGAS, ESPECIALMENTE DERIVADAS DE ÓPIO, COCA E CANNABIS

1972
ONU APROVA A CONVENÇÃO SOBRE SUBSTÂNCIAS PSICOTRÓPICAS, COM O OBJETIVO DE REGULAR AS MESMAS QUESTÕES TRATADAS NA CONVENÇÃO ANTERIOR, MAS EM RELAÇÃO A NOVAS DROGAS, COMO LSD E ANFETAMINAS

1988
ONU APROVA A CONVENÇÃO CONTRA O TRÁFICO DE ENTORPECENTES E SUBSTÂNCIAS PSICOTRÓPICAS, QUE TRATA DO COMBATE AO TRÁFICO DE DROGAS

1990
EQUADOR DEIXA DE CONSIDERAR CRIME A POSSE DE DROGAS PARA CONSUMO PESSOAL

1994
UM ANO APÓS A MORTE DE PABLO ESCOBAR, A JUSTIÇA DA COLÔMBIA APROVA A DESCRIMINALIZAÇÃO DA POSSE PARA CONSUMO PRÓPRIO DE TODAS AS DROGAS

2001
CANADÁ AUTORIZA O USO MEDICINAL DA CANNABIS

2003
CANADÁ INAUGURA O PRIMEIRO ESTABELECIMENTO DESTINADO AO USO DE DROGAS ILÍCITAS

2008
O EQUADOR CONCEDE INDULTO A GRANDE PARTE DOS "MULAS", COMO SÃO CONHECIDOS OS PEQUENOS TRAFICANTES DE DROGAS

2009
A SUPREMA CORTE DA ARGENTINA JULGA INCONSTITUCIONAL A REPRESSÃO POR PORTE DE DROGAS PARA USO PESSOAL

2012
OS ESTADOS DE WASHINGTON E COLORADO, NOS EUA, ESTABELECEM MERCADOS REGULADOS LEGALMENTE PARA MACONHA NÃO MEDICINAL

2013
O URUGUAI SE TORNA O PRIMEIRO PAÍS DO MUNDO A LEGALIZAR E REGULAMENTAR A PRODUÇÃO, DISTRIBUIÇÃO E USO DE CANNABIS PARA FINS MÉDICOS E RECREATIVOS

2014
A COLÔMBIA PERMITE A PRODUÇÃO, DISTRIBUIÇÃO E USO DE CANNABIS MEDICINAL. O CHILE AUTORIZA O CULTIVO DE MACONHA PARA FINS MEDICINAIS

2015
O BRASIL REGULAMENTA A IMPORTAÇÃO DE MEDICAMENTOS BASEADOS EM CANABIDIOL. O STF COMEÇA A VOTAR A DESCRIMINALIZAÇÃO DA POSSE DE TODAS AS DROGAS PARA USO PESSOAL

2017
ARGENTINA E MÉXICO REGULAM O USO DE MACONHA MEDICINAL. URUGUAI COMEÇA A VENDER MACONHA EM FARMÁCIAS

2018
CANADÁ PERMITE A ADULTOS PORTAR ATÉ 30 GRAMAS DE MACONHA PARA USO PRÓPRIO

2019
TRINIDAD TOBAGO AUTORIZA A POSSE DE ATÉ 30 GRAMAS DE MACONHA PARA USO PRÓPRIO E O CULTIVO DE ATÉ QUATRO PÉS DE CANNABIS POR IMÓVEL

2021
A SUPREMA CORTE DO MÉXICO DESCRIMINALIZA USO DA CANNABIS

2022
COSTA RICA PERMITE USO DA CANNABIS PARA FINS MEDICINAIS E TERAPÊUTICOS

2023
TODOS OS PLANOS DE SAÚDE DA COLÔMBIA SÃO OBRIGADOS A COBRIR OS CUSTOS DA PRESCRIÇÃO DE CANNABIS MEDICINAL PARA PACIENTES

2024
PASSA A VIGORAR NA ALEMANHA LEI NO FORMATO DE PORTUGAL

FONTE: INSTITUTO IGARAPÉ / INFOGRÁFICO: ESTADÃO

Mortes por overdose
Óbitos relacionados a drogas voltaram a crescer em Portugal; em 2021 foram 74, n.º mais alto desde 2009

"Do ponto de vista de saúde pública, é importante descriminalizar o porte pessoal de pequenas quantidades de maconha para evitar o encarceramento desnecessário de pessoas", argumenta Silvia.

O Instituto de Defesa do Direito de Defesa disse, em nota divulgada em março, que, "na prática, a diferenciação entre traficante e usuário/a se dá por preconceitos". Estudo divulgado pelo Ipea em 2023, acrescenta, "expôs qual o perfil de quem está preso por tráfico de drogas no Brasil: jovens negros, detidos com baixa quantidade de substância em abordagens policiais, condenados somente com base na palavra dos agentes".

AMÉRICAS. O Monitor de Políticas de Drogas nas Américas, do Instituto Igarapé, aponta que quatro países nas Américas regulam a cannabis para fins recreativos: Canadá, Dominica, Uruguai e Estados Unidos, onde mais de 20 Estados legalizaram esse consumo, com quantidades que variam conforme o marco regulatório local. No Uruguai, a compra de até 40 g por mês de maconha, em farmácias especializadas, foi legalizada no ano de 2013. ●

COLABOROU PEPITA ORTEGA

Wilma Petrillo

'Divergíamos. Mas eu ia bater na Gal por quê?'

Empresária nega relação abusiva, fala de dívidas e diz que não isolou cantora dos amigos e fãs

ENTREVISTA

Conheceu Gal em 1993 e afirma ter vivido com ela uma união estável, atualmente questionada por Gabriel Costa

DANILO CASALETTI

Wilma Petrillo, em entrevista de cerca de 2h30 ao **Estadão**, rebateu as acusações que pesam contra ela, revelou que Gal Costa enfrentava dívidas e que a herança deixada por ela é menor do que muitos pensam – há uma casa avaliada em R$ 5,2 milhões e dois automóveis. A seguir, os principais trechos da conversa.

A relação, profissional ou afetiva, entre a senhora e Gal existe desde 1993, é isso?
Estávamos juntas desde 5 de novembro de 1993. Eu morava em Nova York, conhecia os donos da festa Brazilian Day. Todo ano eles convidavam uma personalidade. Em 1993, convidaram Gal. Foi onde nos encontramos.

Como Gal reagiu à notícia de que estava com câncer?
Ela ficou muito assustada. Muito. Primeiro o médico disse que era um cisto, que tiraria no consultório mesmo. Depois, nos ligou para dizer que era melhor fazer no hospital. No Einstein, ele chamou o pneumologista que avaliou que Gal não poderia operar. O pulmão estava bastante comprometido.

Vocês decidiram não contar para o Gabriel sobre a doença de Gal, foi isso?
Gal não queria. Tinha pavor de que Gabriel soubesse. Ficou preocupada que ele não fosse entender. Queríamos poupá-lo.

Como a senhora chegou à conclusão de que a autópsia não deveria ser feita e que a médica que cuidava de Gal (*assistente do médico Fernando Maluf*) poderia dar o atestado de óbito?
Como eu sabia que Gal tinha problema no pulmão, tinha uma arritmia coronariana e estava com um câncer pesado... Eu queria te pedir muito, de joelhos, para que você corrigisse isso, porque no *Fantástico* disseram que Gal saiu de casa direto para o velório. É mentira. E falei para a menina: "Não, não precisa da autópsia". Nós estávamos vendo um programa na televisão, um ou dois meses antes, sobre autópsia. Gal virou para mim e disse: "Deus me livre. Você morre e ainda fazem isso com você. Eu não quero que façam comigo".

Os amigos de Gal disseram que ela queria ser enterrada no Rio, onde está a mãe...
As pessoas não sabem e falam bobagem. Gal, realmente, tinha um jazigo no qual colocou dona Mariah. Mas ela jamais falou que queria ser enterrada aqui ou lá. Porque, para Gal, a morte não existia. Na cabecinha dela, ela iria morrer, sei lá, com 120 anos, igual dona Canô. Em 30 anos de convivência, nós fomos ao jazigo de dona Mariah duas vezes. Gal dizia: "Eu não venho mais porque minha mãe não está aqui".

A senhora não acha legítimo que Gabriel, que não foi informado sobre a doença da mãe, quisesse a exumação do corpo de Gal?
Sabe porque não? Acho legítimo ele pedir porque não sabia, mas, no dia seguinte ao enterro de Gal, eu expliquei tudo para ele. Do câncer, do problema do pulmão. Ele entendeu direitinho. Gabriel não tem nada de burro.

Em que momento a relação com Gabriel se deteriorou?
Eu tinha uma relação fantástica com o Gabriel. De amor, com muito amor. Uma criança que eu cuidei, amei, desde os 2 anos de idade. A partida de Gal só nos uniu. Ele me dizia: "Agora eu só tenho você".

Amigos dizem que a senhora afastou Gal de muita gente.
Eles falam o que querem... Falam que eu a manipulava, que gastava o dinheiro dela...

Também acusam a senhora de afastar Gal de Bethânia, Gil, Caetano...
Magina! Caetano era a pessoa com quem Gal tinha mais contato. Não a afastei de ninguém. Gal se afastou porque quis. Se a Gal cismasse que alguém não tinha uma boa vibração, nem Deus tirava isso da cabeça dela.

O público esperava por uma nova turnê dos Doces Bárbaros (Gal, Bethânia, Caetano e Gil)...
Já estavam todos velhos. Não ia funcionar.

Em que momento as finanças de Gal começaram a dar problema?
Sempre foram problemáticas. Ela vendeu a cobertura do Rio e enterrou tudo na construção de (*uma casa em*) Trancoso. Vendeu Trancoso, comprou essa casa em Salvador. E não tinha todo o dinheiro para isso. Pegou empréstimo no banco.

O cachê de Gal não era baixo. Ela era uma das grandes estrelas da MPB...
O cachê era, em média, R$ 180 mil, para shows corporativos. Mas tinha de pagar os músicos, impostos, Ecad, nota...

Uma reportagem da revista *Piauí* trouxe graves acusações contra a senhora, denúncias de estelionato, golpes e agressões verbais e físicas contra funcionários e contra a própria Gal.
Você acha que eu batia em Gal? Fala sério.

Como era a relação entre a senhora e Gal?
Como Gal havia tido relações que não foram legais, nós combinamos que a nossa seria fechada (*para o público*). E assim foi. Eu tinha uma cumplicidade enorme com Gal.

Pessoas com quem conversei reconhecem a união, mas dizem que vocês viviam uma relação tumultuada, com muitas brigas...
Às vezes, divergíamos em algumas coisas. Exemplo: eu gosto desse copo. Ah, mas eu não gosto. Agora, tumulto? Briga de bater? Jamais. Te juro. Eu iria bater em Gal por quê?

> ***"Se Gal não recebia um fã, é porque ela não queria. Te juro por Deus. Gal não era essa fragilidade que eles estão colocando. Tinha dias que ela não estava a fim de receber ninguém. A culpa era minha? Me poupe"***

> ***"Eu só estou fazendo tudo isso por causa de meu filho. Eu não consigo dormir... Para mim, o Gabriel ainda é uma criança. Quero que ele volte para casa. Ele tem as chaves, pode voltar quando quiser"***

Gabriel pede a anulação do depoimento em que reconheceu sua união estável com Gal, alegando que estava sob o efeito de remédios. A defesa dele afirma que esses remédios eram ministrados pela senhora.
O psiquiatra prescreveu uma medicação porque ele tem TDAH e estava com ansiedade e depressão. Mas eu nunca administrei a ele. Eu apenas escrevi nas caixas os horários que ele deveria tomar cada um. Ele disse que sabia tomar, que não era criança. Eu disse: tenho total confiança em você. Ele nunca tomou os remédios.

A defesa de Gabriel alega que a senhora o levou em outro psiquiatra, que mudou a medicação e que ele estaria dopado para dar aquele depoimento de reconhecimento da união estável entre a senhora e Gal.
Eu jamais faria isso. Ele não mudou de psiquiatra.

Gabriel sabia que a senhora e Gal eram um casal?
Sabia. Ele me perguntou. Nosso casamento era público. Gal era uma pessoa pública. Eu não, pois sempre me recolhi. Ele sabia mesmo.

Sente-se desconfortável em expor Gabriel e enfrentá-lo na Justiça?
É muito difícil. Eu jamais imaginei que passaria por uma situação dessas. Em um primeiro momento, não acreditei.

As primas de Gal, Verônica e Priscila Silva, também reivindicam a herança por meio de um documento em que Gal dizia que deixaria tudo para uma fundação. Elas alegam que a senhora a coagiu para anular esse documento...
Esse documento é de 1997. Gal, na época, estava preocupada porque não queria deixar nada para a família. O pai de Gal casou com a mãe dela, mas ele tinha outra família, no interior da Bahia. Gal dizia: "Meu pai nunca meu deu uma chupeta". Era uma mágoa muito grande que ela carregava. Ela dizia que não queria que a família do pai herdasse nada. Ela, então, fez esse documento, um testamento, e colocou essas primas. Quando apareceu Gabriel, ela anulou esse documento.

Os fãs de Gal te acusavam de tratá-los mal, de impedir que falassem com Gal...
Se Gal não recebia um fã, é porque ela não queria. Te juro por Deus. Gal não era essa fragilidade que eles estão colocando. Tinha dias que ela não estava a fim de receber ninguém. A culpa era minha? Me poupe.

O que a senhora espera?
Eu só estou fazendo tudo isso por causa de meu filho. Eu não consigo dormir... Para mim, o Gabriel ainda é uma criança. Quero que ele volte para casa. Ele tem as chaves, pode voltar quando quiser. ●

Advogado de Gabriel Costa diz lamentar declarações

Luci Vieira Nunes, advogada de Gabriel Costa, afirmou que não comenta os casos em que atua. Verônica Silva, prima de Gal Costa, disse que "nós não temos nada a informar sobre Wilma". "Além disso, o processo está em segredo de Justiça", afirmou ao **Estadão**.

Daniela Tonani Izzo, namorada de Gabriel, não respondeu ao pedido de manifestação feito pela reportagem. Gabriel Costa, em nota, por meio de seus advogados, lamentou o que define como a "divulgação de mentiras e a exposição de questões pessoais da sua vida particular".

Na entrevista, Wilma também criticou Marcus Preto, produtor dos últimos álbuns e shows de Gal, que deu declaração dizendo que a relação entre ela e a cantora era abusiva e tóxica. "Quem falou para ele? O psicanalista, o psiquiatra? Dele ou de Gal? Gal não tinha psicanalista. Até onde eu sei, ele também não. Até precisaria. Ele é um rapaz que quer vencer na vida a qualquer custo. Ele está atrás de (*Maria*) Bethânia, da Simone... Ele achava que podia me chutar e ficar como empresário de Gal." Em resposta, Preto afirmou: "Gente, ela é extremamente maravilhosa. Só faltou dizer que eu morro de inveja da beleza dela". ● D.C.